

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO - CNPq**
**INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - IBICT**

A COORDENAÇÃO DA ESTATÍSTICA NACIONAL

O EQUILÍBRIO ENTRE O DESEJÁVEL E O POSSÍVEL

por

NELSON DE CASTRO SENRA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadores:

Prof. **ALDO DE ALBUQUERQUE BARRETO**

Prof. **MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ**

Rio de Janeiro
06 de fevereiro de 1998

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Escola de Comunicação - ECO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

A COORDENAÇÃO DA ESTATÍSTICA NACIONAL
O EQUILÍBRIO ENTRE O DESEJÁVEL E O POSSÍVEL

NELSON DE CASTRO SENRA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA


ALDO DE ALBUQUERQUE BARRETO, PHD
Orientador


MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ, DOUTORA
Orientadora


EDSON DE OLIVEIRA NUNES, PHD


CHARLES CURT MUELLER, PHD


ANTÔNIO MARIA DA SILVEIRA, PHD


ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA, PHD

LENA VÂNIA RIBEIRO PINHEIRO, DOUTORA
Suplente

ICLÉIA THIESSEN MAGALHÃES COSTA, DOUTORA
Suplente

Para meus filhos

MARCOS ANDRÉ

LUIS FELIPE

JOÃO PAULO

cujos nomes formam três interessantes séries numéricas

: 11 . 10 . 9 letras

: 7 . 5 . 3 consoantes

: 4 . 5 . 6 vogais

dentre outras curiosidades.

Toda minha confiança.

Toda minha admiração.

Com muito amor.

AGRADEÇO...

... aos professores *Aldo de Albuquerque Barreto* e *Maria Nélida González de Gómez* que me fizeram ver a alternativa das alternativas;

... ao amigo *Paulo César de Sousa Quintslr* que me deu atenção, ouvindo-me pacientemente e lendo-me minuciosamente;

... à amiga *Regina de Almeida Sá* que organizou cuidadosamente minha indisciplinada referência bibliográfica;

... às amigas *Edna Maria de Sá Moraes* e *Roselir de Brito Baptista* que me abriram o acervo de diversas bibliotecas brasileiras;

... à amiga *Maria Inês Falcon Rodrigues* que me abriu o acervo de diversas livrarias estrangeiras, permitindo-me adquirir livros extraordinários;

... à minha sobrinha *Eliane Veras de Castro* que muito amiúde mediou meu convívio, tormentoso e conflituoso, com a microcomputação;

... a todos que aceitaram participar da pesquisa de opinião, respondendo cuidadosamente ao questionário enviado;

... a todos que me ajudaram a exercitar a perplexidade sem a sofrer, inserindo-me na dimensão do tempo presente;

... a *Telma Sueli* que me deu em casa o melhor dos ambientes de trabalho, estimulando-me sempre e sempre mais...

Quando o desejável era impossível foi entregue a Deus; quando o desejável se tornou possível foi entregue à ciência; hoje que muito do possível é indesejável e algum do impossível é desejável temos de partir ao meio tanto Deus como a ciência. E no meio, no caroço ou no miolo, encontraremos, com ou sem surpresa, a nós próprios. Por esta razão, quer queiramos, quer não, tudo nos está entregue.

Boaventura de Sousa Santos
[Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez Editora, 1995]

SENRA, Nelson de Castro. **A Coordenação da Estatística Nacional. O equilíbrio entre o desejável e o possível.** Orientadores: Aldo de Albuquerque Barreto e Maria Nélida González de Gómez. Rio de Janeiro, 1998, 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicação - ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Resumo

A oferta de estatísticas públicas em resposta a demandas indeclináveis, desde sempre foi dependente da ocorrência de um processo de coordenação, de modo a configurar-se uma Estatística Nacional, como um coletivo submetido a uma ordem previamente argumentada, pautando-se em algum esquema de classificação; entretanto, em que pese sua reconhecida importância, um tal processo de coordenação, por razões várias, seja na arte de governar, seja na arte de calcular, só muito precariamente se concretizou ao longo do tempo, sendo que o tempo presente oferece condições extremamente favoráveis à sua efetiva realização. Isso posto, sugere-se a implantação de uma efetiva coordenação através de um conjunto de dez políticas temáticas, no limite, constituindo-se uma política de informação estatística; assim, a compreensão do desejável e a explicação do possível são postas em dialética com vistas a interpretação dos resultados, procurando-se revelar por inteiro as estatísticas, em suas possibilidades e em suas limitações, evitando-se assim os freqüentes desencontros e desentendimentos entre demandantes e ofertantes; ademais, sugere-se que a consecução da coordenação, através dessas políticas, não se faz no plano da demonstração mas antes no plano da argumentação. Enfim, uma pesquisa de opinião junto a produtores de estatísticas permite associar dois valores a essa tese, a saber: um, enquanto oferecendo um saber fazer a coordenação, o que é claramente inexistente entre os produtores; outro, enquanto oferecendo um discurso estruturado sobre as estatísticas, o que é claramente insuficiente entre os produtores; ademais, apreende-se dos resultados dessa pesquisa de opinião que há terreno fértil para a semeadura da coordenação, bastando haver uma clara vontade política.

Abstract

The availability of statistical information in response to unquestionable demands has always been dependent on a process of coordination to elaborate a National Statistical as a set of statistics determined by some previously discussed classification plan. Despite its importance, such coordination process has precariously become a reality due to several reasons, either in the art of governing or in the art of calculation, and only presently extremely favorable conditions to its effective implementation exist. Considering this, it is suggested that such implementation be coordinated through a set of a maximum of ten thematic policies, constituting a policy of statistical information. Thus, the comprehension of what is desirable and the explanation of what is feasible are put in dialectics to interpret the results, attempting to fully reveal statistical information both in its potentiality and limitation, avoiding frequent misunderstandings and conflicts among those who demand and those who offer. Furthermore, it is recommended that the coordination process dictated by these policies be done at an argumentation level and not at a demonstration level. Finally, a survey among those who produce statistical information makes it possible to add two values to this thesis: one, offering knowledge of how to coordinate which is non-existent among such producers; two, offering a structured discourse about statistics which is insufficient among them as well. It also turns out in this survey that there is great potentiality for the development of this kind of coordination dependent on a clear government desire.

INTRODUÇÃO 1*Quadro Sinóptico 8***Primeira Seção:****A DIMENSÃO (SÓCIO) POLÍTICA DAS ESTATÍSTICAS. O PERFIL DA DEMANDA 9***Preliminares 10**As estatísticas e a arte de governar. A configuração do desejável 13*

Introdução 13

A visão foucaultiana de poder 14

As disciplinas, uma anátomo-política do corpo humano 16

As regulações, uma bio-política das populações 17

Considerações finais 21

As estatísticas e a apreensão dos fatos. A percepção do possível 23

Introdução 23

Os fatos, o confuso sentimento dos governantes 23

Os fatos, o confuso sentimento dos governados 26

A apreensão das estatísticas 29

Considerações finais 31

*Quadro Sinóptico 32***Segunda Seção:****A DIMENSÃO (TÉCNICO) CIENTÍFICA DAS ESTATÍSTICAS. O PERFIL DA OFERTA 33***Preliminares 34**As estatísticas e a arte de calcular. A configuração do possível 37*

Introdução 37

Os centros e os centros de cálculo 37

Os centros de cálculo estatístico 41

Os centros de cálculo estatístico, especificidades 45

Considerações finais 48

As estatísticas e a apreensão das coisas. A percepção do desejável 50

Introdução 50

A comparação pela medida e pela ordem 51

O domínio do número, a essência da coisa 53

O novo paradigma científico, a objetivação 54

Considerações finais 55

*Quadro Sinóptico 57***Terceira Seção:****A DIMENSÃO (SÓCIO) POLÍTICA DA COORDENAÇÃO. UM OLHAR EXTERNO 58***Preliminares 59**Uma trajetória histórica da arte de governar 61*

Introdução 61

A arte liberal de governar 61

A arte providencial de governar 64

A arte neoliberal de governar 66

Considerações finais 69

Uma trajetória histórica da arte de calcular, a coordenação 71

Introdução	71
Um ensaio de coordenação	71
Um discurso de coordenação	73
Uma política de coordenação	75
Considerações finais	77

Quadro Sinóptico 78

Quarta Seção:

A DIMENSÃO (TÉCNICO) CIENTÍFICA DA COORDENAÇÃO. UM OLHAR INTERNO 79

Preliminares 80

A vertente cognitiva da coordenação, as políticas 82

Introdução	82
A compreensão do desejável	82
A explicação do possível	86
A interpretação dos resultados	89
Considerações finais	91

A vertente social da coordenação, as estruturas 93

Introdução	93
A definição da estrutura	94
A elaboração das políticas	96
A formação dos recursos	98
Considerações finais	99

Quadro Sinóptico 100

Quinta Seção:

A BUSCA DE UMA “DOXA” DO CONJUNTO DOS PRODUTORES 101

Preliminares 102

A estruturação da pesquisa de opinião, a metodologia 105

Introdução	105
A concepção da pesquisa, o questionário	105
A implantação da pesquisa, os informantes	107
Considerações finais	110

O resultado da pesquisa de opinião, a interpretação 111

Introdução	111
A percepção das estatísticas pelos produtores	111
A percepção da coordenação pelos produtores	118
Considerações finais	124

CONCLUSÃO 125

BIBLIOGRAFIA DAS OBRAS CITADAS E CONSULTADAS 132

ANEXOS:

- 1. Pesquisa de opinião. Questionário** 143
- 2. Pesquisa de opinião. Resultados** 146

APÊNDICES:

- 1. Elementos da organização estatística no mundo** 171
- 2. A experiência de coordenação do Eurostat** 175

O centro de gravidade da organização não é mais um conjunto de departamentos, de postos de trabalho e de livros de ponto, mas um processo de coordenação que redistribui sempre diferentemente as coordenadas espaço-temporais da coletividade de trabalho e de cada um dos seus membros em função de diversas exigências.

Pierre Lévy

[O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1997]

A produção das estatísticas é uma atividade que tem lugar em organizações, o que significa dizer, nos termos da epígrafe acima, que estaria sujeita a um processo de coordenação; natural, não haveria razão para a produção das estatísticas ser uma atividade diferente, não sujeita a um processo de coordenação. Contudo, a produção das estatísticas, ao contrário de outras atividades, desde sempre esteve sujeita a um processo de coordenação, melhor diríamos, desde sempre esteve dependente de um processo de coordenação, uma vez que o mesmo só muito precariamente se concretizou no tempo, mas estando fortemente passível de realização no tempo presente.

Dessa afirmação, retiramos quatro questões centrais a esta tese, a saber: primeira, *o que há de peculiar nas estatísticas, seja na sua demanda, seja na sua oferta, que torna imperativo um processo de coordenação*; segunda, *o que fez com que um processo de coordenação só muito precariamente se concretizasse, em que pese sua reconhecida importância*; terceira, *o que há de específico no momento presente capaz de viabilizar, pela primeira vez, a plena implantação de um processo de coordenação*; quarta, *em sendo possível implementar um processo de coordenação no tempo presente, quais seriam seus elementos constitutivos*.

Começemos por abordar a natureza das estatísticas.

Em poucas palavras, podemos dizer que as estatísticas expressam, na linguagem universal dos números, múltiplos organizados, contribuindo distintamente para tornar o mundo ausente e distante, desconhecido, pensável *et pour cause* governável, portanto se nos apresentando a um só tempo como instrumentos de saber e de poder.

De um lado, as estatísticas superam as individualidades, operando-se no plano (técnico) científico como uma arte de calcular, sendo natural que os ofertantes esforcem-se por diminuir a importância da dimensão (sócio) política das estatísticas. De outro lado, as estatísticas promovem as individualizações, operando-se no plano (sócio) político como uma arte de governar, sendo natural que os demandantes esforcem-se por aumentar a importância da dimensão (técnico) científica das estatísticas. Destarte, a dimensão (sócio) política será a perdedora e a dimensão (técnico) científica será a ganhadora, provocando um desequilíbrio deveras prejudicial ao correto entendimento das estatísticas, sobretudo, perdendo-se de vista que suas possibilidades vicejam em meio a limitações, configurando-se descontentamentos e desentendimentos absolutamente desnecessários.

Em termos de demanda, as estatísticas interessam a todos que transitam no e/ou sobre o múltiplo, não fossem as estatísticas exatamente expressões numéricas de múltiplos organizados. Assim, as estatísticas se oferecem à ação dos que governam, entendendo-se por governar a capacidade que alguns têm de agir sobre outros, o que de certa forma todos temos, ainda que diferentemente; como seja, o governar dos estados constitui-se na mais marcante forma de governo, razão pela qual os estados são os maiores consumidores e mesmo produtores de estatísticas. Enfim, com as estatísticas procura-se fazer com que as ações públicas sejam racionais, basicamente impessoais; diríamos que as estatísticas como que despolitizam a política, razão porque se as quer o mais possível ancoradas no plano (técnico) científico; busca-se, numa palavra, objetividade.

Em termos de oferta, sublinharíamos, as estatísticas resultam de laboriosos processos de objetivação, transpondo-se sucessivamente as inscrições e as descrições de primeira ordem (os registros individuais, propriamente ditos) até alcançar-se as inscrições e as descrições de ene-ésima ordem (as estatísticas, propriamente ditas), pautando-se em alguma equivalência e ancorando-se em alguma teoria cuidadosamente escolhida. Então, os múltiplos organizados não revelam o mundo, antes e acima de tudo o constroem, ou seja, a comensurabilidade não é intrínseca às coisas, mas uma qualidade que se lhes atribui o observador, vale dizer, as escolhas feitas influem nos resultados finais. Assim, sobre todo o processo de objetivação paira uma incômoda qualidade por melhor que sejam os métodos disponíveis, razão porque se valoriza tanto o plano (técnico) científico.

Começa-se a perceber que entre o desejável e o possível há um desencontro, desde sempre a exigir um processo de coordenação, sob pena de não se poder dispor de um conjunto sistematicamente organizado de estatísticas públicas, referidas ao espaço nacional, bem assim, a espaços infra-nacionais.

Pois a esse conjunto de estatísticas habituou-se a chamar de *Sistema Estatístico Nacional*, cuja possibilidade de concretização costuma ser objeto de muitas controvérsias acadêmicas, com a maioria dos estudiosos afirmando que o mesmo, à falta de uma teoria geral da sociedade, não passaria de uma virtualidade. Afiança-se que só seria possível realizar algumas de suas partes, aquelas que pudessem contar com esquemas teóricos amplamente conhecidos e reconhecidos, sendo o caso das *estatísticas econômicas* o exemplo mais completo, na medida em que estariam amparadas no marco referencial da

economia política e/ou da teoria econômica (e mais, as *estatísticas sociais* seriam as menos acabadas à falta de um esquema teórico abrangente).

Como seja, o pleno entendimento do *Sistema Estatístico Nacional* implica em lançar-lhe um duplo olhar, a saber: de um lado, sobre sua *vertente social*, referindo-se às relações sociais entre as agências públicas, as agências privadas, a comunidade de especialistas, os organismos internacionais, bem assim, de certo modo os informantes, ou seja, os muitos atores envolvidos nas diferentes etapas do processo de pesquisa; de outro lado, sobre sua *vertente cognitiva*, referindo-se às estatísticas propriamente ditas, incluindo os pressupostos acerca da realidade social, as fronteiras do conhecimento, os ordenamentos legais, sociais, econômicos e mesmo estatísticos, base que são das escolhas dos princípios de equivalência, os métodos de observação, as regras de cálculo, os modos vários para a interpretação dos resultados.

Assim fazendo estaríamos subvertendo uma prática, qual seja, a dos cientistas sociais que lançam mão das estatísticas como *meio* de análise, raramente como *objeto* de análise. Quando o fazem, querem saber se, ou em mostrar como, os processos científicos sofreram influências de natureza (sócio) política afetando os resultados finais, querem saber se eventuais distorções podem ser ignoradas ou como devem ser compensadas. Raramente se preocupam em contribuir para a melhoria das estatísticas; se o fazem, costumam centrar atenção sobre um ou outro aspecto particular do processo de pesquisa segundo a área de atuação do interessado, por exemplo, os acadêmicos voltam-se apenas à análise dos métodos de pesquisa, quando não mesmo apenas dos métodos de uma ou outra pesquisa temática, jamais preocupando-se com o todo.

Ao longo desta tese, teremos presente a importância de estudarmos a todos esses elementos, pondo-se em conjunção as estatísticas nacionais, contudo, não nos parece necessário declarar o resultado final como um sistema, na verdade, no que tange às estatísticas, falar em sistema costuma trazer muitas desvantagens, na medida em que esvaziam aspectos muito mais relevantes. Assim, preferimos falar em *Estatística Nacional*, tomando a expressão como uma coletividade submetida a uma ordem não fortuita de elementos que se quer necessariamente solidários, sendo construída não no sentido sistêmico, norteado por uma teoria geral da sociedade, mas antes como o resultado de intensa argumentação no âmbito de um auditório adequado, pautando-se sempre em algum

esquema classificatório cuidadosamente desenvolvido, através de ajustes e reajustes mais e mais afinados e refinados no tempo e no espaço, o que remete à coordenação.

Prossigamos por abordar a história das estatísticas.

A coordenação emergiu historicamente como necessária ao colocar em ordem os elementos que configuram a demanda e a oferta de estatísticas, querendo-se fazê-los convergir a um equilíbrio. Logo percebeu-se que precisaria haver agências nacionais de estatística de modo que a coordenação pudesse funcionar a contento, de pronto sendo pugnadas ao longo do século XIX por homens públicos notáveis, máxime a presença de Adolphe Quetelet, astrônomo belga, e Ernst Engel, economista alemão.

Entretanto, em que pese a força das idéias apresentadas, as agências nacionais de estatística então criadas ou recriadas padeceram intensa fragilidade, não se conseguindo o descortinar de uma efetiva coordenação; na verdade, percebia-se muito pouco dos meandros do processo produtivo das estatísticas, tomando-se os fatos como já existindo e precisando apenas ser colhidos, o que não só significava que se poderia produzir estatísticas sobre tudo, como também que fazê-lo seria uma tarefa extremamente simples; desconhecia-se que as estatísticas são construções, guardando sistemática acumulação de conhecimento, exigindo uma continuidade institucional sempre crescente.

Esse estado das artes só mudaria na segunda metade do presente século, quando as agências nacionais de estatística ganharam continuidade e consistência, sendo que essa nova situação se daria sob a égide de uma intensa produção, contando-se com a conjugação de três fatores sobremodo favoráveis: primeiro, a idéia de *Planejamento Nacional* como um ordenador da demanda de estatísticas, segundo, a idéia de *Contabilidade Nacional* como um ordenador da oferta de estatísticas, terceiro, a intensa utilização das *técnicas amostrais* que passam a viabilizar fortemente a constituição de registros individuais de natureza estatística.

Pela primeira vez, a produção de estatísticas podia abrir mão dos registros administrativos, criando-se intensamente os registros individuais de natureza estatística, o que autonomizaria fortemente as agências nacionais de estatística, concentrando-as no esforço produtivo, de modo que, ao contrário do que pensavam aqueles notáveis homens públicos, não se alcançou a necessária coordenação; como nunca em sua trajetória histórica, as estatísticas ganharam consistência e substância, com as grandes sínteses

estatísticas (à frente a Contabilidade Nacional) apresentando-se como sucedâneas da coordenação; realçava-se assim a dimensão (técnico) científica das estatísticas, fazendo repousar sua dimensão (sócio) política no regaço do Planejamento Nacional, que parecia ser permanente, parecia, apenas parecia...

Assim, bastou que a demanda perdesse o acolhedor regaço do Planejamento Nacional para que a compreensão do desejável deixasse de ser simples e imediata, por demais, provocando o inevitável repensar da Contabilidade Nacional e dos Indicadores Sociais como bastantes ordenadores da oferta, fazendo assim com que a explicação do possível passasse a ser essencial. O neo-liberalismo dominante descentraliza como nunca a tomada de decisões, relegando o planejamento aos espaços locais; dessa forma, amplia-se em muito a demanda de estatísticas, sem contudo reorganizá-las, ao mesmo tempo que as novas tecnologias viabilizam a ampliação da oferta de estatísticas; potencializa-se assim o tradicional desencontro entre a demanda e a oferta, fazendo renascer a necessidade de uma efetiva coordenação. Por demais, para além de ser novamente vista como necessária, passa a ser demandada pelas agências infra-nacionais de estatística, o que favorece em muito, a nosso juízo, sua concretização no tempo presente.

Em síntese, se as agências nacionais de estatística ao se consolidarem como produtoras inviabilizam a coordenação, paradoxalmente, por terem se consolidado acabam por oferecer atualmente um amplo conhecimento que a viabiliza; entretanto, há que se considerar vivamente que duas atividades absorventes como são a produção e a coordenação não podem ocupar o mesmo espaço no tempo, pelo que será preciso pensar se a coordenação seria melhor implementada dentro da agência nacional através de alguma unidade especializada aposta em sua estrutura ou se fora da agência nacional através de alguma agência especializada; mas isso, em que pese ser importante, não o será tanto quanto a definição do que deve ser entendido como o praticar de uma coordenação, o que passa pela geração de um conjunto de políticas, como se verá adiante.

Nessa linha, entendemos que a *Coordenação da Estatística Nacional* irá se materializar na compreensão do desejável e na explicação do possível, redigindo-se a difícil dialética da interpretação dos resultados. Primeiro, no sentido da compreensão do desejável, será preciso desenvolver as políticas de *representatividade, adequabilidade e responsabilidade*; segundo, no sentido da explicação do possível, será preciso desenvolver

as políticas de *acurácia, privacidade e ética*; terceiro, no sentido da interpretação dos resultados, será preciso desenvolver as políticas de *visibilidade, acessibilidade e aceitabilidade*; todas se articulando na política mestra de *accountability*, praticando-se uma permanente prestação de contas, como condição básica de sua vitalidade.

Isto posto, por mais que se aprofunde todos esses aspectos, viabilizando-lhes uma estrutura operacional, logo ficará claro que a coordenação será essencialmente um *exercício de argumentação*, propondo-se uma concepção alargada de razão, vale dizer, abrindo-se a via do razoável à clássica dicotomia do racional e do irracional, fazendo-se a conjunção da razão e do diálogo, com vistas à construção de um pluralismo. Ademais, será enfatizado que a coordenação, para além de ser um ato de vontade, mesmo que de boa vontade, configurando um querer, devidamente argumentado acerca do coletivo que se quer construir, de modo a ser implementada, pressupõe um poder manifesto no sentido de sua realização; estaremos atuando na linha do saber e na linha do poder.

A *primeira questão* será vista na primeira e na segunda seções, enfocando-se o lado da demanda e o lado da oferta, respectivamente; a *segunda* e a *terceira questões* serão vistas na terceira seção elaborando-se e interligando-se as trajetórias históricas da arte de governar e da arte de calcular; enfim, a *quarta questão* será vista na quarta seção vendo-se as vertentes cognitiva e social da coordenação, abordando-se as políticas e as estruturas. Em seguida, completa-se a análise buscando-se uma *doxa* do conjunto dos produtores, sobre as estatísticas e sobre a coordenação, através de uma pesquisa de campo. Por fim, toma-se a argumentação como a peça chave da implantação e da implementação de uma efetiva coordenação, pouco afeita à demonstração, como aliás as próprias estatísticas.

Enfim, entendamos que a coordenação *ordena em conjunto as ações* de agentes, de métodos, de recursos, de objetivos, de discursos; por demais, entendamos que coordenar tantas e tais ações significa promover uma ação *coordenada*, estabelecendo-se então os modos de se *integrar as muitas ações em um plano de ação*. Só assim estaremos alcançando as estatísticas enquanto uma produção cognitiva informacional, configurando-se um conhecimento no âmbito de uma diuturna argumentação; para tanto, será necessário estabelecer um saber coordenar, ele próprio, a partir de uma produção cognitiva informacional, fazendo-se conhecimento igualmente no campo da argumentação.

PRIMEIRA SEÇÃO:**A DIMENSÃO (SÓCIO) POLÍTICA DAS ESTATÍSTICAS. O PERFIL DA DEMANDA.****Preliminares****As estatísticas e a arte de governar. A configuração do desejável.**

Introdução

A visão foucaultiana de poder

As disciplinas, uma anátomo-política do corpo humano

As regulações, uma biopolítica das populações

Considerações finais

As estatísticas e a apreensão dos fatos. A percepção do possível.

Introdução

Os fatos, o confuso sentimento dos governantes

Os fatos, o confuso sentimento dos governados

A apreensão das estatísticas

Considerações finais

Quadro Sinóptico

O governo dos homens pelos homens - seja formando grupos modestos ou importantes, seja tratando-se do poder dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre as crianças, de uma classe sobre outra, ou de uma burocracia sobre uma população - supõe uma certa forma de racionalidade, e não uma violência instrumental.

Michel Foucault[“*Omnes et singulatim*”. **Dits et écrits.** (Vol. IV 1980-1988) Paris: Éditions Gallimard, 1994]

[A tradução é minha]

A expressão *Estatística* vem do alemão *Statistik* e foi fixada pelo professor *Gottfried Achenwall* (1719-72), na cidade de Göttingen, em 1749. Era, a essa época, considerada como a *ciência do Estado* ou como a *ciência que se referia ao Estado*¹.

Mais precisamente, referia-se aos acontecimentos tidos como memoráveis ao entendimento de um Estado, descrevendo-se seu território e sua população, compondo assim referências a amparar a ação de seus dirigentes. Inventariando os recursos e as forças de um Estado, oferecia-se em documentos como *espelho do príncipe*, tomando-se o príncipe como a própria encarnação do Estado². Semelhante aos trabalhos dos geógrafos e historiadores, nesses documentos, os números não são predominantes, seja por não estarem sistematicamente disponíveis, seja também por não serem considerados essenciais a uma boa explanação, o que significa dizer que, ao tempo que chamaríamos de sua proto-história, as estatísticas não estavam necessariamente associadas aos números, sendo não raro descritiva e mesmo algo literária³.

O tempo histórico subjacente é o da forte expansão comercial, ao longo dos séculos XVI a XVIII, caracterizado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais, mais exatamente, trata-se do tempo em que se toma consciência da necessidade e da possibilidade de se manobrar o conjunto da economia de um país, promovendo-se a emergência de um mercado nacional. No dizer de Fernand Braudel, “*essa emergência corresponde forçosamente a uma aceleração da circulação, a um aumento das produções agrícola e não agrícola, bem como a uma dilatação da demanda geral*”, começando-se a desejar estatísticas numéricas, de modo a se caracterizar numa linguagem comum a potência dos estados emergentes⁴.

¹ Hacking, Ian. **The taming...** (p. 24), Porter, Theodore. **The rise of...** (p. 23), Desrosières, Alain. **La politique...** (p. 30).

² Senellart, Michel. **Les arts de...** (p. 54).

³ Porter, Theodore. *Ibidem.* (p. 24), Desrosières, Alain. *Ibidem.* (p. 219).

⁴ Braudel, Fernand. **Civilização... O tempo do...** (p. 255), Weber, Max. **História...** (p. 185).

Natural que assim fosse. O Mercantilismo pautava-se em práticas econômicas desenvolvidas por administradores e por comerciantes com objetivos não só econômicos mas também políticos, numa palavra, estratégicos. Em síntese, submetia-se a atividade econômica aos interesses do Estado, de fato, não se tinha por objetivo aumentar o nível de vida da população, mas antes aumentar o poder do Estado. Assim, de modo a orientar as decisões públicas, fortemente centralizadas, é natural que o Estado promovesse a produção das estatísticas, fazendo-o, contudo, através de estruturas organizacionais muito frágeis, situação essa que ainda perduraria por muito tempo. Como seja, as estatísticas produzidas, como quer que fossem, eram consideradas *segredos de Estado*, sendo tidas como sigilosas, pois, ao mesmo tempo que revelavam suas potencialidades, também mostravam suas limitações, fragilizando-o perante seus inimigos ou seus rivais⁵.

As nações-estado classificaram, contaram e tabularam seus cidadãos periodicamente. Alguma forma de enumeração tem nos acompanhado pela história, ainda que só para atender a dois objetivos fundamentais de um governo, a saber: a tributação e o serviço militar. Antes da era Napoleônica, a maior parte do censo oficial permaneceu como informação a que só os administradores tinham acesso. Depois dessa era grande parte dessa informação foi impressa e publicada⁶.

De fato, em face da crescente percepção da importância das estatísticas, passou-se pouco a pouco da elaboração de quadros sintéticos e descritivos para uso do príncipe, à elaboração de quadros detalhados e específicos, geralmente numéricos, para uso na administração dos negócios públicos, sempre sob as exigências do Estado. Desde então, em meio aos avanços (técnico) científicos, as estatísticas ganharam associação definitiva com os números, ao mesmo tempo que deixaram de ser sigilosas. Esse novo ambiente dar-se-á sob a égide do liberalismo, ao tempo em que se funda propriamente um pensamento econômico, tornado de imediato numa poderosa tecnologia de governo.

Na expressão de Michel Senellart, “*a passagem de uma racionalidade finalizadora à uma racionalidade calculadora será efetuada no domínio da economia*”, cujo marco fundador é a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1723-1790), obra publicado

⁵ As poucas estatísticas então disponibilizadas ao público não o eram pelo Estado mas sim por obra e graça de amadores, em geral viajantes com educada capacidade de observar a paisagem.

⁶ Hacking, Ian. **The taming...**(p. 2). A tradução é minha.

em 1776 (mesmo ano da Declaração de Independência dos Estados Unidos)⁷. Em poucas palavras, Adam Smith funda a Economia Política reunindo os princípios da fisiocracia francesa com os princípios da aritmética política inglesa (que, como veremos na próxima seção, será um marco na produção científica das estatísticas); desde então percebe-se que se governa uma população, entendendo-se o trabalho como a principal fonte da riqueza⁸.

Então, as estatísticas deixarão de ser *espelho do príncipe* para se tornarem *espelho da sociedade*, fazendo-se fortemente presente na emergência de uma racionalidade governamental, voltada, a um só tempo, em maximizar os benefícios e em minimizar os custos da ação de governo sob a atividade econômica. Conforme ainda Michel Senellart:

*Desde o século XVIII, de fato, a visibilidade social funcionou como princípio de limitação das práticas de governo - a publicidade sendo o meio de assegurar a proteção dos indivíduos -, mas igualmente como princípio de uma tecnologia governamental racional - a publicidade vindo a ser então o meio de maximizar a eficácia do poder ao menor custo*⁹.

Isso posto, a seguir, procuraremos mostrar os elementos que configuram a dimensão (sócio) política das estatísticas, a partir da noção de *governamentalidade* desenvolvida por Michel Foucault; daremos respostas às perguntas *quem* demanda as estatísticas e *por que* o faz, fixando a idéia de ação no e/ou sobre o múltiplo, claro, tanto ação direta quanto ação indireta. Depois, no capítulo seguinte, procuraremos mostrar o difícil convívio com as estatísticas, seja na ótica dos governantes, seja na ótica dos governados, abordando a questão dos fatos a serem buscados; veremos quão complexa é a tarefa de compreensão do desejável.

⁷ Senellart, Michel. **Les arts de...** (p. 54s). A tradução é minha.

⁸ Na verdade, essa *racionalité calculatrice* de que fala Senellart começa a se dar antes mesmo de Adam Smith, quando os homens de negócio àquele tempo se habituaram a tratar de seus problemas através da elaboração de informações estatísticas.

⁹ Senellart, Michel. *Ibidem* (p. 283). A tradução é minha.

PRIMEIRA SEÇÃO - CAPÍTULO I:

AS ESTATÍSTICAS E A ARTE DE GOVERNAR. A CONFIGURAÇÃO DO DESEJÁVEL.

INTRODUÇÃO

As estatísticas revelam numericamente múltiplos organizados, superando as individualidades e promovendo as individualizações, participando assim ativamente na condução das condutas dos homens; tornando *pensável* o mundo desconhecido, ausente e distante, acaba por torná-lo *governável*, vale dizer, as estatísticas fazem-se instrumentos de *saber* e de *poder*. De fato, a partir do século XVIII, tiveram papel decisivo na formação da moderna arte de governar, sob a égide do liberalismo, pautado no pensamento econômico, tomado como tecnologia de governo; então, compreende-se que governar é governar os homens, norteando-se suas condutas com vistas à uma maior segurança social.

Pois, de acordo com Michel Foucault, as *disciplinas do corpo* e as *regulações da população* constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu um *poder sobre a vida*, apoiado numa tecnologia de governo, laboriosamente desenvolvida a partir do século XVIII, quando as estatísticas serão de suma importância.

Com as *disciplinas do corpo*, de um lado, teremos os procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas, centrando-se no “*corpo-máquina, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos*”. Com as *regulações da população*, de outro lado, teremos os procedimentos de poder que caracterizam as regulações, centrando-se no “*corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-las variar*”¹⁰.

¹⁰ Foucault, Michel. **História da...** (p. 131).

Como logo será visto, tendo presente que toda e qualquer estatística origina-se num registro individual, contendo as individualidades que serão superadas de modo a exatamente organizar-se os múltiplos, ao primeiro pólo estarão associadas as estatísticas geradas a partir dos chamados *registros administrativos*, criados essencialmente para fins administrativos não para fins estatísticos, enquanto que ao segundo pólo estarão associadas as estatísticas geradas a partir dos *registros estatísticos*, criados essencialmente para fins estatísticos não para fins administrativos (por meio de pesquisas, censitárias ou amostrais, devidamente amparadas num raciocínio estatístico).

A VISÃO FOUCAULTIANA DE PODER

Antes de prosseguir, nada mais oportuno do que dissertarmos sobre a idéia de poder, lançando mão da concepção foucaultiana sobre o mesmo.

Uma nova concepção, segundo Gilles Deleuze; significando em síntese o abandono de alguns postulados já consagrados, a saber: o *postulado da propriedade*, pelo qual o poder seria “propriedade” de uma classe que o teria conquistado; o *postulado da localização*, pelo qual o poder seria do Estado e estaria localizado no aparelho de Estado; o *postulado da subordinação*, pelo qual o poder estaria subordinado a um modo de produção; o *postulado da essência ou do atributo*, pelo qual o poder qualificaria os dominantes que o possuem distinguindo-os dos dominados sobre os quais se o exerce; o *postulado da modalidade*, pelo qual o poder agiria por violência ou por ideologia, reprimindo ou enganando ou iludindo, como política ou como propaganda; o *postulado da legalidade*, pelo qual o poder exprimir-se-ia na lei, concebida como um estado de paz imposta às forças brutas ou como o resultado de uma luta ganha pelos mais fortes¹¹.

O poder não é uma substância. Tão pouco é um misterioso atributo do qual seria preciso explorar as origens. O poder não é mais do que um tipo particular de relações entre indivíduos. E essas relações são específicas: dito de outra forma, não têm nada à ver com a troca, a produção e a comunicação, ainda que lhes estejam associadas. O traço distinto do poder é que alguns homens podem determinar, mais ou menos completamente, a conduta de outros homens - mas jamais de maneira exaustiva ou coercitiva. Um homem acorrentado e açoitado é submetido à força que se exerce sobre ele. Mas não ao poder. Mas se si consegue levá-lo a falar, quando seu último

¹¹ Deleuze, Gilles. **Foucault**. (p. 34-40).

recurso teria sido dominar sua língua preferindo a morte, é que se o terá obrigado a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade terá sido submetida ao poder. Terá sido submetido ao governo. Se um indivíduo é capaz de permanecer livre, por mais limitada que seja sua liberdade, o poder pode submetê-lo ao governo. Não há poder sem que haja recusa ou rebelião em potencial¹².

Assim, o poder é apresentado como uma estratégia essencialmente criativa, possuindo uma positividade, cujos efeitos são atribuíveis a manobras, a táticas, a técnicas. O poder não se situa em nenhum lugar exclusivo ou privilegiado, sendo essencialmente difuso, ou seja, está em todos os lugares, não possuindo uma centralidade global, é antes e acima de tudo relacional, perpassando tanto os dominantes quanto os dominados. Por demais, o poder é exercido através de discursos que produzem verdade, de modo a legitimá-lo, onde as estatísticas têm um papel argumentativo especialmente marcante, na medida em que se oferecem como uma linguagem comum capaz de facilitar as relações humanas¹³. Adicionalmente, ainda na expressão de Michel Foucault:

Quando se define o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando se as caracteriza pelo “governo” dos homens uns sobre outros - no sentido o mais extenso da palavra -, nele se insere um elemento importante: o da liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres, e na medida em que são “livres” - entendendo-se como tal sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar¹⁴.

Finalmente, importa ressaltar que o poder, mesmo sendo a ação de uns sobre outros, nem por isso deixa de ser exercido sobre pessoas livres, de fato, tendo o cuidado de preservá-las em sua liberdade, caso contrário estar-se-ia simplesmente sujeitando-as, o que seria uma violência. Ora, as estatísticas ao promoverem as individualizações o fazem sem imposição, sutilmente insinuam-se aos indivíduos sugerindo comparações; de fato, mais e mais parece ser impossível falar apenas por letras que seguem cedendo espaço aos números, cada vez mais dominantes nos discursos. Como bem observado por Ian Hacking:

A coleta sistemática de dados sobre pessoas afetou tanto a forma pela qual concebemos uma sociedade, quanto a forma pela qual descrevemos

¹² Foucault, Michel. “*Omnes et ...*” (p. 160). O grifo é meu. A tradução é minha.

¹³ *Idem*. **História da...** (p. 88-89). Deleuze, Gilles. **Foucault**. (p. 34-40).

¹⁴ *Idem*. *Le sujet et...* (p. 237). O grifo é meu. A tradução é minha.

*nossos vizinhos. Transformou profundamente o que desejamos fazer, quem tentamos ser, e o que pensamos sobre nós mesmos*¹⁵.

AS DISCIPLINAS, UMA ANÁTOMO-POLÍTICA DO CORPO HUMANO

Prosseguindo, retornemos ao primeiro pólo do poder sobre a vida.

A dominação política do corpo, realizada pela *disciplina*, responde ao imperativo de sua utilização racional em termos econômicos, transformando-o em força de trabalho, vale dizer, age sobre as forças do corpo, aumentando-as em termos econômicos de utilidade e diminuindo-as em termos políticos de obediência, tornando o corpo, a um só tempo, mais útil e mais dócil. Para tanto, a disciplina organiza espaços, ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais, hierárquicos, que facilitam a circulação e estabelecem ligações operatórias, com vistas a uma melhor economia de tempo e de gestos, transformando as multidões, confusas e perigosas, errantes e por isso inúteis, emergentes ao fim do regime feudal, em multiplicidades organizadas num espaço e num tempo coletivos.

A disciplina individualiza os corpos, agindo sobre o tempo e o espaço, de modo a moldá-los às necessidades do capitalismo industrial, promovendo a passagem do trabalhador artesão, senhor absoluto de seu tempo e de seu espaço, ao trabalhador fabril, servo absoluto de um tempo e de um espaço que escapam de seu domínio. Os indivíduos, assim disciplinados no espaço e no tempo, ajustam-se a um fazer e a um saber fazer, no imperativo das novas máquinas, sob nova organização, com vistas ao progresso; enfim, a disciplina registra, continuamente, registra e registra, modelando o indivíduo numa grande quantidade de documentos de natureza administrativa, produzindo um saber com vistas a um melhor exercício do poder.

Os *registros administrativos*, sobretudo essenciais, não são mecanismos grandiosos, ao contrário, são geralmente muito simples, não raro singelos, mas efetivos porquanto situando o indivíduo num emaranhado de anotações escritas; o olhar que observa é o mesmo que anota, que extrai e que transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia do poder. Enfim, as individualidades são captadas e fixadas numa grande quantidade de detalhes e minúcias, formando arquivos intensos de documentos, de cuja posse será desenvolvido “*um sistema comparativo que permite a medida de*

¹⁵ Hacking, Ian. **The taming of...** (p. 3). O grifo é meu. A tradução é minha.

fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’”¹⁶.

Para tanto, será preciso estabelecer-se alguma equivalência, fazendo surgir previamente uma ou mais identidades que orientem o manuseio das diferenças, como por exemplo, os alunos de um mesmo professor (independentemente do sexo, da idade, dentre outras características), a partir do que os documentos acumulados podem ser organizados, com vistas ao estabelecimento de medidas centrais que permitam fixar padrões.

Destarte, emerge o fazer estatístico, cujo fim último é exatamente o expressar numérico dos múltiplos organizados, promovendo assim a criação de espaços públicos próprios à ação (seja diretamente, seja indiretamente, induzindo ou dispondo à ação). Mas, o caráter algo humilde observado nos registros administrativos acabará por se transferir ao seu próprio transformar em estatísticas, dito de outra forma, não será nada grandiosa a tarefa de se produzir estatísticas a partir dos registros administrativos, dificilmente trazendo algum atrativo científico, sem contar a dificuldade de se manusear grandes quantidades de documentos, a menos que previamente postos em arquivos computacionais, o que só se dará no presente século. Assim, em que pese a reconhecida importância dos registros administrativos como fontes individuais para a produção das estatísticas, seu uso será sempre reticente, sendo não raro diminuído mesmo.

AS REGULAÇÕES, UMA BIOPOLÍTICA DAS POPULAÇÕES

Prosseguindo, passemos ao segundo pólo do poder sobre a vida.

Com o avançar do capitalismo, a idéia de população fica mais clara, sendo paulatinamente problematizada. Assim, de acordo com Fernand Braudel, “*se fosse preciso acertar o relógio do Ocidente, eu assinalaria um aumento prolongado da população de 1100 a 1350, outro de 1450 a 1650, mais um a partir de 1750. Este último já não iria conhecer regressão*”¹⁷. Pois é deste último período que vimos falando; então, a par com a disciplina, surge no campo das grandes políticas nacionais, as questões da natalidade, da

¹⁶ Foucault, Michel. **Vigiar e...** (p. 168s).

¹⁷ Braudel, Fernand. **Civilização... As estruturas...** (p. 21).

longevidade, da saúde pública, da habitação, da migração, dentre outros, apontando para a necessidade de novas técnicas com vistas ao controle das populações.

Recorde-se que Adam Smith, lançando as bases da Economia Política em sua obra máxima *A riqueza das nações*, publicada em 1776, irá destacar o trabalho como fonte principal da riqueza. Recorde-se ainda que Thomas Malthus, em seu *Ensaio sobre a população*, obra publicada em 1798, enunciará o conhecido dilema malthusiano que ainda hoje incomoda as nações ditas civilizadas (a oferta de alimento cresceria em progressão aritmética, enquanto que a população cresceria em progressão geométrica).

(Como ilustração, cabe lembrar que no mesmo ano de 1776 terá lugar a Declaração de Independência dos Estados Unidos, e que no ano de 1789 terá lugar a Revolução Francesa, enfocando os direitos humanos, em meio a uma inaudita efervecência populacional; pois, no rastro desses eventos a América Latina, espanhola e portuguesa, irá se tornar independente. Adicionalmente, recorde-se que à essa época no Brasil, mais precisamente em Minas Gerais, vivia-se o auge do ciclo do ouro, com fortes reflexos na então monetização européia; em seguida, em 1789, aquela região irá vivenciar a extraordinária Inconfidência Mineira).

Assim, nesse contexto, é natural que os governos renovassem a atenção sobre a segurança social, surgindo o que Michel Foucault chamou de bio-política das populações, vale dizer, “*o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento*”¹⁸. Essa atitude não significa que se deixa de lado a gestão do corpo-máquina em favor da gestão do corpo-espécie, na verdade a disciplina não terá sido tão importante e tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população. Conforme expresso por Michel Foucault:

*Gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente ao nível de seus resultados globais; gerir a população significa geri-la igualmente em profundidade, na minúcia e no detalhe. A idéia de governo da população torna mais agudo o problema da fundação da soberania e mais agudo ainda a necessidade de se desenvolver as disciplinas*¹⁹.

Assim, a par com a gestão disciplinar é que irá emergir a noção de gestão governamental, tendo a população como seu alvo principal e a economia política como seu

¹⁸ Foucault, Michel. **História da...** (p. 132s).

¹⁹ *Idem. La 'gouvernementalité'* (p 654). O grifo é meu. A tradução é minha.

instrumento maior. Na expressão de Michel Foucault, “*são esses três movimentos, creio: governo, população, economia política que constituem, vale enfatizar, desde o século XVIII um conjunto sólido que, ainda hoje, mantem-se unido*”²⁰. Vale dizer, “*a constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, aquilo que chamamos precisamente a economia*”²¹. Assim, foi somente compreendendo a realidade econômica que “*o problema de governo pôde enfim ser pensado, reletido e calculado fora do quadro jurídico da soberania*”²². Enfim, governam-se os homens em relações às *coisas* que são as riquezas, os recursos, o território, em suas fronteiras e em suas qualidades, que são também os costumes, os hábitos, as formas de pensar, bem assim, que são os acidentes, as desgraças, como a fome, a epidemia, a morte, e muito mais.

Pois as estatísticas que, ao tempo do mercantilismo, estiveram o serviço do Estado, operando em benefício de sua administração, sendo tomadas reservadamente como *espelho do príncipe*, alimentando, desde o século XVI, a chamada razão de Estado pela qual se entendia estar-se governando sempre muito pouco, acabarão por se tornar, a partir do século XVIII, *espelho da sociedade*, sob a égide do liberalismo, pelo qual se entendia estar-se governando sempre em demasia. Ora, governar passa a ser governar a população, com as estatísticas revelando suas regularidades e suas diversidades, vale dizer, nas palavras de Michel Foucault:

*A estatística revela e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população apresenta características próprias em seu conjunto e que esses fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias, as expansões endêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra igualmente que, por seus deslocamentos, por suas maneiras de fazer, por sua atividade, a população tem seus efeitos econômicos específicos. A estatística, permitindo quantificar os fenômenos próprios à população, revela uma especificidade irredutível ao pequeno quadro da família*²³.

²⁰ Foucault, Michel. *La ‘gouvernementalité’* (p. 655). A tradução é minha.

²¹ *Idem. Ibidem.* (p. 653]. Veja-se as observações de Senellart no início desta seção. A tradução é minha.

²² *Idem. Ibidem* (p. 651). A tradução é minha.

²³ Foucault, Michel. *La ‘gouvernementalité’* (p. 651). A tradução é minha.

Mais precisamente, será com a idéia de sociedade, no seio do liberalismo, que se poderá constituir uma efetiva tecnologia de governo, centrada na população, tendo-se a Economia Política como teoria, bem assim, o mercado como prática, tornando-se viável debater os limites do exercício de governo. Procura-se formalizar os objetivos de governo, geralmente muito abstratos, tais como ordem, eficiência, segurança, dentre outros, dito de outra forma, procura-se materializar os processos e as atividades a serem objeto da ação governamental, estabelecendo-se um domínio de governo, claro, sempre perpassando a população, em si mesma e em suas relações sócio-econômicas²⁴.

Isso posto, duas afirmações de Nikolas Rose serão esclarecedoras, oferecendo uma bem elaborada síntese sobre a presença das estatísticas na arte de governar:

*Para se governar uma população é necessário, de um lado, isolá-la, como um setor da realidade, de modo a identificar-se certas características e processos que lhes sejam próprios, tornando alguns de seus traços dignos de nota, dos quais se possa falar e escrever, e a eles se referir, sempre de acordo com certos esquemas explanatórios. Assim, o governo depende da produção, circulação, organização e legitimação de verdades que encarnem o que deve ser governado, tornando-o passível de ser pensado, calculado e exercido na prática. Por outro lado, governar uma população requer conhecimento de uma modalidade específica. Para se fazer cálculos acerca de uma população faz-se necessário ressaltar certos traços dessa população, como sendo a matéria-prima do cálculo, e requer que se tenha informações sobre os mesmos. O conhecimento assume aqui uma forma bastante concreta; requer a transcrição de fenômenos (tais como o nascimento, a morte, o casamento, uma doença, o número de pessoas que vivem nessa ou naquela casa, o tipo de trabalho que exercem, sua alimentação, sua riqueza ou pobreza) em registros sobre os quais cálculos políticos possam ser realizados. O cálculo, então, depende de processos de “inscrição” que traduzem o mundo em traços concretos, relatórios escritos, desenhos, mapas, gráficos e, principalmente, números.*²⁵

Sobre um domínio a ser governado precisa-se, não apenas falar e pensar sobre ele, mas também poder-se agir sobre o mesmo. Ou seja, precisa-se de informações para se saber o que está acontecendo naquele domínio específico. A informação pode se apresentar sob várias formas: relatórios escritos, desenhos, imagens, números, tabelas, gráficos, estatísticas, e assim por diante. Isso possibilita que o contorno estabelecido para um certo domínio - tipos de bens e serviços, ou as idades das pessoas, seus domicílios, saúde, criminalidade - seja de tal ordem que se possa calculá-los nos locais onde as decisões são tomadas: os escritórios, os gabinetes, as conferências, os comitês,

²⁴ Veja-se o primeiro capítulo da terceira seção, adiante.

²⁵ Rose, Nikolas. **Governing the...** (p. 6). Os grifos são meus. A tradução é minha.

*dentre outros. Este século dependeu e inspirou a construção de topografias morais e mapeamentos estatísticos da população, se não como um todo, pelo menos de seus setores mais problemáticos*²⁶.

Destarte, busca-se estabelecer os contornos da população, tornando-a pensável, de modo a se governá-la, ficando evidente o distinto papel das estatísticas, enquanto expressões numéricas de múltiplos organizados. Agora, o empreendimento será visto como muito grande para ficar limitado ao uso dos registros administrativos, quando ganha força especial a criação dos *registros estatísticos*, a essa época, essencialmente gerados por pesquisas censitárias. Sem sombra de dúvida, trata-se de empreendimentos sempre muito grandiosos, a atrair o interesse de estudiosos e a exigir a presença do Estado, mas talvez por serem espaçados no tempo, mesmo quando realizados periodicamente, acabam por fazer com que as instituições sofram descontinuidades administrativas. Vale dizer, as organizações responsáveis são frágeis, são criadas com a mesma facilidade com que são extintas, com evidente prejuízo para a memória técnica, o que só será corrigido na segunda metade do presente século²⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso posto, podemos identificar um ponto em comum nos pólos anteriormente apresentados, qual seja, haver pessoas que agem *no e/ou sobre* o múltiplo, vale dizer, haver pessoas com poder para agir sobre outras pessoas. Diríamos, são os governantes que agem sobre a população, os pais que agem sobre os filhos, os empresários que agem sobre os operários, os religiosos que agem sobre os fiéis, assim sucessivamente.

As ações levadas a cabo por esses atores, trazem a marca da polêmica, razão porque se é tentado a sustentá-las em números, como uma promessa de aceitação acima da crítica, criando-se uma situação altamente confortável, pois contra os números não haveria o que discutir. Como exemplo, os governantes procuram passar a idéia de que os números decidiram, não eles, ou, melhor ainda, que de posse de determinados números, qualquer um tomaria a mesma decisão.

Em síntese, as estatísticas interessam àqueles que governam, entendendo-se por governar algo que, de uma forma ou de outra, todos nós fazemos, em nossas diferentes

²⁶ Rose, Nikolas. **Inventing...** (p. 102-3). O grifo é meu. A tradução é minha.

áreas de atuação, mais ainda, interessam por promoverem as individualizações, fazendo com que sutilmente o *um* se perceba em relação ao *outro*, autogovernando-se, como o operário que observa seu desempenho em relação ao desempenho da empresa, a partir das informações contábeis que lhes são apresentadas na forma de tabelas e de gráficos, daí empenhando-se em aumentar sua produtividade, até mesmo para manter seu emprego.

Assim, quanto maior for o número de pessoas com capacidade de decidirem, no limite, de governarem, mais estatísticas serão demandadas; ora, a descentralização decisória parece ser a marca do tempo presente, razão porque mais e mais deseja-se estatísticas sobre tudo, não havendo aparentemente tema que possa ser ignorado. Isso posto, será preciso considerar atentamente se em termos (técnico) científicos as estatísticas demandadas podem ser ofertadas, mas antes será preciso considerar quem terá direito a um atendimento público e quem terá que se voltar a um atendimento privado, o que significa ter em conta a dimensão (sócio) política das estatísticas. Enfim, compreender o desejável será tarefa primeira encaminhando a ulterior explicação do possível, sempre com vistas à interpretação dos resultados, o que passa por um efetiva coordenação. Por ora, fiquemos com a percepção de que a perfeita e profunda compreensão do desejável exigirá plena atenção às noções de representatividade e de adequabilidade e de responsabilidade, como será definido adiante. Para a interpretação dos resultados precisaremos encaminhar as noções de visibilidade e de acessibilidade e de aceitabilidade, como será visto adiante.

²⁷ Veja-se o segundo capítulo da terceira seção, adiante.

PRIMEIRA SEÇÃO - CAPÍTULO 2:

AS ESTATÍSTICAS E A APREENSÃO DOS FATOS. A PERCEPÇÃO DO POSSÍVEL.

INTRODUÇÃO

As estatísticas, como vimos anteriormente, fazem-se indispensáveis àqueles que agem no e/ou sobre os múltiplos organizados. Na verdade, para além de permitirem ações de governo, sobre múltiplos organizados, as estatísticas, ao promoverem as individualizações, fazem-se especialmente atraentes na medida que levam a ações de autogoverno, especialmente tentadoras à conduta das condutas; podemos dizer que as estatísticas influem notavelmente as relações humanas na medida em que determinam padrões sociais, mesmo que não tenham precisão metrológica.

Perfeito, as estatísticas são vistas como importantes, essenciais mesmo, à arte de governar, apondo-lhe uma desejável racionalidade, vale dizer, para bem atuar a cada instante faz-se necessário dominar os fatos; mas, por muito tempo houve uma grande confusão no entorno dos fatos, eram muito desejados mas não se sabia como apreendê-los. De resto, eram comumente tomados como existindo em si mesmos, estando prontos à colheita de um observador; se assim fosse, seriam facilmente apresentados em termos numéricos e se confundiriam sobremodo com os acontecimentos, aqueles que fossem os alvos preferenciais da atenção governamental.

OS FATOS, O CONFUSO SENTIMENTO DOS GOVERNANTES

Dois aspectos merecem ser lembrados: primeiro, haveria que se perceber que as estatísticas não seriam os fatos em si mesmos, mas antes uma versão dos fatos, o que passaria por uma grande atenção para com a produção; segundo, haveria que se perceber

que as ações amparadas nas estatísticas, ainda que expressando coletividades acabam por refletir sobre as individualidades que, não por acaso, não se encontram nas estatísticas, daí, muito justamente, sentindo-se desconfortáveis, quando não mesmo enganadas.

A *Royal Statistical Society*, fundada em 1834, declarou seus propósitos segundo o considerado verdadeiro estilo baconiano, ou seja, “*buscar, organizar e publicar fatos destinados a ilustrar a condição e as perspectivas da sociedade*”. Para seus fundadores, os estadistas e os legisladores deveriam recorrer às estatísticas em busca dos princípios segundo os quais governar ou legislar, declarando com todas as letras a estatística como “*a ciência das artes da vida civil*”, associando-a definitivamente ao governo do Estado, na linha do apresentado no capítulo anterior²⁸. Entretanto, constata-se historicamente que importantes decisões políticas, que mudaram os rumos da humanidade, foram tomadas na ignorância dos fatos, no império das paixões, na sujeição dos palpites.

A primeira explicação estaria na dificuldade de se governar por números, ou seja, se é verdade que os números mudam a arte de governar, não menos verdade é que governar por números é uma arte em si mesma, vale dizer, o manuseio dos números pressupõe uma certa expertise, raramente encontrável entre os governantes. A segunda explicação estaria na própria natureza dos fatos, ou seja, como se os entendia prontos, a espera de serem colhidos, pouca atenção se dava às organizações produtoras, como não se percebia que precisavam ser construídos, que suas construções eram muito exigentes e laboriosas, a fragilidade das organizações acabava por instabilizar a própria apreensão dos mesmos. Seria preciso entender, como bem observado por Peter Gay que

*... os fatos não eram como pequenos seixos de verdade que acabariam formando uma lei científica quando se reunisse um número suficiente. Huxley, por exemplo, achava que os fatos isolados eram mudos. Estava plenamente consciente de que o mais diligente, o mais paciente dos empiristas, seu amigo Charles Darwin, só tinha feito progressos na teorização sobre a evolução depois de encaixar as informações que havia reunido ao longo dos anos na estrutura propiciada por uma hipótese*²⁹.

Realmente, a percepção de que o pensar dos fatos deveria nortear-se por teorias ainda era muito tênue e continuaria a sê-lo ainda por muito tempo. Mais ainda, percebia-se

²⁸ Gay, Peter. *Domínio incerto...* (p. 451).

²⁹ *Idem. Ibidem* (p. 459).

muito pouco que, para além de um corpo teórico multidisciplinar, agregando a Economia e a Sociologia, a Demografia e a Estatística, dentre outras disciplinas, seria preciso contar com um método de pesquisa, tomado em suas especificidades, sendo devidamente institucionalizado, conformando assim uma arte de calcular as estatísticas, sem o que não se poderia bem expressar numericamente os fatos, como será visto na próxima seção. Contudo, ainda passaria muito tempo até que se conseguisse compreender em suas conseqüências o que Camille Jacquart já dizia no início do presente século:

*A estatística só consegue amparar-se sobre situações concretas, objetos materiais e atos humanos [na verdade] efeitos dos atos humanos considerados em uma ou outra de suas características individuais, comuns a todo um grupo, mas sempre em suas manifestações exteriores*³⁰.

De fato, importa perceber que só se pode atribuir números a *coisas*, só se pode produzir estatísticas em relação a coisas, então, precisamos identificar claramente o objeto da nossa observação; por demais, há que se perceber que a comensurabilidade não é uma propriedade das coisas, mas uma qualidade que se lhes atribui o observador. Assim, temas como a pobreza, a saúde, o crescimento, dentre outros, só poderão ser tornados fatos na medida em que tenham em sua constituição elementos representativos passíveis de serem observados. Ora, a seleção desses elementos será tanto mais pacífica, quanto mais se ampare em teorias, conhecidas e reconhecidas; definitivamente, os fatos são construídos, não são colhidos. Enfim, acrescente-se ainda com Camille Jacquart:

*Cabe enfatizar que o método estatístico não consegue superar ou mesmo compensar a ciência na qual venha a ser aplicado. Seu emprego, numa certa área de conhecimento, - pensemos na psicologia coletiva, - só pode ser eficaz na medida em que os fenômenos dessa área sejam conhecidos, uma vez que será sempre preciso haver uma definição do fato a ser observado, como ponto de partida da operação estatística*³¹.

Não pode ser diferente, as estatísticas são construídas, o que não lhes diminui a importância; desde que bem construídas, as estatísticas seguem guardando todas as suas reais possibilidades, ainda que, por serem construções, igualmente apresentem limitações. Mas, ignorar essa realidade pode levar a situações embaraçosas, querendo-se estatísticas

³⁰ Jacquart, Camille. **Statistique et science...** (p. 59). A tradução é minha.

³¹ *Idem. Ibidem.* (p. 62). A tradução (algo livre) é minha.

que não são possíveis, frustrando-se com as estatísticas possíveis, enfim, sendo da ordem da precisão e não da ordem da exatidão, as estatísticas precisam ser usadas com muito cuidado, não dispensando discernimento.

Por fim, valeria refletir sobre as seguintes afirmações, a primeira de Ian Hacking e a segunda de Alain Desrosières:

... os aspectos que chamamos de realidade determinam o que é falso ou verdadeiro de acordo com nossos critérios. Mais, nossos estilos e nossas verdades não existem até que os tenhamos tornado realidade. A objetividade, entretanto, não é menos imponente, impenetrável, resistente, porque é o produto de nossa história. Mas quando chegamos perto o suficiente para tocarmos essa pedra (a objetividade) - ou melhor, esse conglomerado de pedras - percebemos suas fissuras e notamos o quanto sua textura é diferente daquela superfície lisa que de longe se nos apresentava, antes que prestássemos atenção aos seus muitos detalhes, que são na verdade sua própria origem e que constituem sua substância³².

A realidade aparece como o produto de uma série de operações concretas de inscrições, produto tanto mais real quanto mais gerais sejam essas inscrições, ou seja, as convenções de equivalência que as fundam sendo solidamente estabelecidas, como o fruto de investimentos da mais ampla envergadura. Ora, esses investimentos encontram sentido numa lógica de ações que englobe a questão cognitiva da medida. Assim, se alguma coisa medida o é em relação a essa lógica, então ela própria é real, já que essas ações falam por ela (o que é um bom critério de realidade), tendo sido construída no quadro dessa lógica³³.

Então, confortavelmente, pode-se tomar os fatos expressos pelas estatísticas, desde que bem construídas, como imagens dos acontecimentos; as versões dos fatos são muito satisfatórias às ações no e/ou sobre os múltiplos, ações diretas ou indiretas. Mas, não se pode esquecer, contudo, que se estará agindo sobre individualidades necessariamente superadas quando da organização dos múltiplos, o que poderá provocar compreensíveis desencontros e desentendimentos, entre governantes e governados.

OS FATOS, O CONFUSO SENTIMENTO DOS GOVERNADOS

³² Hacking, Ian. *Statistical language...* (p. 155). O grifo é meu. A tradução é minha.

³³ Desrosières, Alain. **La politique...** (p. 21). O grifo é meu. A tradução (muito livre) é minha.

Dois aspectos merecem ser destacados: primeiro, haveria que se perceber que as individualidades não se acham nas estatísticas ainda que se parta sempre de registros individuais, o que não é de fácil apreensão, a exigir atento esforço educativo; segundo, haveria que se perceber que as individualizações promovidas pelas estatísticas o são como que de modo subliminar, sendo de certa forma um tema interdito, dificilmente abordável coletivamente, destacando-se a força pública das estatísticas.

A intensa busca dos fatos pelos governantes, valorizando-os imensamente, provoca nos governados uma reação de viva confusão, de um lado igualmente desejando-os muito, de outro lado sentindo-se pateticamente ignorados em suas individualidades. De fato, sempre se é tentado a se ver individualmente nas estatísticas, exatamente o que não há nas estatísticas, enquanto expressões de múltiplos organizados que são. Essa situação pode ser vista em cores vivas no extraordinário livro *Hard Times*, do notável escritor inglês Charles Dickens (1812-1870), sempre finamente irônico.

Assim, nas palavras de Mr. Gradgrind, orientando os professores de sua escola, os fatos são valorizados ao extremo, servindo mesmo como orientação pedagógica: *“O que eu quero, agora, são fatos. Ensinem a esses rapazes e a essas moças nada a não ser fatos. Somente fatos são necessários na vida. Não plantem nada mais e extirpem todo o resto”*, pouco adiante, ainda no primeiro capítulo, o velho mestre escola oferece uma forte síntese: *“Senhores, tudo o que precisamos nessa vida são fatos; nada a não ser fatos”*³⁴.

Adiante, no início do segundo capítulo, o personagem é apresentado como *“um homem que vive das realidades da vida, um homem de fatos e cálculos”*, expressando logo depois a importância de se conhecer os fatos e declara como os compreende:

*Vocês devem ser em todas as coisas regulados e governados pelo fato. Esperamos ter, dentro em breve, um conselho do fato, composto de comissários do fato, que obrigarão as pessoas a buscarem o fato, nada mais que o fato. (...) Para a concretização desses objetivos, vocês devem utilizar combinações e modificações (em cores primárias) da matemática passíveis de prova e demonstração. Essa é a nova descoberta. Isso é fato*³⁵.

Isso posto, no capítulo quinto encontra-se um adendo importante, ainda na voz do mesmo personagem, *“Fato, fato, fato, em todos os lugares do plano material da*

³⁴ Dickens, Charles. **Hard Times**. (p. 1-2). A tradução é minha.

³⁵ *Idem. Ibidem* (p. 3-10). A tradução é minha.

cidade; fato, fato, fato, em todos os lugares do plano imaterial”, o que pode ser entendido como a busca de um entendimento exato sobre tudo que é material, mas também sobre tudo que é imaterial, nomeadamente a própria vida humana³⁶.

Na pena de Charles Dickens, Mr. Gradgrind aparece como um eminente representante das idéias dominantes em seu tempo, ao longo do século XIX, idéias essas historicamente nominadas de *Utilitarismo*, tendo à frente Jeremy Bentham (1748-1832), pensador e político inglês, para quem uma ação coletiva seria tanto melhor quando mais felicidade proporcionasse ao maior número de pessoas, o que pressupunha naturalmente a existência de estatísticas sobre a população. Para Charles Dickens, as estatísticas em sua frieza estariam ignorando as nobres qualidades humanas, não sendo nada mais do que declarações falaciosas sobre a natureza humana; pois, em correspondência a um amigo chega a declarar enfaticamente, dando o tom de seu belo romance: *“Minha sátira é contra aqueles que só vêm números e médias e nada mais - os representantes do pior e maior vício do nosso tempo”*³⁷.

O natural desse sentimento pode ser bem aquilatado folheando-se, mesmo que muito rapidamente, a história dos censos, sabidamente uma das mais antigas fontes estatísticas, ainda hoje uma das mais importantes em que pese o advento das pesquisas amostrais. Observa-se nas afirmações a seguir, a primeira de Ian Hacking e a segunda de Nikolas Rose, o que se pretendia com os censos, provocando-se compreensíveis reações adversas nos governados:

*O quarto livro do Pentateuco é chamado Números porque é a respeito de um censo feito em Israel. A enumeração está mesmo entranhada ao extremo nas tradições Judaica e Cristã. O rei David começou a construir o Templo como forma de compensação ao seu censo de Israel e Judá. E Jesus nasceu em uma manjedoura porque seus pais estavam a caminho de serem contados e incluídos na tributação, em sua cidade natal. A descrição estatística é tão comum entre as civilizações que pode ser considerada como um tema universal entre os governos, estando vinculado a dois outros temas universais das sociedades organizadas: o alistamento militar e a tributação*³⁸.

³⁶ Dickens, Charles. **Hard Times**. (p. 29). A tradução é minha.

³⁷ *Apud* Dickens, Charles. *Ibidem*. Introduction (p. xi). A tradução é minha.

³⁸ Hacking, Ian. *Statistical language...* (p. 140). O grifo é meu. A tradução é minha.

*A palavra censor remonta ao Império Romano: o censor era quem realizava o censo, quem contava os cidadãos adultos do sexo masculino e suas propriedades para efeito de tributação e para determinar suas obrigações militares e situação política, e, ao mesmo tempo, era quem fazia censura, e quem estava encarregado de controlar os bons costumes. A relação entre as estatísticas e a política guardou esse elo entre o enumerar, o fiscalizar e o censurar, mas o combinou à noção de que o poder do príncipe poderia e deveria ser exercido de uma forma racional, dependente de um conhecimento calculado a respeito daqueles sobre os quais o governo seria exercido*³⁹.

Ainda a propósito da prática censitária, embora tendo origem distante no tempo, foi apenas nos Estados Unidos, já ao tempo da independência, que ganhou força, tornando-se um preceito constitucional, Art. 1º § 2, que estabelecia a periodicidade decenal, hoje adotada pela grande maioria dos países do mundo. Então, embora tendo a finalidade principal de se estabelecer as representações parlamentares, a atenção para com a realização dos censos, já expressava a percepção dos fundadores da nova nação de que “governar com legitimidade não é governar à mercê das opiniões e preconceitos, e sim governar sob a luz dos fatos”, o que se mostrará historicamente premonitório⁴⁰. De fato, o primeiro censo populacional realizado, em 1790, tinha apenas quatro quesitos, passando, em 1880, quando da realização do décimo, a cerca de treze mil⁴¹.

Em síntese, a reação algo reticente dos governados é bastante compreensível, de um lado, porquanto as ações dos governantes lhes afetam em suas individualidades, sendo amparadas nas estatísticas onde suas individualidades não se encontram, de outro lado, por não se perceberem construindo suas individualizações através das estatísticas, porquanto sendo o fruto de uma ação basicamente inconsciente, ao cabo de tudo, fazendo-se muito cepticos quanto ao valor das mesmas.

A APREENSÃO DAS ESTATÍSTICAS.

Então, conflitando governantes e governados, a aceitação das estatísticas nunca foi pacífica, sempre atraindo polêmicas, paradoxalmente, justo o que se pretende evitar quando se as demanda. Ora, perceber que ao desejável, como uma leitura (sócio) política

³⁹ Rose, Nikolas. *Governing by numbers...* (p. 677). O grifo é meu. A tradução é minha.

⁴⁰ *Idem. Ibidem.* (p. 684). A tradução é minha

⁴¹ Na verdade, o primeiro censo moderno é atribuído aos suecos, que o realizaram em 1780. A seu turno, os ingleses só o fizeram em 1801, muito provavelmente sob influência de Jeremy Bentham. O Brasil fará o seu

da realidade, seria imperioso contrapor o possível, como uma leitura (técnico) científica da realidade, ainda levaria tempo para acontecer. Seria preciso perceber não só que os fatos não estavam prontos a espera de serem colhidos, mas sobretudo que se deveria construí-los, dando-se formalidade institucional aos seus processos produtivos. Até que isso pudesse ser concretizado, sentimentos antagônicos pareciam inevitáveis e incontornáveis: amor e ódio, aceitação e recusa, valorização e depreciação, dentre outros.

Entretanto, felizmente, pôde-se contar com a reação competente de homens notáveis, dando-se cobro à essa confusa situação, empenhando-se em facilitar a apreensão e a aceitação das estatísticas: lançaram as bases das linguagens tabular e gráfica, ainda hoje largamente utilizadas, inovaram no cálculo, com a introdução de processadores mecânicos, ancestrais dos modernos computadores, incorporaram novas modalidades de pesquisa, antecipando-se aos futuros avanços das pesquisas amostrais. Em que pese a enorme importância desses avanços, festejadas e premiados, não foram poucas as reações contrárias, porquanto sendo entendidos como intervenções indevidas nos fatos, como que tirando-lhes a pureza, claro, insistindo-se que os mesmos estavam prontos a espera de serem colhidos; assim, postas em tabelas e em gráficos, as estatísticas estariam violentando os fatos, trazendo a visão de seus organizadores.

Cabe destacar o empenho de três grandes estudiosos, sempre no sentido de tornar as estatísticas visíveis, acessíveis, aceitáveis.

Primeiro, o economista-político escocês *William Playfair* (1759-1823) que teorizou sobre a elaboração de gráficos estatísticos, vendo-os como mais eficazes a um entendimento geral do que as próprias tabelas, consideradas difíceis de se observar e de memorizar. Entendia que um gráfico estatístico, ao associar elementos visuais e verbais, facilitava a aquisição efetiva da informação, produzindo efetivamente um senso comum ou uma linguagem comum. Com os gráficos, ampliava em muito a possibilidade de se transportar a informação estatística, a um amplo entendimento da sociedade⁴².

primeiro censo populacional em 1872, ainda no período monárquico, só consolidando a prática decenal a partir da década de 40, no presente século.

⁴² Desrosières, Alain. *Classer et mesurer...* (p. 5s). Trata-se de um texto especialmente interessante.

Segundo, o advogado francês, *André-Michel Guerry* (1802-66) que, em seu estudo sobre o crime na França, “*nos deu a concepção de representação gráfica, como a ancestral das folhas de posição de hoje*”, exatamente o que dá distinção histórica à sua obra, ou seja, sua qualidade gráfica e editorial. Percebendo a importância da mecanização, desenvolveu uma máquina para manusear grandes quantidade de números, a qual chamou de “*ordonnateur statistique*”, donde vem o nome francês *ordinateur* para designar o computador⁴³. *En passant*, poderíamos lembrar que os maiores avanços da informática estiveram ligados ao processamento dos censos.

Terceiro, o engenheiro de minas francês, *Frédéric Le Play* (1806-82), ao idealizar as chamadas *monographies*, com as quais elaborava estatísticas localizadas, sempre de mais fácil assimilação, contribuiu significativamente para sua aceitação e compreensão popular⁴⁴. Em 1840, num pequeno livro declarou que a Estatística “*é a observação e a coordenação de fatos que interessam o corpo social sob o ponto de vista do governo*”, enfatizando a necessidade de se criar e consolidar uma agência de estatística na França, na linha defendida por Adolphe Quetelet (1796-1874)⁴⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrariamente ao que se acreditava, os fatos não existiam em si mesmos, não estavam prontos à espera de serem colhidos, crença essa que levava à fragilização das organizações produtoras. Ora, como os fatos precisavam ser construídos, a fragilidade dessas organizações acabaria por refletir na qualidade das estatísticas, também fragilizando-as, impunha-se atenção à arte de calcular.

Isso irá se dar nos *centros de cálculo* no interior dos *centros*, nas expressões de Bruno Latour que desenvolveremos na próxima seção. Nesse ambiente, não sem grande labor, haverá ocasião de se firmar na geração das estatísticas a utilização de teorias e a constituição de métodos. Naturalmente, haverá a inevitável passagem do (sócio) político ao (técnico) científico, encetando-se um diálogo sempre muito delicado.

⁴³ Hacking, Ian. **The taming...** (p. 76-7). A tradução é minha. Guerry, em 1864, foi laureado com o Prêmio Monyton (instituído pelo Baron de Monyton, filantropista francês), pelo visual de suas publicações.

⁴⁴ Em 1856, ganhou do *Institute de France* o prêmio Monyton,, pela qualidade de sua obra divulgando os resultados de suas *monographies*. *Idem, ibidem* (p 136).

⁴⁵ *Apud* Hacking, Ian. *Ibidem* (p. 136). A tradução é minha

PRIMEIRA SEÇÃO - QUADRO SINÓPTICO

Estatísticas **ARTE DE GOVERNAR**

Século XVI / XVIII - Mercantilismo: Estatística como *Espelho do Príncipe*
 Século XVIII / XIX - Economia Política / Liberalismo: Estatística como *Espelho da Sociedade*
 ↓ ↓
 ↓ ↓ ↘ Adam Smith: A Riqueza das Nações (1776)
 ↓ ↓ [Fisiocracia Francesa e Aritmética Política Inglesa (sir William Petty)]
 ↓ ↓

Configura-se um **poder sobre a vida**

↓ ↓ ↓
 ↓ ↓ ↓
 ↓ Polo 1 ↓ Polo 2 { Perfil da demanda
 { Quem? Por que?

Disciplina do corpo

[Corpo-máquina]

Regulação da população

[Corpo-espécie]

Reg. Administrativos

Reg. Estatísticos (Pesq. Censitárias)

Estatísticas: expressões numéricas de múltiplos organizados // Objetividade

[Supera as individualidades e Promove as individualizações (o um em face do outro)]

GOVERNAMENTALIDADE: RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL

⇓

Domínios de governo / Acontecimentos / Plano (sócio) político

Fatos

ou?

Versão dos fatos

Fatos prontos
 Royal Statistical Society (1834)

Fatos construídos / Teoria
 Século XX

Produtores são frágeis

Produtores devem ser fortes

↑

Governante (Confunde o fato com a versão)

Governado (Confunde o individual com o múltiplo)

[Desenvolvimento das linguagens tabular e gráfica]

[Introdução de processadores mecânicos]

Falta consolidar

{ Visibilidade / Aceitabilidade

{ Acessibilidade

Falta equacionar: representatividade dos demandantes

adequabilidade entre o demandado e o ofertado

responsabilidade dos ofertantes

SEGUNDA SEÇÃO:**A DIMENSÃO (TÉCNICO) CIENTÍFICA DAS ESTATÍSTICAS. O PERFIL DA OFERTA.****Preliminares****As estatísticas e a arte de calcular. A configuração do possível.**

Introdução

Os centros e os centros de cálculo

Os centros de cálculo estatístico

Os centros de cálculo estatístico, especificidades

Considerações finais

As estatísticas e a apreensão das coisas. A percepção do desejável.

Introdução

A comparação pela medida e pela ordem

O domínio do número, a essência da coisa

O novo paradigma científico, a objetivação

Considerações finais

Quadro Sinóptico

Uma vez que nada é por si só comensurável ou incomensurável, a ação pertence a quem define os aparelhos de medida permitindo fabricar as equivalências e de fazer com que um atuante [actant] seja o mesmo que um outro. *Comentário:* não há diferenças e identidades, mas atos de diferenciação e de identificação. O mesmo e o outro não são mais que as conseqüências de provas de força, de seus defeitos, de suas vitórias ou de suas crises de frustrações [cafard].

Bruno Latour[*Irréductions. Les microbes, guerre et paix.* Paris: Éditions A. M. Métailié, 1984.]

[A tradução é minha]

Os primórdios do cálculo estatístico podem ser localizados no empenho do médico inglês *sir William Petty* (1623-87) em gerar estatísticas a partir dos registros administrativos, especialmente dos registros do estado civil existentes ao seu tempo na Inglaterra, sobretudo maduros em consequência do poder das comunidades locais, em suas muitas lutas contra o poder centralizador dos reis ingleses. Ademais, esse mesmo poder das comunidades locais dificultava sobretudo a realização de pesquisas censitárias, do que resultava a ausência quase completa dos registros estatísticos, avolumando assim a importância dos registros administrativos.

Para além dos registros escolares, hospitalares, militares, dentre outros, sempre presentes, no tempo e no espaço, associados à gestão de aspectos específicos da vida das populações, dispunha-se muito distintamente dos chamados registros do estado civil (casamento, nascimento, óbito), associados à gestão da população como um todo. Ora, não tardou muito para que a disponibilidade de tantos e tais registros despertasse a tentação de se usá-los para a construção de uma visão global do país, o que fez *sir William Petty* logo seguido de outros homens notáveis. Assim, no prefácio de seu livro *Aritmética Política* anuncia o desenvolvimento de um método específico à elaboração das estatísticas, ainda que mais valorize os fins do que explique os meios:

Ao invés de usar apenas palavras comparativas e superlativas e argumentos intelectuais, tratei de (como exemplo de aritmética política que há tempos é meu fito) exprimir-me em termos de número, peso e medida; de usar apenas argumentos baseados nos sentidos e de considerar somente as causas que têm fundamento visível na natureza, deixando à consideração de outros as que dependem das mentes, das opiniões, dos apetites e das paixões mutáveis de determinados homens. ... Ora, as observações ou posições expressas em número, peso e medida, sobre as quais apóio o discurso que se segue, ou são verdadeiras, ou não aparentemente falsas, e se não forem verdadeiras de maneira certa e evidente poderão sê-lo pelo poder soberano, Nam id certum est quod certum reddi potest [Pois é certo aquilo que se pode converter em certo], e se forem falsas, não o serão a tal ponto que se destrua a argumentação para a qual são invocadas; na pior das hipóteses são

*suficientes como suposições para indicar a direção daquele conhecimento que almejo*⁴⁶.

Publicado em 1690, portanto após sua morte, traz um prefácio de seu filho, dirigido ao rei da Inglaterra, então Guilherme III de Orange, onde se faz a exaltação do método desenvolvido por *sir William Petty*, declarando-o essencial ao avanço da própria humanidade, bem assim, ressaltando-o por sua simplicidade o que o tornaria de fácil assimilação e generalização:

*O texto foi intitulado por ele “Aritmética Política”, uma vez que nele coisas do governo, e de não menos importância e extensão do que a glória do príncipe e a felicidade e a grandeza do povo, são objeto de uma forma de demonstração segundo as regras comuns da aritmética. Todos o reconhecem como o inventor desse método de estudo, graças ao qual a maneira de ser emaranhada e intrincada das coisas do mundo é explicada por uma aplicação bem modesta da ciência. Não tivessem os ensinamentos desse ensaio ofendido a França, há muito teriam sido dados à luz e encontrado seguidores, bem como melhoramentos, antes desta ocasião, favorecendo talvez a humanidade*⁴⁷.

Dessa forma, *sir William Petty* costuma ser visto como o precursor do cálculo estatístico, na tradição do empirismo inglês, sendo visto como o precursor *avant la lettre* da Estatística Econômica e da Contabilidade Nacional; a partir de então, a *Estatística* caminhará para se tornar uma ciência, exigindo o plural *Estatísticas* para expressar os resultados numéricos da aplicação da ciência. Desde então, a dimensão (técnico) científica vem superando a dimensão (sócio) política, mais e mais associando-se às estatísticas a idéia de exatidão em lugar da idéia de precisão, perdendo-se de vista serem o resultado de construções, atentamente laboradas, mas construções.

Ora, ao tempo em que *sir William Petty* desenvolveu sua *Aritmética Política*, no final do século XVII, como vimos, a ciência em geral ensaiava seus primeiros passos. Assim, entende-se a reserva com que ele apresentou seu método de trabalho, querendo-o avançado mas sabendo-o limitado. Sem medo, expôs-se ao crivo da contradição, apelando às “*peessoas engenhosas e sinceras*” que corrigissem “*os erros, defeitos ou imperfeições*”

⁴⁶ Petty, *sir William*. **Aritmética...** (p. 111). Além desse livro, veja-se também do mesmo autor **Verbum Sapienti**, [“Para bom entendedor, meia palavra basta” ou “Uma palavra para o sábio”], também publicado após sua morte, em 1691, outro bom exemplo da geração e uso de números nas argumentações.

⁴⁷ *Idem*. *Ibidem* (p. 107). Os grifos são meus.

que por acaso viessem a encontrar nas posições que apoiavam seus raciocínios. Pouco depois de sua morte, seu filho, solicitando o beneplácito real à publicação póstuma de sua obra máxima, *Aritmética Política*, registra tratar-se de “*uma aplicação bem modesta da ciência*”, e o diz não para enfatizar suas limitações científicas, mas sim para valorizar sua aplicabilidade, declarando-a como sendo de ampla compreensão.

Percebia, *sir William Petty*, o quanto um discurso político ganhava em força quando argumentado com as estatísticas, enquanto compondo uma linguagem numérica de ampla aceitação; mais ainda, percebia com clareza o quanto a argumentação fazia-se presente nas diferentes etapas do próprio processo de produção das estatísticas. Ademais, percebia que as estatísticas não poderiam ser tomadas como certezas, mas antes como aproximações de verdades, o que não lhes reduzia a potencialidade, ainda que lhes impusesse certas limitações. Pois essa percepção, sem dúvida alguma muito madura, irá se perder ao longo do tempo, infelizmente, a partir da sobrevalorização da dimensão (técnico) científica das estatísticas, descuidando-se da dimensão (sócio) política.

SEGUNDA SEÇÃO - CAPÍTULO I:
AS ESTATÍSTICAS E A ARTE DE CALCULAR. A CONFIGURAÇÃO DO POSSÍVEL.

INTRODUÇÃO

As estatísticas, como já vimos, contribuem distintamente para tornar pensável o mundo ausente e distante, capacitando-se a instruir ações de governo à distância; em especial, por fazerem emergir certos padrões sociais, contribuem para abrir os limites da idéia de confiança, dispensando o mútuo-conhecimento nas transações comerciais, o que deixa marcas no evolver da ocidentalidade, máxime de sua europeização.

Ademais, podemos dizer que as estatísticas oferecem uma representação muito especial do mundo, contribuindo para que diferentes acontecimentos, ocorridos em lugares e em tempos diversos, sejam tornados *móveis* (de modo a serem levados e trazidos) e *estáveis* (de modo a serem transportados sem distorções ou perdas substantivas), com vistas a se poder fazê-los *comparáveis* e *combináveis* (de modo a serem acumulados e reunidos, fazendo-se frente à complexidade); nesse sentido, como vimos na seção anterior, podemos dizer que as estatísticas têm papel distinto na arte de governar.

Isso posto, precisamos compreender *quem* oferece as estatísticas e *como* o faz, configurando uma arte de calcular; para tanto usaremos as noções de *centro* e de *centro de cálculo* desenvolvidas por Bruno Latour, encaminhando uma reflexão sobre o possível em contraponto com o desejável. Em complemento, serão vistas as muitas especificidades que há no interior dos *centros de cálculo estatístico*, a partir das análises de Oskar Morgenstern, merecendo destaque a idéia de coisa, seja de coisa em si mesma, seja de coisa coisificada, fundamental à idéia de mensuração.

OS CENTROS E OS CENTROS DE CÁLCULO

Conhecer o que está distante, mantendo-se distante, supõe a ocorrência de um *ciclo de acumulação e de capitalização* que permita a um certo ponto espacial tornar-se um *centro* com a capacidade peculiar de poder agir à distância sobre diversos outros pontos espaciais. Ora, esse processo será dito exitoso na medida em que consiga tornar a realidade distante *móvel e estável*, sobremodo, *comparável e combinável*; pois, o referido *ciclo de acumulação e de capitalização* se dará no interior de *centros de cálculo*, cuja emergência ocorrerá no interior dos mencionados centros.

Para tanto, será preciso poder contar com o concurso de meios extraordinários, por exemplo, com o saber de uma ou mais disciplinas, bem assim, com recursos vários, como sejam a cartografia, as expedições, as coleções, as sondas, os observatórios, as enquetes, dentre outros; por tais meios, cria-se como que um *mundo de papel*, onde se pode fazer coisas absolutamente impossíveis de serem feitas no mundo real. Claramente, o mundo de papel será um simulacro do mundo real, jamais ele próprio ao vivo e a cores, o que sugere incontornáveis limitações. Conforme exemplificado por Bruno Latour:

Dominar a economia de um país num só golpe de vista não é mais fácil que dominar de relance a Terra ou o céu. Não há telescópio para a ver, nem coleção para a reunir, nem expedição para preparar-lhe o mapa. Também no caso da economia, a história de uma ciência é a de numerosos artifícios que os pesquisadores encontram à fim de transformar o que as pessoas fazem, vendem, compram em coisas que possam ser mobilizadas, reunidas, arquivadas, codificadas, recalculadas e visualizadas. Um desses meios consiste em lançar pesquisas enviando investigadores a todo o país, cada qual munido de um questionário idêntico que deve ser preenchido, com as mesmas questões a serem postas aos dirigentes das empresas, sobre suas perdas e lucros, sobre suas previsões para a saúde futura da economia. Uma vez coletadas, as respostas são reunidas, tabelas são preparadas, resumindo e reunindo e simplificando e classificando as empresas de um país. Aquele que examina esses resultados finais examina, de certa forma, a economia. Claro, como dissemos em capítulos precedentes, as controvérsias vão se desencadear sobre a precisão desses números, e a autoridade daqueles que pretendem estar falando em nome da economia. Mas, como sabemos, outros elementos gráficos serão reintroduzidos nas controvérsias, acelerando o ciclo de acumulação. Os oficiais de alfândega têm estatísticas que podem ser juntadas àquelas que vêm dos questionários; os recebedores, os sindicatos, os geógrafos, os jornalistas produzem todos uma quantidade impressionante de informações. Aqueles que trabalham nos numerosos escritórios de estatística podem combinar, redistribuir, sobrepor e recalcular esses números para produzir finalmente um “produto nacional bruto” ou uma “balança de

pagamentos”, exatamente como outros, em diferentes escritórios, terminando por obter a “Ilha de Sackhline”, a “taxonomia dos mamíferos” ou um “um novo sistema planetário”⁴⁸.

Dessa forma, trabalha-se no *interior do centro* com o objetivo último de tornar assimiláveis o grande fluxo de informações que lhe são dirigidas, na forma de inscrições e descrições de primeira ordem (no caso das estatísticas, os registros individuais). Curiosamente, parece haver uma vingança do mundo em reação aos que o esquadrinham de ponta a ponta, ou seja, o mundo como que se deixa revelar aos olhos dos pesquisadores que o querem inscrever, mas o faz afogando-os em cada vez mais informações, dessa forma impondo-lhes o crescente desafio de elaborar sínteses cada vez mais complexas⁴⁹.

Pois, diante desse quadro, os relativamente poucos pesquisadores, poucos em relação à magnitude das informações disponíveis no mundo real, serão irremediavelmente impelidos ao desenvolvimento de novos procedimentos, de modo a passarem a inscrições e descrições de segunda, de terceira, enfim, de ene-ésima ordem, conformando-se como que um *centro no interior do centro*, engendrando-se dimensões artificiais sempre novas de tempo e espaço⁵⁰. Em poucas palavras, as sínteses assim alcançadas, cada vez mais sintéticas, mais e mais trarão a arte do cálculo, beneficiando-se de avanços (técnico) científicos disponibilizados em diferentes campos disciplinares. Conforme expresso por Bruno Latour:

*O diretor do recenseamento não consegue compreender de relance os milhões de questionários que lhe enviam os investigadores. Ele não verá nada além de uma pilha de papel - e, para começar, seria incapaz de conhecer algo mais do que o número de questionários. Uma solução consiste em submeter os questionários àquilo que se aplica às pessoas, a saber, extrair certos elementos e colocá-los numa folha de papel, móvel, que se preste vantajosamente a combinações. A operação, consistindo em assinalar [cocher] linhas e colunas com uma caneta, é uma tarefa humilde mas crucial; é uma operação fundamental que transforma as respostas feitas aos investigadores em sinais [en coches] nos formulários e que transforma a Ilha de Sakhline em uma certa latitude e longitude sobre um mapa*⁵¹.

⁴⁸ Latour, Bruno. **La science en...** (p.369). Os grifos são meus. A tradução é minha.

⁴⁹ *Idem. Ibidem* (p. 379).

⁵⁰ No caso das estatísticas, trata-se das sucessivas agregações que são promovidas, desencadeando, ao fim de tudo, nas próprias estatísticas, inscrições e descrições que são de mais alta ordem.

⁵¹ *Idem. Ibidem* (p. 380). O grifo é meu. A tradução é minha.

Enfim, dispositivos de *traduções* se sucedem paulatinamente, buscando-se inscrições e descrições de ordem cada vez mais elevadas, configurando-se sínteses cada vez mais elaboradas; concretiza-se assim um *trabalho suplementar no interior do centro* na busca incansável de melhorias, de um lado, na mobilidade e na estabilidade, de outro lado, na comparabilidade e na combinabilidade. Assim, as amostras, a média e a variância, as constantes, para não falar das simples totalizações e mesmo das singelas percentagens, passando pelas tabelas e pelos quadros, sem esquecer os gráficos, são exemplos de *representações* levadas a cabo no sentido de permitir que muitas e distintas informações possam ser apreendidas sem maiores delongas e sem maiores esforços.

Entretanto, em que pese a importância de tantas e tais representações, o máximo dos máximos será o alcançar das *equações* que, como “*produtos em estado final de capitalização constituem, literalmente, a soma de todas essas mobilizações, avaliações, testes e ligações*”⁵². Então, porque as equações “*indicam o que se associa*”, porque as equações “*definem a natureza da relação*”, porque as equações “*exprimem uma medida de resistência de cada associação manifestada [à l'éclatement]*”, podemos dizer que os centros terão se tornado *centros de cálculo*⁵³. Em síntese, “*o crescimento dos centros provoca uma multiplicação de instrumentos que força a seu turno a informação a adquirir uma forma mais e mais matematizada sobre o papel*”⁵⁴.

Por fim, não se pode perder de vista que a informação final não será o mundo em si mesmo, mas uma sua representação em sua ausência, por melhor que sejam as sucessivas traduções do mundo em direção ao centro, por mais eficiente que sejam os suplementos de força no interior dos centros, ao ponto de torná-los centros de cálculo.

Destarte, há que se pensar cuidadosamente no retorno ao mundo real, a partir desse mundo de papel tão laboriosamente criado, levando-nos a uma terrível conclusão, impactante mesmo, a um autêntico paradoxo, qual seja, não há retorno ao mundo real, tanto o simplificamos construindo as complexas sínteses; não há retorno ao mundo real, a menos que ele mesmo se torne um mundo de papel, o que se dará por exemplo através da metrologia, sobretudo através da metrologia, mas também através da contabilidade, da geografia, da estatística, dentre outras possibilidades, dito de outra forma, faz-se com que o

⁵² Latour, Bruno. *La science en...* (p. 393). A tradução é minha.

⁵³ *Idem. Ibidem* (p. 393). A tradução é minha.

⁵⁴ *Idem. Ibidem* (p. 399-400). A tradução é minha.

mundo real funcione à imagem e semelhança do mundo de papel, de modo que só assim, diante de um mundo real, ele próprio transformado em um mundo de papel, será possível passar da ciência à tecnologia, promovendo-se uma gestão do mundo.

Isso posto, perceba-se que os centros são expressões de um espaço, enquanto que os centros no interior dos centros, pouco a pouco transformados em centros de cálculo, serão as organizações encarregadas da consecução dos trabalhos suplementares, realizando as sucessivas traduções de até ene-ésima ordem, tendo por alvo último o alcançar de uma equação, síntese maior de uma teoria. Assim, as *agências nacionais de estatística* cumprirão o papel de serem centros no interior dos centros, praticando na sequência do raciocínio estatístico sucessivas equivalências (traduções de até ene-ésima ordem) entre os vários elementos que conformam os acontecimento definidores dos domínios de governo, materializando-se os processos de objetivação antes referidos. Entretanto, quanto ao alcançar das equações símbolos máximos do esforço de teorização, perceba-se que a produção das estatísticas só o conseguirá no rastro da adoção das técnicas amostrais, em meados do presente século, quando só então as ditas agências nacionais ganharão plena maturidade, consolidando-se.

OS CENTROS DE CÁLCULO ESTATÍSTICO

A criação dos centros especializados voltados à produção das estatísticas só ganhará curso normal a partir da segunda metade do século XIX, ainda que uma outra experiência possa ser localizada nos séculos anteriores. Pois, muito do que se fez à essa época, se deve a figura magistral do astrônomo belga *Adolphe Quetelet* (1796-1874), grande animador desse processo, num desempenho de vida absolutamente impar⁵⁵. Por demais, há que se reconhecer seu grande empenho na realização dos nove *Congressos Internacionais de Estatística*, o primeiro em 1853 e o último em 1876, marcando “o início da emergência e da unificação relativa da profissão de estatístico”⁵⁶.

Pois, uma leitura atenta dos relatos finais desses congressos, em boa hora reeditados, permite um sem número de descobertas fascinantes, cada qual a circunscrever verdadeiros temas de dissertações e mesmo de teses; os nove relatos finais seguem uma

⁵⁵ O livro de Porter, Theodore. **The rise of statistical...**, quase por inteiro, é um grande tributo à grande figura de Quetelet, ficando marcante sua persistente atuação administrativa, a par com sua ação científica.

⁵⁶ Desrosières, Alain. **L'Administrateur et...** [p. 8]. A tradução é minha.

estrutura única, estabelecida pelo economista alemão Ernst Engel (1821-1896), o que facilita em muito a leitura de seu variado conteúdo. De nossa parte, centraremos atenção na seção *organisation de la statistique*, procurando extrair as reflexões feitas sobre a necessária institucionalização da produção das estatísticas, pensando-se a criação das organizações especializadas.

Começemos pelo primeiro congresso, *Bruxelas - 1853*, inspirado e orientado diretamente por *Adolphe Quetelet*:

O alvo pretendido ao se organizar o Congresso foi especialmente o de promover a unificação das estatísticas oficiais que os governos publicam, promovendo resultados comparáveis. Os trabalhos específicos [particuliers] serão mais fáceis, quando se tiver estabelecido bases gerais que os associem, e que se tenha adotado, em diferentes países, nomenclaturas e tabelas uniformes: essa espécie de língua universal, simplificando os trabalhos, lhes asseguraria mais importância e solidez.

Para dar unidade aos trabalhos oficiais, é preciso relacioná-los, a um centro comum; é preciso que os principais funcionários, encarregados da apresentação [rédaction] dos diferentes segmentos da estatística geral, possam se ver e se entender conjuntamente, aceitando as mesmas divisões, adotando, após devido exame, os mesmos nomes e os mesmos números para representar os mesmos objetos, não deixando nenhuma lacuna nas tabelas gerais, e evitando, de outro lado, as duplicidades. O meio mais seguro de se chegar à unidade desejada parece ser a criação, em cada Estado, de uma comissão central de estatística, ou de uma instituição análoga, formada pelos representantes das principais administrações públicas, aos quais se somariam algumas pessoas que, por seus estudos e conhecimentos especiais, possam iluminar a prática e resolver as dificuldades essencialmente científicas [qui appartiennent essentiellement à la science].

A medida proposta não é exclusiva, e, em certas circunstâncias, a concentração dos trabalhos estatísticos, nas mãos de um ou vários funcionários, pode ter suas vantagens. Como é de numerosos documentos, que só podem ser verificados em seus lugares de origem, e que as estatísticas devem ser examinadas e controladas nos mínimos detalhes, importa constituir funcionários, agências [bureaux] ou comissões especiais, mas que estejam em relação com a comissão central. Em meio dessa vasta rede, que cobre todo um país, será difícil que fatos de alguma importância escapem à atenção dos que têm a missão de os constatar, e se populariza com vantagens as grandes operações estatísticas que, quase sempre, desperta apreensões e encontra mesmo oposição no público em geral. É desejável, de outro lado, que as instituições centrais de diferentes países se ponham em relacionamento, entre si, promovendo a troca de suas publicações e modelos de tabelas empregadas para juntar documentos, classificá-los e resumí-los⁵⁷.

⁵⁷ Congrès... **Raport des reunions...** (p. 4). Os grifos são meus. A tradução é minha.

Assim, alguma organização precisaria haver no sentido de se introduzir uma unidade e de se conformar uma totalidade nas estatísticas públicas, garantindo-se resultados comparáveis, se não por outras razões, para melhor lidar com as eventuais oposições às estatísticas, tidas como muito polêmicas entre o público, como ensaiamos no segundo capítulo da seção anterior; fala-se na criação de um centro comum a se fazer catalizador dos trabalhos, tornando-se referência para os pesquisadores. Refere-se a constatar fatos, sugerindo o espírito que norteou a criação da *Royal Statistical Society* dezanove anos antes, mas já se vislumbra uma certa percepção de que os mesmos são construídos, o que será de extrema importância.

Os congressos de *Paris - 1855* e de *Berlin - 1863* simplesmente reiteram as declarações anteriores, enquanto que o realizado em *Florence - 1867* faz acréscimos que merecem destaque, particularmente por introduzir explicitamente a palavra *coordenação*, de interesse especial nesta tese:

É preciso haver no topo do trabalho estatístico: a) Um Conselho de pessoas que tenham autoridade na matéria, não somente por suas posições hierárquicas, mas também por suas competências pessoais; um Conselho que delibere sobre aspectos científicos e aspectos práticos, que possa deliberar sobre o método de coleta dos fatos e sobre o plano a seguir por parte dos pesquisadores, coordená-los e resumi-los e sobre a forma de lhes dar publicação; b) Uma Diretoria ou uma Agência [Bureau], qualquer que seja o nome que se lhe dê, para onde se leve todos os trabalhos estatísticos e que seja encarregado de sua apresentação [rédaction]. (...)

Eis então qual seria a organização da Estatística oficial...: 1) Uma Agência [Bureau] de Estatística deveria ser organizada em cada Estado, para recolher, coordenar e publicar as estatísticas sobre todos os segmentos da administração pública e sobre todas as manifestações que interessam à vida física, econômica e moral do país, tanto quanto à ciência. 2) A Agência [Bureau], do mesmo modo que a Estatística em geral, deveria ser posta sob a alta dependência da Presidência do Conselho de Ministros e formar uma Direção geral autônoma, cujo chefe teria responsabilidade com direito a chancela [droit de signature] sobre tudo que não se referisse ao orçamento, à execução de novas estatísticas [de relevés statistiques nouveaux], as despesas e publicações extraordinárias e as designações para funções fixas. 3) O Conselho de Ministros seria chamado por seu Presidente a se pronunciar sobre todas as questões relativas à competência do Diretor-Geral. (...) 10) O cuidado de coletar, reunir, revisar, coordenar e publicar os fatos e os trabalhos estatísticos, tanto quanto o papel de relator geral de todos os trabalhos competiria ao Diretor-Geral. Nenhuma estatística seria publicada

*por qualquer ministério ou agência [bureau] governamental: tudo deveria partir da Direção-Geral de Estatística*⁵⁸.

Dessa forma, enuncia-se a idéia de um conselho formado por pessoas de comprovada competência em matéria estatística, diríamos, tendo expressa familiaridade com a produção estatística, bem assim, enuncia-se a idéia de uma direção ou uma agência encarregada da execução dos trabalhos estatísticos; por demais, enfatiza-se que a essa estrutura estaria subordinada toda a produção estatística de um país, a ninguém sendo dada liberdade de agir independentemente. Finalmente, reconhece-se explicitamente a dimensão (sócio) política das estatísticas na medida em que se propõe um vínculo direto dessa estrutura ao chefe de governo, cuidando de resguardar plena independência no que tange à dimensão (técnico) científica das estatísticas, reivindicando-se plena liberdade de ação para o encarregado máximo dessa estrutura.

O congresso seguinte, realizado em *La Haye - 1869*, faz um acréscimo que precisa ser destacado, como segue. Já os dois últimos, realizados em *Saint-Pétersbourg - 1872* e em *Budapest - 1876*, simplesmente reiteram as declarações anteriores.

*O Congresso, considerando que para a constatação dos fatos, para a exatidão e a perfeição das informações [renseignements] estatísticas, o trabalho dos funcionários, dos administradores provinciais e comunais é da mais alta importância, então, importa sobretudo aos governantes assegurar-se da capacidade e do zelo de seus funcionários, e de prover os meios de estabelecer um elo direto e contínuo entre esses empregados e a agência [bureau] central ou a administração central de estatística, de modo que é essencial que eles recebam prontamente as instruções e as tabelas ou modelos em todas as matérias que concernem às estatísticas*⁵⁹.

Começa-se a falar em constatar fatos, deixando-se entrever a percepção de que os mesmos são construídos; nesse sentido, muito sabiamente, preocupa-se com o valor das pessoas envolvidas com a produção das estatísticas nas províncias e nas comunas, fala-se assim da necessidade de haver capacidade, digamos (técnico) científica, o que é de percepção imediata, mas fala-se também da necessidade de haver zelo, o que não é assim de apreensão tão imediata; de fato, como será visto logo a seguir, na produção das

⁵⁸ Congrès... **Raport des reunions...** (p. 5-6). Os grifos são meus. A tradução é minha.

⁵⁹ Congrès... **Raport des reunions...** (p. 6-7). Os grifos são meus. A tradução é minha.

estatísticas há que se contar com um *esprit de corps* a envolver todos os participantes, na medida em que é impossível controlar-se tudo e todos, no tempo e no espaço. Ademais, até porque parece ser mais e mais aceito como imperativo o conviver com a descentralização da produção, começando-se a ensaiar a idéia de que aos organismos centrais seria atribuída a tarefa de capacitar as diversas pessoas envolvidas com a produção.

Não obstante terem contribuído significativamente para o desenvolvimento de uma mentalidade estatística, os *Congressos Internacionais de Estatística* tiveram vida curta, por conta de uma controvérsia diplomática considerada de difícil equacionamento, qual seja, o saber se seus participantes falavam em nome próprio como pesquisadores, ou, contrariamente, se falavam em nome de seus governos, representando-os. Os congressistas queriam-se representantes de seus países, imaginando que ao retornarem teriam condições de aplicar as resoluções aprovadas, o que talvez só muito raramente tenha se dado, não fossem tantos os interesses (sócio) políticos subjacentes às estatísticas, sem contar que a idéia sempre presente de se estar construindo um sistema estatístico internacional ainda causava um certo temor nos governos nacionais.

Entretanto, seus ideais não se perderam, desdobrando-se em duas trajetórias, a saber: uma oficial, na linha de atuação dos *organismos internacionais*, tais como, na esfera de atuação da ONU (Organização das Nações Unidas), especialmente, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a OMS (Organização Mundial da Saúde), a FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura), bem assim, sua Statistical Commission e seu Statistical Office, ao que se somaria distintamente o EUROSTAT no seio da União Européia, dentre outros; outra oficiosa, na linha dos *encontros acadêmico-científicos*, internacionais e nacionais, cujo exemplo mais notável e duradouro tem sido aqueles promovidos pelo *Instituto Internacional de Estatística*, desde 1885, ano de sua criação. Ressalte-se que, em ambas essas trajetórias, independente do valor das idéias debatidas e das contribuições feitas, suas adoções pelos países é sempre facultativa, jamais obrigatória.

OS CENTROS DE CÁLCULO ESTATÍSTICO, ESPECIFICIDADES

As agências nacionais de estatística realizam um trabalho muito delicado, em parte por serem difíceis e exigentes, em parte por agirem sobre a sociedade, valendo

recordar a pergunta provocativa de Ian Hacking: “*Quem é que teve mais influência sobre a consciência de classe, Marx ou os autores dos relatórios oficiais que criaram as classificações dentro das quais as pessoas passaram a se reconhecer?*”⁶⁰ De fato, não há como negar que as estatísticas têm a força da nomeação, influenciando muito no olhar que diferentes profissionais lançam sobre o mundo, procurando interpretá-los. Assim, importa sobretudo apreender a natureza do trabalho realizado no interior das agências nacionais de estatística, tornando-as efetivamente centros de cálculo.

Pois, preparando-nos para um passeio no interior das agências de estatística, notemos com Oskar Morgenstern (1902-1977), notável economista de origem alemã, que “*uma diferença significativa entre o uso de informações nas ciências naturais e nas ciências sociais é que naquelas o produtor das observações é geralmente também seu usuário*”, sendo que nas ciências sociais “*as informações são freqüentemente disponibilizadas por produtores independentes entre si e afastados dos usuários finais*”, com o complicante de ser praticamente impossível a esses usuários restabelecerem as condições sob as quais as estatísticas foram geradas, ao contrário do que é normal nas ciências naturais. A esse propósito, ainda com Oskar Morgenstern:

*Muitos produtores de estatísticas preocupam-se em passar aos seus usuários informações sobre as conceituações e as classificações adotadas, dentre muitas outras especificidades. Existem, entretanto, vários casos onde essa descrição é um esboço e onde permanecem grandes lacunas. Algumas vezes, isso se deve à negligência e à crença de que a autoridade da agência produtora seja suficiente para inspirar plena confiança nas estatísticas. Mas, em termos científicos, essa autoridade nunca existe. Por demais, os muitos detalhes envolvidos na geração da grande maioria das informações econômicas torna praticamente impossível repetir-se todos os detalhes descritos a cada vez que algum número seja usado*⁶¹.

Assim, elaboram-se quando muito documentos na *lógica da justificação*, só muito raramente fazendo-o na *lógica da descoberta*, vale dizer, passa-se sempre a falsa idéia de que os processos foram conduzidos limpidamente, sem a mais tênue dúvida, sem a menor incerteza, sem nenhuma insegurança. Entretanto, a verdade é bem diferente, muito mais humana, pautada em freqüentes indecisões, a começar da obtenção das inscrições e

⁶⁰ Hacking, Ian. **The taming...** (p. 3). A tradução é minha.

⁶¹ Morgenstern, Oskar. **On the accuracy...** (p. 14-15). A tradução é minha.

descrições de primeira ordem, ou seja, os registros individuais, ato fundador de todas as estatísticas, a exigir o equacionamento de uma enorme quantidade de detalhes.

De fato, não é nada simples a tarefa de se obter registros individuais confiáveis, conseguindo o concurso de inúmeros informantes, pessoas físicas e jurídicas, nos setores privado e público. Assim, a definição das amostras, a redação das perguntas, a elaboração dos questionários, atividades prévias ao trabalho de campo, desencadeando-o, bem assim, a realização das entrevistas e o registro das respostas, a serem posteriormente agregadas, para além de serem tarefas extremamente complexas trazem o agravante de envolverem um grande e heterogêneo número de pessoas, só muito raramente tendo um olhar plenamente educado⁶². Como bem observado por Oskar Morgenstern:

*Até mesmo recenseadores treinados e tantos outros profissionais dedicados ao trabalho de campo não são ‘observadores’ em um sentido científico estrito. Um observador científico é o astrônomo em seu telescópio, o médico clínico que registra a dispersão dos mésons, o biólogo que determina o comportamento hereditário de algumas células, etc.; todos são cientistas eles próprios; eles não operam através de agentes várias vezes substituídos. Exceto no caso de haver experiências, as ciências sociais nunca terão uma posição equivalente no que concerne à matéria prima básica das observações. Devido à quantidade de informações envolvidas, isso seria fisicamente impossível. Nós não podemos colocar economistas ou estatísticos, tecnicamente treinados, nas portas das fábricas para determinar o que foi produzido, e o quanto está sendo embarcado, para quem e a que preço*⁶³.

Em prosseguimento, quando são realizadas sucessivas traduções das inscrições e descrições até a ene-ésima ordem, gerando por fim as estatísticas, há um grande número de pessoas envolvidas. Na verdade, por serem em menor número as pessoas envolvidas nos trabalhos de crítica e de análise, pode-se imaginar uma maior homogeneidade, contudo, há que se considerar as muitas formações disciplinares envolvidas, cada profissional trazendo as especificidades de sua disciplina, Economistas e Sociólogos, Demógrafos e Estatísticos, dentre outros. Métodos e mais métodos são criados e usados, considerando todos os aspectos do processo de geração das estatísticas, lançando-se mão de novas e melhores tecnologias de comunicação, de observação, de apresentação, de processamento. Mas, em

⁶² Ver o interessante texto de Vilanova, Mercedes. *Pensar a subjetividade...* sobretudo a propósito da elaboração de questionários e da realização de entrevistas.

⁶³ Morgenstern, Oskar. **On the accuracy...** (p. 27). A tradução é minha.

que pese a importância desses avanços, “os principais ‘instrumentos’ são ainda as massas de seres humanos: para registrar, interpretar, classificar, contar, perguntar”⁶⁴.

Então, fica claro que a qualidade das estatísticas dependerá sobretudo da qualidade dos diversos profissionais envolvidos, criando ou aplicando diferentes métodos de pesquisa. Não se trata obviamente de uma verdade particular ao processo de geração das estatísticas, uma vez que não há processo de trabalho que não dependa da qualidade das pessoas envolvidas, entretanto, pode-se afirmar com segurança que no caso das estatísticas, trata-se de uma verdade mais contundente. Nesse sentido é que dissemos acima ser fundamental haver um *esprit de corps* entre as muitas pessoas envolvidas, tornando-as especialmente zelosas, introjetando-lhes tanto uma ética de comportamento, quanto uma ética de priorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pois, isso posto, fica claro que as estatísticas são ofertadas por organizações altamente especializadas, configurando-se como centros de cálculo, com a missão precípua de superar as individualidades e constituir os múltiplos organizados. Realiza-se em seu interior uma atividade assaz complexa em termos (técnico) científicos e assaz delicada em termos (sócio) políticos, a exigir a presença de profissionais especialmente competentes, uma vez que os métodos de pesquisa não serão bastantes para garantir a qualidade das estatísticas; decisões e decisões terão que ser tomadas.

Sucessivamente, promovem-se inscrições e descrições de até ene-ésima ordem, pautando-se em equivalências previamente estabelecidas, baseadas em ordenamentos já existentes na ordem jurídica, na ordem social, na ordem econômica, bem assim, à falta dos mesmos, em ordenamentos criados na ordem estatística (tais como as classificações de ocupação e de atividades, dentre outros). Enfim, as estatísticas resultam de um ingente esforço de *conceituação*, de *organização*, de *observação*, de *exploração*, caracterizando um laborioso exercício de *objetivação*, construindo-se assim a desejada *objetividade* das estatísticas; é preciso ter clareza que as escolhas feitas, as mudanças eventualmente introduzidas ao longo do processo produtivo, influem nos resultados finais.

⁶⁴ Morgenstern, Oskar. **On the accuracy...** (p. 39). A tradução é minha.

Dessa forma, podemos dizer que a qualidade das estatísticas dependerá da conjugação de três fatores essenciais, a saber: *pesquisadores* com sólida formação, não só acadêmica, mas igualmente em pesquisa, devidamente apoiados no melhor da *tecnologia* (comunicação, observação, apresentação, processamento) disponível, em *organizações* publicamente conhecidas e reconhecidas em sua competência e em sua seriedade.

Isso posto, conviria lembrar que as estatísticas não são apenas expressões numéricas de múltiplos organizados viabilizando ações diretas de governo, mais ainda, as estatísticas promovem individualizações, o um se vendo em face do outro, viabilizando ações indiretas de governo; pois, além desses aspectos já abordados na seção anterior, conviria lembrar que as estatísticas têm uma grande força de nomeação estabelecendo seus próprios ordenamentos, influenciando na análise que a sociedade faz de si mesma, o que é sem dúvida muito delicado, a exigir redobrada dedicação.

Enfim, explicar o possível será tarefa adicional à compreensão do desejável, com vistas à interpretação dos resultados, o que passa por uma efetiva coordenação. Por ora fiquemos com a percepção de que a perfeita e profunda explicação do possível exigirá plena atenção às noções de acurácia e de privacidade e de ética, como será visto adiante. Para a interpretação dos resultados será preciso esmiuçar as noções de visibilidade e de acessibilidade e de aceitabilidade, como também será visto adiante.

*SEGUNDA SEÇÃO - CAPÍTULO 2:**AS ESTATÍSTICAS E A APREENSÃO DAS COISAS. A PERCEPÇÃO DO DESEJÁVEL.**INTRODUÇÃO*

As estatísticas, como vimos anteriormente, resultam de laboriosos processos de objetivação que, em sendo bem conduzidos, garante-lhes a tão almejada objetividade; não obstante, naturalmente, oferecem-se como aproximações de distantes acontecimentos, distantes e difíceis de serem apreendidos. As estatísticas expressam em números a complexa natureza dos acontecimentos, beneficiando-se da aceitação universal inerente aos números; diríamos que as estatísticas, por serem números, se insinuam como uma linguagem universal, oferecendo-se para mediar diálogos.

De fato, os números estão presentes nas relações humanas desde tempos muito remotos, até confundir-se com a própria cultura ocidental; mais e mais, entende-se que o conhecer, o verdadeiro conhecer, exige a presença dos números. O paradigma científico dominante tem no número sua expressão maior; ganham foro especial com o advento da ciência moderna, nos séculos XVI e XVII, tornando-se definitivamente poderosos quando de sua consolidação, ao longo dos séculos XVIII e XIX, seguindo uma trajetória indiscutível até o início do presente século.

Isso posto, importa perceber que só podemos atribuir números a coisas, só podemos produzir estatísticas em relação a coisas, pois precisamos identificar claramente os objetos a serem observados. Ademais, cabe enfatizar que a comensurabilidade não é uma propriedade das coisas, mas uma qualidade que se lhes atribui o observador, vale dizer, o número não está na coisa, o número lhe é externo, representa um conhecimento prévio que levamos até a coisa. O número não é um juízo (como são as noções de belo e feio, por exemplo) que, para ser expresso, pressupõem estar com a coisa, podendo variar no tempo e no espaço; antes, o número é um algo que existe sem a coisa, que independe da

coisa em si mesma, podendo então ser aplicável a todas as coisas, indistintamente, razão porque pode ser tomado como um conhecimento objetivo e universal das coisas.

Entretanto, as estatísticas desejadas o são, em geral, relativas a não-coisas, por exemplo, deseja-se estatísticas em relação à criminalidade, à moralidade, ao crescimento, à pobreza, dentre outros aspectos; assim, será preciso fazer com que tantas e tais não-coisas, expressando *leituras (sócio) políticas da realidade*, sejam atentamente coisificadas, expressando *leituras (técnico) científicas da realidade*, passando-se assim do plano do desejável ao plano do possível. Na verdade, vimos tratando dessa questão desde o início desta tese, entretanto, por sua grande importância, parece-nos oportuno dedicar-lhe uma atenção especial, como se fará neste capítulo.

A COMPARAÇÃO PELA MEDIDA E PELA ORDEM.

Costuma-se atribuir à moderna ciência da natureza três características básicas: ser uma ciência que observa os fatos, ser uma ciência que faz experiências, ser uma ciência que calcula e que mede. Na extraordinária síntese do notável sociólogo português Boaventura de Sousa Santos:

As idéias que presidem à observação e à experiência são as idéias clara e simples a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza. Essas idéias são as idéias matemáticas. A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria. (...) Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas conseqüências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou⁶⁵.

⁶⁵ Santos, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre...** (p. 14-15). Por questão de justiça, registre-se que a intenção do autor é criticar esta situação, o que faz de resto com extraordinário brilhantismo, apresentando as linhas gerais de um paradigma emergente, que seria a um só tempo científico e social. Os grifos são meus

De fato, a ciência moderna, vale dizer, o pensamento racional, procura pela medida e pela ordem universalizar o ato de comparação; ao mesmo tempo que a idéia de comparação é tomada como a verdadeira forma de conhecimento, recusa-se a idéia de semelhança até então dominante, porquanto assentada em comparações subjetivas⁶⁶. Põe-se de lado o jogo infinito das similitudes, com o século XVII marcando, a um só tempo, o desaparecimento das velhas crenças superticiosas ou mágicas e a entrada da natureza na ordem científica. Doravante, toda semelhança será submetida à prova da comparação, só sendo admitida quando for encontrada, pela medida, a unidade comum, ou, mais radicalmente, pela ordem, a identidade e a série das diferenças.

A medida, em termos operacionais, considera primeiro o todo, dividindo-o de imediato em partes, o que vai dar em alguma unidade, seja convencional, seja aritmética, implicando em última instância numa unidade comum, afeita às relações aritméticas da igualdade e da desigualdade. Ora, como os valores aritméticos são sempre ordenáveis segundo uma série, podemos dizer que a medida reduz-se ao estabelecimento de uma ordem, o que é marcante no pensamento racional⁶⁷. Pois é justamente essa capacidade de ordenamento que, sem dúvida alguma, dá poder aos números; conforme Patricia Cline Cohen *apud* Nikolas Rose, os números são ordenadores por quatro razões:

Primeiramente, a enumeração cria um ‘vínculo de uniformidade’ em torno dos objetos contados - pode-se adicionar laranjas e maçãs quando se desejar saber a quantidade de frutas. Em segundo lugar, os números possibilitam que ordens de magnitude diferentes possam se relacionar entre si - as distâncias marítimas em relação à altitudes terrestres, o volume de um barril de cerveja em comparação com o de um tubo de banha de porco, o clima de Massachussets e o de Londres. Em terceiro, os números podem sepa-ar os efeitos combinados de vários componentes e, assim, estabilizar um pro-cesso que esteja em andamento; a velocidade pode ser decomposta em tempo e espaço, o crescimento da população em fertilidade e mortalidade. E o número pode ser utilizado em termos de probabilidade para se ter a noção de risco⁶⁸.

⁶⁶ Conforme Foucault, Michel. **As palavras...** “*convenientia, aemulatio, analogia e simpatia nos dizem de que modo o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se*” (p. 42), o que é contrário a qualquer tentativa de comparação universal.

⁶⁷ Entretanto, conforme Foucault, Michel. **As palavras...** “*essa ordem ou comparação generalizada só se estabelece conforme o encadearamento no conhecimento; o caráter absoluto que se reconhece o que é simples não concerne ao ser das coisas mas, sim, à maneira como elas podem ser conhecidas. De tal sorte que uma coisa pode ser absoluta sob certo aspeto e relativa sob outro; a ordem pode ser ao mesmo tempo necessária e natural (em relação ao pensamento) e arbitrária (em relação às coisas), já que uma mesma coisa, segundo a maneira como a consideramos, pode ser colocada num ponto ou noutra da ordem*” (p. 69).

⁶⁸ Rose, Nikolas. *Governing by numbers...* (p. 679). A tradução é minha.

O DOMÍNIO DO NÚMERO, A ESSÊNCIA DA COISA.

Pois o *matemático*, que se tornou, ao longo do tempo, enquanto um projeto axiomático, o traço fundamental da ciência moderna, pode ser dito como o agarrar prévio da essência da coisa, fazendo emergir sua identidade e suas diferenças, na forma de um número, tomado em seu caráter universal; aprofundando essa questão tomemos a palavra ao filósofo alemão Martin Heidegger, refletindo sobre a obra do também filósofo alemão Emmanuel Kant:

... o matemático, é aquele ‘acerca’ das coisas que já conhecemos verdadeiramente, de modo antecipado; aquilo que, em conseqüência, não começamos por ir buscar às coisas, mas que, de certo modo, levamos conosco até elas. A partir daqui, podemos já compreender por que motivo o número, por exemplo, é qualquer coisa de matemático. Vemos três cadeiras e dizemos: são três. O que é ‘três’ não nos é dito pelas três cadeiras, nem sequer por três maçãs, três gatos, nem por quaisquer outras três coisas. Pelo contrário, podemos contar as coisas até três porque já sabemos o que é o ‘três’. Assim, na medida em que conhecemos o número três enquanto tal tomamos expressamente, de qualquer coisa, um conhecimento que, de certo modo, já possuímos. O número é qualquer coisa que, em sentido próprio, se pode aprender, quer dizer, qualquer coisa de matemático. Para conceber o três enquanto tal, quer dizer, a triplicidade, as coisas não nos são de nenhum auxílio. O três - que é isso verdadeiramente? O número que, na série natural dos números, se encontra em terceiro lugar. Em ‘terceiro’! O número três só existe porque o três existe. E ‘lugar’ - de onde vêm os lugares? O três não é o terceiro número, mas o primeiro número, embora não venha em primeiro lugar. Temos, por exemplo, um pedaço de pão e uma faca, um aqui e a outra ali. Quando os tomamos ao mesmo tempo dizemos ‘ambos’, um e o outro, e não ‘estes dois’, não $1 + 1$. Quando, por exemplo, ao pão e à faca se acrescenta uma taça e tomamos ao mesmo tempo aquilo que nos é dado, dizemos ‘todos’; agora, tomamo-los como um todo, como um conjunto de muitos, como tantos e tantos. Só a partir do terceiro o um de há pouco se tornou o primeiro e o outro de há pouco se tornou o segundo, apareceu o um e o dois, do ‘e’ surgir o ‘mais’, apareceu a possibilidade do lugar e da série. Aquilo de que já tomamos conhecimento, não o tiramos de quaisquer coisas. Tomamos aquilo que, de certo modo, nós próprios já temos. É um aprender de tal ordem que deve ser concebido como sendo o matemático⁶⁹.

⁶⁹Heidegger, Martin. **Que é uma...** (p. 80-81). Os grifos são meus.

Isso posto, entenda-se que o *matemático* não se reduz ao número, podendo-se lembrar, como exemplo, as operações, as funções, as equações; entretanto, mesmo sendo mais do que o número, o *matemático* acaba por ter nele a sua essência. O número é o pressuposto fundamental do saber acerca das coisas; o número é como que o silêncio da coisa, ou seja, não está na coisa, lhe é externo, sendo um conhecer prévio que levamos até a coisa. Nesse sentido, o número não é um juízo que, para ser expresso, pressupõe um estar com a coisa, podendo variar no tempo e no espaço; antes, é um algo que existe sem a coisa, que independe da coisa em si mesma, podendo então ser aplicável a todas as coisas, indistintamente, razão porque pode ser tomado como o conhecimento objetivo e universal. Ainda na expressão síntese de Martin Heidegger:

*Tudo isto de que tomamos conhecimento, aprendemo-lo sem qualquer referência às coisas. Porque, no nosso comércio quotidiano com as coisas, ao calculá-las e, por conseqüência, ao enumerá-las, coisas tais como os números estão na maior proximidade daquilo de que tomamos conhecimento na relação com as coisas, sem que o tenhamos tirado delas, são os números a forma mais conhecida do matemático. Por conseqüência, esta forma mais corrente do matemático transformou-se no matemático puro e simples. Mas a essência do matemático não reside no número, como pura delimitação da pura quantidade, mas, ao invés, é porque o número tem uma tal essência que ele pertence ao que se pode aprender*⁷⁰.

O NOVO PARADIGMA CIENTÍFICO, A OBJETIVAÇÃO.

O velho paradigma científico, do qual vimos falando, com o predomínio do conhecimento científico-natural, começa a ser abalado pelas recentes descobertas no campo da física quântica, ao enunciar o desconcertante princípio da incerteza. Aprende-se que a observação científico-natural não é tão neutra quanto se pensava, aprende-se que o pensar científico não é tão distintamente racional em face do pensar comum. Enfim, os números resultantes têm um objetividade construída a partir de laboriosos processos de objetivação, tal e qual os números comumente arrolados nos estudos humanísticos; a objetividade é sempre fruto de uma construção.

Fazendo esse contraponto entre a ciência natural e a ciência social, Bertram Brookes, com o olhar de cientista da informação, coloca alguns aspectos importantes:

... a informação é uma entidade que se difunde por toda a atividade humana. Assim sendo, é especialmente difícil observar os fenômenos de informação com o rigor de isolamento requerido pela pesquisa científica. Mes-mo o processo de se descrever as observações de alguém a respeito de algum fenômeno é, em si mesmo, uma atividade de informação. Assim, não é fácil manter a separação entre efeitos objetivos e subjetivos. E até mesmo: é isso possível? Esta questão é crucial. Nas ciências naturais podemos supor, com certa margem de segurança, que nossas observações não perturbam, elas próprias, os fenômenos que estamos observando, exceto, obviamente, na física quântica. Mas nas ciências sociais não podemos presumir que o comportamento humano não seja afetado pela observação ou pelas respostas inconscientes do observador ao comportamento do que ele observa. A distinção entre as descrições objetiva e subjetiva torna-se, realmente, bastante imprecisa⁷¹.

De fato, um novo paradigma se anuncia no horizonte, estabelecendo-se que todo conhecimento científico-natural deve ser também científico-social, que todo conhecimento que é local deve ser também total, que todo conhecimento deve ser também auto-conhecimento, que todo conhecimento científico deve constituir-se em senso comum; em síntese, o paradigma científico de um conhecimento prudente deveria ser também o paradigma social de uma vida descente⁷².

Ora, a tomada de consciência de que a objetividade é fruto de um processo de objetivação, tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais, é da maior importância para os produtores de estatísticas. Assim, serenamente, podem por-se em debate sobre seus processos de trabalho, afastando o temor de estarem se desvalorizando como cientistas, de estarem fragilizando seu produto final, as estatísticas; parece-nos claro que revelando-se estarão agindo na percepção das reais possibilidades das estatísticas, fortalecendo-as no que tange a uma correta aceitação pública, evitando-se usos abusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Uma síntese pode ser apresentada, a saber: *primeiro*, não é possível produzir-se estatísticas referidas a não-coisas, *segundo*, as não-coisas precisaram ser coisificadas, de modo a poderem ser objeto de mensuração, *terceiro*, em não sendo possível coisificá-las, será impossível produzir-lhes estatísticas, *quarto*, somente quando amparadas em boas

⁷⁰ Heidegger, Martin. *Ibidem* (p. 81). Os grifos são meus.

⁷¹ Brooks, Bertham. *The foundations... Philosophical...* (p. 126). Os grifos são meus. A tradução é minha.

teorias é que as coisificações serão amplamente aceitas, *quinto*, as coisificações mesmo quando amparadas em boas teorias serão apenas aproximações das não-coisas, *sexto*, as estatísticas referidas a coisas coisificadas serão simulacros do real.

Tudo isso precisa ser cuidadosamente explicado pelos ofertantes de modo a serem bem compreendidos pelos demandantes, evitando-se assim desentendimentos. Os produtores precisam ser vistos como realizando muito seriamente seu trabalho (técnico) científico, conquistando *credibilidade* quanto ao processo de produção, certamente um dos fatores mais necessárias à boa aceitação das estatísticas. Entretanto, entendemos que a outra face da moeda, qual seja, a *legitimidade* da atividade em si mesma, não dos seus resultados, passa por uma atitude especial dos produtores, entregando-se à *razão céptica da precisão* e evitando cuidadosamente resvalar-se pelos desvãos da *razão cínica da exatidão*, infelizmente, sempre muito tentadora. Dito de outra forma, é preciso apregoar aos quatro cantos do mundo que as estatísticas podem ser precisas mas não podem ser exatas, construções que apenas aproximam a realidade.

Por fim, vale observar que a saudável conquista tanto da credibilidade quanto da legitimidade passa necessariamente por pendular-se entre a dimensão (sócio) política e a dimensão (técnico) científica inerentes às estatísticas. Os produtores, evitando mesmo a mais tênue dependência (sócio) política, almejando ao máximo a mais completa independência (técnico) científica, incorrem no risco de serem tomados como meros fabricantes de números, não sendo assim tomados em merecida importância, possuidores que são de uma raríssima arte de calcular, encetando uma tarefa absolutamente estratégica na arte de governar. Assim, os produtores melhor fariam se promovessem a redação dialética da *interdependência*, superando o receio da *dependência* (sócio) política e o anseio da *independência* (técnico) científica.

⁷² Santos, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre...** (sobretudo a partir da p. 36).

SEGUNDA SEÇÃO - QUADRO SINÓPTICO

Estatísticas **ARTE DE CALCULAR**

Século XVII / XVIII: Aritmética Política (Sir William Petty)
Estatística e Argumentação
Uso intenso dos Registros Administrativos
Precursor da Estatística Económica e da Contabilidade Nacional

Século XVIII: Jeremy Bentham
(Bem governar é proporcionar a maior felicidade ao maior número de pessoas)
Demanda por Registros Estatísticos / Pesquisas Censitárias

↓
↓
↓
↓
↓

Domínios de governo / Acontecimentos / Fatos
Leitura (sócio) política da realidade

{ Perfil da Oferta ↓
{ Quem? Como? ↓

CENTROS DE CALCULO

Inscrições e descrições de primeira ordem
[Reg. Administrativos e Reg. Estatísticos]

Não coisas

↓
↓ Traduções sucessivas
↓
↓
↓

↓
↓ Para atribuir números
↓

Coisificação
Leitura (técnico) científica da realidade

Inscrições e descrições de ene-ésima ordem

↓
↓
→→ Equivalências
Comensurabilidade é atribuída pelo observador

↓ **Processos de objetivação**
↓
↓
↓
↓ Conceituação / Organização
↓ Observação / Exploração
↓
↓

Aproximação dos acontecimentos / Versão dos fatos

↓
↓
Congressos Estatísticos (século XIX) / Centros de calculo estatístico
[Organismos internacionais e Encontros académico-científicos]

Boas decisões? Então...
Pesquisadores / Tecnologia / Organizações

Falta consolidar: acurácia na aplicação dos métodos
privacidade dos registos individuais
ética no comportamento dos pesquisadores

Falta expandir: visibilidade / acessibilidade / aceitabilidade

TERCEIRA SEÇÃO:

A DIMENSÃO (SÓCIO) POLÍTICA DA COORDENAÇÃO. UM OLHAR EXTERNO.

Preliminares

Uma trajetória histórica da arte de governar

Introdução

A arte liberal de governar

A arte providencial de governar

A arte neoliberal de governar

Considerações finais

Uma trajetória histórica da arte de calcular, a coordenação

Introdução

Um ensaio de coordenação

Um discurso de coordenação

Uma política de coordenação

Considerações finais

Quadro Sinóptico

A atração exercida pelos números é especialmente irresistível aos funcionários burocráticos que não foram eleitos pelo voto popular, ou pelo direito divino. As arbitrariedades e os preconceitos são os motivos mais freqüentes pelos quais tais funcionários são criticados. Uma decisão tomada por números (ou por algum outro tipo de regra explícita) possui, pelo menos, a aparência de ser justa e impessoal. A objetividade científica proporciona, assim, uma solução para uma exigência moral de imparcialidade e justiça. A quantificação é uma forma de se tomar decisões, sem que se pareça tê-las tomado.

Theodore Porter

[**Trust in numbers.** Princeton: Princeton University Press, 1995]

[A tradução é minha]

PRELIMINARES

Façamos uma síntese, de modo a encaminharmos a idéia de coordenação.

Na primeira seção pudemos concluir que demandam as estatísticas aqueles que transitam no e/ou sobre o múltiplo, aqueles que governam, tendo-se o cuidado de abrir a noção de governar, extendendo-a a todos nós de uma forma ou de outra; as estatísticas lhes interessam enquanto insinuando a objetividade que muito naturalmente se associa aos números, desde tempos remotos. Dessa forma, distintamente se oferecem a participar das estratégias, dos programas, dos esquemas, das manobras, das alianças, em típicas ações de governo, bem assim, se oferecem a participar da formação das crenças e das condutas, agindo-se sutilmente por referência a um padrão qualquer nos desejos, nas circunstâncias, nos ambientes, de cada um de nós, em típicas ações de autogoverno.

Na segunda seção pudemos concluir que ofertam as estatísticas aquelas poucas organizações especializadas, altamente especializadas, detentoras de um saber muito específico, dessa forma fazendo-se centros de cálculo capazes de promover em sucessivas traduções as inscrições e descrições de até ene-ésima ordem, iniciando sempre por algum registro individual (de natureza administrativa ou de natureza estatística), resultando na expressão numérica de múltiplos organizados, pautando-se em equivalências previamente explicitadas. Dessa forma, contribuem distintamente para fazer pensável o mundo ausente e distante, desconhecido, *et pour cause*, governável, vale dizer, fazem-se instrumentos de saber e de poder, tornando a realidade móvel e estável, e mais, comparável e combinável, orientando ações e auto ações sobre certos acontecimentos.

De um lado, convive-se com a arte de governar, quando no plano do desejável faz-se a leitura (sócio) política da realidade, de outro lado, convive-se com a arte de calcular, quando no plano do possível faz-se a leitura (técnico) científica da realidade. Há que se construir laboriosamente uma interdependência, buscando-se um equilíbrio entre o

temor da mínima dependência (sócio) política e o querer da máxima independência (técnico) científica. Pois, o alcançar desse equilíbrio passa por se saber bem compreender o desejável e bem explicar o possível, redigindo a dialética da interpretação dos resultados passando inevitavelmente pela interpretação dos processos, de modo que as estatísticas possam ser vistas em suas possibilidades em meio às suas limitações.

Pois bem, a concretização dessas idéias transcendem a atuação isolada dos produtores, exigindo portanto uma certa atuação associativa, de modo a configurar-se uma totalidade, formalizando-se uma interação previamente estabelecida. Em síntese, a realização dessas idéias pressupõe, a nosso juízo, uma coordenação que disponha segundo certa ordem e método, coerentemente, os diferentes elementos, sociais e cognitivos, que participam da produção das estatísticas, equacionando suas especificidades legais, sociais, econômicas, administrativas, no equilíbrio de suas dimensões (sócio) política e (técnico) científica, promovendo-se a passagem pacífica entre o desejável e o possível.

Isso posto, antes de prosseguir tratando da coordenação por dentro, conviria estabelecer uma trajetória histórica da arte de calcular de modo a situarmos a coordenação, balizando-a por uma trajetória igualmente histórica da arte de governar; no limite, queremos destacar o Estado a um só tempo como o maior demandante e como o maior ofertante de estatísticas, desde sempre.

TERCEIRA SEÇÃO - CAPÍTULO I:
UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ARTE DE GOVERNAR.

INTRODUÇÃO

Ao longo desta tese deixou-se entrever a presença do Estado como o maior demandante e como o maior ofertante de estatísticas, entretanto, seu envolvimento não segue uma mesma trajetória ao longo do tempo, a menos de estar sempre tomando as estatísticas como essenciais à arte de governar. Dessa forma, conviria promover um passeio histórico pelas diversas formas que assumiram a arte de governar, destacando o tempo histórico das estatísticas e deixando de lado sua proto-história, como de resto vem sendo a tônica ao longo desta tese.

Assim, partindo do liberalismo, passaremos pelo providencialismo, chegando ao neoliberalismo; registre-se que não será nossa intenção fazer um estudo minucioso dessas formas de organização dos governos, mas antes fazer emergir o papel atribuído em cada momento às estatísticas. Teremos ocasião de ver o surgimento das agências nacionais de estatística, claramente inseridas na lógica de um Estado forte, não de um Estado grande; teremos ocasião de ver o aparecimento de uma indústria privada de produção estatística na lógica de uma negação ao Estado grande, ao qual se associava erroneamente a produção pública de estatísticas; e por aí em diante, ressaltando avanços e recuos.

A ARTE LIBERAL DE GOVERNAR

Trata-se do tempo que vai do final do século XVIII até o início do século XX, correspondendo na classificação de Eric Hobsbawn ao *longo século XIX*, 1780-1914, com suas três divisões internas: a *Era da Revolução*, 1789-1848, a *Era do Capital*, 1848-1875, a *Era do Império*, 1876-1914. Por demais, tendo presente a íntima associação que há entre

as Estatísticas e o Capitalismo, poderíamos trabalhar com a temporalidade proposta por Boaventura de Sousa Santos, quanto então este seria o primeiro de seus três períodos, justamente o denominado de *capitalismo liberal*, cobrindo todo o século XIX, com um certo arrefecimento em seus últimos anos.

O pensamento liberal critica o Estado que encontra em si mesmo as razões de governar, sempre considerando que se está governando pouco, ao contrário, buscará na Sociedade a justificativa para o governar, sempre considerando que se estará governando muito. Assim, tome-se o liberalismo como uma reflexão crítica sobre a prática de governo, mais exatamente sobre o excesso de governo, fazendo-se um forte contraponto com a dita *razão de Estado*, dominante deste o século XVI. O liberalismo rompe com essa *razão de Estado*, amparada na tecnologia diplomático-militar e na tecnologia de polícia, ambas de forte caráter intervencionista na vida dos indivíduos, subtraindo-lhes a liberdade⁷³.

Mas, em que pese sua crítica, o liberalismo não visa a acabar com o Estado, nos termos da síntese de Mário Henrique Simonsen:

Pois o liberalismo é uma doutrina política... O liberalismo procura conciliar dois sentimentos humanos conflitantes, o desejo de ser livre e o desejo de viver em sociedade. A conciliação exige que a liberdade de cada um cesse no momento em que prejudicar a do outro, princípio que só pode ser posto em prática se todos os indivíduos se sujeitarem ao arbitramento dos conflitos por uma entidade superior, o Estado. Quais devem ser as funções, a organização e o funcionamento do Estado, eis o nó da questão liberal.

Entre os liberais das diferentes correntes há apenas um denominador comum: todos pregam o estado de direito, isto é, aquele organizado de forma a impedir a ação arbitrária dos governantes. No estado de direito, ao adquirir a cidadania, o indivíduo entra num jogo de regras perfeitamente conhecidas, a condição mínima necessária para exercício das liberdades individuais compatíveis com as de terceiros. O estado de direito foi a grande concepção dos filósofos liberais do século XVII, empiristas britânicos e iluministas franceses...⁷⁴.

Pois a idéia de um desenvolvimento harmonioso entre o *Estado*, o *Mercado*, a *Comunidade*, acalentada pela Economia Política, emergente no final do século XVIII com Adam Smith, no esteira do Iluminismo Escocês, acaba por não se realizar. De fato, como se pode constatar historicamente pela extraordinária consolidação das regiões industriais e das

⁷³ Adam Smith, em seus cursos, antes de escrever a **Riqueza das Nações**, disserta sobre a ação de polícia atribuindo-lhe uma desejável proibidade geral de conduta.

idades comerciais, acaba por predominar o *Mercado*, em detrimento dessa sonhada harmonização. Preconiza-se um *mínimo de Estado* (não um *Estado mínimo*), intervindo na lógica de acumulação do capital, inserindo-se assim no *laissez faire*, sempre com vistas à conformação de um indivíduo dócil politicamente e útil economicamente, ainda que formalmente livre e igual. A *Comunidade*, a seu turno, fica reduzida a esse indivíduo, arrolado em inúmeros registros administrativos (essenciais à produção das estatísticas, como já vimos), suporte da esfera privada, bem assim, elemento constitutivo da sociedade civil, suporte da esfera pública⁷⁵.

A esse tempo, vive-se um desenvolvimento espetacular da ciência, nas mais diferentes áreas do saber humano; cabendo destacar os avanços na Ciência Estatística, buscando-se a compreensão das regularidades e das diversidades das populações; um raciocínio estatístico, mais e mais, foi se consolidando, contribuindo sobremaneira para um significativo avanço nas demais ciências⁷⁶. Entretanto, no que concerne à produção das estatísticas, os avanços da Ciência Estatística a par com a consolidação de um método de pesquisa, só se farão sentir realmente quando da consolidação das agências nacionais de estatística, ao tempo do providencialismo; não obstante, o extraordinário movimento de codificação sócio-jurídica, á frente o *code civil* napoleônico em 1804, e mais, a magnífica idéia de cultura nacional assentada na concepção liberal do indivíduo, muito influenciarão a produção das estatísticas⁷⁷.

Mas, em que pese o extraordinário progresso econômico alcançado, não havia um correspondente avanço nas condições sociais. Empenhados na conquista de direitos, os trabalhadores se revoltam, forçando como que a invenção do social no âmbito do Estado⁷⁸. Em conseqüência, os governos procuram incitar ações comunitárias com vistas a amenizar as condições reinantes; preocupa-se, por exemplo, com a pobreza, o que leva a uma grande demanda por estatísticas, raramente satisfeita, diante da precariedade da produção oficial. Apesar de meritórios esforços pessoais, muito elogiáveis, procurando-se compensar essa situação, as estatísticas continuam precárias, em face da acanhada presença do Estado como produtor, enfim, as agências nacionais de estatística, quando existentes, claudicam,

⁷⁴ Simonsen, Mário Henrique. *Frenesi liberalista* (p. 84). O grifo é meu.

⁷⁵ Esta síntese se baseia em Santos, Boaventura de Sousa. **Pela mão de...** (p. 80).

⁷⁶ Os avanços da Ciência Estatística foram amplamente estudados por Stigler, Stephen. **The History...**, Mackenzie, Donald. **Statistics in...**, Morgan, Mary. **The History of...**

⁷⁷ A concepção liberal do indivíduo está bem explicada em Pizzorno, Alessandro. *Foucault et la...*

⁷⁸ A esse tempo, Karl Marx escreve o **O Capital** fornecendo extraordinária análise crítica do capitalismo

parecendo máculas nos sagrados princípios liberais, não obstante a presença cada vez maior do Estado na busca de uma nova ordem social, mesmo na Inglaterra Vitoriana onde o capitalismo liberal mais se desenvolvia⁷⁹.

A ARTE PROVIDENCIAL DE GOVERNAR

Trata-se do período que vai da eclosão da Grande Guerra até a derrocada do Mundo Socialista, correspondendo mais ou menos aos dois primeiros tempos do *breve século XX* na classificação de Eric Hobsbawm: a *Era de Catástrofe*, de 1914 a mais ou menos 1945 e a *Era de Ouro*, de 1945 ao final dos anos 1970 ou início dos anos 1980. Por demais, tendo ainda presente a íntima associação entre as Estatísticas e o Capitalismo, poderíamos trabalhar com a temporalidade proposta por Boaventura de Sousa Santos, quando este seria o segundo de seus três períodos, aquele denominado de *capitalismo organizado*, na linha de Claus Offe, cobrindo o período que vai do final do século XIX até algumas décadas após a Segunda Grande Guerra.

A presença de um *Estado Protetor*, já no seio do Capitalismo Liberal, tentando corrigir os desencontros entre os avanços econômicos e os atrasos sociais, se aprofunda na esteira de alguns acontecimentos marcantes. O capitalismo, em sua dimensão econômica, se vê envolto em crises freqüentes e recorrentes, máxime a crise financeira de 1929, que abala a quase todos os países do mundo. O socialismo / comunismo torna-se vitorioso com a *Revolução de 1917*, prometendo a redenção da classe operária, justo aquela que desde longa data vinha em luta de conquista por melhor reconhecimento no seio do capitalismo. O esforço de guerra e o posterior esforço de reconstrução, exige uma mobilização sem par dos recursos nacionais, que naturalmente precisam ser conhecidos em suas dimensões e em suas localizações para serem usados de imediato. Enfim, vê-se que o capitalismo enfrentava duas ordens de crise, uma interna e outra externa, sobremodo precisando mostrar que o socialismo / comunismo não era a única solução para os trabalhadores.

Assim, pouco a pouco, passa-se de um *Estado Protetor* a um *Estado Provedor*, fazendo-se agente ativo de transformação, intervindo no *Mercado* e na *Comunidade*. Trata-se do *Welfare State* ou *État Providence*, promovendo uma grande reinvenção do social no seio do capitalismo, no amparo da *teoria econômica keynesiana*.

⁷⁹ Alguns historiadores chegam a afirmar que o providencialismo tem aí, pateticamente, seu instante de

Conforme bem sintetizado por Claus Offe:

A intenção estratégica da política econômica keynesiana é promover o crescimento e o pleno emprego, e a intenção estratégica do welfare state é proteger aqueles que são afetados pelos riscos e contingências da sociedade industrial e criar uma medida de igualdade social. Essa última estratégia se torna viável apenas na medida em que a primeira é bem-sucedida, fornecendo os recursos necessários para as políticas de bem-estar social e limitando a extensão das reivindicações relativas a esses recursos⁸⁰.

O modo providencial de governar tem por objetivo primeiro cobrir os riscos e as incertezas que o capitalismo costuma expor os trabalhadores e suas famílias, fazendo-se emergir diferentes modalidades de seguro social, sempre organizados e gerenciados pelo Estado, por exemplo, nas áreas da saúde, da educação, da aposentadoria. Pois, ao eliminar ou reduzir os riscos e incertezas próprios do capitalismo, o modo providencial de governar consegue eliminar ou reduzir os motivos e razões dos conflitos sociais, no que presta um benefício direto aos capitalistas, porquanto conseguindo tornar a produção mais regular e previsível. Como seja, a operacionalização dessa variada gama de ações governamentais exige o concurso de inúmeros especialistas, em diferentes campos do saber, criando-se regras burocráticas e regulamentações legais.

Naturalmente, para o pleno desempenho dessas atividades torna-se imperativa a existência de muitas e boas estatísticas, conformando-se um terreno fértil à existência das grandes *agências nacionais de estatística*, em quase todos os países do mundo. Entretanto, como já dissemos, ainda que nunca sob condições muito favoráveis, essas agências nacionais de estatística existiram antes, algumas com trajetórias distintas e prestigiosas, máxime o caso da Alemanha Bismarkiana; mas tiveram vida efêmera.

De fato, só então, no período em análise, é que puderam se consolidar a partir da conjugação de três fatores inéditos. Um fator de ordem política, qual seja, os Estados assumem abertamente suas muitas estruturas especializadas, querendo-se fortes por todos os meios ao seu alcance, com o objetivo declarado de promoverem um sólido crescimento econômico; agem pela via do *Planejamento Nacional*, uma não-coisa razoavelmente fácil de ser compreendido, porquanto amparado em teorias próprias devidamente assentadas. Dois fatores de ordem técnica, a saber: primeiro, a existência de um corpo teórico

nascimento. Quando nada, tem aí o nascimento de um social-liberalismo.

⁸⁰ Offe, Claus. **Problemas estruturais...** (p. 378).

avançado, a *Contabilidade Nacional*, bem estruturado, capaz de coisificar muito proximamente o planejamento; segundo, o avanço nas *técnicas amostrais* que viabiliza a produção de registros estatísticos independente das pesquisas censitárias, dando vida contínua às agências nacionais de estatística.

A ARTE NEOLIBERAL DE GOVERNAR

Trata-se do terceiro e último período do *breve século XX*, na classificação de Eric Hobsbawn, uma *era de decomposição, incerteza e crise*, que começa nos final dos anos 1970, talvez início dos anos 1980, e se arrasta até os nossos dias. Por demais, uma vez mais tendo presente a íntima associação entre as Estatísticas e o Capitalismo, poderíamos trabalhar com a temporalidade proposta por Boaventura de Sousa Santos, quando este seria o terceiro de seus três períodos, aquele chamado de *capitalismo desorganizado*, ainda na linha de Claus Offe, cobrindo o período que começa nos anos 1960 e chega até o presente.

O Estado Providencial tornou-se vítima de seu sucesso, porquanto ao mesmo tempo que acomodava positivamente as crises também inibia a positividade criativa dos conflitos. Na verdade, as ações de governo só são efetivas na medida em que não sejam rotineiras, sob pena de entrarem nas expectativas dos negócios. Por demais, tantas foram as soluções adotadas, com vistas a tantos problemas, que ficava difícil perceber suas inevitáveis contradições ou efeitos contrários.

Veja-se o caso do emprego, na síntese de Claus Offe:

Longe de estimular mais a produção, a prática do governo de promover déficits a fim de combater o desemprego contribui para taxas ainda mais altas de desemprego. Segundo o argumento de alguns economistas, essa prática estimula a subida das taxas de juros e torna o capital dinheiro escasso e oneroso. Ocorre também, o que é possivelmente ainda pior, que o estado do welfare contribui para um parcial desestímulo do trabalho. Seus esquemas de seguro compulsório e habilitação legal oferecem uma proteção institucional tão forte aos interesses materiais dos trabalhadores assalariados que a mão-de-obra torna-se menos preparada e/ou pode ser menos facilmente forçada a ajustar-se às contingências das mudanças estruturais, tecnológicas, de locação e outras da economia. Os salários são não apenas “rígidos” e “inflexíveis ao declínio” mas, além disso, as provisões do estado do welfare “desmercantilizaram” em parte os interesses dos trabalhadores, substituindo o “contrato” pelo “status” e os “direitos de propriedade” pelos “direitos do cidadão”⁸¹.

⁸¹ Offe, Claus. *Ibidem* (p. 376-7).

Afora situações tais, as economias nacionais sofreram com as sucessivas crises nos preços do petróleo, em meados dos anos 1970, levando a uma completa falência dos Estados, limitando-os fortemente em suas ações providenciais. Ademais, considere-se que a *débacle* do socialismo / comunismo libera o capitalismo da contingência de equacionar suas contradições internas. Vale dizer, juntam-se a não possibilidade e a não necessidade, relativas, dando curso a uma forte crítica ao Estado Providencial, daí advindo o chamado neoliberalismo, com o triunfo da economia de mercado. Mas, como lembra Mário Henrique Simonsen, “*como de hábito, o prefixo ‘neo’ indica que as idéias neoliberais nada têm de novas*”, acrescentando que elas remontam à obra monumental de Adam Smith, a *Riqueza das Nações*, publicada em 1776⁸².

De todo modo, muitas transformações têm curso, algumas jamais vistas, se não em si mesmas, pelo menos na intensidade em que se dão, em tudo e por tudo pondo em cheque a dimensão nacional, tão fortemente assentada ao tempo anterior. Agora, de um lado os problemas sociais são remetidos aos espaços locais, de outro lado os problemas econômicos são remetidos aos espaços globais. Conforme Boaventura de Sousa Santos:

No plano econômico, os desenvolvimentos mais dramáticos são os seguintes: o crescimento explosivo do mercado mundial, propulsionado por um novo agente criado à sua medida - as empresas multinacionais -, torna possível contornar, se não mesmo neutralizar, a capacidade de regulação nacional da economia; os mecanismos corporativos de regulação dos conflitos entre capital e trabalho, estabelecidas a nível nacional no período anterior, enfraquecem e a relação salarial torna-se mais precária, assumindo formas que, na aparência pelo menos, representam um certo regresso ao período do capitalismo liberal; a flexibilização e automatização dos processos produtivos, combinadas com o embaratecimento dos transportes, permitem a industrialização dependente do terceiro mundo e destroem a configuração espacial do aparelho produtivo nos países centrais com a descaracterização das regiões, a emergência de novos dinamismos locais, a ruralização da indústria, a desindustrialização, a subcontratação internacional etc. etc.; a expansão extensiva do mercado corre paralela à sua expansão intensiva com a crescente diferenciação dos produtos de consumo, um certo abandono da grande produção em massa com o objetivo de promover a particularização dos gostos e o aumento das escolhas; finalmente, a mercadorização e a digitalização da informação abrem perspectivas quase infinitas à reprodução alargada do capital⁸³.

⁸² Simonsen, Mário Henrique. *Frenesi liberalista* (p. 85).

⁸³ Santos, Boaventura de Sousa. **Pelas mãos de...** (p. 87-8).

Pois a exoneração do Estado da vida econômica, generalizadamente assumida nos últimos anos, num mundo mais e mais globalizado, merece reparos, em face de um visível aumento da pobreza, da violência, e de tantas outras desigualdades. Na expressão de Alain Touraine, “*nos quatro cantos do mundo as sociedades se diluem, as personalidades individuais se decompõem, as instituições como a escola ou a cidade são invadidas pela violência e o estado de direito sente-se encurralado*”. Em meio ao neoliberalismo, “*por toda parte sente-se a necessidade de recriar um controle político e social da economia*”⁸⁴. Começa-se assim a admitir-se que a *mão invisível do mercado* talvez funcione melhor com certa ajuda da *mão visível do Estado*, não no sentido da volta pura e simples do velho providencialismo, mas no sentido de um social-liberalismo. Entretanto, nas palavras de Mário Henrique Simonsen, “*o social-liberal sem máquina de calcular no bolso e sem microcomputador na escrivaninha é um perigo público*”, apontando claramente para a necessidade de se quantificar as decisões a serem tomadas⁸⁵.

Não obstante, a produção das estatísticas muito sofreu nos primeiros instantes do neoliberalismo, pois as agências nacionais de estatística pareciam estar mais na lógica do *Estado grande* do que do *Estado forte*. Assim, foi preciso algum tempo para que se percebesse a importância das estatísticas dispendo para a ação diferentes grupos, seja no equacionamento dos problemas sociais na esfera local, seja no equacionamento dos problemas econômicos na esfera global, e até mesmo para a necessária compreensão do espaço nacional. Mas, a essa altura, as agências nacionais de estatística haviam perdido muito de sua capacidade de trabalho, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela perda de recursos humanos, agravando sua tendência de se fecharem para o mundo.

Dessa forma, a crescente demanda por estatísticas encontra uma trêfega e trôpega oferta oficial. Por essa razão, mas também por que um sem número de questões de interesse do mercado demandavam estatísticas, acaba por alimentar um próspera indústria produtora de estatísticas. Então, mais e mais, encontram espaço de convívio as estatísticas públicas e as estatísticas privadas, numa relação mais interdependente do que se poderia de imediato imaginar. Diríamos mesmo que o avanço na produção privada das estatísticas

⁸⁴ Folha de S. Paulo, 15 de dezembro de 1996, **A morte de um enfermo curado**.

⁸⁵ Simonsen, Mário Henrique. *Op. cit.* (p. 86).

acaba por se tornar aliada das estatísticas públicas, favorecendo seu renascer, sob pena de não disporem das necessária bases de trabalho, sempre caríssimas⁸⁶.

A par com esse fortalecimento, as agências nacionais de estatística enfrentam o enfraquecimento em seu poder algo monopolístico de produtor das estatísticas públicas, a partir da emergência de inúmeras agências locais de produção. Maior aprofundamento dessa situação será feito adiante, a menos de um aspecto que deve ser apresentado desde já, qual seja a tentativa de recuperação do prestígio das *Contabilidade Nacional*, apesar da perda de seu *partner* perfeito, o *Planejamento Nacional*, não mais praticado. Dois movimentos vêm sendo feitos: um, no sentido da elaboração de uma *Contabilidade Regional* (Estadual ou Municipal); outro, no sentido da incorporação de novas dimensões nacionais à Contabilidade Nacional, máxime a questão ambiental; esforços meritórios, mas que retratam a pequenez da visão coordenadora, como se verá mais adiante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, fica claro que as estatísticas sempre tiveram papel preponderante na arte de governar, podendo-se mesmo apontar seu caráter estratégico, oferecendo um ordenamento social de extraordinária importância.

Uma síntese será útil.

Ao tempo liberal as estatísticas interessam não tanto para a ação de governo, mas sobretudo para a sutil ação de autogoverno, ou seja, interessam acima de tudo por sua capacidade de promover individualizações. Entretanto, com os governos preocupados com a crescente exclusão social, passam a participar de uma ação governamental mais direta, o que será sobremodo intensificado ao tempo do providencialismo. De todo modo, desse tempo ficam para a produção das estatísticas a ordem jurídica e a noção do nacional, sempre muito úteis à aceitação final dos resultados.

Ao tempo providencial as estatísticas serão chamadas a instruir intensas ações de governo, articuladas no chamado Planejamento Nacional, uma não-coisa de muito fácil apreensão, pela primeira vez dispendo-se de um bom ângulo de compreensão do desejável. Por outro lado, ocorre o feliz acaso de se poder promover a coisificação pela Contabilidade

⁸⁶ As chamadas bases estatísticas são essenciais para o desenho de amostras e para a realização de trabalhos de campo, por exemplo. Costumam ser chamadas de bases geográficas ou de bases censitárias.

Nacional, igualmente articuladora e de fácil explicação. Será bastante para a consolidação das agências nacionais de estatística, por demais viabilizadas numa produção contínua com as pesquisas amostrais, diversificando a oferta das estatísticas,

Ao tempo neoliberal, esgotado o tempo providencial, a produção pública das estatísticas parecia imprópria à esfera pública, sendo sua produção vista erroneamente na lógica de um Estado grande e não de um Estado forte. Logo, percebeu-se o equívoco ainda em tempo de se salvar as agências nacionais de estatística, em que pese o enfraquecimento que acabaram por sofrer. De todo modo, perdeu-se a referência do Planejamento Nacional como articulador da demanda, pelo que a Contabilidade Nacional perdeu muito de sua capacidade de articular satisfatoriamente a oferta.

TERCEIRA SEÇÃO - CAPÍTULO 2:

UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ARTE DE CALCULAR, A COORDENAÇÃO

INTRODUÇÃO

A periodização anteriormente apresentada servirá para fazermos emergir três tempos de coordenação, construindo-lhe uma trajetória. No primeiro, teria havido apenas um ensaio de coordenação, sendo o fruto de uma demanda vinda de baixo. No segundo, teria havido apenas um discurso de coordenação, sendo o fruto de uma oferta vinda de cima. No terceiro, haveria ambiente para o surgimento de uma política de coordenação, sendo o fruto de uma oferta vinda de cima, em resposta a uma demanda vinda de baixo.

Como será visto neste capítulo, haverá um delicado movimento pendular entre uma integração metodológica a sugerir centralização administrativa e uma harmonização metodológica a sugerir descentralização administrativa. Como será visto ainda, quando demandada, a coordenação será destacada em sua dimensão (sócio) política, enquanto que quando ofertada, a coordenação será destacada em sua dimensão (técnico) científica; dessa forma, podemos dizer que a coordenação só estará completa quando for o fruto de uma demanda e de uma oferta, o que só se dará em seu terceiro tempo histórico.

UM ENSAIO DE COORDENAÇÃO

Como vimos, desde que *sir* William Petty desenvolveu sua *Aritmética Política*, ao final do século XVII, lançando os alicerces de um cálculo estatístico, a ciência teve avanços memoráveis, atravessando os séculos XVIII e XIX, conformando e consolidando o velho paradigma científico tão caro ao mundo ocidental, só agora questionado em face das descobertas quânticas no presente século.

O progresso da ciência, valeria destacar, sempre se fez em estreita consonância com os problemas sociais, não sendo diferente com a Ciência Estatística, mais e mais reconhecida como necessária ao pleno conhecimento da realidade, natural e humana, social e econômica. Assim, cientistas como Adrien Legendre, Abrahan De Moivre, Jacob

Bernoulli, Pierre Laplace, Carl Gauss, Adolphe Quetelet, Francis Galton, Francis Edgeworth, Karl Person, George Yule, Ronald Fisher, e tantos outros, contribuíram sobremodo para o conhecimento do mundo, procurando expressá-lo na linguagem dos números, tomada como essencial ao alcançar de um pleno conhecimento.

Entretanto, a produção das estatísticas públicas, seguia seu caminho de sempre, pouco se beneficiando dos avanços científicos; entendia-se que os fatos estariam sempre prontos bastando ser recolhidos, ao estilo baconiano que tanto influenciou a criação das sociedades estatísticas, como já vimos. Compreendia-se muito pouco que a objetividade das estatísticas resultava de processos de objetivação, o que sempre causava espécie; logo, não obstante o empenho dos produtores das estatísticas públicas, não é de estranhar que os números sofressem críticas recorrentes dos reformadores sociais.

Nessa circunstância, sobleva a ação levada a cabo por diferentes pensadores, à frente o astrônomo belga Adolphe Quetelet (1796-1874), secundado por vários outros, com destaque para o economista alemão Ernst Engel (1821-1896), nas nove reuniões do Congresso Internacional de Estatística, ao longo do período de 1853 a 1876, quando pela primeira vez falou-se em coordenação, atribuindo-a a um órgão central adrede organizado. A coordenação emergia como uma demanda de baixo, era percebida por partícipes da produção nacional de estatísticas, preocupados com as estatísticas internacionais, ou seja, queria-se estatísticas nacionais comparáveis e combináveis ao nível internacional.

Para tanto, em debates crescentemente refinados e afinadas, concluiu-se pela necessidade de se estruturar alguma agência nacional precipuamente voltadas à coordenação das estatísticas, de modo a se alcançar a meta internacionalista. Esses organismos nacionais não centralizariam a produção, que seguiria a cargo de uma diversificada rede de produtores, tão somente cuidando para que os métodos de trabalho fossem comuns a todos, empenhando-se para que a divulgação e a interpretação dos resultados pudesse ser de alta qualidade.

A preocupação em não centralizar a produção vinha, primeiro, da percepção de que a principal fonte de registros individuais seguia sendo o registro administrativo, descentralizado por excelência, em face de sua própria vocação, qual seja, ser um veículo de gestão, e, segundo, da percepção de que o registro estatístico, à ocasião essencialmente de origem censitária, seguia sendo de alcance restrito, em face de sua complexidade operacional. De fato, percebia-se com propriedade que sem o concurso dos registros

administrativos, contando-se com os poucos registros estatísticos de origem censitária, não se conseguiria cobrir toda a gama de informações estatísticas desejadas, como expressa nas listas exaustivamente elaboradas e reelaboradas.

À essa época, se de um lado, compreender o desejável, percebê-lo em sua dimensão (sócio) política não era a tarefa mais difícil, porquanto os partícipes do processo eram homens notavelmente públicos, afinados com os anseios de seus tempos, de outro lado, explicar o possível, percebê-lo em sua dimensão (técnico) científica não era a tarefa mais fácil, porquanto desconhecendo-se ainda muito do processo produtivo das estatísticas. Assim, é natural que a coordenação fosse apenas ensaiada, deixando-nos contudo três ensinamentos: primeiro, a necessidade de uma entidade coordenadora não envolvida com a produção; segundo, a percepção da dimensão (sócio) política norteando a produção; terceiro, a relevância do registro administrativo a par com o registro estatístico.

UM DISCURSO DE COORDENAÇÃO

Terminada a II Guerra Mundial, impunha-se um esforço de reconstrução de quase todos os países envolvidos, não só dos países derrotados, mas também dos países vitoriosos, porquanto ambos estavam com suas economias em completa desorganização. Por demais, havia o comunismo a pairar como uma ameaça concreta sobre as democracias mundiais, impondo pressa nesse esforço de reconstrução; pois, paradoxalmente, a saída viria do próprio mundo comunista onde a prática do planejamento central fora capaz de promover muitas e rápidas mudanças, tal e qual o mundo democrático necessitava.

Assim, feitas as adaptações culturais, preservados os princípios democráticos, passou-se a viver um planejamento centralizado em quase todos os países devastados pela guerra, sempre com uma ou outra nuance de ordem espacial ou temporal, de todo modo tornando imperativa a existência de muitas e boas estatísticas. Como vimos, uma vez que o planejamento apresentava-se ampla e solidamente teorizado, oferecia-se como uma não-coisa de imediata compreensão aos olhos dos produtores de estatísticas, dispendo num feliz acaso de um extraordinário mecanismo à sua coisificação, qual seja, a contabilidade nacional; a compreensão do desejável (planejamento nacional) e a explicação do possível (contabilidade nacional) encontraram-se privilegiadamente, dando ensejo a um casamento quase perfeito, *et pour cause*, impulsionando fortemente a produção das estatísticas.

As agências nacionais de estatística passam, então, a produzir estatísticas continuamente, de uma forma jamais vista; à elaboração das contas nacionais e à elaboração dos censos, duas distintas atividades uma nova e outra antiga, vem se somar um uso crescente da pesquisa por amostra, lançando-se mão de técnica antiga mas só então amadurecida; estatísticas conjunturais puderam ser produzidas. Tantas e tais atividades atraíram novos profissionais à produção pública das estatísticas, abrindo assim seu leque científico, o que se mostraria muito positivo mas também muito complexo, avolumando-se a falta de um elo entre os muitos saberes envolvidos.

Em conseqüência de fatores vários, máxime a continuidade nas atividades de pesquisa, tornou-se possível o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa própria à produção das estatísticas, o que se apresentava como uma demanda já secular. Daí, a par com o uso das técnicas amostrais, foi possível dinamizar sobremodo a criação dos registros estatísticos, claro que ao custo do predomínio do nacional como referência espacial privilegiada das estatísticas, não fora o próprio planejamento tido e dito como nacional. Ainda que muito importante, estava longe de poder ser tomado como o elo entre as várias ciências envolvidas com a produção das estatísticas, mas foi o que aconteceu.

Por outro lado, quanto aos registros administrativos, não aconteceu nada de parecido, não se lhes associou nenhum avanço metodológico, em que pese sua importância à elaboração das contas nacionais. Mas foi possível garantir-lhes o uso sem o dissabor de se dever manuseá-los em seus ambientes dispersos e empoeirados, só muito raramente informatizados. Isso foi alcançado exatamente através de uma coordenação ofertada de cima, conformando um discurso que ainda hoje povoa o imaginário dos produtores de estatísticas, mas restringindo-a perigosamente à sua dimensão (técnico) científica; ou seja, cada produtor, em seu próprio ambiente, deveria agregar-se à cruzada de elaboração da contabilidade nacional, mesmo que não recebesse em troca nada além da honra de estar viabilizando o planejamento nacional.

Como seja, as agências nacionais de estatística tornaram-se definitivamente centros de cálculo, conquistando enorme credibilidade, mas acomodando-se aos louros de uma vitória que parecia permanente. Credo as estatísticas como algo indiscutível, tanta era a legitimidade advinda do planejamento nacional *vis-a-vis* a credibilidade advinda da contabilidade nacional, seus produtores como que se deram ao direito de não se apresentar ao crivo das contradições, fechando-se intramuros. Em conseqüência, ao menor abalo na

legitimidade, a própria credibilidade costuma ser posta em dúvida., para perplexidade e mesmo tristeza de muitos dos envolvidos.

Enfim, nesse segundo período, quando a coordenação é apenas discursada, nos deixa três ensinamentos: primeiro, um organismo central voltado fortemente à produção acaba por ver diminuída sua capacidade de coordenação; segundo, nenhuma legitimidade é permanente ao longo do tempo, a exigir permanente atenção à dimensão (sócio) política das estatísticas; terceiro, mesmo a melhor das credibilidades precisa ser freqüentemente mostrada como tal, o que exige permanente atenção à dimensão (técnico) científica das estatísticas.

UMA POLÍTICA DE COORDENAÇÃO

Ainda no período anterior, o sucesso do planejamento nacional no campo econômico sugeriu sua expansão ao campo social, na tentativa de dar cobro a uma variada gama de problemas sociais, significando um novo impulso à produção das estatísticas. Estatísticas temáticas são estruturadas ou reestruturadas, atendendo a interesses setoriais, mas subordinados aos interesses da Contabilidade Nacional, mais ainda, subordinados aos interesses do Planejamento Nacional, como será o caso dos Indicadores Sociais, no esforço quimérico de se dar ao campo social o mesmo ordenamento que a Contabilidade Nacional consegue dar ao campo econômico; esforço quimérico à falta de uma teoria social equivalente à teoria econômica.

Isso posto, percebe-se que a produção das estatísticas assentava-se no Planejamento Nacional, com sua leitura (sócio) política da realidade devidamente posta em termos teóricos, o que facilitava em muito a compreensão do desejável. Em contraparte, no lado da oferta, enquanto a tradução (técnico) científica da realidade pôde se assentar predominantemente na Contabilidade Nacional, esteve-se deitado em berço esplêndido. Mas, com a forte emergência do social, dando sinais de esgotamento no Planejamento Nacional, sobremodo revelando a perda de hegemonia do econômico, perdia-se a suficiência teórica da Contabilidade Nacional, tornando imperativa a explicação do possível, ao que os produtores não estavam habituados.

Assim, com o advento do neoliberalismo, desde os anos oitenta, em conseqüência dentre outros aspectos das crises do petróleo, desacredita-se o Planejamento

Nacional, em face da falência dos Estados, *et pour cause*, põe-se em cheque a produção pública das estatísticas. De pronto, o florescer de uma próspera indústria produtora de estatísticas, sugeria a ausência quase total do Estado, na melhor das hipóteses atribuindo-lhe ou concedendo-lhe a produção de uma ou outra estatística, dentre elas as censitárias. Felizmente, não demorou muito para se perceber o equívoco dessa assertiva, recuperando-se a consciência de que as estatísticas são, a um só tempo, instrumentos de saber e de poder, cabendo resguardar ao Estado, no mínimo, a função coordenadora.

Como seja, as agências nacionais de estatística saem chamuscadas desse entrevero, tendo muita dificuldades para se adaptarem aos sinais dos tempos, notadamente aos sinais da descentralização político-administrativa. O tempo presente parece dispensar as estatísticas nacionais ao remeter a solução dos problemas sociais ao espaço local e a solução dos problemas econômicos ao espaço global. Entretanto, mesmo tornando-se como que tributárias dos espaços local e global, as estatísticas nacionais seguem sendo indispensáveis, precisando ser produzidas, ainda que em bases diferentes.

A descentralização faz com que muitos governem, significando uma demanda por estatísticas ampliada e diversificada, o que dificulta a compreensão do desejável. A seu turno, a oferta amplia-se embalada por novas e melhores tecnologias, o que não é garantia bastante à correta aplicação do método de pesquisa voltada à produção das estatísticas, dificultando muito a explicação do possível. Dessa forma, considerando que o desejável e o possível assumem variadas facetas, no tempo e no espaço, alcançar seu necessário equilíbrio torna-se uma tarefa ingente, a exigir uma consistente e defensável política de coordenação, conduzindo à solução negociada dos problemas, fazendo igual o que as diferenças inferiorizam, fazendo diferentes o que a igualdade descaracteriza.

Destarte, a política de coordenação a ser desenhada cuidadosamente deverá ter como objetivo promover o equilíbrio entre o desejável e o possível, ou seja, promover a dialética entre a compreensão do desejável e a explicação do possível, com vista à interpretação dos resultados. Tratar-se-á de uma política estável, cuja operacionalização irá exigir dedicação exclusiva, o que quer dizer que ela não poderá ser encetada por um órgão produtor, mas sim por uma unidade especializada no interior de algum órgão produtor ou mesmo por algum órgão exclusivamente voltado à coordenação, agindo sobre os vários organismos produtores, agregando-lhes a dimensão (sócio) política sem sacrificar-lhes a dimensão (técnico) científica, pensando e pesando a legitimidade e a credibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo presente é altamente favorável à coordenação porquanto podendo-se associar, pela primeira vez, uma oferta de cima com uma demanda de baixo. A demanda de coordenação é absolutamente clara, com os diversos produtores públicos de estatística sentindo-se desamparados em seus cotidianos, almejando as condições (técnico) científicas disponíveis na agência nacional de estatística. A oferta de coordenação parece necessária também à agência nacional de estatística, ainda que possa significar a perda de alguns de seus poderes, o que não é de fácil assimilação; aliás, tentando coordenar sem perder seus poderes, a agência nacional de estatística vem expandindo a Contabilidade Nacional, passando-se a produzir também uma Contabilidade Regional.

Essa manobra poderá ser vitoriosa, mas a vitória será de pirro, logo se deixando desmoronar; o fato é que não se pode perder de vista que não basta apenas a articulação do lado da oferta, o que de resto a contabilidade regional poderá de fato oferecer em nível infra-nacional, precisa-se também, sobretudo mesmo, de uma articulação ao lado da demanda, o que não há, o que a feitura de planos diretores municipais está longe de ser bastante. Assim, não há como ater-se a um esforço de bem trabalhar na dimensão (técnico) científica, ignorando-se a dimensão (sócio) política, ambas precisando ser postas em conjunto, o que só uma efetiva coordenação poderá concretizar, pondo-se em equilíbrio o desejável e o possível.

TERCEIRA SEÇÃO - QUADRO SINÓPTICO

ARTE LIBERAL DE GOVERNAR ENSAIO DE COORDENAÇÃO

[Final do século XVIII até início do século XX]
[Capitalismo liberal]

Fim da *razão de Estado* / Estado x Sociedade

Economia Política

[Adam Smith / Iluminismo escocês]

Estado / Comunidade / Mercado

[Predomínio do mercado]

Avanço da Ciência Estatística

Fragilidade das agências produtoras

[Ordenamento jurídico / Noção do nacional]

Avanço da Ciência Estatística

[... pouca influência nas estatísticas públicas]

Congressos Internacionais de Estatística

[Adolphe Quetelet]

Comparação / combinação internacionais

Concepção de uma agência coordenadora

Percepção da dimensão (sócio) política

Percepção da relevância do reg. administrativo

ARTE PROVIDENCIAL DE GOVERNAR DISCURSO DE COORDENAÇÃO

[Início da 1ª Guerra Mundial até o início da derrocada do mundo socialista]
[Capitalismo organizado]

Crises internas do capitalismo

Estado Protetor ⇒ **Estado Provedor**

Estado / Comunidade / Mercado

[Predomínio do Estado]

Reinvenção do social

Planejamento Nacional / Reconstrução

Presença de especialistas no Estado

Agências Nacionais de Estatística

Contabilidade Nacional

Avanço nas **técnicas amostrais**

Planejamento Nacional

[... não-coisa de imediata compreensão]

Contabilidade Nacional

[... coisificação de imediata explicação]

Reg. estatísticos / Estatísticas Conjunturais

[... via **pesquisas amostrais**]

Metodologia de pesquisa / desenvolvimento

Quase abandono do reg. administrativo

Agências Nacionais de Estatística / Produção

[... centros de cálculo estatístico]

ARTE NEO LIBERAL DE GOVERNAR POLÍTICA DE COORDENAÇÃO

[Da derrocada do mundo socialista até novos tempos...]
[Capitalismo desorganizado]

Sucesso / crise do providencialismo

Crítica do liberalismo

Crise econômico-financeira dos Estados

Enfraquecimento do Planejamento Nacional

Espaços locais / Espaços globais

Estado / Comunidade / Mercado

[Expansão do Mercado]

[Renascer da Solidariedade]

Estado grande x Estado forte

Agências Nacionais de Estatística / Crise

Indústria produtora de estatísticas

Planejamento Nacional / Crise

[... perda de uma referência essencial]

Contabilidade Nacional

[... perda de predomínio]

Produção pública de estatísticas

Estado forte [não Estado grande]

Descentralização generalizada

Avanços na microinformática

Imperativo da coordenação

Agências nacionais de estatística

[... concentração na produção]

[... inoperância da coordenação]

AGÊNCIA OU UNIDADE COORDENADORA

QUARTA SEÇÃO:**A DIMENSÃO (TÉCNICO) CIENTÍFICA DA COORDENAÇÃO. UM OLHAR INTERNO****Preliminares****A vertente cognitiva da coordenação, as políticas**

Introdução

A compreensão do desejável

A explicação do possível

A interpretação dos resultados

Considerações finais

A vertente social da coordenação, as estruturas

Introdução

A definição das estruturas

A elaboração das políticas

A formação dos recursos

Considerações finais

Quadro Sinóptico

O que vaticina sem se preocupar com o seu auditório assemelha-se a um alienado, estranho ao mundo e à sociedade, a menos que seja o porta-voz de uma divindade ou de uma força sobrenatural. De fato, querer persuadir alguém é, à partida, não partir do princípio que, tudo o que se irá dizer, deva ser aceito como a palavra do Evangelho.

Chaim Perelman

[*Argumentação. Enciclopédia Einaudi. Vol 11: Oral / Escrito, Argumentação.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.]

PRELIMINARES

Pratiquemos uma nova síntese, antes de prosseguir.

As estatísticas ofertadas pelo setor público respondem a demandas capazes de se fazerem ouvir por esse mesmo setor público, referindo-se sempre ao todo ou a partes de um certo país, devendo esforçar-se ao máximo para configurar a dimensão nacional. Pois, ao coletivo dessas estatísticas ofertadas pelo setor público em atendimento a demandas por assim dizer públicas, costuma-se referir como a *estatística nacional* ou como o *sistema estatístico nacional*, imaginando-se que as estatísticas integrantes desse conjunto, como seus elementos avulsos, se apresentarão coerentemente organizadas numa totalidade. Na verdade, as estatísticas ofertadas pelo setor público devem necessariamente configurar-se na dimensão nacional, sob pena de se estar prejudicando a arte de governar, não apenas ao governar no espaço nacional, mas igualmente ao governar em espaços infra-nacionais, já que as comparações inter-espaciais se farão inevitáveis.

Ora, a dimensão nacional esteve razoavelmente satisfeita enquanto durou o feliz encontro do Planejamento Nacional, organizando a demanda, com a Contabilidade Nacional, organizando a oferta. Pois, atualmente, na ausência do planejamento nacional, que deixou de ser praticado, se não absolutamente ao menos na intensidade que o era, a contabilidade nacional ainda que siga sendo importante não consegue mais dar conta da dimensão nacional. Tenta-se, compreensivelmente, uma recuperação desse tempo feliz, promovendo-se o encontro entre um suposto planejamento regional (de certo modo, local) com uma variante da contabilidade nacional, qual seja, a contabilidade regional.

Mas, as condições atuais são inteiramente outras, a demanda por estatísticas diversificou-se, não mais se ajustando ao predomínio do econômico, ou seja, avoluma-se uma demanda por estatísticas financeiras, bem assim, por aquelas referidas aos problemas sociais que, embora tenham significativa interface econômica, não podem ser revelados por inteiro apenas sob o olhar econômico. Ademais, a par com essa diversificação na demanda

há que se considerar uma incrível expansão na oferta, amparada na descentralização político-administrativa vinda na esteira da desarticulação dos estados nacionais, bem assim, sustentada nos avanços da microinformática, viabilizando processamentos antes afeitos apenas aos computadores de grande porte. Nesse sentido, a estatística nacional não resultará da simples aplicação de algum recurso de natureza (técnico) científica intrinsecamente aglutinador, como vem de ser a contabilidade nacional e se pretende que seja a contabilidade regional.

Antes, a ocorrência da estatística nacional exigirá mais e mais o concurso de algum recurso de natureza (sócio) política, capaz de promover um equilíbrio entre o compreender do desejável e o explicar do possível, alcançando-se a correta interpretação dos resultados. Pois essa tarefa, em face da absorvente atividade levada a cabo no interior dos centros de cálculo, monopolizadora da atenção dos produtores no entorno da arte de calcular, terá que ser realizada por alguma agência ou unidade especializada capaz de atuar como uma atividade independente. De fato, parece-nos inviável querer que os produtores isoladamente sejam capazes de coordenar a geração da estatística nacional, em meio às suas inúmeras atividades (técnico) científicas, no mínimo, não o farão na intensidade necessária, ela própria, a coordenação, sendo uma atividade absorvente.

Entretanto, tendo que lidar com diferentes interesses, eventualmente sendo preciso contrariá-los, a coordenação, de modo a ser implementada, para além de ser um ato de vontade, mesmo que de boa vontade, configurando um querer, devidamente argumentado, acerca do coletivo, pressupõe um poder manifesto no sentido de sua realização; diríamos ainda que além de um querer argumentado e de um poder manifesto, para o concretizar da coordenação será preciso contar com um saber precípuo, justamente o que se pretende propor com a presente seção desta tese. Estaremos procurando a identidade possível entre atores dispersos e heterogêneos, no pleno respeito às suas diferenças, no imperativo da construção diuturna de um pluralismo, tendo presente o princípio de convívio enunciado por Boaventura de Sousa Santos, a saber:

*Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza*⁸⁷.

⁸⁷ Em entrevista ao Jornal do Brasil, em 9 de setembro de 1995.

QUARTA SEÇÃO - CAPÍTULO I:
A VERTENTE COGNITIVA DA COORDENAÇÃO, AS POLÍTICAS

INTRODUÇÃO

A coordenação pressupõe um certo conhecimento que pressupõe uma certa informação. Entendamos, a informação realiza-se em sua essência na medida em que seja absorvida, configurando um conhecimento; assim, o conhecimento se nos apresenta como um conceito dinâmico, relacionado à absorção da informação. Então, podemos dizer que a informação só alcançará sua essência na razão em que tenha a intenção de gerar um certo conhecimento, vale dizer, a informação não importa em si mesma, mas antes por sua potencialidade em provocar uma certa ação sobre a realidade no sentido de modificá-la, em última instância, gerando um conhecimento.

Desse modo, a coordenação pressupõe uma certa informação intencionalmente arranjada no sentido de concretizá-la, à coordenação, a partir da configuração de um certo conhecimento, alcançado pela absorção daquela informação precipuamente organizada. Assim, devemos tratar neste capítulo dessa informação, revelando-a em três etapas, a saber: a primeira, a informação necessária à compreensão do desejável; a segunda, a informação necessária à explicação do possível; a terceira, a informação necessária à interpretação e à significação dos resultados. Como será visto, estaremos desenhando nove políticas independentes, ainda que articuladas através de uma décima política, com vistas a sempre antecipar-se aos acontecimentos.

A COMPREENSÃO DO DESEJÁVEL

Para bem compreender o desejável será preciso transitar com segurança pelas seguintes idéias: *representatividade*, definindo-se democraticamente quais demandas serão atendidas como atividade pública, deixando-se outras ao encargo da atividade privada; *adequabilidade*, promovendo-se a passagem pacífica entre o plano do desejável e o plano do possível, bem aplicando e bem explicando as inexoráveis limitações (técnico) científicos; *responsabilidade*, atribuindo-se claramente os encargos de se produzir cada estatística, como que estabelecendo-se um pacto estatístico, dessa forma, estabelecendo-se uma determinada estrutura social encarregada da produção.

Primeiro, será preciso localizar os atores sociais com força bastante para influir no programa de trabalho das agências produtoras, no sentido de terem suas demandas atendidas pelo setor público. Infelizmente, não se trata de uma tarefa simples, a exigir um grande esforço, a começar por se estabelecer um entendimento, o mais geral possível, do que será tomado por influente, sem o que não se poderá minimamente localizar os atores sociais; pois, Edmond Malinvaud dizia que os produtores públicos de estatística deveriam em princípio atender às demandas de todos os grupos sociais com significativa importância pública⁸⁸. Essa afirmação é muito interessante, constatando-se que muitos deveriam ser atendidos, o que em algum momento esbarraria nas óbvias restrições de recursos, humanos e materiais, orçamentárias e financeiros; mas, restrições à parte ainda ficaríamos sem saber quem seriam os muitos a serem potencialmente atendidos.

Assim, dentre os muitos eleitos, supondo possível localizá-los, poucos seriam os escolhidos, diante das restrições de recursos, certamente finitos numa dada dimensão de tempo; assim, haveria dois instantes difíceis, a serem vividos na melhor transparência democrática: o primeiro definindo os eleitos, o segundo definindo os escolhidos. Enfim, trata-se de uma tarefa assaz complexa, sobre a qual se sabe muito pouco *a priori* o que sugere dever-se problematizá-la atentamente, tomando-se informações menos como precondição e mais como subproduto de um debate, a ser laboriosamente constituído; um debate através do qual, enquanto submetendo certas idéias ao teste da controvérsia pública, possamos ir identificando as perguntas certas, de modo a paulatinamente darmos forma a um espaço de civilidade e de cidadania.

⁸⁸ *Apud* Besson, Jean-Louis, **A ilusão...** (p. 42). Edmond Malinvaud foi por muito tempo Diretor-geral do Insee - Institut National de la Statistique et des Études Économiques.

Dessa forma, estaríamos dando forma a uma *política de representatividade*, definindo as demandas a serem potencialmente atendidas pelo setor público, deixando de lado aquelas a serem atendidas pelo setor privado; não haverá uma regra a ser seguida, mas um sentimento a ser conferido sistematicamente ao longo do tempo, dessa forma fazendo-se ajustes cada vez mais finos, cada vez mais delicados.

Segundo, localizados os atores sociais influentes, será preciso compreendê-los em suas leituras (sócio) políticas da realidade, configurando a demanda potencial de estatísticas. Entretanto, os domínios de governo, os acontecimentos que se quer expressos em números, raramente se apresentam de modo claro, ao contrário costumam manifestar-se algo implicitamente. Dito de outra forma, os governantes costumam discursar por simulações e dissimulações, ao sabor e ao calor dos acontecimentos, ficando-se sem saber se os assuntos abordados são sérios o bastante para merecerem a atenção dos produtores públicos de estatísticas. Por exemplo, fala-se em temas os mais variados, a moralidade, a educação, a saúde, a violência, o trabalho, esboçando-se um espectro assustador aos olhos dos produtores, incapaz de atender-lhes a todos.

Enfim, vencido esse primeiro impacto, ou seja, identificados os discursos, dispersos no tempo e no espaço, separado o trigo do joio, será preciso delimitar a compreensão dos assuntos selecionados para efeito de quantificação. Assim, digamos que se tenha separado a saúde e a educação e a violência, então, será vital compreender as preocupações (sócio) políticas que se lhes associam, construindo-se um primeiro balisador ao trabalho dos produtores. Até então, a informação a ser utilizada virá de uma cuidadosa análise dos discursos, o que exige uma habilidade especial, infelizmente incomum entre os produtores de estatísticas, sempre preocupados em se preservar da dimensão (sócio) política das estatísticas.

Em seguida, terá chegado o momento de verificar-lhes a viabilidade (técnico) científica, definindo-se o que será possível realizar. Agora, os atores influentes precisarão compreender que para fins estatísticos seus desejos expressam não-coisas, devendo passar necessariamente por laboriosas coisificações, de modo a se tornarem objetos passíveis de mensuração. Vale dizer, a saúde e a educação e a violência, acorde com o manifesto desejo daqueles que governam, precisam ser traduzidos em elementos identificáveis fisicamente de modo a se poder atribuir-lhes números. Dessa forma, passar-se-á de uma leitura (sócio)

política à uma leitura (técnico) científica da realidade, ou seja, passar-se-á do desejável ao possível, promovendo-se uma translação de difícil entendimento, infelizmente.

Nesse momento, inverte-se o foco do diálogo, com os produtores dirigindo a palavra aos atores sociais influentes, convencendo-os de estarem recebendo a melhor das aproximações aos seus desejos. Aqui, instruindo o diálogo, serão de grande utilidade duas ordens de informações, a saber: primeiro, informações das políticas estatísticas no mundo, apontando convergências; segundo, informações dos métodos das pesquisas estatísticas, apontando possibilidades⁸⁹. Essas informações deverão ser apresentadas em documentos, redigidos em linguagem cotidiana de fácil apreensão, longe do hermetismo típico dos produtores de estatísticas; enfim, esses documentos serão certamente um contributo ao bom entendimento entre as partes, revelando-se as limitações das estatísticas, afastando-se falsas expectativas sempre muito perigosas.

Dessa forma, estaríamos dando forma a uma *política de adequabilidade*, definindo as estatísticas a serem ofertadas, a partir de um franco diálogo entre produtores e demandantes, atraindo-se as oportunidades e afastando-se as ameaças, presentes em toda atividade, sobretudo na produção estatísticas, em face de suas peculiaridades.

Terceiro, definidas as estatísticas com potencialidade (técnico) científica de serem produzidas, será preciso estabelecer-se as responsabilidades concretas por suas produções, tendo-se em conta os recursos disponíveis, humanos e materiais, orçamentários e financeiros, bem assim, as competências (técnico) científicas de cada agência produtora, vale dizer, suas capacidades de bem aplicar os métodos existentes, aliando qualidade a um distinto respeito aos prazos. Assim, não se trata, como poderia parecer a primeira vista, do simples lançar mão de um certo saber administrativo-gerencial, temperado por um certo bom senso político e por um certo desprendimento público; será preciso considerar o saber

⁸⁹ Veja-se a excelente publicação “*NOTAS SOBRE POLÍTICA ESTADÍSTICA EN EL MUNDO*” criada em boa hora pelo INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos, da Argentina, sob a coordenação de *Lelia Boeri de Cervetto*; seu primeiro número é de julho de 1994, tendo alcançado, até o momento, o nº 30 datado de dezembro de 1996. Diz em seu expediente que “*Responde ao propósito de dar a conocer aspectos de la estadística de distintos países relacionados con la organización, el funcionamiento, las prioridades y otros aspectos en los que se reflejan las respectivas políticas estadísticas. Está dirigida a profesionales y técnicos que actúan en el Sistema Estadístico Nacional (SEN), a autoridades y funcionarios públicos relacionados con la estadística oficial, a representantes de los medios, a empresarios y a usuarios en general*”. Trata-se, a meu juízo, de uma das melhores contribuições à uma ampla percepção da importância das estatísticas, pautando-se numa linguagem cuidadosamente simples, de fácil apreensão

e o poder produzir as estatísticas potencialmente acordadas com os demandantes, o que certamente não é simples de ser debatido.

De todo modo, ao cabo desse debate, estaríamos dando forma a uma *política de responsabilidade* definindo-se claramente os encargos de se produzir as estatísticas, estabelecendo-se um pacto estatístico nacional, de modo a articular-se os espaços federal, estadual / provincial, municipal / local, num processo a ser devidamente amparado em dispositivos legais consensualmente elaborados.

Enfim, observe-se que da articulação dessas três políticas, *representatividade*, *adequabilidade* e *responsabilidade*, será possível redigir um documento revelador das estatísticas encarregadas ao setor público. As estatísticas deverão ser apresentadas numa cuidadosa classificação descendente, partindo-se dos temas mais genéricos em sucessivos desdobramentos de seus elementos, até o máximo de detalhe que as teorias pertinentes possam sustentar, associando-lhes o produtor encarregado, bem assim, o espaço pertinente. Referido a um certo período de tempo, caberá atualizá-lo sistematicamente.

A EXPLICAÇÃO DO POSSÍVEL

Para bem explicar o possível será preciso transitar com segurança pelas idéias seguintes: *acurácia*, dando-se indiscutíveis garantias públicas de se ter trilhado o melhor do saber (técnico) científico em todas as etapas de pesquisa, ou seja, na conceituação, na organização, na observação, na exploração; *privacidade*, dando-se insofismáveis garantias públicas de que os registros individuais foram mantidos na mais perfeita reserva, tendo tido uso apenas estatístico, o que significa dizer que tiveram a individualidade plenamente dissolvida; *ética*, dando-se inegáveis garantias públicas de que os produtores trilharam os melhores princípios éticos inerentes às suas formações.

Primeiro, será preciso trilhar o melhor do saber (técnico) científico pertinente à produção das estatísticas, cumprindo-se criteriosamente as etapas de pesquisa, a saber, a conceituação, a organização, a observação, a exploração. O início estará na obtenção dos registros individuais, seja como registro administrativo, seja como registro estatístico (por meio de pesquisas censitárias ou de pesquisas amostrais), significando as inscrições e

descrições de primeira ordem necessárias à produção das estatísticas. Depois, através de sucessivas traduções de até ene-ésima ordem, chegar-se-á às estatísticas propriamente ditas, significando as expressões numéricas de múltiplos organizados. Na execução desse processo estará atuando certos princípios de equivalência julgados adequados à abordagem do tema em questão; por esses princípios, alguma identidade será assumida, permitindo a agregação do que é intrinsecamente diferente, por exemplo, ser aluno numa sala de aula permite a agregação de pessoas de ambos os sexos, de idades distintas, dentre outras características absolutamente individuais. De modo a serem amplamente aceitos, esses princípios estarão naturalmente amparados em ordenamentos jurídicos, econômicos, sociais, e, à falta dos mesmos, em ordenamentos estatísticos, por exemplo, na forma de classificações e de nomenclaturas, todos, formalizando uma retaguarda informacional ao trabalho a ser desenvolvido, de produção das estatísticas. Enfim, cumprindo esse trabalho, diríamos estar dando forma a uma *política de acurácia*, atestando a qualidade dos resultados, base de uma necessária credibilidade.

A política de acurácia deve buscar cotidianamente a fronteira do conhecimento (técnico) científico, para o que a existência de uma biblioteca permanentemente atualizada será de primordial importância. Além dessa busca do melhor do conhecimento (técnico) científico, dois aspectos devem ser atentamente considerados: primeiro, será bem oportuno buscar-se o *de acordo* dos especialistas temáticos às decisões tomadas a cada instante do processo de pesquisa, mesmo estando amparadas no melhor do conhecimento (técnico) científico, inclusive pautando-se em recomendações internacionais, evitando-se objeções futuras às objetivações alcançadas; segundo, será bem oportuno dedicar especial atenção aos prazos acordados à realização dos trabalhos, na medida em que os acontecimentos mais e mais se fazem e se desfazem muito rapidamente, ou seja, em não havendo atenção aos prazos, as estatísticas correm o sério risco de se tornarem expressões do passado e não do presente, com o agravante de que o momento presente parece sugerir um complexo desdobramento dos tradicionais tempos de curta e de longa duração, apondo-lhes duas outras dimensões, quais sejam, os tempos lento e rápido, quase que a sugerir uma política de prazo para a produção das estatísticas.

Segundo, em face de sua peculiar importância, porquanto sendo o início de toda estatística, é preciso dedicar a melhor atenção á obtenção dos registros individuais,

sobretudo, é preciso que os registros individuais, sejam eles de natureza administrativa, sejam eles de natureza estatística, estejam sempre disponíveis, o que passa seguramente por haver a mais absoluta confiança dos indivíduos (como pessoas físicas e / ou como pessoas jurídicas) em abrir-se aos produtores, revelando suas intimidades. Cada indivíduo deve sentir-se garantido em sua privacidade, tendo certeza de que sua individualidade não será jamais revelada, sendo necessariamente diluída no conjunto das estatísticas; garantias legais devem ser-lhes dadas, de modo a sentirem-se amparados, mas, sobretudo, é preciso que eles não precisem ser invocados, jamais, o que passa por serem rigorosamente respeitados pelos produtores, construindo cuidadosa credibilidade.

Entretanto, costuma haver uma natural reticência dos indivíduos no revelar-se em suas intimidades, mesmo havendo a melhor das garantias, consolidadas historicamente; de fato, os indivíduos manifestam um certo ceticismo em relação às estatísticas, de um lado porque não se vêem individualmente nos resultados, o que é natural, uma vez que as estatísticas exatamente superam as individualidades, de outro lado porque não se percebem construindo suas individualizações a partir das estatísticas, o que é seguramente muito sutil para ser amplamente percebido. Ademais, deseja-se que os indivíduos se apresentem a ninguém menos do que ao Estado, desde sempre o maior produtor de estatísticas, o mesmo Estado que se comporta de modo simulado e dissimulado no que tange às estatísticas da administração pública, bem assim, o mesmo Estado que ao agir no e sobre os múltiplos, daí interessando-se pelas estatísticas, influem nas individualidades, o que nem sempre é de agrado dos indivíduos que, voltemos a dizer, não se vêem nas estatísticas.

Mas, não há estatísticas sem os registros individuais, o que significa emprestar-lhes a melhor das atenções, dando-se forma a uma *política de privacidade*, a se destacar da política de acurácia, apesar de ser-lhe parte integrante. Além de haver dispositivos legais é preciso que haja uma prática (técnico) científica conhecida e reconhecida, devidamente consolidada, contribuindo para a credibilidade dos resultados.

Terceiro, considere-se a necessidade de uma atitude ética, para além da ética própria de cada campo disciplinar envolvido com a produção das estatísticas, norteando as gestões (sócio) políticas e as gestões (técnico) científicas, associando-lhes a melhor das transparências. Ainda que cada pesquisador disponha do código de ética de sua profissão, impõe-se o esforço de se compor um código de ética próprio ao produtor das estatísticas,

emprestando atenção a cada uma das etapas do processo de pesquisa. Recentes debates internacionais têm procurado encaminhar essa questão, ficando por se promover suas adaptações às peculiaridades de cada país, não se podendo esquecer que as estatísticas estão ligadas à organização dos estados e ao funcionamento das sociedades, vale dizer, expressam uma cultura⁹⁰. Desse modo, estaríamos dando forma a uma *política de ética*, tão complexa, quanto necessária, a merecer a melhor das inteligências.

Enfim, conviria que da conjugação dessas três políticas resultasse um esforço de documentação, passando-se ao público externo um conjunto consistente de informações sobre o processo produtivo das estatísticas, angariando-se legitimidade à atividade. Assim, haveria documentos que falassem a lógica da justificação, como as séries metodológicas, bem assim, haveria documentos que falassem a lógica da descoberta, revelando as estatísticas em suas reais possibilidades em meio às suas concretas limitações. Ademais, essa documentação seria da maior utilidade no sentido tanto da elaboração, quanto da atualização das políticas voltadas à compreensão do desejável.

A INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para bem interpretar-se os resultados será preciso transitar com segurança pelas seguintes idéias: *visibilidade*, fazendo-se de domínio público não apenas o contexto da justificação, mas sobretudo o contexto da descoberta; *acessibilidade*, tornando-se de pleno conhecimento público a existência das estatísticas, empenhando-se na constituição de uma metainformação; *aceitabilidade*, aplicando-se em acrescentar valor às estatísticas, oferecendo-se aos demandantes um atendimento com rosto, a se concretizar em diferentes níveis, com diferentes participações dos produtores. Para tanto, será preciso que se entenda a disseminação como etapa distinta mas integrante dos processos de pesquisa.

Primeiro, é preciso que os resultados das pesquisas sejam tornados visíveis, não apenas aos atores influentes que deram início à produção pública das estatísticas, como se poderia pensar à primeira vista, mas antes à sociedade em geral, dado que as estatísticas

⁹⁰ Veja-se em especial os “*Princípios fundamentais da estatística oficial adotados na 28ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas*”, Nova York, abril de 1994.

interessam a todos, uma vez que todos nós, de uma forma ou de outra, governamos. Desse modo, estaríamos dando forma a uma *política de visibilidade*, através da elaboração de documentos vários, como os catálogos, os glossários, os inventários, os anuários, a serem organizados dentro da melhor técnica documental, de modo a permitirem a mais ampla utilização.

Segundo, é essencial que todas as estatísticas produzidas sejam criteriosamente organizadas, de tal modo a serem facilmente recuperadas. Para tanto, será importante que se entenda a disseminação como uma etapa distinta do processo de pesquisa, ainda que lhe sendo parte integrante, o que exigirá a presença de profissionais especializados, afinados com as modernas tecnologias de apresentação e de comunicação. Desse modo, diríamos estar dando forma a uma *política de acessibilidade*, preocupando-se em facilitar a vida dos usuários, libertando-os da tutela dos produtores, ou seja, permitindo-lhes realizar suas próprias sínteses, segundo seus próprios interesses como pesquisadores.

Terceiro, é vital que se esteja atento aos interesses do público usuário, não só através da visibilidade e da acessibilidade antes referidas, mas ainda oferecendo-lhes um ponto de encontro, proporcionando-lhes um atendimento com rosto, face-a-face. Diríamos estar dando forma a uma *política de aceitabilidade*, certamente da maior importância.

O fato é que a utilização das estatísticas públicas costuma não ser simples, ou seja, embora tenham se originado de demandas específicas apreendidas junto a atores influentes, na verdade oferecem-se a uma demanda muito ampliada, voltando-se também aos atores que não foram capazes de influir inicialmente no processo produtivo; mas, em sendo uma oferta de certo modo generalista, em princípio não estará afinada com nenhuma demanda específica, o que exigirá certos ajustamentos nas expectativas, o que certamente não é agradável, até porque não é simples de se fazer, a exigir um razoável conhecimento das peculiaridades das estatísticas. Tudo isso sem contar que o uso das estatísticas supõem uma certa expertise no trato dos números, o que é privilégio de poucos.

Destarte, uma prática positiva seria a elaboração pelos produtores de análises e estudos, usando-se as estatísticas tornadas disponíveis, adicionando-lhes assim valor, o que seria uma prática inteiramente nova se lembrarmos das antigas preocupações que motivaram o aparecimento das linguagens tabular e gráfica, como visto alhures. Dessa

forma, as estatísticas seriam melhor compreendidas, bem assim, mais conhecidas, o que contribuiria significativamente na construção de sua legitimidade.

Enfim, conviria observar que da conjugação dessas três políticas deve surgir documentos que revelem o esforço de disseminação, tais como, relativas ao manuseio dos acervos, seja sobre as consultas, seja sobre as aquisições, bem assim, sobre os desejos e as opiniões e as avaliações do público usuário; ademais da documentação específica mencionadas acima quando discorreremos sobre cada uma das políticas voltadas a facilitar a interpretação dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três políticas voltadas à compreensão do desejável, *representatividade*, *adequabilidade* e *responsabilidade*, não têm a menor chance de serem levadas a cabo por qualquer agência produtora que seja, mesmo pela agência nacional de estatística, dado que envolvidas inteiramente com a absorvente atividade produtiva; no máximo, recebendo alguma atenção residual dessa ou daquela agência, tradicionalmente da agência nacional de estatística, o que não será suficiente, dado que se trata de atividades elas próprias muito absorventes, a exigir atenção exclusiva.

As três políticas voltadas à explicação do possível, *acurácia*, *privacidade* e *ética*, ainda que sejam isoladamente praticadas pelas agências produtoras, dificilmente o serão igualmente por todas as agências produtoras, nem mesmo tendo por modelo a agência nacional de estatística. Isso, porque a atividade (técnico) científica no interior das agências produtoras tem muito de experiência, sendo o fruto de vivências que ocorrem cotidianamente, ou seja, não se é capaz de apreender tudo o que é feito apenas pelos documentos publicados, notadamente no predomínio de documentos que apresentam o contexto da justificação. Uma ação coordenadora precisaria acontecer.

As três políticas seguintes, voltadas à interpretação dos resultado, *visibilidade*, *acessibilidade* e *aceitabilidade*, precisam ser praticadas em uníssono por todas as agências produtoras, de modo a permitir que os acontecimentos sejam apreendidos em sua natural complexidade, comparando-se e combinando-se estatísticas. Nesse sentido, não basta que uma ou outra agência produtora desenvolva o esforço de intensificar sua disseminação, é preciso que todas tenham um mesmo norte, aplicando-se na utilização das melhores

tecnologias de apresentação e de comunicação; uma só agência produtora que não consiga bem atender ao público usuário atrairá desnecessárias antipatias.

Finalmente, há que se considerar a necessidade de se estabelecer uma *política de accountability*, a obrigação de uma permanente prestação de contas, não apenas no sentido de se apresentar o que foi realizado, como é comum, mas sobretudo no sentido de se apresentar as intenções de trabalho, conferindo-as com as realizações. Ora, dificilmente uma tal política poderá ser levada a cabo por uma ou outra agência produtora, mas tão somente por alguma agência ou unidade especializada com visibilidade de todo o processo produtivo, sendo capaz de revelar os encontros e os desencontros em ambas as dimensões das estatísticas, a (sócio) política e a (técnico) científica.

QUARTA SEÇÃO - CAPÍTULO 2:
A VERTENTE SOCIAL DA COORDENAÇÃO, AS ESTRUTURAS

INTRODUÇÃO

A coordenação deve ser vista como uma atividade contínua, no sentido de que há muito por se fazer o tempo todo, e como uma atividade especializada, no sentido de que sua realização exige conhecimentos absolutamente incomuns.

Dessa forma, não há como pensar a coordenação como uma atividade caudatária ou subsidiária à produção, contrariamente, o inverso é que deve acontecer. Isso, não no sentido de se retirar à produção sua autonomia (técnico) científica, mas antes no sentido de incorporar-lhe definitivamente sua dimensão (sócio) política; a coordenação desidrata o falso dilema da dependência e da independência, redigindo preto no branco a dialética da interdependência. Há que se resolver esse aparente paradoxo.

Há ainda que se perceber que a coordenação, de modo a ser implementada, para além de ser um ato de vontade, mesmo que de boa vontade, configurando um querer devidamente argumentado acerca do coletivo, pressupõe um poder manifesto no sentido de sua realização; há que se estabelecer uma nova estrutura de poder, atingindo todas as agências produtoras, inclusive à agência nacional de estatística, tendo claro que o exercício da interdependência é sobremodo exigente. Enfim, tome-se o poder no sentido foucaultiano como sendo uma estratégia essencialmente criativa, devendo ser visto antes e acima de tudo em seu sentido relacional, sendo exercido através de discursos que produzem verdade, cujos efeitos são atribuíveis a manobras, a táticas, a técnicas.

Assim, poderíamos dizer que por mais que se estructure a coordenação, sua efetiva implantação será um exercício de argumentação, alargando-se a concepção de razão, abrindo-se a via do razoável como uma terceira via entre a clássica dicotomia do racional e do irracional; dessa forma, promove-se a conjunção da razão e do diálogo,

empenhando-se na construção de um certo pluralismo, na busca da unidade viável entre atores dispersos e heterogêneos, no pleno respeito às diferenças. Argumentação, antes que demonstração ou apenas demonstração...

A DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA

A coordenação deve ser vista como uma atividade permanente, a exigir a criação de uma agência ou unidade coordenadora, especializada, cuja atuação se voltaria para a atividade de produção das estatísticas, antes que para a produção desta ou daquela estatística, o que seria atributo das agências produtoras.

Estamos assumindo que nem a agência nacional de estatística, cuja existência segue sendo da maior importância, preencheria em si mesma os requisitos para a implantação de uma efetiva coordenação. De fato, entendemos que seria imperativo criar uma agência ou unidade coordenadora, de modo a organizar-se a Estatística Nacional. Mas, ao mesmo tempo que não parece viável coordenar através da agência nacional de estatística, por si só, na medida em que se tornou basicamente uma agência produtora e não há como deixar de sê-lo, também não seria viável coordenar sem seu efetivo concurso, ignorando-se sua inegável competência e experiência.

Primeiro, considere-se a criação de uma agência coordenadora independente da agência nacional de estatística, o que seria muito tentador, tendo-se a liberdade de criar-se como que a partir do nada, idealizando-se ao máximo a situação; contudo, considere-se a extrema complexidade que seria a inserção de uma agência autônoma na estrutura de governo. Ademais, considere-se vivamente os riscos dela se tornar uma instância apenas burocrática, ignorante das especificidades da produção; não há como negar o risco dela vir a cair em mãos aventureiras, na melhor das hipóteses afeitas às estatísticas como meio de análise, estando longe de conseguir vê-las como objeto de análise.

Segundo, considere-se a criação de uma unidade coordenadora no interior da agência nacional de estatística, dando-lhe condições concretas de exercitar a complexa tarefa de coordenação, o que seria funcionalmente muito mais simples. Mas, trata-se de uma simplicidade apenas aparente, posto que seria preciso saber conviver com suas inevitáveis idiosincrasias, máxime, a concreta possibilidade de que o almejado pluralismo

entre os produtores acabasse sendo viesado pela agência nacional de estatísticas, com todo seu peso, o que estaria longe de ser o ideal; a agência nacional de estatística tenderia a impor sua vez e sua voz à coordenação, o que pode não ser positivo.

No primeiro caso, decidindo-se por uma agência coordenadora autônoma, seria preciso criar mecanismos que garantissem a pacífica participação da agência nacional de estatística; entendemos que a escolha de um mesmo dirigente máximo para ambas as agências poderia ser esse caminho, ainda que suas sejam independentes. No segundo caso, decidindo-se por uma unidade coordenadora no interior da agência nacional de estatística, seria preciso criar mecanismos que garantissem o pleno funcionar da coordenação, tendo-a independente da produção, jamais sua subordinada. Como seja, em ambos os casos para além de dever apresentar reconhecida competência (técnico) científica sobreleva que o mencionado dirigente máximo tenha liberdade (sócio) política; assim, entendemos que ele devesse ser publicamente sabatinado pelo legislativo, quando de sua indicação pelo executivo, recebendo se aprovado um mandato com tempo determinado (talvez mesmo, esse esquema devesse ser aplicado quando da seleção dos dirigentes das agências estaduais e municipais, se necessário, com eventuais adaptações).

Enfim, a agência ou unidade coordenadora atuaria no âmbito da legitimidade, enquanto que as agências produtoras atuariam no âmbito da credibilidade; claro que essa distinção deve ser vista com alguma reserva, uma vez que credibilidade e legitimidade são faces de uma mesma moeda, contudo, se é verdade que as agências produtoras empenham-se em dar credibilidade aos resultados, não menos verdade é que deixam esmaecer em seu cotidiano a questão da legitimidade. De fato, a credibilidade passa preferencialmente pelo equacionamento da dimensão (técnico) científica e a legitimidade passa preferencialmente pelo equacionamento da dimensão (sócio) política das estatísticas, pois, sabidamente, desta os produtores preferem se afastar, temerosos da dependência e desejosos da independência; a coordenação faria emergir a interdependência, como vimos antes.

A agência ou unidade coordenadora precisaria contar com um quadro mínimo de pesquisadores permanentes altamente qualificados, capazes de circular livremente tanto pela dimensão (técnico) científica quanto pela dimensão (sócio) política das estatísticas, sendo alocados numa justa e ajustada estrutura funcional, naturalmente precisando dispor dos recursos materiais (inclusive financeiros) necessários ao seu adequado funcionamento.

Ademais, além desse quadro permanente, a agência ou unidade coordenadora deveria ser capaz de virtualizar recursos, humanos e materiais, socorrendo-se às agências produtoras, sempre que fosse oportuno constituir grupos de estudos e de pesquisas especializados; por demais, eventualmente, recursos externos poderiam ser alocados, desde que localizado algum saber conhecido e reconhecido notoriamente.

Entretanto, em que pese a importância dessa estrutura permanente, de caráter eminentemente executivo, entendemos ser igualmente importante haver uma estrutura de conselhos consultivos, organizados segundo certas afinidades, por exemplo, um conselho com dirigentes universitários e/ou um conselho com secretários estaduais e municipais de planejamento e/ou, ainda, um conselho com dirigentes de associações científicas, dentre muitos outros possíveis. Ora, reunir esses conselhos regularmente seria seguramente uma tarefa ingente, mas poder-se-ia reuni-los virtualmente com mais freqüência espaçando-se as reuniões físicas; como seja, há que se preparar atentamente cada reunião, distribuindo-se previamente minuciosa documentação.

A esses conselhos caberia precipuamente definir a agenda de estudos e/ou de pesquisas a ser cumprido anualmente pela agência ou unidade coordenadora, bem assim, sobretudo, caberia avaliar a prestação de contas anual, configurando-se a *política de accountability* anteriormente mencionada; e mais, a esses conselhos caberia participação distinta no equacionamento da dimensão (sócio) política das estatísticas, ou seja, na condução das políticas voltadas à compreensão do desejável, sendo seus membros pessoas eminentemente públicas, afinadas com os anseios da sociedade.

A ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS

A função primordial da agência ou unidade coordenadora seria a elaboração das políticas antes relacionadas, promovendo-se o equilíbrio entre o desejável e o possível, com vistas à ulterior interpretação dos resultados.

Em conjunto, as dez políticas antes relacionadas estariam configurando uma política de informação estatística, trazendo em seu bojo quatro ordens de dificuldades, conforme Robert H. Burger: *primeiro*, dentre todas as políticas públicas, as políticas de informação são relativamente novas, o que significa que sobre elas há pouco conhecimento acumulado; *segundo*, a idéia de política não é clara, nem mesmo entre os cientistas

políticos, o que dificulta o ajustamento da questão, em face de sua expressão mesma; *terceiro*, a idéia de informação segue sendo um enigma, permanecendo algo intangível, trazendo em si mesma uma certa ambivalência e uma certa ambigüidade; *quarto*, costuma-se aproximá-la, à noção de política, sem a precípua participação de uma disciplina capaz de organizar um conhecimento pertinente⁹¹. Por demais, poderíamos acrescentar que a idéia de estatística só é apreensível em seu todo pelos especialistas, infelizmente, não pelo público em geral, o que seria uma quinta dificuldade, a se adicionar às quatro anteriores.

Operando, a coordenação será o difícil pendular entre uma *centralização* a sugerir *integração* e uma *descentralização* a sugerir *harmonização*, noutras palavras, trata-se de decidir se as pesquisas serão tomadas em seu todo, promovendo-se a integração de todas as atividades de todos os produtores, ou se serão tomados em apenas algumas de suas partes, promovendo-se a harmonização das atividades dos produtores.

De um lado, argumenta-se a favor da integração e contra a harmonização lembrando-se da complexidade dos processos produtivos, ou seja, de nada adiantaria o estabelecimento das bases conceituais sem o pleno controle de todas as etapas do processo produtivo, seja na geração dos registros individuais, seja na geração dos múltiplos organizados. De outro lado, argumenta-se a favor da harmonização e contra a integração lembrando-se da complexidade do *aparatus* institucional necessário à execução e ao controle de todas as etapas dos processos produtivos, ou seja, seria quase que inevitável deixar a cargo dos atores sociais envolvidos as gerações dos registros individuais e dos múltiplos organizados, desde que guiando-se por bases conceituais comuns.

Por fim, convém enfatizar que o aprofundar da descentralização, marca do presente, exigirá da agência ou unidade coordenadora uma aplicação muito especial no sentido de se poder intensificar a utilização dos registros administrativos na geração das estatísticas, recuperando-se uma das mais importantes fontes de registros individuais, como vimos anteriormente; métodos deverão ser desenvolvidos, pondo-se par a par com o conhecimento atualmente existente sobre a geração dos registros estatísticos, notavelmente

⁹¹ Burger, Robert H. **Information policy...** O autor sugere que o saber próprio à elaboração de uma política de informação estaria no âmbito da Ciência da Informação.

estruturados quando da consolidação histórica das agências nacionais de estatística, como vimos anteriormente.

A FORMAÇÃO DOS RECURSOS

O primeiro recurso a ser objeto de preocupação da agência ou unidade coordenadora deverá ser o *recurso humano*, na pessoa dos pesquisadores, certamente um dos pilares da qualidade das estatísticas. Não basta que cada profissional seja muito bem formado em sua disciplina, importa o aporte de um distinto conhecimento do processo de pesquisa especificamente voltado à produção das estatísticas. Uma formação suplementar precisa ser laboriosamente oferecida, formalizando-se a transmissão de um saber existente entre os profissionais envolvidos com a produção das estatísticas; tudo muito urgente, pois não há como manter-se por muito mais tempo a já tradicional transmissão oral do conhecimento existente, na verdade, com a recente crise das agências nacionais de estatística, mundo à fora, muito já se perdeu de um saber riquíssimo e raríssimo.

O segundo recurso a merecer atenção especial da agência ou unidade coordenadora seria o *recurso material*, especialmente na forma das modernas tecnologias de comunicação, de observação, de apresentação e de processamento (ou de informação, como costuma ser chamada)⁹². Ora, ainda que os pesquisadores envolvidos com a produção das estatísticas se interessem pela microinformática, até porque é muito difícil que algum profissional possa hoje em dia abster-se dela, será conveniente considerar que a microinformática muito provavelmente não fez parte de suas formações originais. Assim, é preciso que haja um movimento no sentido de se fazer uma aplicação sistemática e abrangente das diferentes tecnologias disponíveis, potencializando-se sua utilização na geração das estatísticas, não só para aumentar a qualidade dos resultados, mas sobretudo para diminuir os prazos de realização dos processos de pesquisa.

Isso posto, contrariamente ao que se daria quando da elaboração das políticas, na formação dos recursos, a atuação da agência ou unidade coordenadora seria apenas indireta, porquanto a utilização desses recursos está diretamente a cargo das agências produtoras, que assim deles teriam um melhor conhecimento; a ação indireta da agência ou unidade coordenadora seria no sentido de se dar generalidade ao uso desses recursos, o que poderia ser feito através da constituição de grupos temáticos, formados pelos produtores.

⁹² Wersig, Gernot. *Information science...*

Também indireta seria a atuação da agência ou da unidade coordenadora no que tange a elaboração dos orçamentos, bem assim, no desenvolvimento de métodos administrativo-gerenciais, o que poderia ser feito pela promoção de debates ou ainda pela contratação de consultores, quando reconhecidamente apropriado.

Finalmente, a agência ou unidade coordenadora deverá empenhar-se no estabelecimento de informações referidas às agências produtoras, de modo a bem realizar a coordenação das estatísticas, *a informação da gestão para a gestão da informação*, o mais possível numéricas, estatísticas, aproveitando-se das características que lhe são inerentes, enquanto sendo capazes de organizar múltiplos previamente idealizados, originando-se necessariamente dos registros administrativos internos às agências produtoras. Assim, deveria haver informações sobre os recursos humanos e sobre os recursos materiais, bem assim, sobre os orçamentos e sobre as finanças; deveria haver informações sobre os custos das pesquisas; deveria haver informações que indicassem a qualidade dos resultados e que indicassem o cumprimento dos prazos nas pesquisas; assim sucessivamente. De posse dessas informações, a agência ou unidade coordenadora poderia orientar-se no sentido da criação dos grupos temáticos, bem assim, disporia de um valioso subsídio para a elaboração das políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coordenação precisará ser operacionalizada, é óbvio. Disso tratamos neste capítulo, ainda que muito tenuemente, de modo apenas indicativo; de fato, entendemos que fazê-lo detidamente não é o essencial desta tese. Estabelecer os estatutos funcionais da coordenação demanda o concurso de diferentes especialistas: administradores, advogados, informatas, dentre outros; sobretudo, demanda reconhecimento às culturas vigentes entre os produtores, a um só tempo, estimuladoras e limitadoras. O essencial nesta tese vem de ser a constituição dos estatutos epistemológicos da coordenação, na forma das políticas enunciadas, assim, definindo-se um saber coordenar, o que passa necessariamente por um intenso exercício de argumentação antes que de demonstração, ao que retornaremos no final desta tese.

QUARTA SEÇÃO - QUADRO SINÓPTICO

→ POLÍTICA DE COORDENAÇÃO

A compreensão do desejável

⇒ REPRESENTATIVIDADE

Definição democrática das demandas que serão atendidas pela atividade pública

⇒ ADEQUABILIDADE

Passagem pacífica entre o plano do desejável e o plano do possível

⇒ RESPONSABILIDADE

Atribuição dos encargos da produção / Estabelecimento de um pacto estatístico

A explicação do possível

⇒ ACURÁCIA

Garantias públicas de se ter trilhado o melhor do saber (técnico) científico

⇒ PRIVACIDADE

Garantias públicas de que os registros individuais terão uso apenas estatístico

⇒ ÉTICA

Garantias públicas de que os produtores trilharam os melhores princípios éticos

A interpretação dos resultados

⇒ VISIBILIDADE

Fazendo de domínio público os contextos da justificação e da descoberta

⇒ ACESSIBILIDADE

Tornando pública a existência das estatísticas / Constituição de uma metainformação

⇒ ACEITABILIDADE

Adicionando valor às estatísticas / Atendimento com rosto

→ ESTRUTURA DA COORDENAÇÃO

AGÊNCIA OU UNIDADE COORDENADORA

[Atuação primordial no âmbito da legitimidade / Dimensão (sócio) política]

[Mesmo dirigente máximo para ambas as agências, caso seja essa a opção escolhida]

[Quadro especializado: demonstração x argumentação]

[Conselhos consultivos / Definição da agenda de estudo e pesquisa]

⇒ *Accountability*

DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE COORDENAÇÃO

[Integração / centralização x harmonização / descentralização]

[Dificuldades: política / informação / disciplina]

[*Ciência da Informação*]

FORMAÇÃO DOS RECURSOS, HUMANOS E MATERIAIS

[Formação suplementar / Metodologia da pesquisa]

[Tecnologias: comunicação / apresentação / observação / informação]

[*Informações da gestão para a gestão da informação*]

QUINTA SEÇÃO:

A BUSCA DE UMA “DOXA” DO CONJUNTO DOS PRODUTORES

Preliminares

A estrutura da pesquisa de opinião, a metodologia

Introdução

A concepção da pesquisa, o questionário

A implantação da pesquisa, os informantes

Considerações finais

O resultado da pesquisa de opinião, a interpretação

Introdução

A percepção das estatísticas pelos produtores

A percepção da coordenação pelos produtores

Considerações finais

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.

Eric Hobsbawn

[*Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995]

Façamos uma síntese, de modo a dissertarmos sobre a pesquisa realizada.

Na primeira seção procuramos mostrar porque desde sempre a produção das estatísticas esteve sujeita a um processo de coordenação, como condição *sine qua non* para se alcançar o necessário equilíbrio entre o desejável em termos (sócio) político e o possível em termos (técnico) científico. Assim, procuramos mostrar que a necessária articulação entre a demanda e a oferta de estatísticas referidas ao espaço nacional, conjugando os âmbitos federal, estadual, municipal, pressupõe um efetivo processo de coordenação, dito de outra forma, sem coordenação não há estatística nacional ou, na expressão corrente entre os produtores, sem coordenação não há sistema estatístico nacional.

Na segunda seção procuramos evidenciar as razões da não concretização de uma coordenação para a atividade de produção das estatísticas, não obstante o diuturno reconhecimento discursivo de sua importância, bem assim, procuramos ressaltar as marcas do tempo presente que configuram o desejo de uma efetiva coordenação, desde que sob diferentes relações de poder. Assim, a existência de uma agência nacional de estatística como *locus* da coordenação foi historicamente frustrante, na medida em que mais e mais concentrou-se na produção das estatísticas, o que acabou por se converter na razão de seu sucesso existencial... de todo modo, esse desvirtuamento que acabou por relegar a coordenação a um plano secundário, torna-se o fundamento de seu eventual sucesso, porquanto tendo-se aprendido definitivamente a produzir as estatísticas.

Na terceira seção procuramos estabelecer um *modus faciendi* e um *modus vivendi* para a efetiva implantação da coordenação na atividade estatística, procurando-se estabelecer uma certa identidade entre os produtores públicos, mas democraticamente respeitando-lhes as várias diferenças. No primeiro caso, configurando a vertente cognitiva da coordenação, propusemos um variado conjunto de políticas, de modo a compreender-se o desejável e a explicar-se o possível, com vistas à interpretação dos resultados; no segundo caso, configurando a vertente social da coordenação, propusemos a criação de

uma agência ou unidade coordenadora especializada, refletindo sobre o inevitável relacionamento com a agência nacional de estatística, bem assim, definindo as fronteiras de sua atuação no que tange à formação dos recursos.

Isso posto, achamos por bem dialogar com os produtores, procurando delimitar os limites da ocorrência de uma *doxa* entre os produtores de estatísticas, tentando se possível estabelecer-lhe o conteúdo a partir do que fosse repetitivo no discurso. A opinião é o juízo de alguém sobre algo, tendo por pano de fundo um corpo de crenças acerca da verdade desse algo, na filosofia clássica, é vista como tendo origem nos sentidos, estando assim sujeita a variações e a ilusões, talvez mesmo a erros. Diríamos melhor que a opinião representa um conhecimento imediato essencialmente ancorado nas experiências passadas em tempos idos e vividos, oferecendo esquemas e sumários com vistas ao estabelecimento de uma ordem, necessária ao viver de uma prática.

Dessa forma, achamos por bem promover uma pesquisa de opinião junto a produtores públicos de estatísticas, procurando estabelecer sobre a idéia de coordenação zonas de convergências, pelo menos zonas de não divergências; a experiência mostrou-se tão tensa quanto densa mostrou-se a resultante, como será visto logo a seguir, nos dois capítulos desta seção. Em poucas palavras, podemos dizer que a pesquisa realizada foi capaz de sublinhar dois aspectos importantes, a saber: primeiro, ressaltou uma vez mais a necessidade da coordenação, bem assim, corroborou o encaminhamento aqui proposto no sentido de sua implementação; segundo, revelou a ausência de um referencial teórico no expressar como atividade a produção das estatísticas, sugerindo uma sobre utilidade para o quadro teórico - conceitual aqui desenvolvido, qual seja, formar pesquisadores.

Por demais, a pesquisa revelou em cores vivas o que já se sabia, qual seja, entre os produtores de estatísticas há pessoas distintamente inteligentes, sobejamente aptas a promoverem por si mesmas a coordenação da qual vimos falando; a par com o desejar a coordenação, constata-se prazerosamente a existência de um ambiente intelectual capaz de promover a constituição de um saber coordenar, quando então a presente tese poderá servir como um ponto de partida. Entretanto, a coordenação, para além de ser um ato de vontade, mesmo que de boa vontade, configurando um querer devidamente argumentado acerca do coletivo, de modo a ser implementada, pressupõe um poder manifesto no sentido de sua

realização; claro, trata-se de um aspecto por demais complexo, a exigir vontade política não raro volúvel, quase sempre imediatista.

Enfim, antes de prosseguir avançando nas análises a que se propõe esta seção, parece-nos oportuno antecipar três frases amplas, extremamente interessantes, mostrando que estamos diante de espíritos ebulientes:

... sinto que há uma espécie de ‘angústia informacional’ por parte de diversos agentes, como se uma suposta falta de informações fosse a responsável pela paralisia ou retardamento ou precarização dos processos de tomada de decisão. Evidentemente não seria eu quem desmereceria a importância da informação para a sobrevivência nos dias de hoje. Mas sinto que há um pouco do que ocorre com os médicos, que têm cada vez mais dificuldades em produzir diagnósticos sem o auxílio de uma batelada de exames sofisticados, em detrimento da sensibilidade do bom clínico. Não se entenda o comentário como qualquer sinal de obscurantismo, mas antes querendo sinalizar fenômenos na mesma linha do ‘stress’ de informações, decorrente da falta de tempo para absorver toda a informação que nos é ofertada. [Quesito 2]

A frase de Disraeli retrata, sem nenhuma ambigüidade a tradição maquiavélica dos grandes líderes da formação dos estados nacionais europeus, e sobretudo daqueles que comandavam estados com grande vocação imperial. Naturalmente, ‘a velha e pérfida Albion’ soube sempre bem esgrimir estatísticas que revelassem sua missão civilizadora junto a povos menos favorecidos, enquanto é claro, para consumo interno, tentava fazer crer a seus próprios trabalhadores que a situação socioeconômica melhorava. Essa vocação parece não ter perdido muita atualidade, embora. Certamente, esteja mais refinada. Eu acho que as duas frases exprimem um sentimento muito freqüente no chamado senso comum, qual seja que as estatísticas se prestam a manipulação e que o poder as pode usar de forma perversa. [Quesito 14]⁹³

A discussão sobre a descentralização de políticas públicas ocupou parcela importante da agenda de debates político-institucionais, em paralelo com o processo de democratização do país. Avançou-se - no sentido da formulação de modelos alternativos de gestão - em domínios como saúde, educação, estrutura tributária, etc., mas pouco no que diz respeito à institucionalidade na produção de estatísticas. Não obstante isso, as agências estaduais se capacitaram e ampliaram suas fronteiras temáticas e até algumas

⁹³ A frase mencionada na verdade é de Mark Twain, tendo sido muito repetida, mesmo popularizada, por Benjamin Disraeli (1804-1881), famoso político inglês. Dizia: “There are three kinds of lies: lies, damned lies, and statistics”; que adaptei livremente no questionário da seguinte forma: “Há três tipos de mentiras: as pequenas e sem maiores conseqüências, as grandes e sempre muito conseqüentes, por fim, as estatísticas, que são as piores dentre as piores mentiras”, tendo por base diferentes estudos de época.

municipalidades vêm tomando iniciativas importantes, mas desarticuladas [Quesito 7].

QUINTA SEÇÃO - CAPÍTULO 1:

A ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA DE OPINIÃO, A METODOLOGIA

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada à distância através de um questionário com questões abertas, tendo sido enviado e recebido por correio eletrônico. Vale marcar que não houve entrevistas, utilizando-se a alternativa de auto preenchimento, o que exigiu um cuidado especial na redação das questões, de modo a fazê-las de fácil entendimento. Essa tarefa foi grandemente facilitada na medida em que as questões versavam direta ou indiretamente sobre um único tema, seguramente estimulante aos informantes, atentamente selecionados, conformando um conjunto distintamente homogêneo.

Entretanto, a pesquisa foi naturalmente tensa, como sói acontecer com toda pesquisa, por melhor que tenha sido planejada: paira no ar, sempre, a dúvida cruel se as respostas terão a qualidade esperada, em especial quando são discursivas, mais ainda, paira no ar, sempre, a terrível ameaça do não cumprimento dos prazos, com a pronta destruição do planejamento geral da pesquisa, em tudo e por tudo, tendo-se de conviver com os riscos de elisões e de evasões, dentre outros desvios sempre perversos. Como seja, resolvidos os inevitáveis problemas, gratificante!, as respostas foram densas.

A CONCEPÇÃO DA PESQUISA, O QUESTIONÁRIO

Na concepção da pesquisa tomamos como pano de fundo a percepção de que as estatísticas têm uma dimensão (sócio) política e uma dimensão (técnico) científica, como as faces de uma mesma moeda. Assim, de um lado, será preciso compreender o desejável,

de outro lado, será preciso explicar o possível, conduzindo à redação dialética da interpretação dos resultados. Pois, a busca diuturna desse equilíbrio, transcende a ação independente dos produtores, uma vez que se queira dispor, como se quer de fato, da chamada *estatística nacional*, entendida como uma coletividade organizada segundo certa ordem previamente estabelecida, de modo a permitir comparações e combinações, vitais à plena assimilação da realidade complexa. Sim, a busca desse equilíbrio transcende a ação independente dos produtores, tornando imperativo haver uma efetiva coordenação, mais ainda, tendo-se em conta que a demanda de estatísticas vem aumentando muito nos últimos tempos, crescendo o número das pessoas capazes de circular no e sobre o múltiplo, bem assim, tendo-se em conta que a oferta de estatísticas também vem aumentando muito nos últimos tempos, embalada no avanço tecnológico, que amplia em muito a capacidade dos produtores; assim, os naturais desencontros da demanda e da oferta de estatísticas tornam-se mais candentes, não raro vivendo-se o paradoxo da escassez na abundância.

Isso posto, quisemos apreender a visão dos produtores sobre às duas dimensões das estatísticas, com a expectativa de que haveria um predomínio da dimensão (técnico) científica em detrimento da dimensão (sócio) política, ou seja, não esperávamos encontrar um movimento pendular entre a independência e a dependência, construindo-se a dialética da interdependência, o que acabaria por levar a *estatística nacional* a um irremediável desequilíbrio entre o desejável e o possível, com reflexos negativos na interpretação dos resultados, conduzindo a uma situação perigosamente debilitada. Ademais, quisemos apreender a visão dos produtores sobre a coordenação, que entendemos ser a solução necessária e suficiente para esses problemas, mais precisamente, quisemos apreender os contornos que os produtores atribuem à coordenação, conferindo suas aberturas intelectuais a concepções novas, diferentes das tradicionais. Na medida em que um olhar (técnico) científico se nos apresentasse dominante, estaríamos diante de uma concepção de coordenação demasiado limitada, retirando-se o necessário foco de sua vertente (sócio) política, distintamente importante.

Destarte, estruturamos um questionário com vinte e sete quesitos organizados em cinco blocos temáticos, submetendo-o à apreciação de um grupo seletivo de pessoas, pessoas essas experientes em pesquisas assemelhadas. Para além de sugestões pontuais

sobre as questões, seja quanto à redação, seja quanto à ordem, todos foram unânimes em afirmar que o questionário estava perigosamente difícil e arriscadamente longo. Feitos os ajustes pontuais, realizamos um teste do questionário, agindo como se a pesquisa mesma estivesse em andamento, de modo a avaliarmos em seu conjunto; pois, os produtores de estatísticas que participaram do teste, fizeram avaliações muito semelhantes, confirmando o sentimento de que o questionário estava difícil e longo, o que reforçava a necessidade de se repensar por inteiro a pesquisa.

Assim, após acurada reflexão, fizemos três alterações na pesquisa, a saber: *primeira*, reduzindo o número de quesitos para catorze organizados em três blocos, a rigor em dois, uma vez que o primeiro e o terceiro versam sobre as estatísticas, procurando-se ambientar o segundo cujo tema é a coordenação; *segunda*, dilatando o prazo de realização da pesquisa, que imaginávamos pudesse ser de duas semanas, passando-o a quatro semanas, independente da redução em quase cinquenta por cento no tamanho do questionário; *terceira*, introduzindo uma etapa anterior à aplicação do questionário, dando aos informantes conhecimento das exigências da pesquisa, de modo a conquistar-lhes um envolvimento consciente, sem ilusões quanto ao que encontrariam adiante.

A IMPLANTAÇÃO DA PESQUISA, OS INFORMANTES

A pesquisa seria aplicada junto a produtores lotados no IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a agência nacional de estatísticas, bem assim, junto a produtores lotados nas agências estaduais e municipais de estatísticas. Sem maiores fundamentos, arbitramos o número de dez e dez pesquisadores, cabendo enfatizar que nossa escolha recaiu em pessoas antes que em instituições; mais exatamente, queríamos dialogar com pessoas experientes independente de suas formações acadêmicas, integrantes dos quadros institucionais independente de suas posições funcionais. Contudo, quisemos dialogar com pessoas que tivessem visibilidade do processo decisório, dito de outra forma, quisemos dialogar com pessoas que tivessem visão ampla da produção das estatísticas, se possível, vendo-a como uma atividade socialmente ambientada; enfim, quisemos descobrir em que medida haveria um *esprit de corps* entre os produtores que pudesse caracterizar uma coletividade organizada.

Na seleção dos produtores lotados no IBGE, bastou-nos nossa sólida vivência institucional de quase vinte e quatro anos, o que nos dava pleno conhecimento das pessoas potencialmente dialogáveis, enfim, com muita facilidade relacionamos os dez nomes cujas opiniões gostaríamos de aquilatar. Por outro lado, na seleção dos produtores lotados nas agências estaduais e municipais, tivemos um trabalho bastante maior, à falta evidente de uma efetiva coordenação da produção estatística nacional, pois, como se sabe, o IBGE vem exercendo a coordenação apenas em termos nominais, o que alimenta desentendimentos e descontentamentos freqüentes; houvesse coordenação, teríamos, dentre outras coisas, uma ampla visibilidade dos produtores onde quer que estivessem, assim, tivemos que ser criativos, usando nosso próprio conhecimento e auscultando o conhecimento alheio, bem como, lançando mão de um ou outro documento, geralmente atas de reuniões eventuais, acabando por selecionar os dez nomes pretendidos.

Enfim, aos nomes selecionados associamos seus endereços eletrônicos, dando início à pesquisa, de pronto enviando uma mensagem solicitando colaboração. Primeiro, cuidamos de associar a pesquisa a esta tese de doutoramento, ressaltando a importância de seu tema; segundo, procuramos dimensionar a pesquisa, ressaltando que a mesma exigiria alguma reflexão prévia, fixando o longo prazo de quatro semanas para sua resposta, ainda que o mesmo não fosse rigorosamente necessário; terceiro, enfatizamos que haveria absoluto sigilo no uso das respostas, garantindo a mais ampla desidentificação das mesmas, que só nos interessariam no conjunto; quarto, finalmente, perguntamos da possibilidade e da disponibilidade e do interesse em participar da pesquisa, quando então o questionário seria enviado (em caso de recusa, pedimos que nos dessem os motivos).

Feita a consulta, de um lado, entre os produtores lotados no IBGE, fomos ignorados por uma pessoa que não se dignou a responder e fomos recusados por uma pessoa com a justificativa de absoluta falta de tempo, de outro lado, entre os produtores lotados nas agências estaduais e municipais, fomos ignorados por três pessoas, todas elas apresentando história pessoal de críticas severas ao IBGE como coordenador; os demais aceitaram participar prazerosamente, até mesmo sendo solidários.

Em seguida, enviamos o questionário aos oito produtores lotados no IBGE, com os seguintes resultados numéricos: dois desistiram explicitamente, sendo que um o fez

logo na primeira semana, preocupado em permitir reposição, enquanto que o outro o fez vencido em dez dias o prazo da pesquisa, depois de reiteradas cobranças, em ambos os casos sob alegação de falta de tempo; um desistiu sem dar maiores explicações, não obstante ter concordado em participar (*é claro que aceito*, havia dito em resposta à consulta inicial), bem assim, ter solicitado novos prazos, quando das cobranças; por fim, cinco responderam, dos quais apenas um cumpriu rigorosamente o prazo estabelecido, todos os demais exigindo reiteradas cobranças. Quanto ao questionário enviado aos sete produtores lotados nas agências estaduais e municipais, o resultado numérico é o seguinte: dois desistiram sem maiores explicações (*terei prazer em participar de sua pesquisa*, um dissera quando da consulta prévia; *pode enviar-me o questionário*, dissera o outro na mesma ocasião), apesar das reiteradas cobranças; cinco responderam, dos quais apenas um cumpriu rigorosamente o prazo estabelecido, enquanto que outro mesmo estando atrasado teve a gentileza de colocar-me a par de seus progressos, contudo todos os demais exigiram menos cobranças do que as que foram necessárias aos ibegeanos.

Finalmente, pudemos contar com dez questionários respondidos, sendo cinco internos e cinco externos ao IBGE. Então, compreende-se porque afirmamos que a pesquisa foi sobremodo tensa, o fato é que os questionários chegavam muito incertamente enquanto o tempo passava e passava...

Isso posto, antes de finalizarmos, há dois registros a fazer.

Primeiro, cabe dizer que algumas instruções apostas ao questionário cuidaram de orientar a ação dos informantes. Sustentamos a promessa de privacidade e reiteramos o prazo para realização da pesquisa; solicitamos enfaticamente que eventual não resposta a algum quesito fosse o mais possível explicada (contudo, um informante não respondeu a dois quesitos e não se justificou); fizemos a promessa de enviar a cada informante um exemplar da tese tão logo fosse aprovada, como uma gentileza.

Segundo, um informante fez dois espontâneos comentários sobre aspectos metodológicos, a saber: sugeriu que teria *rendido mais* se a pesquisa fosse por entrevista, tendo consciência de sua própria exuberância no trato com as palavras, de fato, por melhor que tenham sido suas respostas, melhor seriam se lhe tivéssemos dado viva voz; declarou

que um dos quesitos não estava muito claro, o que é um risco sério em pesquisas feitas à distância, sem a chance de esclarecimentos por parte de um entrevistador.

Enfim, vemos que uma avaliação da pesquisa por parte dos informantes, se a tivéssemos solicitado, poderia estar acrescentando elementos úteis à análise dos resultados, ademais de contribuir para futuros desdobramentos desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo médio de resposta dos dois únicos que cumpriram os prazos foi de vinte e cinco dias, ao passo que o tempo médio de resposta dos oito que não cumpriram os prazos foi de quarenta dias. Assim, considerando que o tema é de estreito interesse e próxima reflexão das pessoas selecionadas, parece-nos ser possível inferir que houve falta de tempo também para esses que responderam. Desse modo, podemos dizer que o tempo foi o grande vilão que cuidou de assombrar nossa caminhada, podendo ser igualmente visto como o vilão que costuma assombrar a própria coordenação.

Então, sendo a produção assim tão absorvente, não há como querer que a coordenação assuma destaque nas atenções dos produtores, ou seja, privados de tempo hábil para realizar a coordenação, no máximo conseguem atuar em sua dimensão (técnico) científica, porquanto transformando-a em um subproduto da produção das estatísticas, o que é seguramente muito pouco. Assim, sendo ela própria uma atividade absorvente, a coordenação exige uma estrutura especializada, com pesquisadores atuando em tempo integral, com dedicação exclusiva, como vimos falando.

QUINTA SEÇÃO - CAPÍTULO 2:

O RESULTADO DA PESQUISA DE OPINIÃO, A INTERPRETAÇÃO

INTRODUÇÃO

A pesquisa evidenciou a dominância de um olhar (técnico) científico quanto às estatísticas e quanto à coordenação, entretanto deu a antever uma percepção por parte dos informantes da importância de também haver um olhar (sócio) político devidamente explicitado. Dito de outra forma, pôde-se perceber que há um certo movimento pendular entre a independência e a dependência, sugerindo a real possibilidade de uma construção dialética da interdependência, o que permitiria encaminhar-se a busca de um equilíbrio entre o desejável e o possível através de uma efetiva coordenação.

Por demais, focando-se a coordenação, a pesquisa mostrou que a dominância do olhar (técnico) científico não é de ordem a enevoar concepções novas, a embotar os espíritos aprisionando-os no tradicional. Entretanto, apreende-se um inegável temor que a coordenação possa vir a repousar em mãos aventureiras, o que acabaria por tornar qualquer situação, ruim que fosse, ainda pior. Dessa forma, ao mesmo tempo que se constata haver uma insatisfação com o atual estado das artes não há clareza quanto aos rumos a seguir, ainda que se possa vislumbrar uma certa luz ao final do túnel...

Enfim, a pesquisa mostrou que há uma certa massa crítica entre os produtores, aquentando um abrir de mundo absolutamente necessário, seja com respeito às estatísticas, seja com respeito à coordenação. Em especial, respeitante à coordenação, não há dúvida que o teor desta tese faria eco, podendo instruir debates sobre o tema, proveitosamente; mais ainda, poderia servir como roteiro para a formação junto aos produtores de uma

discurso coletivo, configurando-se melhor a atividade de produção das estatísticas; de modo que esta tese mostrou ter seu valor significativamente ampliado.

A PERCEPÇÃO DAS ESTATÍSTICAS PELOS PRODUTORES

Antes, cabe pensar a demanda; exatamente, cabe pensar como se a percebe, ou ainda, onde se origina e como se a avalia, com vistas ao atendimento. De fato, quisemos por em justa as dimensões (técnico) científica e (sócio) política das estatísticas.

Estivemos tratando basicamente nas estatísticas inexistentes, aquelas ainda não cobertas pelas pesquisas correntes, o que significa dizer que nos posicionamos ao tempo da produção; mas poderíamos ter considerado perfeitamente as estatísticas invisíveis, embora existentes, aquelas que um olhar atento poderia fazer emergir, relendo-se os arquivos primários, de modo que estaríamos nos posicionando ao tempo da disseminação.

Pois, diante dessa questão duas posições aparecem, uma, minoritária, que localiza a origem da demanda externamente ao ambiente produtor, outra, majoritária, que a localiza como parte integrante do ambiente produtor.

Como exemplo da primeira posição, declara-se que a demanda de estatísticas eventualmente tem por origem os *escalões superiores do governo*, quando é normalmente atendida, sem maiores rodeios; recentemente, a demanda estaria se tornando mais *tópica* manifestando interesses setoriais, sendo sinuosa sua captação, mais ainda seu atendimento, sempre sujeito a demorada avaliação. Ademais, declara-se que a demanda de estatísticas estaria definida na *linha programática das três esferas de governo* (federal, estadual, municipal), não raro desarticuladas em face de *divergências político - ideológicas*, o que deixa a entrever a idéia de planejamento.

Como exemplo da segunda posição, destacamos duas afirmações contundentes, bem representativas do conjunto das opiniões:

A forma ainda preponderante é a que advém da percepção dos próprios pesquisadores da instituição através de suas análises dos fenômenos de sua especialização. Um técnico ou grupo de técnicos de uma área temática da instituição detecta a necessidade de produzir uma determinada informação e elabora um projeto que é submetido à direção do órgão produtor.[Quesito 1]

Tanto quanto eu saiba, essas decisões geralmente são tomadas no interior das próprias instituições produtoras, com base nos mais diversos critérios - sensibilidade pessoal dos dirigentes, interesses corporativos, demandas de governos, iniciativas dos corpos técnicos... - sem maiores articulação e organicidade com o conjunto dos usuários - dentro ou fora do governo. [Quesito 1]

Veja-se que há uma certa nebulosidade no entendimento da fronteira entre a demanda como uma leitura (sócio) política da realidade e a oferta como uma leitura (técnico) científica da realidade; confunde-se o plano do desejável e o plano do possível, o que está longe de ser aceitável.

Enfim, conviria sublinhar algumas sentenças, procurando revelar a consciência da falta de um liame entre ambas as dimensões, quicá, podendo-se vislumbrar um querer implícito da dimensão (sócio) política; dessa forma, assim sendo, diríamos estar vivendo a melhor das perspectivas quanto ao futuro.

Muitos usuários formadores de opinião partem da premissa que o conjunto de estatísticas existentes é a verdade absoluta, não se percebem como capazes de influenciar na composição deste conjunto ou mesmo na criação de instância de atuação contínua onde esta questão poderia ser tratada. (...) No Brasil, não é identificada a importância de um conjunto de estatísticas oficiais consistentes, nem mesmo pelos cidadãos mais bem formados e/ou informados. [Quesito 1]

Seja como usuário, seja como produtor, desconheço qualquer mecanismo institucional, permanente e sistemático, de consulta quanto ao que deva ser produzido. Assim, o arbítrio dos gestores desses órgãos acaba por se constituir quase que em mecanismo único. Tal arbítrio deve, a meu ver, fazer parte das responsabilidades e atribuições e das competências dos dirigentes, encarregados de responder pela boa gestão dessas instituições, devendo, entretanto, se apoiar sobre processos mais abertos à participação da vasta gama de agentes usuários de informações. [Quesito 1]

... acho que a tradição, a inércia e a idéia de seguir 'o que já vem sendo feito' pesa muito. (...) Na minha opinião, a definição das estatísticas deveria levar em conta as prioridades definidas pela comunidade usuária de informações, levantadas através dos encontros e dos inúmeros instrumentos de contato com o público que o IBGE dispõe: fax, cartas, demandas, e-mails... [Quesito 1]

Destarte, mergulhemos no ambiente produtor, onde a maioria localiza a origem da demanda, procurando destacar dois aspectos importantes: *primeiro*, o tempo necessário

à produção das estatísticas, sempre muito largo, geralmente, visto como muito lento, fatalmente esmaecendo os ingentes esforços em favor de uma sempre crescente qualidade, inevitavelmente provoca perigosos desentendimentos e descontentamentos no âmbito da demanda; *segundo*, a preferência que os produtores emprestam aos registros estatísticos como fonte de registros individuais, em detrimento flagrante dos registros administrativos, limitando inevitavelmente a oferta de estatísticas, em que pese sua inquestionável abundância, reforçando perigosamente uma desagradável sensação de escassez no âmbito da demanda. Ambas as situações, acabam por alimentar o sentimento de que a produção privada de estatísticas é mais eficaz e mais eficiente, na medida em que se faz mais lesta, perdendo-se conta de sua natureza peculiar; comecemos por esse aspecto, certamente mais panorâmico do que os anteriores.

Assim, contrapondo a produção pública e privada das estatísticas, nota-se uma reação sobranceira, atribuindo-se qualidade superior às estatísticas públicas. Contudo, dispôs-se a pensar nas possíveis razões de uma inversão na equação valorando-se mais as estatísticas privadas, construindo-se duas linhas de reflexão, a saber: uma, contestando-a em termos políticos, outra, explicando-a em termos técnicos; neste caso, propondo-se sugestões de mudança no processo de pesquisa. Vejamos...

As estatísticas públicas teriam um *caráter mais isento* e teria assim *melhor qualidade*, enfaticamente, afirma-se que a *qualidade da produção pública no Brasil é inegavelmente superior à privada*; contudo, lembrando a conturbada história dos índices de preços, houve quem atribuísse às estatísticas privadas um *maior compromisso com a continuidade*, pendendo a balança contra as estatísticas públicas.

As estatísticas privadas estariam respondendo a *questões mais imediatas e mais presentes no imaginário coletivo*, desse modo *tendo mais 'appeal' do que as estatísticas públicas*, bem assim, sendo menores as amostras utilizadas e sendo maiores os recursos aplicados; utilizando *métodos simples e ágeis* estariam como que *antecipando as 'verdadeiras estatísticas'* que seriam as estatísticas públicas.

Entretanto, mudanças no processo de pesquisa poderiam ser pensadas no sentido de tornar as estatísticas públicas mais ágeis, mas o contexto político parece jogar contra, perversamente frustrando os resultados.

Note-se que o descrédito do serviço público apresentado como ineficiente no discurso do próprio governo, naturalmente, não deixa ao largo as agências produtoras das estatísticas públicas. Então, perde-se uma das âncoras, o Estado, que a par com a Ciência, deram segurança histórica às estatísticas; não se sabendo ou não se querendo separar o joio do trigo, mergulha-se numa escuridão que as estatísticas exatamente vieram iluminar, enquanto viabilizando uma ação racional de governo, como visto na primeira seção desta tese, quando abordamos a demanda de estatísticas.

Desfiemos a meada...

A produção das estatísticas exige um tempo largo, erradamente visto como um tempo lento; de todo modo, assumem que o tempo necessário à produção das estatísticas poderia ser encurtado, na medida em que se introduzissem mudanças na gestão do processo, antes que no processo em si mesmo.

Deveria haver a *injeção de recursos tecnológicos eficazes*, um *treinamento de pessoal* e um *melhor nível salarial*; deveria haver a *responsabilização efetiva de seus dirigentes quanto a prazos, qualidade e, evidentemente, conteúdos*. Muito ajudaria se houvesse *critérios para guiar o atendimento*, ainda, se houvesse a *realização de parcerias*, mais ainda, se houvesse um maior *diálogo* com vistas à promoção de um *planejamento conjunto*, ajustando-se os interesses da demanda e da oferta. Advoga-se um uso intenso da informática, com *teleprocessamento*, com *coletores digitais*, com *redes distribuídas*, em todo o processo de produção, bem assim, advoga-se um uso mais intenso dos *registros administrativos*, dando lugar a um novo campo de descobertas, em tudo e por tudo, como formas de abreviar o tempo largo da produção.

A produção das estatísticas tem fundação em algum registro individual, mais e mais preferindo-se os registros estatísticos aos registros administrativos; a balança pende, como vimos, quando da consolidação das agências nacionais de estatística.

A preferência viria do *maior controle que pode ser exercido* sobre os registros estatísticos, uma vez que resultam de pesquisas adrede estruturadas, bem assim, viria da *impermeabilidade ou resistência dos responsáveis pelos registros administrativos em franquear acesso às 'suas' bases de dados*, usando-se o sigilo para justificar os meneios e os rodeios. A propósito conviria refletir sobre as seguintes afirmações:

... é indiscutível que a liberdade para se montar um questionário qualquer é muito maior do que se conformar aos registros existentes. Enquanto estes fornecerão importantes aproximações de um conjunto de fenômenos, pesquisas específicas terão maior precisão em sua quantificação. Até onde essa liberdade invade o terreno do corporativismo, do preciosismo e incorre em posturas perdulárias, é outra questão, ou melhor, é a mesma, mas sanável por definições mais democráticas e controles mais eficientes das atividades e metodologias das entidades produtoras de informações. [Quesito 4].

As desconfianças em relação a estes registros [administrativos], parece-me, estão ligadas a uma visão negativa sobre a capacidade de organização e transparência da burocracia encarregada da prestação dos serviços públicos. Esta visão é, no mínimo, preconceituosa, pois a experiência tem revelado que, se bem orientada e assistida pelo núcleo do sistema estatístico, ela é capaz de gerar informações contínuas e consistentes. [Quesito 4]

Entretanto, anuncia-se e enuncia-se uma grande mudança nessa situação, vale dizer, afirma-se ora decisivamente que *o descaso com os registros administrativos é coisa do passado*, ora prudentemente que *o processo de utilização de registros administrativos está no início*; ao mesmo tempo, constata-se *a falta de conhecimento e de equipe técnica, bem como de capacidade para tratar e utilizar adequadamente essas informações* [havidas nos registros administrativos]. Usar os registros administrativos, curiosamente, é visto por uns como sendo rápido e barato e por outros como sendo demorado e oneroso, tornando essencial o detalhar dos pensamentos.

Por fim, percebe-se que a atuação de *pesquisadores* com sólida formação, não apenas acadêmica, mas também em pesquisa, devidamente apoiados na melhor *tecnologia* disponível (de comunicação, de observação, de apresentação, de processamento), no seio de *instituições* publicamente conhecidas e reconhecidas em seriedade e competência, basta para assegurar a credibilidade mas não basta para assegurar a legitimidade das estatísticas. Ainda que complementares, atuam distintamente.

Assim, podemos dizer que a credibilidade é atribuível aos produtores isoladamente, ao passo que a legitimidade é atribuível ao conjunto dos produtores; aquela refere-se ao particular das estatísticas, achegando-se à dimensão (técnico) científica, esta refere-se ao coletivo das estatísticas, achegando-se à dimensão (sócio) política. Dessa

forma, entende-se porque a autofagia do Estado, vilipendiando-se, prejudica a produção das estatísticas, na medida em que atinge de morte sua legitimidade...

Pois, a pesquisa revelou certa fragilidade no abordar dessa dicotomia, não por acaso, elaborando-se melhor a noção de credibilidade, seguramente na razão direta de sua íntima associação com a dimensão (técnico) científica, onde os produtores circulam mais e melhor; mas, a noção de legitimidade não deixou de ser razoavelmente aproximada, o que é auspicioso, porquanto encaminhando a coletividade das estatísticas. A propósito, três aproximações merecem destaque, a saber:

... sendo a produção de estatística uma função pública, entendo que ela é legítima na medida em que a instância pública se organiza para tal, cria suas instituições e sua história de trabalho e dedicação à construção de um sistema público e modernamente estabelece vínculos e obrigações com a sociedade civil e a cidadania. [Quesito 5]

As noções são para mim muito próximas. Ambas são construídas ao longo do tempo, pela disseminação de uma produção oportuna e confiável, além de um conjunto de informações sobre a entidade produtora, sua independência, seriedade, grau de renovação tecnológica, não engajamento político ou ideológico, etc. [Quesito 6]

A legitimidade está vinculada à primeira pergunta: quem define o que produzir, onde e como. A credibilidade depende de quem produz. Não podemos confundir a reação popular normal a algumas estatísticas com falta de credibilidade. Muitos reagem por ignorância e tende-se a achar que é falta de credibilidade de quem produz. [Quesito 6]

Isso posto, entendamos por ignorante aquele que ignora, ignora porque não foi orientado a conhecer, o que remete ao interior da oferta antes que ao interior da demanda. Natural, pois é mesmo muito difícil entender as estatísticas em sua natureza: superam a individualidade que é concreta e promovem a individualização que é abstrata, instruem diferentes ações de governo sobre coletividades, mas que acabam por se manifestar nas individualidades que não conseguem se aperceber nas estatísticas pela simples razão de nelas não estarem. De fato, uma equação muito complexa.

O problema das estatísticas são as medidas centrais e as medidas sínteses que são as divulgadas, as agregações. Para aqueles que estão afastados destas medidas, as estatísticas lhes parecem mentirosas. É a história

dos dois frangos e dois indivíduos. Um come os dois e o outro morre de fome. Na média, cada um comeu um. A estatística mentiu. [Quesito 14]

Sim, senso comum, a estatística mentiu. Contudo, sabe-se muito bem que não há mentira alguma, simplesmente ignorando-se a verdadeira natureza das estatísticas; ademais, sobreleva vê-las como da ordem da precisão em lugar de tê-las como da ordem da exatidão. Isso posto, caberia aos produtores protagonizar a extraordinária aventura de um diuturno desvelar das estatísticas, mostrando-as em suas possibilidades mas em meio a suas limitações; infelizmente, os produtores relutam e relutam, criando um vazio que se faz fonte segura de desencontros e desentendimentos.

Enfim, a pesquisa mostrou que há muito por se fazer no sentido da busca do necessário equilíbrio entre o desejável e o possível. De um lado, há que se fazer ajustes na representatividade e na adequabilidade e na responsabilidade, no sentido da compreensão do desejável, de outro lado, há que se fazer ajustes na acurácia e na privacidade e na ética, no sentido da explicação do possível; em não se fazendo os necessários ajustamentos, não se consegue alcançar um equilíbrio ao tempo da interpretação dos resultados, sustentando-o na visibilidade e na acessibilidade e na aceitabilidade. Pois essas nove políticas, encimadas pela política de *accountability*, remete inexoravelmente à coordenação, como vimos alhures, ao longo desta tese.

A PERCEPÇÃO DA COORDENAÇÃO PELOS PRODUTORES

Maravilha!. A pesquisa revelou que os produtores consideram a coordenação importante, diríamos mesmo que a tomaram como essencial. Mantendo coerência com o que foi visto anteriormente, tomaram-na sobremodo em sua dimensão (técnico) científica, vendo-a mais ou menos a partir da produção, de certa forma tomando-a como um seu subproduto. Melhor teria sido se a tivessem valorizado em sua dimensão (sócio) política, dessa forma conseguindo potencializar legitimamente a dimensão (técnico) científica das estatísticas, conseguindo equacionar assim a incômoda dicotomia da dependência e da independência com a construção dialética da inevitável interdependência.

A coordenação é vista pela ótica da harmonização, antes que pela ótica da integração, o que reflete um reconhecimento da crescente descentralização presenciada nos

últimos tempos, sendo muito reduzido o espaço de manobras para um movimento de integração, em face da diversidade da sociedade; a coordenação seria necessária *pela mesma razão que é preciso existir o cérebro para que as diversas partes do nosso corpo funcionem em harmonia*, numa imagem bastante expressiva. A coordenação é vista ainda como promovendo um *planejamento da atividade*, fixando *diretrizes e orientações*, oferecendo *padronizações, normatizações, classificações de natureza metodológica*, enfim, garantindo *comparações inter-regionais e inter-temporais*, ou ainda, *comparações nacionais e internacionais*. A coordenação é vista ainda mais como essencial para *garantir a qualidade dos trabalhos feitos de forma descentralizada*, impedindo-se uma certa *bagunça estatística* tida como a divulgação de diferentes resultados para um mesmo tema; cuidando-se para não fazer *restrição a liberdade de criação*, respeitando assim as peculiaridades de cada produtor.

Reconhece-se que a coordenação deva ser vista como uma atividade em tempo integral, exigindo a presença de profissionais especializados, naturalmente, especializados na dimensão (técnica) científica das estatísticas, dado que não se apercebe claramente a dimensão (sócio) política da coordenação. Assim, a coordenação acaba por ser vista como um subproduto da produção, sendo vista como *parte do dia a dia da instituição* ou sendo vista como *exercida cotidianamente nas parcerias*, o que é uma flagrante redução do que se pode e se deve efetivamente realizar. A coordenação, declaram, permitira que recursos escassos fossem melhor usados, evitando-se *duplicações onerosas para os cofres públicos, duplicidade de esforços e recursos*, ou ainda, *minimizando o desperdício de recursos utilizados em duplicidade de produções*.

Quanto a haver coordenação no presente, há os que não a vêm sendo praticada e há os que vêm apenas esforços isolados; assim, observa-se que o predomínio da dimensão (técnico) científica implicitamente não satisfaz, ou seja, os *instrumentos de coordenação* na forma de classificações e padronizações ou na forma de cadastros e métodos, reconhecidos como necessários não são reconhecidos como suficientes.

Quanto a ter havido coordenação no passado, há os que não o reconhecem alegando que os instrumentos de coordenação tornaram-se emergentes apenas muito recentemente, e há os que o reconhecem ainda que sem maiores explicações, talvez tendo

presente a feliz conjugação do Planejamento Nacional e da Contabilidade Nacional, quando a coordenação se insinuava por detrás das grandes sínteses estatísticas.

Quanto ao cumprimento da função de coordenação por parte do IBGE, há os que afirmam que em termos históricos sempre a deixou em segundo plano e há os que identificam em muitos casos a assunção de uma posição defensiva e restritiva, mas há os que o vêm se redimindo ainda que de forma lenta e tímida, sugerindo-se enfaticamente que coloque mais *peso* nessa atividade, reconhecida como bastante complexa.

Assim, a pesquisa revelou unânime valorização do IBGE como coordenador da estatística nacional, negando-se claramente a necessidade de uma agência coordenadora. A agência nacional teria visão impar do conjunto de possibilidades produtivas, teria visão impar das diretrizes necessárias às estatísticas públicas, em síntese, *a coordenação só pode ser feita pelo IBGE, caso contrário não teria legitimidade*. Entretanto, há quem sentencie que seria preciso promover *uma reestruturação administrativa e organizacional do órgão [IBGE], para dotá-lo de mais flexibilidade e agilidade administrativa*, há quem declare que seria *conveniente que o órgão [IBGE] dispusesse de uma unidade burocrática para questões de coordenação*, mas tomando-a na simples função de observadora do que fosse desenvolvido nas áreas temáticas, o que seria a nosso juízo muito pouco.

A escolha de funcionários do IBGE, dedicados basicamente a esta tarefa de coordenação, com amplo conhecimento técnico e mobilidade dentro do IBGE, seria a opção ideal. [Quesito 9]

De outro lado, há quem lembre que os recursos humanos a serem alocados na coordenação, poderiam vir perfeitamente dos quadros das agências produtoras, através de cessão temporária e reembolsada. Adicionalmente, há quem sugira que os fundamentos da coordenação devam *estar a cargo de algum órgão colegiado*, cujo ponto nevrálgico estaria no seu processo decisório, devendo-se ter presente que...

... se trata de coordenar entes federativos dotados de autonomia política, administrativa e financeira, de distintas complexidades, capacidades e interesses. [Quesito 8]

Como seja, ressalvas à margem, nomeadamente, a pesquisa revestiu o IBGE no papel de coordenador, atribuindo-se-lhe a função de coordenação da estatística nacional.

De pronto, teríamos que pensar como a coordenação seria praticada no interior do IBGE em meio ao predomínio da produção, uma vez que se a tomou como uma atividade especializada a exigir vivência de tempo integral. Reflexões várias podem ser feitas...

Primeiro, haveria o inevitável predomínio da dimensão (técnico) científica da coordenação, reduzindo-se a importância de sua dimensão (sócio) política, numa atitude coerente com a predominante vocação produtora do IBGE, significando uma coordenação subordinada à produção, de certa forma, sendo um seu subproduto, o que estaria longe de ser positivo. *Segundo*, o ritmo da coordenação seria não apenas o ritmo do IBGE, mas sobretudo o ritmo da produção no IBGE, ou seja, dificilmente se faria predominar ritmos outros, externos ao IBGE, sobremodo, só com muito dificuldade se faria predominar o ritmo da própria coordenação, tomando-a em seus dois planos. *Terceiro*, percebe-se que a vez e a voz do IBGE seriam dominantes no desenvolvimento da coordenação, ou seja, seria ingente o esforço de criação de um pluralismo no ambiente da produção, construindo-se uma identidade no cuidadoso respeito das diferenças, ademais, mesmo a presença de órgãos colegiados não seria bastante para equilibrar a balança.

Enfim, a inserção da coordenação na estrutura do IBGE apresentaria inúmeras vantagens operacionais, contudo, enfrentaria suas inúmeras idiosincrasias institucionais, devendo inserir-se em sua já longa história, sobremodo, perdendo-se alguns valiosos graus de liberdade no sentido da livre criação de uma coordenação independente; que seja, enfim, escolher é renunciar... De todo modo, importa muito que se aplique o melhor dos esforços com vistas à prévia definição de seus estatutos metodológicos e processuais, antecipando-se o mais possível a situações embaraçosas, numa palavra, a frustrações; a propósito da criação desses mecanismos operacionais, alguma idéias esparsas podem ser extraídas da pesquisa, por exemplo, *talvez devesse existir a obrigatoriedade de adesão a determinados protocolos como condição de acesso a recursos, e não apenas os financeiros*, menciona-se ainda expressões do tipo *termo de adesão e protocolo de convívio*, que certamente merecem aprofundamento.

Complementarmente, a pesquisa procurou captar a opinião dos produtores sobre dois aspectos essenciais ao bom funcionamento da coordenação, a saber: de um lado, a opinião sobre os mecanismos de elaboração periódica da agenda de estudos e pesquisas norteando o cotidiano da coordenação, dando-se destaque às questões da formação de

pesquisadores e da assimilação de tecnologias; de outro lado, a opinião sobre a elaboração de um sistema de informações gerenciais, *a informação da gestão para a gestão da informação*, capaz de expressar, o mais possível em termos numéricos, múltiplos organizados, tendo-se presente a própria natureza das estatísticas enquanto oferecendo visibilidade sobre o distante, assim introduzindo racionalidade ao exercício de governar, como vimos antes (perceba-se que podemos ver a coordenação como um exercício de governo à distância, no rastro da descentralização).

Pensar a elaboração da agenda de estudos e pesquisas é muito importante na medida em que se apercebe a coordenação como uma atividade executiva, especializada e concentrada, estando a cargo de tarefas específicas e diuturnas. Mais ainda, pensá-la é importante, na medida em que se apercebe que quem detém a capacidade de elaborá-la, em última instância, detém o poder de conduzir todo o processo. Pois, nenhum informante abordou esse aspecto, talvez porque a redação dada à questão não o suscitasse.

Como seja, pensando o conteúdo de uma agenda, houve quem enunciasse temas que se achegam muito bem à dimensão (sócio) política, como a *revisão da política de produção de informações*, bem assim, temas que a essa mesma dimensão quase se achegam, como as idéias de *descentralização* e de *disseminação*, passando pela interligação das bases de dados. Contudo, arriscaríamos dizer que um aprofundamento desse quesito revelaria um maior dimensionamento da dimensão (técnico) científica, levando em conta afirmações do seguinte tipo: *a agenda seria estabelecida por projeto de pesquisa*, o que seria não lhe dar uma dimensão globalizante.

Enfim, duas afirmações polemizam o tema em tela:

... não acredito num modelo pré-definido. O sistema estruturado será fruto de um processo. Temos apenas que garantir que este processo aconteça, flua. Como? Tendo a coordenação no centro de nossas preocupações. [Quesito 11]

O IBGE deveria fazer uma proposta [de agenda] e submetê-la a apreciação do parceiro [assim mesmo, no singular]. Como em qualquer negociação, deve haver a possibilidade de mudar as regras em função das colocações do parceiro [novamente no singular], caso contrário a negociação vira imposição. [Quesito 11]

Sobre o tema da formação dos pesquisadores, diríamos que se trata de uma área distintamente aberta a atuação da coordenação, não só no sentido de se tentar salvar o mais possível aquele saber que se constrói enquanto se faz alguma coisa, preocupando-se em promover a transmissão de uma memória institucional, mas acima de tudo no sentido de se dar substância e consistência a um discurso sobre a atividade de produção das estatísticas, indo muito além do tradicional pensar e discutir dos métodos de pesquisa, ou seja, passando da elaboração de documentos reveladores do contexto da justificação à elaboração de documentos reveladores do contexto da descoberta. Não sem certa paixão, a pesquisa revelou a unânime opinião de que muito do saber próprio à produção das estatísticas é feito no fazer, parecendo haver um certo cepticismo no sentido de se catalogá-lo e de se transmiti-lo, por exemplo:

... convencido da existência de um saber específico. Naturalmente, defendo a formação acadêmica e mesmo, a especialização e a pós-graduação. Porém (...) existem conhecimentos não só de natureza operacional e metodológica, mas principalmente em relação à sensibilidade e capacidade de tomada de decisões em momentos - chave, que dependem deste saber e do acúmulo de experiência. [Quesito 12]

Sem sombra de dúvida é exatamente no aprender fazendo que se adquire esse saber específico. Vivenciar essa experiência ímpar que é produzir estatísticas dentro de um rigor metodológico, com estreita relação com a rede de coleta, a experiência da operacionalização de uma pesquisa num nível mais amplo, com a busca constante do aperfeiçoamento técnico, é que representam o que pode ser absorvido do Instituto Nacional. [Quesito 12]

Sim, há um saber... Não tenho dúvidas de que o essencial de nossas entidades são as pessoas que as compõem e que detêm esses saberes. A realização de cursos temporários, estágios e intercâmbios me parece mais apropriada do que a imposição de um curso de formação básica, como condição de acesso à carreira. Tais cursos e estágios permitem a troca de informações (...) como um intercâmbio de capacidades...[Quesito 12]

Sobre a assimilação de novas tecnologias, as abordagens são algo reticentes, como que a duvidar que a coordenação possa fazer algo distinto, o que nos surpreende; de fato, acreditamos vivamente que a coordenação pode desempenhar um papel ativo na divulgação de novas tecnologias (comunicação, observação, apresentação, processamento). Claro, há os que atribuem à coordenação a missão de estimular laboratórios no âmbito dos produtores, através de grupos de trabalho, atentamente articulados pela coordenação que

fomentaria e validaria seus resultados, não através de grupos de trabalho independentes como querem aqueles que sobrepõem a produção à coordenação. Como síntese, uma sentença merece ser sublinhada:

Todos somos laboratórios. O downsizing das tecnologias e dos processos permite a todos os envolvidos sermos laboratórios e difusores. O IBGE, por seu porte, sua complexidade, seus contatos internacionais, deveria desempenhar um papel de liderança também nesse aspecto. A renovação tecnológica é fundamental para o exercício de nossas funções. Mas tudo isso depende do sucesso da primeira parte, isto é, restaurar vínculos de cooperação entre os componentes do chamado Sistema Estatístico Nacional. [Quesito 13]

Por fim, haver um conjunto de informações gerenciais é essencial ao bom funcionamento de qualquer organização, de modo que cada agência produtora já deveria ter-se empenhado no seu desenvolvimento. Contudo, as respostas sugerem o contrário, ou seja, o tema foi visto como algo mais ou menos novo; mesmo entre aqueles que mostraram certa familiaridade com o assunto, o dissertar sobre o mesmo deixou muito a desejar. A pesquisa revelou, assim, que não se percebe a geração das informações gerenciais como a conformação de um centro de cálculo no interior da coordenação voltado à gestão dos centros de cálculo produtores de estatísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando, parece-nos oportuno sublinhar a percepção da coordenação como um exercício de argumentação, através da seguinte afirmação

A coordenação deve se dar por concertação de interesses, por convencimento, pelo repasse de capacidades técnicas, metodológicas, tecnológicas e até mesmo financeiras, por ações supletivas sempre que necessário, pela definição de conteúdos mínimos... [Quesito 8]

Pois também entendemos que a coordenação passa pela argumentação antes que pela demonstração, sendo essencialmente o resultado de uma diuturna construção.

CONCLUSÃO

Querer persuadir um auditor significa, antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que exprimam uma simples relação de força, mas sim procurar ganhar a sua adesão intelectual.

Chaim Perelman

[[*Argumentação. Enciclopédia Einaudi. Vol 11: Oral / Escrito, Argumentação. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.*]

As estatísticas podem e devem ser precisas mas não podem ser exatas, buscam apresentar-se no plano da demonstração, procurando esmaecer o plano da argumentação recorrentemente presente em seu processo produtivo, na verdade, as estatísticas são versões dos fatos e não os fatos em si mesmos, são aproximações de verdade.

Esse ponto de vista, claramente presente na obra de *sir William Petty*, ao tempo em que elaborou sua *Aritmética Política*, foi-se perdendo pouco a pouco na razão mesma em que mais e mais se sobrevalorizava a dimensão (técnico) científica e se descurava a dimensão (sócio) política das estatísticas. Esse desequilíbrio se fez por vontade explícita algumas vezes, as mais das vezes por vontade implícita, de um lado, dos demandantes envolvidos na arte de governar, de outro lado, dos ofertantes envolvidos na arte de calcular, a ambos interessando sublinhar a dimensão (técnico) científica das estatísticas.

De fato, o fugir do irracional e o buscar do racional marcou, desde sempre, o surgir de uma confiança impessoal entendida como essencial a consolidação da economia e ao avanço dos negócios, em franca mundialização desde o mercantilismo. Nesse contexto é natural que se desprezasse a retórica e se esquecesse a argumentação, buscava-se a certeza, abominava-se a dúvida, desejava-se resultados sempre indiscutíveis; ignorava-se, desejava-se ignorar, que se pudesse estar de alguma forma diante de escolhas razoáveis, a exigirem cuidadosas qualificações, como uma terceira via entre o racional e o irracional.

Ora, as estatísticas resultam de laboriosos processos de objetivação, vale dizer, assentam-se em escolhas razoáveis, em cada uma de suas etapas, a saber, a *conceituação*, a *organização*, a *observação*, a *exploração*, por melhor que sejam os métodos disponíveis. As estatísticas, antes que fruto de insofismáveis demonstrações, amparam-se em delicadas argumentações, entretanto, ignorando essa verdade, demandantes e ofertantes preferem revestir-se da dimensão (técnico) científica, aumentando as possibilidades e diminuindo as limitações das estatísticas, ao custo de desencontros e desentendimentos.

Destarte, precipuamente, a coordenação cumpriria o papel de dar cobro a esse *imbroglio*, buscando o equilíbrio entre as dimensões (sócio) política e (técnico) científica das estatísticas, ou, o equilíbrio entre o desejável e o possível.

A coordenação daria relevo à argumentação, seja de modo a se constituir, a si própria, como uma atividade, seja de modo a recuperar a correta dimensão das estatísticas. Assim, pela argumentação propõe-se uma concepção alargada de razão, abrindo-se uma terceira via à clássica dicotomia do racional e do irracional, vale dizer, propõe-se a via do razoável. Conforma *Chaïm Perelman*, pensador belga contemporâneo, a atividade racional não pode e não deve reduzir-se ao cálculo, antes, pode e deve ligar-se à arte da persuasão, buscando-se a adesão de um auditório, promovendo-se, assim, a conjunção da razão e do diálogo de modo a encaminhar-se a construção de um pluralismo democrático.

Entre os lógicos formalistas, há a tendência para reduzir todo o raciocínio dedutivo a uma demonstração, que será correcta se as operações estiverem de acordo com um esquema pré-estabelecido e incorrecta no caso contrário. Efetuando-se toda a demonstração no seio de um sistema, cuja coerência se prova ou pressupõe e cujos axiomas são tidos como verdadeiros, a verdade da conclusão demonstrada, ou pelo menos a sua probabilidade calculável, impõe-se sem discussão⁹⁴.

De fato, numa demonstração estabelece-se uma relação entre a verdade das premissas e a verdade da conclusão, mais, sendo a verdade uma propriedade das premissas independente da opinião das pessoas, os raciocínios analíticos são impessoais. Numa demonstração as premissas não estão em discussão, independente de serem verdadeiras ou hipotéticas, de modo que não há a mais tênue preocupação em saber se são ou não aceitas por algum auditório. Ora, esse, por mais que se queira, não é o caso das estatísticas, como vimos, sempre a se pautar em escolhas razoáveis, humanamente hesitantes, ainda que frequentemente exitosas em face das experiências humanas.

Mas todos os que crêem na existência de escolhas razoáveis, precedidas por uma deliberação ou por discussões, nas quais as diferentes soluções são confrontadas umas com as outras, não poderão dispensar, se desejam adquirir uma consciência clara dos métodos intelectuais utilizados, uma teoria da argumentação tal como a nova retórica a apresenta. Esta não se limitará, aliás, ao domínio prático, mas estará no âmago dos problemas teóricos para aqueles que tem consciência do papel que a escolha das definições, de modelos e de analogias, e, de forma mais geral, a elaboração duma linguagem adequada, adaptada ao campo das nossas investigações, desempenham nas nossas teorias. É neste sentido que se poderia ligar o papel da argumentação à razão prática, papel que será fundamental em todos os

⁹⁴ Perelman, Chaïm. **O Império retórico...** (P. 67).

*domínios onde se vê operar a razão prática, mesmo quando se trate da resolução de problemas teóricos*⁹⁵.

Assim, a coordenação faria emergir um raciocínio dialético capaz de fazer par com o raciocínio analítico inegavelmente presente ao engendrar das estatísticas. Isso posto, tenha-se presente que ao contrário do que se passa com o raciocínio analítico, o raciocínio dialético não é impessoal, uma vez que é apreciado pela ação que promove sobre um espírito; assim, o argumento sobre alguma matéria será considerado persuasivo quando se mostrar capaz de persuadir um certo auditório.

*Como o fim de uma argumentação não é deduzir consequências de certas premissas, mas provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, ela não se desenvolve nunca no vazio. Pressupõe, com efeito, um contato de espíritos entre o orador e o seu auditório: é preciso que um discurso seja escutado, que um livro seja lido, pois, sem isso, a sua ação seria nula. Mesmo quando se trata de uma deliberação íntima, quando aquele que avança razões e aquele a quem elas se destinam são uma e a mesma pessoa*⁹⁶.

Quanto ao contato dos espíritos, convém ter presente que as instituições sociais e políticas podem favorecê-lo ou dificultá-lo ou mesmo impedi-lo, o que nos remete à complexa questão da liberdade necessária a uma adequada comunicação, sem o qual não se poderia caracterizar um ambiente democrático. Por outro lado, quanto a provocar ou aumentar a adesão de um auditório, a finalidade jamais poderá ser puramente intelectual, por tentador que seja, na verdade, a finalidade será basicamente incitar ou dispor à ação, o que implicará em discursos diferentes conforme as circunstâncias.

*Como a argumentação se propõe agir sobre um auditório, modificar as suas convicções ou as suas disposições por meio de um discurso que se lhe dirige e que visa ganhar a adesão dos espíritos, em vez de impor a sua vontade pela constrição ou pela domesticação, ser-se uma pessoa a cuja opinião se atribui algum valor é já uma qualidade não negligenciável. Da mesma forma, é importante poder tomar a palavra em certas circunstâncias, ser o porta-voz de um grupo, de uma instituição, de um Estado e ser escutado*⁹⁷.

⁹⁵ *Idem, ibidem* (P. 27).

⁹⁶ Perelman, Chaïm. *Ibidem*. (P. 29).

⁹⁷ Perelman, Chaïm. *Ibidem*. (P. 30).

Isso posto, entendamos um auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação. Esse conjunto é altamente variável, podendo passar de uma só pessoa, no caso de uma deliberação íntima, a todas as pessoas, no caso de se querer atingir a humanidade, perpassando um número muito grande, infinito mesmo, de auditórios particulares; pois, dentre as muitas variantes possíveis, Chaïm Perelman destaca o *auditório especializado* e o *auditório universal*, nos quais podemos enquadrar a elaboração das políticas antes enumeradas (a coordenação em sua essência), no limite, desenhando-se uma política de informação estatística.

Primeiro, entenda-se o *auditório especializado* como um conjunto de pessoas com uma ou várias especialidades, cada disciplina envolvida tendo suas teses e seus métodos previamente admitidos, de modo que, contestá-los arbitrariamente, contrariando a estabilidade das crenças científicas, será visto como uma manifestação de incompetência.

Segundo, entenda-se o *auditório universal* como um conjunto de pessoas dispostas e capazes de ouvir um certo orador, seguindo sua argumentação; pessoas que não têm teses e métodos previamente admitidos, o que liberta o orador em sua argumentação, deixando-o livre para trabalhar com o senso comum.

A essa altura, importa perceber que é em função de um auditório que toda argumentação será organizada, de modo que se torna essencial que o orador tenha de seu auditório um profundo conhecimento, sendo que enganos e desenganos poderão ser fatais ao efeito que se quer produzir. Assim, definido o auditório, tendo-se dele um adequado conhecimento, há que se aplicar alguma técnica de persuasão, de modo a conquistar-lhe a adesão, cabendo destacar a técnica das questões e respostas, pela qual, à medida que o diálogo vai se desenrolando, mais e melhor se consegue argumentar.

*A distinção entre os discursos que se dirigem a alguns e os que seriam válidos para todos permitem fazer compreender melhor o que opõe o discurso persuasivo ao que se pretende convincente. Em vez de considerar que a persuasão se dirige à imaginação, ao sentimento, numa palavra, ao autômato, e que o discurso convincente faz apelo à razão, em vez de as opor uma à outra, como o subjetivo ao objetivo, pode-se caracterizá-las, de uma forma mais técnica, e também mais exata, dizendo que o discurso dirigido a um auditório particular visa persuadir, enquanto que o que se dirige ao auditório universal visa convencer*⁹⁸.

⁹⁸ Perelman, Chaïm. *Ibidem* (p. 37).

Na *compreensão do desejável*, a coordenação estaria atenta à leitura (sócio) política da realidade feita por um auditório universal, mais exatamente, um auditório com foro de universalidade, mesmo não o sendo propriamente, formado por todos aqueles que demandam estatísticas com capacidade bastante de serem atendidos pela atividade pública, dando-lhe a maior representatividade possível. Depois, a coordenação estaria atenta em confrontar essa leitura (sócio) política feita pelo auditório universal adrede estruturado com uma leitura (técnico) científica da realidade feita por um auditório especializado, formado pelos produtores de estatísticas, nas esferas federal, estadual e municipal, com vistas à definição das responsabilidades pela oferta das estatísticas. Enfim, a coordenação teria o papel distinto de zelar pela passagem pacífica entre o plano do desejável e o plano do possível, garantindo a adequabilidade da estatística nacional.

Na *explicação do possível*, a coordenação estaria agindo essencialmente sobre um auditório especializado, formado pelos produtores de estatísticas, nas esferas federal, estadual e municipal, de modo a garantir a aplicação uniforme (num movimento pendular entre a integração que sugere centralização e a harmonização que sugere descentralização) do saber acumulado historicamente quanto à geração de estatísticas. Dessa forma, levando todos os produtores envolvidos a viverem as mesmas noções de acurácia, privacidade e ética, a coordenação estaria agindo no sentido de viabilizar um amplo entendimento da realidade que se sabe mais e mais complexa, permitindo assim que as estatísticas (aquelas geradas por registros administrativos e aquelas geradas por registros estatísticos) possam ser comparadas e combinadas facilmente. Na realização dessa tarefa, a coordenação deve estimular e alimentar diálogos entre produtores e pesquisadores temáticos, a seu turno formando auditórios especializados, bem assim, deve fazer com que esteja presente o tempo todo os ditames do auditório universal, onde tudo começou.

Na *interpretação dos resultados*, a coordenação estaria agindo sobre diversos auditórios especializados, formado por diferentes pesquisadores temáticos, em grande medida absorvendo os demandantes que compuseram o auditório universal que serviu como ponto de partida, aquele auditório que se tomou com foro de universalidade, contudo um auditório universal, de fato universal, deverá ser objeto de atenção da coordenação, aquele formado por um público absolutamente comum, apenas interessado em estatísticas e nada mais, sem qualquer expertise quanto às mesmas. Em cada situação, a coordenação

estaria ajustando a múltiplos interesses e necessidades as noções de visibilidade, acessibilidade e aceitabilidade, cuidando para que não haja uma concentração de diálogo apenas entre pares, ou seja, entre os auditórios especializados formados por produtores e aqueles outros formados por pesquisadores temáticos; ainda que seja naturalmente difícil é essencial que se volte atenção também ao auditório universal, se não por outras razões, pela razão mesma de que neles estão os informantes junto aos quais se fazem os registros individuais, ato fundador das estatísticas.

Em síntese, a argumentação seria vital ao desenvolver e ao consolidar da coordenação, promovendo-se o mais possível a edificação de uma solidariedade entre diferentes, empenhando-se em estabelecer um equilíbrio entre os valores antinômicos da igualdade e da liberdade. A coordenação assim constituída estaria habilitando um coletivo capaz de mostrar as estatísticas em suas possibilidades e em suas limitações, ademais, capacitando-se a revelar oportunidades e a antecipar ameaças que cercam as atividades, a cada tempo. A coordenação, no limite, estaria mostrando com naturalidade o campo de visão e o campo de ocultação das estatísticas...

BIBLIOGRAFIA DAS OBRAS CITADAS E CONSULTADAS

- ANDERSON, Margo J. **The American Census: a social history**. New Haven: Yale University Press, 1988. 257 p.
- ARAÚJO, Vania Maria R. H. de. *Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 54-76, jan/abr 1995.
- BARRET-DRIEGEL, Blandine. *Michel Foucault et l'État de police*. In: **MICHEL Foucault philosophe. Rencontre internationale. Paris, 1988**. Paris: Des Travaux / Seuil, 1989. p. 222-229.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. *A questão da informação*. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out-dez 1994.
- . *A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 405-414, set/dez 1996.
- BARRY, Andrew. *Lines of communication and spaces of rule*. In: BARRY, Andrew, OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). **Foucault and political reason**. London: University College London Press, 1996. p. 123-142.
- BELKIN, Nicholas J. *The cognitive viewpoint in information science*. **Journal of Information Science**, London, v. 16, n. 1, p.11-15, jan 1990.
- BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. *Information science and the phenomenon of information*. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 27, n. 4, p. 197-204, jul./ago. 1976.
- BESSON, Jean-Louis (org). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora Unesp, 1995. 289 p.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol I: **As estruturas do cotidiano**. 541 p.
- . **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol II: **Os jogos das trocas**. 573 p.

- **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol III: **O tempo do mundo.** 626 p.
- BROOKES, Bertram C. *The foundations of information science.* Part I. *Philosophical aspects.* **Journal of Information Science,** London, v. 16, n. 2 , p. 125-133, fev 1991.
- *The foundations of information science.* Part II. *Quantitative aspects: classes of things and the challenge of human individuality.* **Journal of Information Science,** London, v. 16, n. 3, p. 209-221, mar 1991.
- BURCHELL, Grahan. *Liberal government and techniques of the self.* In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). **Foucault and political reason.** London: University College London Press, 1996. p. 19 - 36.
- BURGER, Robert H. **Information policy, a framework for evaluation and policy research.** New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1993. 193 p.
- CONEIN, Bernar; DODIER, Nicolas; THÉVENOT, Laurent (org). **Les objets dans l'action.** Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993. 240 p.
- CONGRÈS INTERNATIONAL DE STATISTIQUE, 1853-1876. **Rapport des reunions plenaires.** Madrid: Instituto Nacional de Estadística de España, 1983. 341 p.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 226 p.
- **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1995. 143 p.
- DERVIN, Brenda. *Information as a user construct: the relevance of perceived information needs to synthesis and ainterpretation.* In: WARD, S. A .& REED, L. J. (ed.). **Knowledge structure and use: implications for synthesis and interpretation.** Philadelphia: Temple University Press, 1983. p. 153-184.
- *Users as research inventions: how research categories perpetuate inequities.* **Journal of Communication,** Oxford, v. 39, n. 3, p. 216-232, ago, 1989.
- DESROSIÈRES, Alain. **L'Administrateur et le savant, les metamorphoses du metier de statisticien.** Paris: Insee/Crest, février, 1996. 18 p.
- **Classer et mesurer: les deux faces de l'argument statistique.** Paris: Insee/Crest, 1994. 18 p.
- **Du singulier au general: l'information statistique et la construction de l'État.** Paris: Insee/Crest, 1996. 10 p. Apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, 1996, Rio de Janeiro.
- **La politique des grands nombres, histoire de la raison statistique.** Paris: Éditions La Découverte, 1993. 438 p.

- . **Refleter ou instituer: l'invention des indicateurs statistique.** Paris: Insee/Crest,1995. 14 p.
- . *Les spécificités de la statistique publique en France, une mise en perspective historique.* **Courrier des Statistiques**, Paris, n. 49, p. 37-54, jan. 1989.
- DICKENS, Charles. **Hard times.** Oxford: Oxford University Press, 1989. (World's Classics). 430 p.
- DONNELLY, Michael. *Des divers usages de la notion de biopouvoir.* In: **MICHEL Foucault philosophe. Rencontre internationale, Paris, 1988.** Paris: Des Travaux / Seuil, 1989. p. 230-235.
- DONZELOT, Jacques. *The mobilization of society.* In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (ed). **The Foucault effects; studies in governmentality.** London: Harvester Wheatsheaf, 1991. p. 169-180.
- . *The promotion of the social.* In GANE, Mike; JOHNSON, Terry (ed.). **Foucault's New Domains.** London: Routledge, 1993. P. 106-138.
- DUNCAN, Joseph W. & GROSS, Andrew C. **Statistics for the 21st century.** Chicago: Irwin Professional Publishing, 1995. 316 p.
- EUROSTAT. **O seu parceiro na estatística europeia.** Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. 33p.
- EWALD, François. *Foucault e a norma .* In: EWALD, François. **Foucault: a norma e o direito.** Lisboa: Vega, 1993. p. 77-125.
- . *Insurance and risk.* In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (ed). **The Foucault effects; studies in governmentality.** London: Harvester Wheatsheaf, 1991. p. 197-210.
- . *Un pouvoir sans dehors.* In: **MICHEL Foucault philosophe. Rencontre internationale, Paris, 1988.** Paris: Des Travaux / Seuil, 1989. p. 196-202.
- FELLEGI, Ivan P. *Characteristics of an effective statistical system.* **International Statistical Review**, v. 64, n. 2, p. 165-197, 1996.
- FLORIDI, L. *Internet: which future for organized knowledge, Frankenstein or Pygmalion?* **The Information Society**, New York, , v. 12,n. 1, p. 5-16, jan-mar 1996.
- FOSKETT, D. J. et alli. **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 105 p.
- FOUCAULT, Michel. **Um diálogo sobre el poder.** Madrid: Alianza Editorial, 1995. 164p.

- . *La 'gouvernementalité'*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. III: 1976-1979, p. 635-657.
- . **História da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. I. 152 p.
- . *Naissance de la biopolitique*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. III: 1976-1979, p. 818-825.
- . *Omnes et singulatin*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. IV: 1980-1988, p. 134-161.
- . **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 407 p.
- . **Las redes del poder**. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1993. 97 p.
- . *Sécurité, territoire et population*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. III: 1976-1979, p. 719-723.
- . *Subjectivité et vérité*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. IV: 1980-1988, p. 213-218.
- . *Le sujet et le pouvoir*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. IV: 1980-1988, p. 222-243.
- . *Les techniques de soi*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. IV: 1980-1988, p. 783-813.
- . *La technologie politique des individus*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. vol. IV: 1980-1988, p. 813-828.
- . **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996. 158 p.
- . **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. 272 p.
- FOURQUET, François. **Les comptes de la puissance: histoire de la comptabilité nationale et du plan**. Paris: Encres, éditions recherches, 1980. 462 p.
- FROHMANN, Bernd. *Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations*. **Canadian Association for Information Science**, Edmonton, Canadá, 10 p. jun 1995.
- GARIBAY, Héctor Ceballos. **Foucault y el poder**. México: Diálogo Abierto, 1987. 111 p.
- GAY, Peter. *Domínio incerto*. In: GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.426-528.

- GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 244 p.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991. 177 p.
- GILDENS, Paul. **Digital Literacy.** New York: John Wiley & Sons, Inc., 1997. 276 p.
- GINZBURG, Carlo. *Signes, traces, pistes; racines d'un paradigme de l'indice.* **Le Débat**, Paris, n.6, p.3-44, nov. 1980.
- GIRARDEAU, Catherine. *La statistique, miroir de l'histoire.* **Économie ; Statistique**, Paris, n. 83, p.3-17, nov. 1976.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. *A informação: dos estoques às redes.* **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, jan/abr 1995.
- . *Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros da institucionalização da informação.* **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 119, n. 3, p. 143-151, set/dez 1994.
- . *Da organização do conhecimento às políticas de informação.* **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul/dez 1996.
- GONÇALVES, Jayci de Mattos M.. **IBGE: um retrato histórico.** Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1995. (Memória Institucional 5). 59 p.
- GORDON, Colin. *Governmental rationality: an introduction.* In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (ed). **The Foucault effects; studies in governmentality.** London: Harvester Wheatsheaf, 1991. p. 1-52.
- GORE, Sheila M. & HOLT, Tim (ed). *Statistics in society.* **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 154, part 1, p. 1-22, 1991.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. *Produção de Estatística e Sistema Estatístico.* **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 195, p. 5-12, jan/jun 1990.
- HACKING, Ian. *How should we do the history of statistics?.* In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (ed). **The Foucault effects; studies in governmentality.** London: Harvester Wheatsheaf, 1991. p. 181-196.
- . *Statistical language, statistical truth and statistical reason: the self-authentication of a style of scientific reasoning.* In: McMULLIN, Ernán (ed). **The Social dimensions of science.** Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1992. P. 130-157.
- . **The taming of chance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 264 p.

- HEIDEGGER, Martin. **Que é uma coisa?** Lisboa: Edições 70, 1992. 237 p.
- HIBBERT, J. *Public confidence in the integrity and validity of Official Statistics*. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 153, part 2, p. 123-150, 1990.
- HINDESS, Barry. *Liberalism, socialism and democracy: variations on a governmental theme*. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). **Foucault and political reason**. London: University College London Press, 1996. p. 65-80.
- HUNTER, Ian. *Personality as a vocation*. In: GANE, Mike, JOHNSON, Terry (ed.). **Foucault's New Domains**. London: Routledge, 1993. p. 153-192.
- JACQUART, Camille. **Statistique et science sociale**. Bruxelles: Desclée, De Brouwer et Cie., 1907 [sic]. 120 p.
- JAPIASSU, Hilton. **Francis Bacon - O profeta da ciência moderna**. São Paulo: Letras e Letras, 1995. 142 p.
- JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 265 p.
- JARQUE, Carlos M. *Statistics, democracy, and development*. **Journal of Official Statistics**, Stockholm, v. 9, n. 1, p. 33-42, 1993.
- JOHNSON, Terry. *Expertise and the state*. In: GANE, Mike; JOHNSON, Terry (ed.). **Foucault's New Domains**. London: Routledge, 1993. p. 139-152.
- KERSTENETZKY, Isaac. *"Quo Vadis" sistema estatístico?* **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 184-190, jul-dez 1990.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 258 p.
- LATOUR, Bruno. *Irréductions*. In: LATOUR, Bruno. **Les microbes: guerre et paix**. Paris: Editions A.M. Métailié, 1984. p. 169-265.
- . **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149 p.
- . *The powers of association*. In: LAW, John (ed). **Power, action and belief. A new sociology of knowledge?** London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 264-280.
- . **La science en action**. Paris: Éditions La Découverte, 1989. 451 p.
- LAW, John. *On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India*. In: LAW, John (ed). **Power, action and belief. A new sociology of knowledge?** London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 234-263.

- LIEVROUW, Leah A. *Information resources and democracy: understanding the paradox.* **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 45, n. 6, p. 350-357, jul 1994.
- MACKENZIE, Donald A. **Statistics in Britain, 1865-1930. The social construction of scientific knowledge.** Edimburgh: Edimburgh University Press, 1981. 306 p.
- MAIRESSE, Jacques. **Estimation et sondage. Cinq contributions à l'histoire de la Statis tique.** Paris: Ed. Économica, 1988. 133 p.
- MALTHUS, Thomas. *Ensaio sobre a população.* In: **OS ECONOMISTAS: Malthus / Ricardo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 271-384.
- MEADOWS, A. J. *Theory in information science.* **Journal of Information Science**, Amsterdam, v 16, n. 1, p. 59-63, 1990.
- MÉDICI, André César. *Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil (notas para discussão).* **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 191-206, jul-dez 1990.
- MILLER, Peter. *Accounting for progress - national accounting and planning in France: a review essay.* **Accounting, Organizations and Society**, London, v. 11, n.1, p. 83-104, 1986.
- . *On the interrelations between accounting and the state.* **Accounting, Organizations and Society**, London, v.15, n.4, p. 315-338, 1990.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governing economic life.* In: GANE, Mike; JOHNSON, Terry (ed.). **Foucault's New Domains.** London: Routledge, 1993. p. 75-105.
- MILLER, Peter; O'LEARY, Ted. *Accounting and the construction of the governable person.* **Accounting, Organizations and Society**, London, v. 12, n.3, p. 235-256, 1987.
- MOORE, P. G. et alii. *Official Statistics: counting with confidence.* **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 154, parte 1, p.23-44, 1991.
- MORGAN, Marry S. **The history of econometric ideas.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 296 p.
- MORGENSTERN, Oskar. **On the accuracy of economic observations.** Princenton: Princenton University Press, 1973. 322 p.
- MUELLER, Charles Curt. **A dimensão ambiental no sistema de contas nacionais.** Rio de Janeiro: DPE/IBGE, 1991. (Textos para discussão 47). 83 p.
- NUNES, Edson de Oliveira (org). **A aventura sociológica. Ojetividade, paixão, improvisado e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 231 p.

- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.
- PASQUINO, Pasquale. *Theatrum politicum: the genealogy of capital - police and the state of prosperity*. In: BURCHELL, Graham, GORDON, Colin, MILLER, Peter (ed). **The Foucault effects; studies in governmentality**. London: Harvester Wheatsheaf, 1991. p. 105-118.
- . *The will to knowledge*. In: GANE, Mike, JOHNSON, Terry (ed.). **Foucault's New Domains**. London: Routledge, 1993. p. 36-47.
- PENEFF, Jean. *The observers observed: french survey researchers at work*. **Social Problems**, v. 33, n. 5, p. 520-535, dez. 1988.
- PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1993. (Memória Institucional 4). 130 p.
- PERRELMAN, Chaïn. *Analogia e metáfora*. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi: Oral / Escrito, Argumentação**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987. v. 11, p. 207-217.
- . *Argumentação*. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi: Oral / Escrito, Argumentação**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987. v. 11, p. 234-265
- . **O império retórico: retórica e argumentação**. Porto: Edições ASA, 1993. 204 p.
- PERRELMAN, Chaïn & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de la argumentación: la nueva retórica**. Madrid: Editorial Gredos, 1989. 855 p.
- PESSANHA, José Américo M. *A teoria da argumentação ou nova retórica*. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (org). **Paradigmas filosóficos da atualidade**. São Paulo: Papirus, 1989. p. 221-247.
- PETTY, Willian, *sir*. *Aritmética política*. In: **OS ECONOMISTAS: Petty / Hume / Quesnay**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 103-158.
- . *Verbum sapienti*. In: **OS ECONOMISTAS: Petty / Hume / Quesnay**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 79-102.
- PINHEIRO, Lena Vania R. e LOUREIRO, José Mauro M.. *Traçados e limites da ciência da informação*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan/abr 1995.
- PIZZORNO, Alessandro. *Foucault et la conception libérale de l'individu*. In: **Michel Foucault philosophe. Rencontre internationale, Paris, 1988**. Paris: Des Travaux / Seuil, 1989. P. 236-245.

- PORTER, Theodore. **The rise of statistical thinking, 1820-1990**. Princeton: Princeton University Press, 1986. 333 p.
- . **Trust in numbers, the pursuit of objectivity in science and public life**. Princeton: Princeton University Press, 1995. 310 p.
- PRATT, Allan D. *The information of the image. A model of the communications process*. **Libri**, Copenhagen, v. 27, n. 3, p. 204-220, 1977.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1996. 109 p.
- ROSE, Nikolas. *Governing 'advanced' liberal democracies*. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). **Foucault and political reason**. London: University College London Press, 1996. p. 37-64.
- . *Governing by numbers: figures out democracy*. **Accounting, Organizations and Society**, London, v. 16, n.6, p. 673-692, 1991.
- . **Governing the soul, the shaping of the private self**. London: Routledge, 1991. 304 p.
- . **Inventing our selves. Psychology, power, and personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 222 p.
- ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. *Political power beyond the State: problematics of government*. **The British Journal of Sociology**, London, v. 43, n. 2, p. 173-205, jun 1992.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *A gramática do homicídio*. In: ROUANET, Sérgio Paulo. **O homem e o discurso (A arqueologia de Michel Foucault)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971. p. 91-130.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1993. 58 p.
- . **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995. 348 p.
- SARACEVIC, T. **Information science: origin, evolution and relations**. New Brunswick, NJ, School of Communication, Information and Libray Sudies. 1991. 16 p. Pre-print.
- . *Interdisciplinary nature of information science*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, jan/abr 1995.
- SCHEMENT, Jorge Reina. *Porat, Bell, and the information society reconsidered: the growth of information work in the early twentieth century*. **Information Processing & Management**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 449-465, 1990.

- SCHEUREN, Fritz e PETSKA, Tom. *Turning administrative systems into information systems*. **Journal of Official Statistics**, Stockholm, v. 9, n. 1, p. 109-120, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Os dinossauros de Roraima, ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour*. **Novos Estudos**, São Paulo, n.34, p. 172-179, jul. 1994.
- SELTZER, Willian. **Politics and statistics: independence, dependence or interaction**. New York: United Nations, 1994. 37 p.
- SENELLART, Michel. **Les arts de gouverner, du regimen médiéval au concept de gouver nement**. Paris: Éditions du Seuil, 1995. 312 p.
- SERRES, Michel. **A comunicação**. Porto, Rés Editora, 1961. 27 p.
- *Obstrução: a epistemologia*. In: SERRES, Michel. **Hermes: uma filosofia das ciências**. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 125-136.
- SILVEIRA, Antonio Maria da. *A indeterminação de Morgenstern*. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro v. 38, n. 4, p. 357-383, out./dez. 1984.
- SIMONS, Jon. **Foucault & the political**. London: Routledge, 1995. 152 p.
- SIMONSEN, Mário Henrique. *Frenesi Liberalista*. **Veja**, São Paulo, ano 25, p. 84-89, 20 de maio, 1992.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. In: **OS ECONOMISTAS: Adam Smith**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I e II.
- STEWART, Ian. **Os números da natureza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 122 p.
- STIGLER, Stephen M. **The history of statistics, the measurement of uncertainty before 1900**. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 1995. 410 p.
- TEIL, Geneviève e LATOUR, Bruno. *The Hume machine*. **SEHR**, Stanford, v. 4, n. 2, p. 1-13, Jun 1995.
- TUFTE, Edward R. **The visual display of quantitative information**. Cheshire, Graphics Press, 1992. 197 p.
- VAN KRIEKEN, Robert. **Organizations and discipline: proto-governmentalization and the historical formation of organizational subjectivity**. Sydney, University of Sydney, 1995. 23 p. [Via Internet].
- VANOLI, André. *Le conseil national de l'information statistique*. **Courrier des Statistiques**, Paris, n. 52, p. 11-18, dez. 1989.

- VARET, Gilbert. **Pour une science de l'information.** Paris: Les Belles Lettres, 1987. 105 p.
- VILANOVA, Mercedes. *Pensar a subjetividade - estatísticas e fontes orais.* In: MORAES, Marieta de (org). **História Oral.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 45-73.
- WEBER, Max. **História geral da economia.** São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968. 367 p.
- WELLISCH, Hans. *From Information Science to Informatics: a terminological investigation.* **Journal of Librarianship,** London, v. 3, n. 33, p. 157-187, julho 1972.
- WERSIG, Gernot. *Information science: the study of portmodern knowledge usage.* **Information Processing & Management,** New York, v. 29, n. 2, p. 229-239, mar 1993.
- WERSIG, Gernot & WINDEL, G. *Information science needs a theory of 'information actions'.* **Social Science Information Studies,** n. 5, p. 11-23, 1985.
- WILSON, Patrick. *The value of currency.* **Library Trends,** Illinois, v. 41, n. 4, p. 632-643, spring 1995.

ANEXO I:**PESQUISA DE OPINIÃO. QUESTIONÁRIO.**

DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**IBICT/CNPQ E ECO/UFRJ**

PESQUISA DE CAMPO
para
TESE DE DOUTORAMENTO

Nelson de Castro Senra

Rua São Salvador, 41 apt 704 - Laranjeiras // 22231-130 Rio de Janeiro, RJ
Tel. 285-4684 ou 971-2396

ncsenra@ax.apc.org

Estimado/a amigo/a:

Antes de mais nada, agradeço-lhe muito ter aceitado participar desta pesquisa de campo, em meio aos seus muitos afazeres profissionais. Sua ajuda, seguramente, será muito importante para o bom resultado de minha tese, abordando um tema que interessa a todos nós, produtores que somos de informações estatísticas. De fato, a coordenação povoa nosso inconsciente... não é mesmo?

Nelson Senra

ORIENTAÇÕES

Este é o questionário. Após refleti-lo e respondê-lo, concluindo sua participação, por favor, remeta-o [via *attachment*] ao meu endereço eletrônico ou, se você preferir, ao meu endereço regular.

Em suas respostas, utilize o espaço que julgar necessário para expressar seu pensamento. Não há restrição de qualquer ordem. Por demais, uma vez mais, dou-lhe minha palavra

pessoal de que suas respostas, em momento algum, serão identificadas, vale dizer, interessa-me o conjunto das opiniões e não as opiniões individuais. Assim, responda tranquilamente.

Peço-lhe, encarecidamente, que me devolva o questionário, devidamente respondido, até ... (se possível, até ...) de ... próximo, sob pena de não poder cumprir meu cronograma de pesquisa, o que você bem sabe ser um transtorno para qualquer pesquisador. Um período assim tão largo visa a facilitar a inserção dessa atividade em sua agenda de trabalho.

Se você deixar de lado a um ou outro quesito, não o deixe simplesmente em branco, por favor, explique o melhor possível a ausência de resposta. Enfim, sentir-se desconfortável para abordar certos assuntos ou temas ou até mesmo não querer abordá-los é perfeitamente natural a qualquer pesquisador. Contudo, não deixe de explicar as eventuais não respostas.

Enfim, em reconhecimento à sua participação, tão logo minha tese tenha sido aprovada, terei o maior prazer de enviar-lhe um exemplar. De acordo com meu planejamento, correndo contra o tempo, espero defendê-la até o final deste ano. Assim, com o seu apoio, cumprindo rigorosamente o prazo desse trabalho de campo, minhas chances aumentam.

QUESITOS

PRIMEIRO BLOCO: PRELIMINARES

01. **Quem** decide quais estatísticas devem ser produzidas pelo setor público? De que forma a demanda é percebida? Como se decide o que será produzido? O que é levado em conta?
02. O que fazer para balancear o tempo rápido que parece caracterizar a demanda e o tempo lento que parece caracterizar a oferta? Como explicar essa distinção de tempo?
03. Costuma-se registrar de tempos em tempos certa **insatisfação** em relação às estatísticas públicas. Por que, se a produção pública é indiscutivelmente grande e tem distinta qualidade? Por que se olha diferentemente as estatísticas privadas?
04. Os registros individuais que fundam as estatísticas podem ser de natureza **administrativa** ou de natureza **estatística**. Por que os registros estatísticos são preferidos pelos produtores? Por que os produtores relutam em utilizar os registros administrativos? Resulta alguma perda desse fato? Ou esse fato não existe?
05. O que caracteriza a **legitimidade** e a **credibilidade** das estatísticas? Essas noções são complementares? Se sim, como se complementam?

SEGUNDO BLOCO: COORDENAÇÃO

06. É necessário que haja **coordenação** na produção das estatísticas públicas, por que? Alguma razão especial (qual?) tornaria a coordenação absolutamente fundamental?

07. Há alguma coordenação sendo praticada atualmente? De que forma, por quais instrumentos? É satisfatória? Se há coordenação agora, nos anos noventa, ela é diferente da que havia nos anos setenta / oitenta (na ocasião, havia coordenação?)?

08. Quem deve praticar a coordenação? Caberia ao **Instituto Nacional**, no caso brasileiro o IBGE, fazê-lo como reza a tradição? Alternativamente, poderia ou deveria ser feita por uma **agência especializada**, voltada unicamente à atividade de coordenação? Nesse caso, como se relacionaria com os institutos produtores, em especial com o Instituto Nacional?

09. A coordenação deve ser vista como uma atividade em tempo integral? Por que? Para sua consecução exigiria profissionais especializados? Por que?

10. A existência de um Sistema de Informações Gerenciais, referido aos diversos produtores, deve ser visto como fundamental ao exercício da coordenação? Por que? Como exemplo, por favor, enumere algumas informações que comporiam o dito sistema.

11. Para haver uma efetiva coordenação, como deveria ser estabelecida sua **agenda de trabalho** ou **agenda de estudo e pesquisa**? Como seriam feitas as devidas negociações? Temas como o orçamento, a formação de pessoal, os métodos de pesquisa, os métodos de coleta, dentre outros, deveriam compor a referida agenda? Em caso contrário, como ela seria constituída? Enfim, qual seria sua periodicidade?

12. Em especial, que papel a coordenação teria na formação das equipes produtoras? Há algum saber específico que precisaria ser ensinado aos produtores de estatísticas, indo além de suas formações acadêmicas? Em havendo esse algo específico, seria possível deixá-los aprender no próprio ambiente de trabalho, aprender fazendo? Alternativamente, seria melhor ensinar-lhes antes de serem postos a produzirem? Nesse caso, ensinar o quê?

13. Em especial, que papel a coordenação teria no aproveitamento das novas **tecnologias**? A coordenação poderia funcionar como um laboratório de novos conhecimentos? Como isso se daria?

TERCEIRO BLOCO: FINALIZANDO

14. Conta-se que Disraeli gostava de repetir a seguinte frase de Mark Twain: **“Há três tipos de mentiras: as pequenas e sem maiores conseqüências, as grandes e sempre muito conseqüentes, por fim, as estatísticas, que são as piores dentre as piores mentiras”**. Ademais, mais ou menos na mesma linha irônica, costuma-se ouvir cotidianamente a seguinte frase: **“Os números não mentem, mas quem os fazem mentem ou podem estar mentindo”**. Como entender essas frases?

ANEXO 2:**PESQUISA DE OPINIÃO. RESULTADOS.**

As respostas foram organizadas quesito a quesito; para além de estarem apresentadas sem a identificação do informante, não seguem a mesma seqüência em cada quesito, o que significa dizer que não se consegue recompor nenhum questionário individual; estamos sobretudo zelando pelo sigilo das informações. As respostas estão apresentadas como as recebemos, a menos da eliminação dos parágrafos, por economia de espaço; as frases que estão sublinhadas foram transcritas com destaque no segundo capítulo da quinta seção. A divulgação das respostas obtidas, de um lado, permitirá que se avalie a propriedade de nossa análise, de outro lado, permitirá que eventuais novas análises possam ser feitas; ademais, serve para mostrar a densidade e a qualidade das respostas, o que evidencia haver massa crítica entre os produtores.

PRIMEIRO BLOCO: PRELIMINARES

01. Quem decide quais estatísticas devem ser produzidas pelo setor público? De que forma a demanda é percebida? Como se decide o que será produzido? O que é levado em conta?

1. O processo de decisão é bastante variável no tempo, obedecendo a conjunturas específicas que permeiam as relações entre as várias instâncias públicas. Além daquele eixo central de estatísticas sobre as quais existe um duvidoso consenso, a decisão ou a sugestão de encaminhar novos temas e objetivos é deflagrada, às vezes, por escalões superiores do próprio governo, quando então esta demanda é normalmente atendida dentro do sistema. Porém, nos últimos anos, as solicitações emanadas do núcleo de governo têm sido mais tópicas, prevalecendo demandas, em geral organizadas, de segmentos setoriais de ação governamental, os quais às vezes em parcerias com entidades não ou supra-governamentais, e, mais recentemente, com interesses setoriais descentralizados (saúde, educação, assistência social, habitação), encaminham demandas específicas. Nesses últimos casos, tais demandas são percebidas em maiores restrições, seguindo-se várias e prolongadas etapas onde se discutem prioridades, agendas e capacidade de resposta. A decisão pulveriza-se em algumas instâncias internas, algumas demandas são adiadas indefinidamente e outras, programadas para atendimento, padecem de um longo e tortuoso processo de discussão e adequação onde a essência da solicitação pode ou não ser “levada em conta”.

2. Sem resposta.

3. Não há no Brasil, “figura” que tenha por atribuição clara a tomada de decisão sobre a **atualização** da produção de estatísticas públicas. O que existe é o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, que retrata a reflexão de um determinado momento e que, sequer, é cumprido na íntegra. É inexistente qualquer esforço contínuo no sentido de adequar este plano a necessidades mais atuais. Observo um conjunto de situações diferentes com relação ao conjunto de estatísticas públicas. Muitos usuários formadores de opinião partem da premissa que o conjunto de estatísticas existentes é a verdade absoluta, não se percebem como capazes de influenciar na

composição deste conjunto ou mesmo na criação de instância de atuação contínua onde esta questão poderia ser tratada. Os usuários em geral, os pesquisadores, pessoal ligado aos governos, o setor privado, passam a demandar ainda que descontraidamente determinada informação. O órgão oficial “capta” esta necessidade e viabiliza novo produto ou nova estatística para atendê-los. Por uma necessidade conjuntural, altos escalões do Governo Federal impõem mudanças nas estatísticas públicas. No Brasil, não é identificada a importância de um conjunto de estatísticas oficiais consistentes nem mesmo pelos cidadãos mais “bem formados e ou informados”.

4. Sem voltar às origens, isto é, sem recuperar a história sobre como se estruturou a produção que temos hoje, podemos distinguir duas formas de incrementação na produção ou de reformulação do que é produzido. A forma ainda preponderante é a que advém da percepção dos próprios pesquisadores da instituição através de suas análises dos fenômenos de sua especialização. Um técnico ou grupo de técnicos de uma área temática da instituição detecta a necessidade de produzir uma determinada informação e elabora um projeto que é submetido à direção do órgão produtor. (que fique claro que estou falando da situação atual do órgão central de estatística). Tomemos o exemplo da Pesquisa Mensal de Comércio, a mais recente pesquisa mensal implantada. Os técnicos observaram a necessidade de um instrumento de análise dos movimentos do consumo no curto prazo e implantaram o projeto. As reformulações da produção são, em geral, propostas a partir de uma percepção interna da necessidade de mudar mas com ampla consulta aos usuários. São exemplos a revisão da Pnad e a grande reformulação das estatísticas econômicas. Dentre os usuários, inclui-se, é claro, o governo. A segunda forma importante é a que surge de demandas de outros órgãos do governo federal. Neste caso, a casa analisa se a proposta é cabível ou não, no sentido de ser coerente com o resto da produção da instituição. É claro, avaliam-se, ainda, as reais condições da casa para atender no que se refere a existência ou não de recursos disponíveis. Nesses casos, o poder de pressão do demandante é importantíssimo.

5. Atualmente, de um modo geral, quem decide quais estatísticas devem ser produzidas é o próprio órgão que as produz, segundo sua avaliação. Parte dessas estatísticas podem ser originárias de demandas, governamentais ou privadas, solicitadas de forma não organizada. A avaliação sobre o que deve ser produzido passa por uma série de questões tais como: recursos internos disponíveis, recursos externos disponibilizados, necessidade de suprir lacunas em estatísticas básicas, interesses políticos e até mesmo pessoais. Em alguns casos, a decisão passa por negociações internas ou mesmo externas ao órgão, mas que de toda a forma não acontece sistemática e organizadamente.

6. À primeira vista, a resposta é simples: quem decide quais estatísticas devem ser produzidas é o próprio setor público. No entanto, acredito que o setor público não dê muita atenção à demanda. Mesmo porque para existir uma demanda a ser considerada seria preciso haver um ou mais canais onde esta pudesse se manifestar de forma regular e organizada. Esse tipo de preocupação é coisa muito recente, cuja satisfação ocorre de forma ainda muito localizada. Mais uma vez acredito que os aspectos considerados inicialmente são os modelos disciplinares existentes, hábito e tradição, ou seja o modelo de plano tabular em vigor.

7. As estatísticas são normalmente decididas, segundo nossa visão, principalmente pelos órgãos especializados em pesquisas, como IBGE, FGV e IPARDES (a nível regional). As estatísticas referente ao setor público são decididas pelos órgãos interessados por exemplo: educação - Secretaria de Educação e finanças - Secretaria de Finanças etc... As estatísticas referentes ao setor privado tem diversos órgãos que decidem realizá-los: dados de produção e renda nacional: FGV, IBGE, (nos casos regionais tem os órgãos correspondentes). Dados sobre preços existem diversos órgãos que realizam essas pesquisas. Existem órgãos e/ou empresas privadas como FIESP, FIEP, Associações Comerciais que decidem através, principalmente de seus técnicos, levantar dados sobre a economia e os setores de atividade. A demanda muitas vezes é percebida pela equipe

técnica que realiza as pesquisas. O que será decidido produzir é muitas vezes fruto da experiência e “sensibilidade” da equipe técnica. Desconheço pesquisas regulares que tenham como ponto de partida a consulta dos usuários dos dados e/ou informações, para levantar as suas necessidades específicas. Em caso de projetos públicos existem pesquisas que estão voltadas para a avaliação dos resultados. No setor privado são comuns as pesquisas e estudos de mercado.

8. Tanto quanto eu saiba, essas decisões geralmente são tomadas no interior das próprias instituições produtoras, com base nos mais diversos critérios – sensibilidade pessoal dos dirigentes, interesses corporativos, demandas de governos, iniciativas dos corpos técnicos... – sem maiores articulação nem organicidade com o conjunto de usuários – dentro ou fora do governo. Seja como usuário, seja como produtor, desconheço qualquer mecanismo institucional, permanente e sistemático, de consulta quanto ao quê deva ser produzido. Assim, o arbítrio dos gestores desses órgãos acaba por se constituir quase que em mecanismo único. Tal arbítrio deve, a meu ver, fazer parte das responsabilidades e atribuições e das competências dos dirigentes, encarregados de responder pela boa gestão dessas instituições, devendo, entretanto, se apoiar sobre processos mais abertos à participação da vasta gama de agentes usuários de informações.

9. Acho que você pode responder esta pergunta melhor do que eu. Em todo caso, acho que a tradição, a inércia e a idéia de seguir “o que já vem sendo feito” pesa muito. Não sei até que ponto as sugestões encaminhadas através dos Confest promovidos pelo IBGE e convidando os usuários são levadas em conta; acho a idéia desses encontros interessante. Percebo uma mudança positiva nos últimos anos; maior abertura em relação ao usuário externo. Na minha opinião, a definição das estatísticas deveria levar em conta as prioridades definidas pela comunidade usuária de informações, levantadas através dos encontros e dos inúmeros instrumentos de contato com o público que o IBGE dispõe: fax, cartas, demandas, e-mails...

10. O conjunto de estatísticas produzidas pelo setor público é decidido (ou melhor, definido) pela linha programática das três esferas de governo: a federal, a estadual e a municipal que, via de regra, não agem articuladamente, em função de problemas de divergências político - ideológicas. De fato, a produção estatística deveria ser definida através de um Plano Geral de Informações Estatísticas estabelecido e gerenciado por um “coordenador geral” do Sistema Estatístico Nacional. A demanda por estatísticas é percebida em função da conjuntura do país nos contextos interno e internacional, como é o caso atualmente das estatísticas do mercado de trabalho, cuja produção existente não permite responder, por exemplo, qual o impacto das mudanças tecnológicas no setor produtivo sobre o emprego e o rendimento. A decisão sobre determinada produção estatística leva em conta primordialmente a questão de alocação de recursos (materiais, humanos e financeiros), seja no setor público ou privado.

02. O que fazer para balancear o tempo rápido que parece caracterizar a demanda e o tempo lento que parece caracterizar a oferta? Como explicar essa distinção de tempo?

1. Para balancear o tempo rápido entre a demanda e a oferta de estatísticas é necessário lançar mão de metodologias de estimação, bem como da definição de indicadores antecedentes. A distinção de tempo está associada, no caso do Brasil, ao imediatismo imposto a tomadores de decisão pela cultura inflacionária recente e pela falta de planejamento de ações e investimentos de médio / longo prazo. Atualmente, o cenário de “estabilização econômica” já permite a retomada do planejamento, com suas possibilidades de ajustes, a medida que os fatos reais vão ocorrendo e se beneficiam do fato de que é mais fácil construir modelos para economias estáveis, nas quais as previsões e indicadores são menos sujeitos a intervenções “drásticas”, como o Plano Collor e o Plano Real.

2. Esta questão inclui-se no teor da resposta anterior. Claro, é sempre possível alegar que o sistema estatístico está desestruturado, que a máquina é pesada e está sendo esvaziada em seus recursos mais significativos e que, face aos novos tempos, é preciso definir um eixo central de pesquisa e descentralizar as demais atividades. Tudo isso, em grande parte, pode ser verdade, mas o fato é que esse núcleo central do sistema, e aqui o IBGE é a peça - chave, não adotou e nem se preparou convenientemente para enfrentar os novos desafios e nesse sentido, as demandas como as que aqui discutimos perdem-se num jogo intrainstitucional de poder, são freqüentemente atropeladas pelas atividades básicas (que continuam as mesmas definidas nos anos 40 e recicladas nos anos 70), e parece-me, que no quadro atual, é difícil visualizar formas de balancear este desequilíbrio. Talvez, um dos caminhos fosse ter, em nível dos departamentos temáticos, uma coordenação que de fato congregasse as áreas de planejamento e operação em face da essencialidade de diversas dessas demandas e sobretudo, proporcionar meios de tornar o Instituto central mais forte em todos os sentidos, sendo o principal destes sentidos sua vinculação aos organismos de fato e de direito de representação de nossa sociedade.

3. A demanda é sempre para ontem, enquanto que a oferta depende de muitos fatores: disponibilidade de recursos, gerenciamento, execução, análise e a disseminação.

4. Um aspecto a abordar é a necessária injeção de recursos tecnológicos eficazes, treinamento de pessoal, melhor nível salarial para os técnicos envolvidos na produção das estatísticas. A Contagem Populacional é um exemplo concreto do efeito tecnologia (leitora ótica). Parece que as demandas são mais aflitas por informações conjunturais e nestes levantamentos há que se investir em agilizá-los e dar uma visibilidade clara da periodicidade de divulgação. Incluo aqui na necessidade de recursos já mencionada, o importante papel do marketing das estatísticas públicas. Quanto as informações estruturais, me parece que a mencionada defasagem se reduzirá tanto quanto recursos direcionados para agilização dos processos de apuração sejam disponibilizados. Creio ainda que o órgão oficial deve ter "reserva técnica" para atender a demandas não previstas no seu programa de trabalho pré-definido para determinado período. A dinâmica da demanda por informações não é controlável. É, portanto, importante estar preparado para enfrentá-la. Uma saída permitida pelo avanço tecnológico é disponibilizar resultados parciais ou preliminares de determinados levantamentos, cuja apuração seja complexa.

5. A pergunta não está muito clara: o tempo entre a apresentação da demanda e seu efetivo atendimento irá depender da característica da demanda no que se refere ao porte e conseqüente necessidade de recursos por um lado, e, por outro, pelo poder de pressão do demandante. O IBGE já pôs pesquisas de porte em campo em tempos mínimos. No passado, temos o exemplo da PME que demandada pelo todo poderoso Delfin Neto foi colocada em campo em três meses. Recentemente, um suplemento PME foi planejado e apurado em menos de 12 meses. Fundamentalmente, os tempos são função da disponibilidade de recursos e prioridade dada à demanda.

6. Existe de fato um desbalanceamento entre a demanda e oferta de informações, entretanto existem casos em que a demanda, após internalizada, tem sido concretizada em tempo bastante ágil. Existem também casos em que as demandas mesmo internalizadas, mas por absoluta falta de condições, principalmente recursos humanos experientes, não conseguem ser atendidas. E existem os casos em que nem apreciadas são. O que me parece que caracteriza esse desbalanceamento é exatamente a falta de um canal em que sejam discutidas as demandas e conjuntamente possa ser desenvolvido um planejamento de produção das estatísticas públicas. Nesse caso cito a experiência da França, em que o Programa Anual de Trabalho do INSEE é discutido e aprovado por diversos segmentos da sociedade, obviamente como culminância de uma organização do Sistema Estatístico num nível bastante desenvolvido.

7. Nem sempre a informação demandada, prefiro talvez dizer solicitada, está disponível de forma imediata. Também tenho dúvidas se a oferta é caracterizada por um tempo lento. Penso que existe um desencontro crônico entre a oferta e a demanda, este sim característico da época atual. (Não sei se sempre existiu). Me parece que as leis que regem a oferta não são as mesmas que regem a demanda. A oferta é regida por normas, regulamentos - aspectos institucionais (muito mais lentos de alterar) e pelas condições existentes (na maioria das vezes impositivas e limitantes) quanto à tecnologia da informação. A demanda é governada pela necessidade de ação. Uma é conservadora e a outra é pró-ativa.

8. Pesquisa antecipada das necessidades dos usuários. Separar as informações referente ao curto prazo (conjunturais) das informações referente ao longo prazo (estruturais). Elaborar e desenvolver mais pesquisas específicas e objetivas. Motivar os fornecedores das informações. Essa distinção de tempo entre demanda e a oferta, no meu entender, está relacionado com as diferenças de interesse da demanda e da oferta, bem como de um diálogo e planejamento conjunto das informações, para que exista um conhecimento recíproco das necessidades da demanda e necessidades da oferta.

9. Primeiro, diminuir os tempos de produção. Detalhar isso demanda o espaço de uma tese, mas a flexibilização dos processos de gestão desses órgãos e a responsabilização efetiva de seus dirigentes quanto a prazos, qualidade e, evidentemente, conteúdos, poderia ajudar muito. É extremamente difícil viabilizar as condições de produção de uma pesquisa ou a montagem de um banco de dados, ou mesmo assegurar a simples manutenção e atualização das bases existentes e das plataformas tecnológicas que as suportam, com todos os entraves que a legislação acaba por criar. Refiro-me aos clássicos – lei de licitações, concurso para ingresso, estabilidade, entraves à execução orçamentária, dificuldades para a execução de convênios etc.. O acesso a estatísticas provenientes de registros administrativos certamente possibilitará todo um novo campo de descobertas a ser explorado pelos demandantes de informações, disponíveis seguramente em tempos muito menores do que os implicados por levantamentos diretos. O uso intensivo da informática – em plataformas tecnológicas atualizadas, com redes distribuídas, coletores digitais, teleprocessamento etc.– e muito especialmente a disseminação de informações pela Internet (como vêm fazendo IBGE e SEADE), sem dúvidas está encurtando os prazos de acesso ao que é produzido. Mas, tudo isso é apenas uma face da moeda. Parece-me que as instituições e seus responsáveis devem também estabelecer e procurar enfatizar os limites e as diferenças de natureza entre as informações sócioeconômicas que produzimos e aquelas destinadas ao gerenciamento e mesmo à tomada de decisões mais quotidianas de empresas e governos. Além disso, sinto que há uma espécie de "angústia informacional" por parte de diversos agentes, como se uma suposta falta de informações fosse a responsável pela paralisia ou retardamento ou precarização dos processos de tomada de decisão. Evidentemente não seria eu quem desmereceria a importância da informação para a sobrevivência nos dias de hoje. Mas sinto que há um pouco do que ocorre com os médicos, que têm cada vez mais dificuldades em produzir diagnósticos sem o auxílio de uma batelada de exames sofisticados, em detrimento da sensibilidade do bom clínico. Não se entenda o comentário como qualquer sinal de obscurantismo, mas antes querendo sinalizar fenômenos na mesma linha do "stress" de informações, decorrente da falta de tempo para absorver toda a informação que nos é ofertada. Não vejo, portanto, para além desses limites, como superar o descompasso entre expectativas e possibilidades de oferecimento de estatísticas e informações, sem incorrerem em perspectivas orwellianas...

10. A definição de critérios para guiar o atendimento pode representar economia no trabalho, A realização de parcerias com alguns órgãos estaduais de estatística (descentralização) poderia diminuir e selecionar a quantidade de demandas que chegam ao órgão nacional e que poderiam ser atendidas pelos próprios OEE (órgãos estaduais de estatística)

03. Costuma-se registrar de tempos em tempos certa insatisfação em relação às estatísticas públicas. Por que, se a produção pública é indiscutivelmente grande e tem distinta qualidade? Por que se olha diferentemente as estatísticas privadas?

1. O nível de satisfação de uma determinada clientela está associado à adequação, em termos de atendimento de suas necessidades, de produtos e serviços a ela ofertados. No caso das estatísticas públicas, as “necessidades”, ou seja, as demandas são definidas pelos tomadores de decisão nas três esferas de governo. De fato, esta clientela tem a missão de explicitar as demandas de toda a sociedade, uma vez que dela são representantes. Como gestores da coisa pública deveriam conduzir suas atividades baseados em linhas de ação (eis que aparece novamente o planejamento) discutidas previamente com a sociedade. E, se assim fosse, as demandas por estatísticas públicas seriam atendidas mais satisfatoriamente, pois estaria mais bem definida a sua finalidade. Sem o planejamento o que se produz é “insuficiente” e, com frequência, “o que se quer”, não foi produzido. Este descompasso tem também um forte reflexo sobre a qualidade do que é produzido, uma vez que, em muitos casos, determinada produção é deixada de lado, desestimulando os produtores, que se sentem pouco valorizados. No caso das estatísticas privadas, o processo de estabelecimento das necessidades é mais claro, dando mais estabilidade ao processo produtivo e melhores condições de “satisfação” da clientela e valorização da produção e de seus produtores. Certamente, ainda nos dias de hoje, o fator custo da produção de bens e serviços impulsiona a demanda por estatísticas privadas. A variável planejamento ainda precisa ser intensificada nas ações dos gestores privados, que, via de regra, tomam decisões com base nos aspectos estruturais e conjunturais que regem a economia como um todo. Para este segmento, a estabilização econômica há também que estimular a melhoria e o aumento da produção de estatísticas.

2. Esta insatisfação cresceu nos últimos anos, e em parte, é animada pelas mesmas razões que vêm jogando ao descrédito as atividades e serviço público em geral. Ou seja, o endividamento e a crise fiscal, o ataque ao estado e a onda neo-liberal não são indiferentes à construção deste quadro. Por outro lado, a que se considerar que a agenda e os instrumentos de produção estatística foram dando sinais claros de anacronismo, em consonância com a desestruturação do sistema. O atraso de diversas pesquisas foi outro ponto gerador de contestações. Mas, nos dias de hoje, o que vem mais se ressaltando são as carências de informações padronizadas e continuadas destinadas ao planejamento de políticas descentralizadas. Esta é uma lacuna grave, que alimenta as críticas e instiga a que se trilhe novos caminhos, divisões de trabalho e parcerias com outros órgãos, principalmente públicos, em esferas político-administrativas menores. Em relação ao setor privado, o grande público conhece, normalmente, as pesquisas e sondagens tipo IBOPE, cujos resultados são rápidos e induzem à tomada de posições, em forte associação com a mídia. O público desconhece as metodologias, os conceitos e a restrição de conteúdo, ignorando também que as bases cadastrais e determinação das categorias socioeconômicas são oriundas das pesquisas do setor público.

3. Quais estatísticas privadas? Não conheço as estatísticas privadas. Onde, nos Estados Unidos e/ou outros países? Quanto à insatisfação em relação às estatísticas públicas no Brasil, acredito que não seja com todas e nem de forma indiscriminada. Algumas estatísticas são ruins mesmo. Um exemplo desse fato são os levantamentos realizados pelos órgãos ligados à atividade turística. Participei recentemente de um grupo de trabalho do Plano Estratégico de Turismo. No entanto, as críticas quanto à credibilidade dos dados e informações levantados pelo setor foram generalizados, independentemente da procedência se do setor público ou do privado. E a crítica, curiosamente, é a mesma para os dois setores. A ausência de credibilidade. As estatísticas públicas poderiam ser manipuladas pelo governo dependendo dos interesses políticos/eleitorais do momento. Os dados

divulgados pelo setor privado atenderiam a interesses específicos de grupos econômicos envolvidos, além de ser possível a omissão de dados para ludibriar o controle fiscal/tributário.

4. Sem resposta.

5. Por que as estatísticas públicas, mesmo sendo elaboradas com elevado rigor técnico, são envolvidas pelos interesses políticos de quem está no governo de um lado e os interesses políticos de quem está na oposição. Não vejo as estatísticas privadas com melhor qualidade. Apenas que essas estatísticas são menos envolvidas pelos interesses políticos.

6. Creio que há um segmento de usuários que possui clareza do caráter mais isento e de melhor qualidade das estatísticas públicas. Na avaliação da estatística pública há também a confusão com insatisfação em relação ao governo, ou falta de credibilidade das Instituições públicas em geral. A estatística do setor privado muitas vezes retrata anseio ou expectativa de interesse específico. Se este interesse é forte, o marketing a favor é pesado... O setor privado atua eficientemente naquilo que chamei de demandas não previstas, porém importantes para os usuários. As estatísticas privadas retratam temas mais focalizados, resultando em levantamentos mais leves e mais ágeis.

7. Talvez porque as estatísticas privadas – até por terem outras formas de financiamento, onde a questão do retorno é central, respondem a questões mais imediatas e mais presentes no imaginário coletivo. De outro lado, por não terem o mesmo compromisso estatístico, certos trabalhos efetuados por empresas privadas (refiro-me mais a trabalhos de avaliação econômica do que aos de institutos de pesquisas de opinião) podem, com um número menor de entrevistas, publicar resultados que nós, em nossas instituições, submeteríamos a críticas mais rigorosas. Geralmente, as estatísticas privadas são também mais específicas, apoiam-se em amostras menores, por vezes utilizando eventos, corredores de passagem, avaliações qualitativas etc.. Tudo isso, pelas mesmas razões, pode acabar tendo mais "appeal" do que as estatísticas públicas. Por outro lado, é preciso saber a quem você se refere ao diagnosticar essa insatisfação. Um censo demográfico descontenta a muita gente – prefeitos, por exemplo – que invariavelmente acham que suas cidades são mais populosas. Ou as de custo de vida, que muitas vezes não conferem com as percepções individuais do fenômeno. Ou as contas nacionais, que produzem números conflitantes com os de outras instituições. Apesar disso, não sei se concordo inteiramente com seu diagnóstico. Muitos dos resultados apresentados pelas estatísticas públicas têm vindo à primeira página dos jornais. Especialmente quando há um mínimo de análise sobre os dados produzidos. Mas as estatísticas sobre as variáveis demográficas, sobre emprego, pobreza, dinâmica regional, PIB, educação e tantas outras atraem muita atenção, tanto da mídia quanto de um público variado na sequência de divulgações mais amplas.

8. A qualidade da produção pública no Brasil é inegavelmente superior à privada. Nunca ouvi ninguém dizer que uma estatística privada fosse melhor que uma do IBGE, por exemplo. A estatística privada existente no Brasil é de natureza bem distinta da pública. Em geral, pretendem medir coisas distintas. Veja, por exemplo, as estatísticas da Fiesp. Devem ter qualidade mas pretendem medir questões diferentes em tempos diferentes, com objetivos diferentes. Observe a produção da Folha de São Paulo, particularmente as conveniadas com o Sebrae. É claro que quando tivermos estatísticas de comércio e serviços conjunturais e em dia (como são nossas estatísticas conjunturais em geral) as nossas serão as realmente consideradas. As estatísticas privadas possuem, em geral, métodos simples e ágeis, como querendo antecipar “as verdadeiras estatísticas” que são as do IBGE. Por exemplo, aparecem vários indicadores de produção industrial antes do IBGE. Quando divulgamos o nosso, a repercussão é maior como se fosse “é esse que vale”.

9. Porque as estatísticas do setor privado tem revelado maior compromisso com a **continuidade** do que as do setor público. Veja-se o caso do IGP, da FGV, que é uma bobagem do ponto de vista metodológico, somando peras com laranjas, mas que permanece com a mesma metodologia, mantendo a série desde ... Enquanto isso, os índices de preços do IBGE se multiplicam e mudam constantemente, confundindo o usuário

10. A insatisfação manifestada, em geral, se dá em função da demora para a disponibilização dos resultados. Os grandes levantamentos estatísticos, do tipo operações censitárias, vêm sendo aprimorados no sentido de minimizar esse tempo. Entretanto, é verdade que outros tipos de pesquisas encontram-se, ainda, inadequadas do ponto de vista do usuário, por fatores diversos. Entretanto é fato que , esforços vêm sendo desenvolvidos no sentido de aprimorar os mecanismos de coleta e apuração das pesquisas para torná-las mais ágeis. Posso citar as pesquisas estruturais econômicas que passaram por uma reformulação que acarretou um aumento substancial das suas amostras. Por outro lado, além de tornar o questionário mais simples de ser respondido, pois ficou mais próximo da estrutura contábil das empresas, introduziu-se o disquete para a coleta das informações e descentralizou-se a crítica para diminuir o tempo da apuração. Iniciativas como essa vêm sendo realizadas amplamente. Cabe ressaltar que não se pode esquecer o processo de esvaziamento que as estatísticas oficiais sofreram no início dos anos 90, em função da política governamental adotada. E que foi necessário um tempo para sair da inércia, que se agravou com o desgaste do quadro fixo da instituição oficial em função da não reposição das saídas e aposentadorias. Tudo isso só abalou a credibilidade das estatísticas oficiais., pois acabou impactando as divulgações de resultados. Mesmo que tudo isso não tivesse acontecido não é comparável o processo de pesquisas públicas e privadas, pois é real e brutal a diferença em suas dimensões e recursos disponibilizados. Dessa forma, em geral, as privadas são mais ágeis.

04. Os registros individuais que fundam as estatísticas podem ser de natureza administrativa ou de natureza estatística. Por que os registros estatísticos são preferidos pelos produtores? Por que os produtores relutam em utilizar os registros administrativos? Resulta alguma perda desse fato? Ou esse fato não existe?

1. O fato existe e as razões devem ser muitas. De um lado, a própria impermeabilidade ou resistência dos responsáveis pelos registros administrativos em franquear o acesso às "suas" bases de dados. A questão do sigilo aparece aqui frequentemente como empecilho alegado para a não disponibilização dos dados. Mencione-se, quanto a esses comportamentos, a exceção que constitui o complexo RAIS/CAGED/4923, que, mediante termo de responsabilidade, tem possibilitado o acesso a essa importante fonte de informações. A seguir, há as dificuldades com os processadores dos dados, tipo SERPRO, DATASUS, DATAPREV etc. e, nos Estados, Prodesp, Celepar etc.. Qualquer alteração das rotinas de extração dos dados é difícil, geralmente, muito onerosa e demorada, já que a finalidade estatística não é valorada. Outro obstáculo é a qualidade do dado, ou melhor os seus limites. Conhece-se pouco o processo de produção dos registros administrativos, de modo a permitir estabelecer os seus limites em termos de qualidade, de evasão, de duplas contagens, de omissões, elisões, ocultamentos etc. Claro que boa parte desses fenômenos também ocorre com as estatísticas, mas neste caso, talvez tenhamos a ilusão de conhecer melhor esses fenômenos. No que diz respeito a estatísticas econômicas, a adoção de classificações distintas dos fenômenos ou categorias pesquisadas dificulta bastante as trocas (ex.: CNAE, CBO...). Tais dificuldades estão sendo trabalhadas pelo IBGE e por outras entidades, visando o convencimento desses parceiros a adotarem classificações comuns. Finalmente, é indiscutível que a liberdade para se montar um questionário qualquer é muito maior do que se conformar aos registros existentes. Enquanto estes fornecerão importantes aproximações de um conjunto de fenômenos, pesquisas específicas terão maior precisão em sua quantificação. Até onde essa liberdade invade o terreno do

corporativismo, do preciosismo e incorre em posturas perdulárias, é outra questão, ou melhor, é a mesma, mas sanável por definições mais democráticas e controles mais eficientes das atividades e metodologias das entidades produtoras de informações.

2. Até agora, os registros administrativos eram pouco usados por falta de tradição e certa desconfiança em relação a sua qualidade. A disseminação da informática é outro fator que vem ajudando a troca de registros administrativos com mais agilidade. Acho que agora a visão está mudando e a tendência é o incremento no uso dos registros. O IBGE vem dando o exemplo e sinalizando enfaticamente nesta direção. Os OEE, apesar dos percalços observam e seguem as sinalizações do IBGE.

3. Os registros estatísticos são preferidos pelos produtores por se basearem numa metodologia estatística que permite dar conhecimento sobre a qualidade da produção para produtores e usuários. Os registros administrativos são produzidos, em geral, de forma burocrática. O produtor da informação primária, na maioria das vezes, é um profissional que apenas preenche formulários sem consciência de seus aspectos metodológicos e da importância de se produzir informações com boa qualidade. A não resposta, por exemplo, não recebe nenhum tratamento, bom como não se costuma prever etapa de crítica às informações coletadas, comprometendo-se assim este tipo de produção. A perda resultado deste fato é, primeiramente, de qualidade e, em segundo plano, de oportunidade de utilização estatística de registros administrativos.

4. O fato, efetivamente, existe, embora algumas das mais antigas séries estatísticas brasileiras tenham suas origens em registros administrativos. As perdas decorrentes também são grandes, pois os registros organizados representam economia de custos e operacional, além de garantirem a continuidade de sistemas de informações homogêneos. As desconfianças em relação a estes registros, parece-me, estão ligadas a uma visão negativa sobre a capacidade de organização e transparência da burocracia encarregada da prestação dos serviços públicos essenciais. Esta visão é, no mínimo, preconceituosa, pois a experiência tem revelado que, se bem orientada e assistida pelo núcleo do sistema estatístico, ela é capaz de gerar informações contínuas e consistentes.

5. Há uma tendência de que cada vez mais os sistemas de informações passem a se apoiarem em dados de registros administrativos e que a ampla utilização de pesquisas por amostragem seja articulada com registros administrativos. Não é uma questão de preferência por registros estatísticos, mas muitas vezes os registros administrativos disponíveis não satisfazem as condições que a pesquisa requer, por exemplo: abrangência, período de referência, insuficiência de informações, classificações distintas, etc., ou não são permitidos (por força da lei) de serem repassados identificados para o IBGE, como é o caso do Imposto de Renda (não é por falta de interesse, mas mexer na Constituição não é fácil!). Em especial, na área econômica já é prática no IBGE a utilização de registros administrativos para a montagem de cadastros e seleção das amostras para as pesquisas econômicas estruturais (Censo Cadastro, PIA, PAC – utilização da RAIS). Além disso, o uso de registros administrativos pode ser muito mais abrangente, como por exemplo para estimação e imputação.

6. Pessoalmente, defendo a utilização de registros administrativos em diversas situações. A resistência que conheço diz respeito ao nível de agregação dos registros que pode limitar determinadas investigações.. Há também a clássica dificuldade percebida para acessar alguns desses arquivos administrativos.

7. Os registros administrativos eram até pouco tempo atrás desprezados como parte integrante do sistema estatístico. Com as possibilidades abertas pela informática foi que esses registros começaram a ser mais utilizados e esse maior uso passou a demandar melhor qualidade. Hoje os produtores querem ,cada vez mais, buscar registros administrativos para complementar seu

sistema. É uma alternativa barata e, em alguns casos, podem substituir integralmente a pesquisa. O descaso com os registros administrativos é coisa do passado.

8. O processo de utilização de registros administrativos está no início. O caso das estatísticas econômicas é um exemplo, pois além de utilizá-los efetivamente (ex: RAIS), procura formas de padronização e de disponibilização que permita que esse uso seja mais ampliado a novas fontes. Não percebo resistências na utilização de registros, e se de fato existe talvez se deva à desconfiança em relação a veracidade das informações, tendo em vista que em geral são prestadas para fins fiscais e de controle. Entretanto, não acredito ser um grande problema, pois não creio que existam grandes diferenças em relação as informações prestadas ao órgão oficial de estatística. Na minha opinião tratam-se de fontes que vem somar às estatísticas oficiais, pois em última instância liberam recursos para que o órgão oficial possa investir nos temas que não possuem nenhuma espécie de cobertura.

9. Penso que a preferência pelos registros estatísticos se deve ao maior controle que pode ser exercido sobre eles no caso da definição das coletas, em comparação com os registros administrativos cuja natureza não é a de servir prioritariamente para a realização de estatística mas, em lugar disso de controlar uma atividade ou um processo, e nesse caso os dados a serem coletados restringem-se a essa finalidade.

10. Não entendi a diferença entre estatísticas de natureza administrativa e de natureza estatística. Conheço as informações qualitativas e quantitativas. Os produtores, segundo a minha ótica, não utilizam dados administrativos (qualitativos ou quantitativos) por falta de conhecimento e de equipe técnica, bem como de capacidade para tratar e utilizar adequadamente essas informações. A perda, com toda certeza, é enorme, pois os dados e informações administrativas são essenciais para o bom gerenciamento das organizações.

05. O que caracteriza a legitimidade e a credibilidade das estatísticas? Essas noções são complementares? Se sim, como se complementam?

1. Legitimidade, pelo que entendo, caracteriza a não distorção dos dados no momento da coleta. Credibilidade está relacionada com o grau de confiança estatística no levantamento da amostra. Legitimidade está vinculada a fonte correta de informação, seja de um indivíduo ou de uma empresa. Credibilidade vincula-se com a regularidade estatística. Nesse aspecto os conceitos são complementares.

2. As noções são para mim muito próximas. Ambas são construídas ao longo do tempo, pela disseminação de uma produção oportuna e confiável, além de um conjunto de informações sobre a entidade produtora, sua independência, seriedade, grau de renovação tecnológica, não engajamento político ou ideológico etc.. O zelo pela qualidade e pela atualização das informações me parecem essenciais para a construção dessa imagem, que leva tempo a ser consolidada, mas pode ruir rapidamente.

3. Estas noções são complementares, e estão baseadas na comprovada competência técnica dos órgãos e equipes, e na ausência de qualquer tipo de manipulação de dados por motivos que não sejam os estritamente técnicos. A continuidade das metodologias e séries contribuem á legitimidade. A capacidade do órgão em divulgar todos os resultados de suas pesquisas, mesmo que desagrade o ministro ou presidente de plantão, garantem a credibilidade. Em qualquer caso, a cobrança e o controle social da instituição, por parte da sociedade civil organizada, é fundamental

4. A legitimidade é caracterizada pela utilidade para a sociedade. As estatísticas revelam as coisas boas e ruins do setor a que se referem, indicando, portanto, erros, acertos, tendências e a “correção” das ações tomadas pelos gestores públicos e privados. A credibilidade se configura na capacidade de retratar os fenômenos e fatos que ocorrem nos vários segmentos que lançam mão das estatísticas para registrar e planejar suas ações. Essas noções são complementares na medida em que a credibilidade dá sustentação à legitimidade das estatísticas.

5. Defendo a produção de estatísticas e todos os processos dela decorrentes como uma função eminentemente pública, independente de estatísticas de quaisquer natureza que possam ser produzidas no âmbito da vida social. Neste sentido, sendo a produção de estatística uma função pública entendo que ela é legítima na medida em que a instância pública se organiza para tal, cria suas instituições e sua história de trabalho e dedicação à construção de um sistema público e modernamente estabelece vínculos e obrigações com a sociedade civil e a cidadania. Em sendo legítima, ela pode, em determinados momentos onde seus parâmetros de constituição estejam abalados, perder parte de sua credibilidade. De alguma maneira vivenciamos os limites de um momento destes, mas noto que a reação e a capacidade de formulação das pessoas sinceramente interessadas na defesa e desenvolvimento da publicização das estatísticas e pesquisas, como instrumentos de políticas voltadas para a sociedade, vêm trazendo ao debate questões que podem iluminar a superação criativa do atual momento.

6. A legislação protege o informante não permitindo que os dados fornecidos sejam usados para qualquer fim tributário ou jurídico. Além disso, os órgãos de estatística são, em geral, obrigados por lei a respeitar a privacidade dos informantes e coletam os dados sob a promessa de confidência. Dessa forma, cabe a esses órgãos a responsabilidade de definir estratégias para a liberação dos dados, de forma que não viole a promessa de não identificação dos informantes. Além do aspecto legal, não há dúvidas de que violar essa promessa pode destruir a credibilidade da instituição para a coleta dos dados e conseqüentemente das estatísticas produzidas. Portanto, a legitimidade é dada através da lei e a credibilidade é conquistada através da obediência à lei.

7. Confesso que nunca refleti muito sobre esta distinção, por isso o comentário que segue vai sem maior elaboração. Associo legitimidade ao processo de elaboração das estatísticas. Elas devem ser produzidas em consistência com a demanda que a gerou, tanto do ponto de vista conceitual quanto das opções feitas no momento de estabelecer o processo operacional. Tudo isso precisa estar documentado e passível de verificação pelos usuário em geral. Quanto a credibilidade vejo com um sentido mais amplo. A legitimidade, por exemplo, é um dos quesitos para dar credibilidade ao produto. Alguns outros quesitos que “fazem” a credibilidade: cumprimento de prazos para divulgação, produção de estatística oficial estar dissociada do posicionamento político do Governo a que está vinculada, uma imagem boa do Governo, o reconhecimento da competência do corpo técnico envolvido na produção das estatísticas, uma atuação competente junto aos meios de comunicação etc.. A credibilidade é composta de elementos intrínsecos a execução da estatística e mais um conjunto de fatores externos.

8. A legitimidade está vinculada à primeira pergunta. Quem define o que produzir, onde e como. A credibilidade depende de quem produz. Não podemos confundir a reação popular normal a algumas estatísticas com falta de credibilidade. Muitos reagem por ignorância e tente-se a achar que é falta de credibilidade de quem produz. Por exemplo, quando o cidadão comum diz que a taxa de inflação não é esta que estamos medindo pois os preços aumentaram muito mais, está fazendo tal comentário por ignorância. Isto seria diferente de um agente econômico, por exemplo, do mercado financeiro, esclarecido quanto aos métodos de medição da inflação, que questiona a taxa do Dieese. Isto seria, na verdade, falta de credibilidade do Dieese junto a esse agente. . (este caso é fictício).

9. A legitimidade das estatísticas está diretamente ligada a credibilidade das mesmas. E a credibilidade é atribuída em função de diferentes aspectos dependendo do ponto de vista do observador. Por exemplo, para a sociedade em geral, a credibilidade da estatística está associada à frequência da divulgação dos resultados com presença na mídia. No meio acadêmico essa vinculação é mais estreita em função do rigor metodológico na obtenção das informações e isenção na apuração de resultados.

10. Apenas intuo o que quer dizer **legitimidade** das estatísticas. Ainda não me inteirei do conteúdo dessa discussão. Penso que se refere à reação crescente da população em ter suas vidas investigadas. Tenho dúvidas se existe uma relação direta entre os dois conceitos propostos na pergunta. Dowbor, por outro lado, no II Encontro levantou a questão da necessidade de **autonomia** de um sistema de informações. Nesse caso, penso que a credibilidade tem muito a ver com o conceito de autonomia, por sua vez necessariamente ligado ao de democracia.

SEGUNDO BLOCO: COORDENAÇÃO

06. É necessário que haja coordenação na produção das estatísticas públicas, por que? Alguma razão especial (qual?) tornaria a coordenação absolutamente fundamental?

1. A articulação das estatísticas no tempo, no espaço e de diversas fontes tem como premissa a adoção de uma linguagem comum ou ao menos compatibilizada e requer uma abordagem minimamente interligada, ou seja, a articulação entre sistemas de informações passa pela padronização de conceitos e classificações e normatização de métodos. Essa premissa torna a coordenação na produção das estatísticas públicas absolutamente fundamental.

2. A coordenação centralizada do sistema estatístico não mais se coaduna com a natureza e diversidade das sociedades e sobretudo com os encargos e tarefas das várias instâncias político - administrativas e da sociedade civil que exercem presença ativa e participativa na sociedade. Cabe, entretanto, a existência de um organismo central com presença forte em todas as unidades federativas, capaz de executar os grandes Censos e Pesquisas Nacionais garantindo o máximo possível de representatividade local e que tenha a tarefa oficial de fixar diretrizes, orientar e, se for o caso, planejar em conjunto as pesquisas estatísticas e registros administrativos que devem constituir campo de atuação de organismos setoriais, estados e municípios.

3. Sim, a coordenação é fundamental. É fundamental que as estatísticas e os registros administrativos, de vários produtores, conversem entre si, de forma a se aproveitar o máximo o que as informações podem oferecer. A coordenação é que garante esta possibilidade de conversa, evita duplicações onerosas para os cofres públicos e é capaz de garantir a comparabilidade internacional nos casos em que isto é importante.

4. Considerado fundamental a coordenação das estatísticas públicas (sem haver restrição a liberdade de criação). Por que é importante a coordenação: evita duplicação de esforços e recursos no levantamento, tabulação, análise e publicação dos dados; reduz custos e melhora a produtividade; reduz as ambigüidades e diferenças entre diferentes levantamentos estatísticos.

5. Sim é necessário, pela mesma razão que é preciso existir o cérebro para que as diversas partes do nosso corpo funcionem em harmonia. Uma razão: evitar duplicações que confundem os usuários e aloca mal os pouquíssimos recursos disponíveis.

6. Sim para que se possa organizá-las. Acredito que haja necessidade de, por exemplo, minimizar o desperdício de recursos utilizados em duplicidade de produções, objetivando ao final se definir um planejamento (fundamental) para ajustar demandas e oferta.

7. Sim, é necessário, tendo em vista garantir a padronização metodológica que permita comparações entre a produção de estados e municípios e garanta, respeitadas as especificidades de cada situação, a produção de um determinado conjunto de estatísticas básicas (seja lá o que isso fôr), inclusive o censo. No entanto, a estrutura federativa do país garante a estados e municípios autonomia, o que envolve também a produção de informações estatísticas de seu interesse. A situação específica de cada unidade da federação – especialmente quanto a estados e distrito federal, requer modelos flexíveis e orgânicos, que satisfaçam características, capacidades e interesses de cada caso.

8. É necessário que que haja coordenação na produção das estatísticas públicas considerando-se a necessidade de normatização da produção. A normatização envolve estabelecimento de metodologias adequadas, diretrizes para a coleta, a crítica, a tabulação e a divulgação das estatísticas produzidas, bem como da própria divulgação e análise dos resultados. De fato, é desejável a montagem de um Plano Geral de Informações, que dê conta do atendimento da demanda por estatísticas e proporcione a identificação das três categorias componentes do sistema de produção: gestor, alimentador e usuário. A coordenação evita duplicação de esforços e dá conta da qualidade da produção, uma vez que estabelece uma interface permanente entre os componentes do sistema produtivo.

9. A coordenação unificada nacional é essencial de modo a garantir *comparações inter-regionais e inter-temporais*, bem como garantir a qualidade dos trabalhos feitos de forma descentralizada. Se não há coordenação, predomina a bagunça estatística, havendo espaço para que sejam divulgados 4 diferentes PIBs da Bahia, conforme o gosto do freguês... A tarefa de coordenação cabe ao IBGE, indiscutivelmente.

10. Sim. Acho que deve haver uma coordenação na produção das estatísticas públicas. Em princípio para facilitar a padronização e o conseqüente compartilhamento das informações resultantes, tanto no momento de produção/coleta quanto de uso. Agora, também penso que coordenação pressupõe uma descentralização de coleta/produção e/ou existência de diversos atores no processo. Também se falamos de coordenação, penso que implicitamente estamos falando de planejamento da atividade e em projeto de produto.

07. Há alguma coordenação sendo praticada atualmente? De que forma, por quais instrumentos? É satisfatória? Se há coordenação agora, nos anos noventa, ela é diferente da que havia nos anos setenta / oitenta (na ocasião, havia coordenação?)?

1. Existem esforços de coordenação. Temos como exemplo, as parcerias concretizadas através de convênios para a produção da Pesquisa Mensal de Comércio em algumas Unidades da Federação, onde o órgão oficial oferece a metodologia, o processamento e a supervisão da pesquisa e o órgão regional disponibiliza mão de obra para a coleta e análise de resultados, compartilhando o banco de dados da pesquisa, evitando duplicação de esforços. Registre-se, ainda, o esforço para a normatização da Classificação de Atividades Econômicas em torná-la padrão em diversas pesquisas e registros administrativos. Com relação aos anos 70 e 80, não tenho conhecimento suficiente para analisar, mas também não ouvi falar em nenhuma experiência histórica marcante. Na época as estatísticas oficiais eram associadas ao governo autoritário, o que maculou sua credibilidade, e que acabou gerando levantamentos estatísticos paralelos que se consolidaram e se

perpetuaram como esforços desperdiçados. Dessa forma, acho que não se colocava a questão da coordenação como se coloca atualmente.

2. No âmbito em que estou atuando, essa coordenação está buscando ser construída. Não poderia ser considerada como existente. Começa, isto sim, ser reconhecida como referência. Embora a razão do nome não seja essa, foi criada recentemente a Coordenadoria de Informações da Cidade, entre outras, com a atribuição de coordenar e planejar um sistema de informações estatísticas para a cidade. O que demonstra uma determinada intenção. Recentemente o projeto de uma rede de gestão foi apresentada ao conselho da empresa e recebeu uma acolhida bastante favorável, considerando inclusive os secretários municipais que ali estavam (Urbanismo, Fazenda, Habitação e Administração.)

3. Existe coordenação no levantamento do PIB e seus diversos componentes, através do IBGE. O IBGE centraliza as estatísticas referente ao censo. No Paraná o IPARDES centraliza a base pública de dados.

4. Não, não há. Pontualmente existem iniciativas visando a padronização de procedimentos (caso de contas regionais), ainda assim após anos de inadimplência do IBGE na área em relação aos estados. Em outras áreas há conflitos (PED/PME, por exemplo), em outras cooperação muitas vezes informal (demografia, por exemplo). Nos anos 80 o quadro era outro. Os estados não estavam tão aparelhados quanto hoje, o IBGE era mais hígido (como muitos outros setores do poder público) e vivíamos um regime autoritário, que reservava muitas áreas de pesquisa a órgãos centrais (IBGE, COCAR etc...). A discussão sobre a descentralização de políticas públicas ocupou parcela importante da agenda de debates político-institucionais, em paralelo com o processo de democratização do país. Avançou-se – no sentido da formulação de modelos alternativos de gestão – em domínios como saúde, educação, estrutura tributária etc., mas pouco no que diz respeito à institucionalidade na produção de estatísticas. Não obstante isso, as agências estaduais se capacitaram e ampliaram suas fronteiras temáticas e até algumas municipalidades vêm tomando iniciativas importantes, mas desarticuladas. A crise do setor público apanhou em cheio o IBGE. Não houve censos econômicos, o que fragilizou ainda mais a situação do Instituto. Aposentadorias precoces, uma agenda carregada de demandas não atendidas acabaram por diluir vínculos que, bem ou mal, chegaram a existir.

5. Não havia qualquer coordenação nos anos 70 ou 80. Após muita insistência o IBGE revelou a partir de 1996 (no encontro) abertura para começar a tentar assumir a tarefa de coordenação. Este processo vem se dando de forma lenta e tímida na área de contas regionais, mas acho que as intenções são boas e temos tentado colaborar ao máximo. A tarefa é bastante complexa, devendo o IBGE colocar maior *peso* neste desafio. Também na área da Pesquisa Mensal do Comércio, assinamos convênio com o IBGE no sentido de fazermos a pesquisa conjuntamente, uma vez que o IBGE não dispõe de recursos para bancá-la sozinho. São experiências novas de cujo sucesso ou fracasso dependerá a perspectiva de continuidade rumo à descentralização. Mas foram exemplos de importantes avanços frente a postura antiga do IBGE, fechada frente a qualquer parceria, usando o argumento do sigilo estatístico e uma postura bastante preconceituosa em relação aos OEE.

6. Atualmente não há coordenação sendo efetivamente praticada. Na prática, produtores de estatística se baseiam em sistemas desarticulados existentes, considerados eficientes, para dar legitimidade e confiabilidade às suas produções estatísticas. Nos anos setenta havia coordenação efetivamente. Na ocasião, os gestores públicos eram provenientes das Forças Armadas, área em que a informação é considerada estratégica (não cabendo aqui discutir por quais razões), bem como a disciplina e a hierarquia, implícitas na ação de coordenar. Além desses fatos, o país vivia a fase do “milagre econômico”, quando os números eram importantes para registrar os fatos

econômicos e sociais da época. Nos anos oitenta, caracterizados pela recessão econômica e pela queda do regime militar, estabeleceu-se uma acefalia no sistema de produção de estatísticas. Mais do que isto até: uma vertiginosa queda na produção, uma vez que a abertura política desenhara novas demandas por estatísticas.

7. Não existe coordenação hoje nos moldes em que era entendida nos anos 70. O IBGE em vários casos, adota uma posição defensiva e restritiva como se legalmente, e na prática, a situação permanecesse inalterada. Isso, assusta e às vezes, repele aqueles que têm uma visão aderente à realidade atual. Contudo, mais uma vez, noto que esta postura vem mudando mesmo dentro do IBGE, inclusive havendo aqueles que, a meu ver de forma precipitada e inconseqüente, advogam posições diametralmente opostas, quais sejam, que em nome da democracia (e do livre mercado, será?), não deveria haver coordenação nenhuma.

8. A década de setenta / oitenta foi uma época de grande expansão do IBGE e implementação de uma série de novas pesquisas e áreas de atuação, transformando o IBGE no grande produtor de estatísticas, deixando em segundo plano sua função de coordenador do Sistema Estatístico. A situação atual é bem distinta da dos anos setenta. A crise do Estado, o aumento das demandas e a pressão para se ajustar aos parâmetros de padronização internacional exigem uma reestruturação da produção de informações e uma maior função de coordenação do Sistema Estatístico Nacional. Há, portanto, uma evolução no sentido de desenvolver instrumentos básicos para o Sistema Estatístico como pode ser notado nos trabalhos importantes que o IBGE vem desenvolvendo, como por exemplo: na implementação da CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (oficializada com a publicação no Diário Oficial da União em 26.12.94); nos estudos de classificação e padronização de conceitos; na construção de cadastros que são essenciais na construção de sistemas de informações; na busca pela maior utilização de informações de outras fontes, apoiando-se em dados de registros administrativos; e na busca pela modernização do processo de produção de informações.

9. Os esforços de coordenação tem sido isolados. As CONFESTs , a Classificação das Atividades Econômicas, o Cadastro de Empresas, a rede IPEA, os Encontros com Órgãos Estaduais. Do momento que não são integrados talvez não devam ser interpretados como coordenação... O Cadastro e a Classificação de Atividades são novidades. Creio que hoje os diversos órgãos produtores tem mais clareza de suas próprias possibilidades do que tinham antes.

10. Não havia coordenação antes . Não tínhamos os instrumentos clássicos de coordenação definidos: os cadastros, as classificações e as metodologias. Nem internamente tínhamos coordenação. Basta observar as diferentes classificações , conceitos e definições utilizados, dependendo das áreas onde as pesquisas eram operadas. Aos poucos o IBGE assume a coordenação na medida em que oferece aos demais produtores sejam de registros administrativos sejam de pesquisa estatística, os instrumentos de coordenação. O exemplo recente mais marcante é o da CNAE cuja implantação inaugurou uma nova fase do IBGE como coordenador e, mais recentemente, com a disponibilidade do Cadastro Central de Empresas no qual o IBGE reúne as informações cadastrais dos vários registros administrativos, segunda uma classificação uniforme que é a CNAE.. **A questão da coordenação é ampla e por si só daria uma tese de doutorado.** Uma pergunta é pouco para tratar deste assunto.

08. Quem deve praticar a coordenação? Caberia ao Instituto Nacional, no caso brasileiro o IBGE, fazê-lo como reza a tradição? Alternativamente, poderia ou deveria ser feita por uma agência especializada, voltada unicamente à atividade de coordenação? Nesse caso, como se relacionaria com os institutos produtores, em especial com o Instituto Nacional?

1. A coordenação parceira, a que me referi no quesito 6, deveria fazer parte das atribuições de um órgão como o IBGE. Seria, na verdade, uma evolução democrática e racional da longa e exitosa trajetória do órgão, que embora em diversas fases tenha incorporado o viés autoritário, característico das instituições brasileiras, soube manter um elevado padrão de atualização metodológica e qualidade estatística. Não seria o caso da criação de uma agência especializada voltada unicamente para coordenação, porque além da execução de algumas pesquisas básicas de caráter nacional, como me referi, a Instituição pública federal necessitaria dispor de uma rede de pesquisa regional capaz de cumprir esta agenda de operação e se relacionar com os organismos locais, em um país com as dimensões e contradições como o nosso. Somente nesta perspectiva seria garantida a descentralização com padrões de homogeneidade comparáveis.

2. O IBGE certamente deve praticar a coordenação, sendo o principal articulador das esferas em nível local, regional e nacional.

3. Creio que um modelo de coordenação interessante, prevê uma instância que lançaria diretrizes sobre a produção oficial. Não acho que seria um órgão, pois colocar em prática estas diretrizes deveria caber ao Instituto Nacional, realizando produtos ou coordenando produtos viabilizados por outros. Esta instância de coordenação deveria ter representações técnicas de diversos segmentos da Sociedade bem como representantes dos produtores. Naturalmente a presença do Instituto Nacional seria obrigatória.

4. Sim é o IBGE que deve coordenar. A estrutura de todo sistema estatístico é fruto da história . Não se define um sistema ideal no papel e implanta-se. Observando os sistemas de outros países vêem-se várias de suas características que são fruto não de modelos pré-concebidos mas das características político sociais dos momentos do país. Assim, o alemão é descentralizado pelas unidades da federação, o francês tem alguma produção descentralizada pelos ministérios, o inglês foi descentralizado pelos órgãos da administração central e só recentemente, com as grande mudanças que ocorreram na administração pública inglesa, é que se fortaleceu um órgão central federal. Estruturaram-se, portanto, aos poucos, de acordo com os momentos da história do país onde estão. Por exemplo, foi uma evolução, fruto da história que vivemos, passarmos ,de um sistema de estatísticas econômicas centrado em censos quinquenais para um sistema de pesquisas anuais. Temos evoluído para uma coordenação pelo IBGE que tem se mostrado aceita pelos envolvidos dada a competência que o IBGE tem tratado a questão. Nesse sentido, não há motivo para reinventar outro modelo. Ressalte-se que em nossas reuniões com outros produtores a coordenação do IBGE tem sido cada vez mais solicitada.

5. Acredito que caiba mais adequadamente ao próprio Instituto Nacional, por reunir melhores condições de avaliação acerca da concepção do Sistema Estatístico Nacional, em virtude de sua competência na produção das estatísticas nesse âmbito, aliada à sua experiência em termos de concepção de um processo de produção de pesquisas. O Instituto Nacional detém uma visão privilegiada do conjunto de possibilidades, no que tange à descentralização necessária na produção das estatísticas, em função de sua atribuição de cobertura em termos de abrangência. Além de que, reúne vantagens sobre qualquer órgão em virtude da capilaridade da sua rede de coleta, cadastros atualizados e bem definidos, lei do sigilo e obrigatoriedade de prestação de informações, dentre outras. Não consigo perceber o ganho de uma agência especializada para a coordenação, distanciada do processo de produção e dos profissionais especializados que detém o conhecimento e que no dia a dia avaliam as lacunas existentes e que já tem internalizado a necessidade de uma organização no Sistema de Produção de Estatísticas

6. Penso que ao se falar em agência especializada, está se falando no modelo americano. Mas o que viria a ser essa agência especializada? Um órgão público/governamental? Uma entidade

privada? De que natureza? Quanto ao Instituto Nacional, seria interessante considerar o que vem a ser uma possível definição de coordenação, o que exatamente caberia a ela fazer? Existe coordenação autoritária, em contraposição a uma coordenação democrática? Enfim, penso ser importante a definição desses conceitos.

7. Me parece que o IBGE poderia continuar sendo o coordenador. Precisa ser feita uma reestruturação administrativa e organizacional do órgão, para dotá-lo de mais flexibilidade e agilidade administrativa. Deveria haver um processo de descentralização administrativa. Por exemplo, criação de órgãos regionais autônomos que disponibilizassem as informações ao órgão nacional que seria o IBGE. Poderiam ser criados órgãos especializados para determinadas linha de pesquisa (Pesquisa social, Pesquisas setoriais, Projetos Especiais, etc...). A importância do órgão centralizador/coordenador está em padronizar estatísticas metodologias, etc, de forma que possam ser agregados os dados setoriais e/ou regionais.

8. Não acredito que uma agência específica fosse o melhor caminho. O Instituto Nacional, além de cuidar das estatísticas nacionais, deve implementar essa coordenação, cujos fundamentos deveriam estar a cargo de algum órgão colegiado. A questão está nos processos decisórios dessa coordenação, que devem estar abertos à participação de uma gama representativa de vários segmentos envolvidos: usuários do setor público e privado, da academia, de organizações de classe; produtores federais, estaduais e municipais etc., pois se trata de coordenar entes federativos dotados de autonomia política, administrativa e financeira, de distintas complexidades, capacidades e interesses. A coordenação deve se dar por concertação de interesses, por convencimento, pelo repasse de capacidades técnicas, metodológicas, tecnológicas e até mesmo financeiras, por ações supletivas sempre que necessário, pela definição de conteúdos mínimos... E também pela produção e facilitação do acesso a bases como Censos, cadastros, cartografia básica etc.. No caso das relações entre o Instituto Nacional e as demais agências governamentais, os convênios – com todas as dificuldades administrativas e financeiras para a sua execução – me parecem ser, conceitualmente os instrumentos adequados de formalização dessa cooperação. Quanto às relações da Autoridade de Informações (o nome é péssimo...) ou Conselho Nacional, ou Comitê, ou o que seja, mas mais democrático e aberto, com as demais agências, em especial o IBGE, talvez devesse existir a obrigatoriedade de adesão a determinados protocolos como condição de acesso a recursos – e não apenas os financeiros.

9. A coordenação só pode ser feita pelo IBGE, caso contrário não teria legitimidade. O IBGE deve repensar sua estrutura para incluir este importante desafio, que lhe trará muito trabalho, num primeiro momento, mas bons resultados e economia de tempo em um segundo. Mas o desafio e porte da tarefa exige que se faça um esforço especial para poder enfrentá-la a contento.

10. A coordenação caberia a um conjunto de institutos pertencentes às três esferas de governo, numa ação articulada. Ao IBGE caberia o papel de coordenar a atuação deste conjunto. Não caberia a existência de uma agência especializada, uma vez que tanto o IBGE quanto os demais institutos existentes lidam com um sistema “invisível”, que na verdade está por trás de toda a produção estatística (pública e privada) existente atualmente.

09. A coordenação deve ser vista como uma atividade em tempo integral? Por que? Para sua consecução exigiria profissionais especializados? Por que?

1. A coordenação deve ser vista como uma atividade em tempo integral, uma vez que a produção de estatísticas é uma atividade muito dinâmica, que requer um monitoramento constante. De fato, a sua consecução exigiria profissionais especializados. Para que a coordenação se dê efetivamente é

necessário contar com profissionais que dominem as áreas de conhecimento que estão por trás das demandas (economia, saúde, educação, finanças, etc) e de todas as etapas do processo produtivo (metodologia, coleta, apuração, etc) para que seja garantida a qualidade da produção.

2. Ainda na perspectiva anterior a coordenação exige profissionalização e atualização e desenvolvimento da capacidade de supervisão, controle, planejamento, análise e disseminação.

3. O processo de coordenação é difícil e custoso. Exige investimento em recursos financeiros, humanos e tempo. Para desempenhar bem esse papel deveria utilizar metodologia / tecnologia de ponta e utilizar pessoal bem qualificado para os trabalhos de concepção, desenvolvimento, revisão e análise, não só para melhoria de qualidade de sua produção, mas com vistas à transferência e disseminação por todo o sistema.

4. Tempo integral sim e especializados sim, por isso mencionei representações técnicas.

5. A coordenação faz parte do dia a dia da instituição. Quando se discute e implanta-se uma classificação, a unidade dentro da instituição encarregada do assunto sabe com quem deve articular-se para garantir a coordenação. Assim foi com a CNAE, está sendo com a nova classificação de produtos em execução e com a nova CBO. Seria, no entanto, conveniente que o órgão dispusesse de uma unidade burocrática para questões de coordenação, mais no sentido de seu acompanhamento pois a atividade técnica de coordenação se dá nas áreas temáticas.

6. A coordenação deve ser exercida cotidianamente nas parcerias, na disponibilização e difusão de técnicas e metodologias e na definição de uma agenda de trabalho e seu cronograma de execução, com a participação dos institutos produtores. E para alcançar esses objetivos requeriria profissionais especializados e experientes que se concentram hoje no Instituto Nacional.

7. Eu particularmente gosto da idéia de um compartilhamento entre uma coordenação/direção democrática de natureza política (relacionamento entre as entidades participantes, noção dos objetivos mais gerais, definição de metas etc.) e profissionais especializados, responsáveis por traduzir a experiência cotidiana em conceitos e “regras” de natureza mais geral, ou analisar a viabilidade técnica e tecnológica na formulação de alternativas. Mas poderia ser que em determinados momentos a convivência entre as duas não fosse muito harmônica. Por outro lado, talvez não devesse ser harmônica mesmo.

8. A coordenação terá que ser em tempo integral e permanente, com profissionais altamente especializados, que teriam a responsabilidade de criar, difundir metodologias e padrões, bem como exercer o trabalho altamente complexo de reunião das informações e coordenação de todas as atividades que envolvem essa função.

9. A Comissão deve ter uma estrutura mínima, capaz de organizar e secretariar reuniões, de acompanhar a implementação de suas decisões, de conhecer de perto a realidade das diversas agências produtoras, de melhorar a interlocução com outras agências federais, no sentido de que estas venham a estabelecer suas agendas de prioridades e demandas quanto à produção de estatísticas e facilitar o acesso a registros administrativos. Para esse corpo técnico deve haver dedicação exclusiva. Pode ele ser formado até pela cessão temporária (e reembolsada) de quadros das agências produtoras. Isso envolveria muito pouca gente, e sem poder decisório.

10. Penso que o trabalho de coordenação deveria começar com alguns poucos OEE que já tenham trabalhos e séries estruturadas naquele tema e **ir se ampliando progressivamente**, até atingir todos os estados. A iniciativa de querer começar com os 26 níveis por baixo, e está fadada ao fracasso, face ao grande número de interlocutores, com níveis de trabalho bastante diferenciados. A escolha de funcionários do IBGE, dedicados basicamente a esta tarefa de coordenação, com

amplo conhecimento técnico e mobilidade dentro do IBGE, seria a opção ideal. Esta tarefa poderia ser exercida como um cargo, havendo a possibilidade de rodizio a cada x anos. Esta tarefa deve ser levada a sério, com o investimento que o desafio exige. Não acho adequada a idéia de contratar “consultores” externos ao quadro do IBGE para tratar com os parceiros. Esta alternativa já foi tentada e não deu certo. Muitas vezes os consultores implicam em novos problemas. Não acho esse encaminhamento adequado.

10. A existência de um Sistema de Informações Gerenciais, referido aos diversos produtores, deve ser visto como fundamental ao exercício da coordenação? Por que? Como exemplo, por favor, enumere algumas informações que comporiam o dito sistema.

1. Não sei avaliar o que deva ser esse instrumento para a coordenação. Não tenho nenhuma reflexão num nível mais detalhado, portanto não posso opinar.

2. Não entendi bem o escopo da pergunta, mas a idéia é que o IBGE exerça uma firme coordenação metodológica das estatísticas produzidas em rede.

3. A existência de um Sistema de Informações Gerenciais referido aos diversos produtores é desejável mas, não fundamental, pois tais sistemas se prestariam a monitorar o processo produtivo mas, não garantiriam a efetiva produção. Caso tal sistema existisse deveria conter informações, tais como: categoria dos componentes (gestor, alimentador, usuário), área de atuação, indicadores de desempenho da produção referentes a cobertura do tema, observância da qualidade metodológica, manutenção da periodicidade na produção, observância das normas de sigilo, divulgação e disseminação estabelecidas, observância dos padrões de alocação de recursos (humanos, tecnológicos, etc) na produção.

4. Se entendi bem, este seria um subsistema indispensável à edificação das novas bases de parceria e descentralização. Acho que essas informações deveriam formar cadastros específicos dos universos de informação referidos às diversas áreas setoriais e instâncias locais.

5. Não sei ao certo. Um Sistema de Informações Gerenciais ou Informação de Gestão parece corresponder a uma necessidade dos diversos níveis de direção de uma organização. É difícil caracterizar o que seja com exatidão uma informação gerencial, certamente sempre se imagina como uma informação de natureza numérica e daí, portanto, estatística. Assim, se olharmos por esse prisma existe a relação pretendida. De outro modo, Gestão de Sistema de Informação é uma outra expressão que imagino também estabeleça uma relação bastante estreita com coordenação na produção de estatísticas. Tanto no caso do primeiro, como no segundo, seriam instrumentos de mediação entre a oferta e a demanda. O que os torna bastante importantes para uma coordenação.

6. Um Sistema de Informações Gerenciais é importante na medida em que para uma boa coordenação é necessário que o trabalho seja integrado com os diversos produtores. Tal sistema poderia ser composto por: Definição das prioridades; Recursos disponíveis; Cronograma das atividades.

7. Não considero fundamental, porque o sistema de informações gerenciais é apenas uma parte do sistema de informação. O que deve ser elaborado é um modelo de sistema de informações, com a participação dos diversos órgãos que compõem esse sistema, com as atribuições de cada órgão, os fluxos de informações entre os órgãos, periodicidade dos dados, saída de dados (isto é dados e informações a serem publicados), relatórios especiais, custos para o usuário, etc. Sistema de informações gerenciais - algumas sugestões de dados: a) dados sobre consumo de matéria prima, por tipo, fornecedor, localidade, etc; b) dados de produção (tipos, quantidades de prod); c) dados

sobre clientes; d) dados financeiros das empresas: fornecedoras, produtoras, consumidoras; e) dados econômicos sobre região e setor.

8. Parece ser um instrumento importante, mas confesso não ter maior reflexão sobre o conjunto de instrumentos de coordenação necessário.

9. Não sei se entendi. Se um SIG deveria conter referências do que é produzido aqui e ali ? Sim, e mais do que isso, deveria facilitar as ligações (links, mesmo) aos seus consulentes, respeitadas as políticas de disseminação de cada órgão (que também deveriam, aliás ser objeto de discussões da Comissão). Carecemos todos especialmente de uma (ou de muitas) discussão sobre políticas de comercialização de dados, sem o quê essas trocas ficam complicadas...

10. Sim, um SIG seria importante. Já conversamos no IBGE sobre isto. Catálogos e inventários como obras de referência do sistema. Temos algumas iniciativas em andamento e alguém do CDDI deve ter maiores reflexões sobre a matéria.

11. Para haver uma efetiva coordenação, como deveria ser estabelecida sua agenda de trabalho ou agenda de estudo e pesquisa? Como seriam feitas as devidas negociações? Temas como o orçamento, a formação de pessoal, os métodos de pesquisa, os métodos de coleta, dentre outros, deveriam compor a referida agenda? Em caso contrário, como ela seria constituída? Enfim, qual seria sua periodicidade?

1. Acho que as indagações estão respondidas, tanto quanto eu consigo enxergar suas respostas, em itens acima.

2. O IBGE deveria fazer uma proposta e submetê-la a apreciação do parceiro. Como em qualquer negociação, deve haver a possibilidade de mudar as regras em função das colocações do parceiro, caso contrário a negociação vira imposição. Isto demanda maior agilidade e abertura por parte do IBGE de aceitar contribuições externas, sem perder a confiabilidade e comparabilidade das estatísticas. Em alguns casos, o IBGE deve dar as cartas (métodos de pesquisa, métodos de coleta,...) ; em outros, os OEE podem dar importante contribuição (orçamento, pessoal, análise, ...) O timing da procuradoria jurídica do IBGE deve ser revisto para o órgão fazer face a seu novo papel.

3. A agenda de trabalho ou de estudo e pesquisa deveria ter como premissa o Plano Geral de Informações citado no primeiro bloco. Isto facilitaria as negociações, ocasião em que os temas citados seriam discutidos. De fato, o ponto polêmico das negociações está no custo / benefício da produção específica para cada produtor, bem como para o conjunto.

4. Acho que as agendas se permeiam, sendo que os temas listados são componentes naturais das agendas de entendimento.

5. Temas da agenda: revisão da política de produção de informações do País (conteúdo, abrangência, âmbito, periodicidade); recursos disponíveis (investimentos na modernização de métodos de pesquisa; investimentos em novas tecnologias; investimentos na formação de pessoal); interligação de base de dados; descentralização; disseminação.

6. Esta instância de coordenação lançaria recomendações a serem periodicamente validadas por instrumento legal. A negociação ocorreria no âmbito desta instância. Todos os temas mencionados

seriam naturalmente abordados. O trabalho da coordenação é contínuo, a atualização do elenco de estatísticas poderia ter a princípio a periodicidade de dois anos.

7. Como disse antes, não acredito num modelo pré - definido. O sistema estruturado será fruto de um processo. Temos apenas que garantir que este processo aconteça, flua. Como? Tendo a coordenação no centro de nossas preocupações. Não se cria ou toca nenhum projeto sem pensar como ele bate no sistema, quais seus impactos. Quando o Ministério da Justiça veio recentemente ao IBGE com demandas específicas, censo disto e pesquisa daquilo, levantamos a questão de estruturarmos um sistema de estatísticas na área da justiça, organizando os registros administrativos, integrando-os e ,aí sim, definindo as pesquisas que seriam necessárias para complementá-lo. Antes, quando não tínhamos a coordenação presente, diríamos sim ou não às demandas apresentadas, dependendo dos nossos recursos na época, e não estávamos nenhum pouco preocupados com a importância dessa produção, sua ligação com as demais informações existentes, etc. Uma vez definida uma área de atuação nossa, num determinado momento, como coordenadores, aí sim, seria necessária uma agenda. Por exemplo, discutimos recentemente a importância de treinarmos técnicos de órgãos estaduais ou federais em alguns temas na área de produção em informações ,pois isto facilitaria a padronização de conceitos, definições e classificações dentro do sistema. Neste caso, é necessário montarmos uma agenda.

8. Sim, uma agenda de trabalho e de estudo e pesquisa estabelecida é ponto de partida e fruto de uma efetiva coordenação do Sistema. Na verdade eu vejo dois momentos necessários: um primeiro diz respeito ao estabelecimento da forma de organização dessa coordenação, ou seja como vai ser a atuação e com quem atuar, e um segundo, que trata do estabelecimento da rotina de coordenação, onde se discutiria constantemente as agendas de trabalho e as linhas de estudos e pesquisas a serem desenvolvidas. Essas agendas devem ser negociadas entre as instituições produtoras, procurando traduzir as demandas concretas estabelecidas, inclusive com desdobramentos na busca de financiadores, sejam públicos ou privados. Em outra linha, devem ser difundidas as possibilidades para a produção conjunta em parcerias, que envolveria discussões para o estabelecimento dos objetivos, responsabilidades, produtos disponibilizados e vantagens para cada parceiro. Creio também que temas como orçamento, formação de pessoal, métodos de pesquisa e de coleta devam fazer parte da agenda. Quanto à periodicidade, no primeiro momento as reuniões devem ser mais frequentes, após essa etapa as definições das agendas deveriam se dar no mínimo anualmente.

9. Infelizmente desconheço manual que responda a todas essas questões, em particular considerando o estágio em que nos encontramos: o da inexistência desconfortável de um modelo. Ou, por outra, da ausência de um número significativo de experiências que consolidasse um conhecimento sobre o tema. No momento penso que cada caso é um caso. Na esfera municipal, minha área de atuação, estamos montando uma Rede Municipal de Informações de Gestão. Estou tentando introduzir a questão de um Termo de Adesão (além de um protocolo de convívio) que contivesse a constituição de um fundo para sustentação da rede: consultores, seminários, programas específicos etc.

10. A agenda seria estabelecida por projeto de pesquisa, onde seriam detalhados todos os itens citados na pergunta.

12. Em especial, que papel a coordenação teria na formação das equipes produtoras? Há algum saber específico que precisaria ser ensinado aos produtores de estatísticas, indo além de suas formações acadêmicas? Em havendo esse algo específico, seria possível deixá-los aprender no próprio ambiente de trabalho, aprender fazendo? Alternativamente, seria melhor ensinar-lhes antes de serem postos a produzirem? Nesse caso, ensinar o quê?

1. Coordenação teria o papel de: Definir, criar e difundir metodologias de coleta, tabulação, análise e difusão de informações em conjunto com todos os órgãos coordenados; Coordenar a definição de padrões para coleta, tratamento, análise e divulgação de dados e informações; Promover a integração de diversos órgãos; Promover a utilização estratégica dos dados do sistema de informações; Promover a disseminação e utilização das informações junto aos usuários.

2. Sim, há um saber – ou melhor, vários saberes específicos ao métier. Não tenho dúvidas de que o essencial de nossas entidades são as pessoas que as compõem e que detêm esses saberes. A realização de cursos temporários, estágios e intercâmbios me parece mais apropriada do que a imposição de um curso de formação básica como condição de acesso à carreira. Tais cursos e estágios permitem a troca de informações, já que não vejo essa formação apenas vindo "de cima", isto é, do Instituto Nacional, mas como um intercâmbio de capacidades, que muito ajudaria na organicidade do modelo.

3. Para cada caso específico, seria preciso definir um treinamento que levasse em conta as demandas da pesquisa frente a qualificação já existente. O treinamento poderia ser no IBGE ou na sede do produtor.

4. A coordenação teria um papel fundamental na formação das equipes produtoras: a implantação de métodos de qualidade total. Esta área de conhecimento ainda não consta da formação acadêmica dos vários profissionais envolvidos na produção, uma vez que se trata de um processo produtivo como outro qualquer, guardadas as suas características e peculiaridades, evidentemente.

5. Estou absolutamente convencido da existência de um saber específico. Naturalmente, defendo a formação acadêmica e mesmo, a especialização e pós-graduação. Porém, no universo da produção das informações e pesquisas existem conhecimentos, não só de natureza operacional e metodológica, mas principalmente em relação à sensibilidade e capacidade de tomada de decisões em momentos - chave, que dependem deste saber e do acúmulo de experiência. Sou favorável a que se estimulem cursos e treinamentos nesta área, mas reconheço, que a transmissão da memória e dos conhecimentos se efetiva na prática do fazer.

6. A função principal da coordenação está na implementação das diretrizes contidas no Plano Geral de Informações Estatísticas: a concepção do sistema, a importância da normatização e padronização dos conceitos e procedimentos, a integração e complementariedade dos trabalhos evitando a duplicação de esforços. A coordenação pode também receber muitos ensinamentos das equipes produtoras na medida em que houver articulação.

7. O papel da coordenação na formação do pessoal seria de gerar recomendações e identificar cursos, processos de capacitação, etc. . A experiência do Canadá que o IBGE está reproduzindo no momento é bem interessante. Aprende-se muito fazendo, mas acho fundamental complementar este saber empírico com alto investimento em formação.

8. Em perguntas anteriores este tema já foi abordado e as idéias podem ser aproveitadas.

9. Acho que a coordenação muito contribuiria no sentido de apontar cursos, treinamento, estágios, visitas técnicas, para objetivos específicos definidos, bem como propiciar a difusão de seu próprio conhecimento e experiência em produção de pesquisas, que é exatamente o que diferencia a formação meramente acadêmica. Sem sombra de dúvida é exatamente no aprender fazendo que se adquire esse saber específico. Vivenciar essa experiência ímpar que é produzir estatísticas dentro de um rigor metodológico, com estreita relação com a rede de coleta, a experiência da

operacionalização de uma pesquisa num nível mais amplo, com a busca constante do aperfeiçoamento técnico, é que representam o que pode ser absorvido do Instituto Nacional. Paralelamente poderia ser ministrado um curso voltado à capacitação em pesquisa, a exemplo do que está se iniciando no IBGE, que complementaria a difusão prática da experiência.

10. Admito que também me debato com esses questionamentos. É por essa razão que no modelo de sistema de informação para gestão de cidade coloco a necessidade de centros e/ou unidades de pesquisa e desenvolvimento - P&D, enquanto atividade inerente ao processo de produção de estatísticas e de forma a assegurar a evolução futura de elaboração, gestão e produção.

13. Em especial, que papel a coordenação teria no aproveitamento das novas tecnologias? A coordenação poderia funcionar como um laboratório de novos conhecimentos? Como isso se daria?

1. Todos somos laboratórios. O downsizing das tecnologias e dos processos permite a todos os envolvidos sermos laboratórios e difusores. O IBGE, por seu porte, sua complexidade, seus contactos internacionais, deveria desempenhar um papel de liderança também nesse aspecto. A renovação tecnológica é fundamental para o exercício de nossas funções. Mas tudo isso depende do sucesso da primeira parte, isto é, restaurar vínculos de cooperação entre os componentes do chamado Sistema Estatístico Nacional (o qual, por sinal, você não menciona...Ele existe ?)

2. Quais novas tecnologias? Por exemplo, os avanços da informática têm possibilitado grandes avanços na coordenação pois têm permitido a fácil utilização de cadastros e classificações, integração de bancos de dados dos membros do sistema, integrar os registros administrativos ao sistema, etc. Laboratório de novos conhecimentos se dá dentro das instituições ou em grupos de trabalho, independente de coordenação. O IBGE avançou muito (, modernização de pesquisas, novas tecnologias de crítica, apuração e amostragem) recentemente a despeito de uma quase total ausência de coordenação. Creio que o maior impacto da atividade de coordenação é a abertura para se discutir criar.

3. A coordenação exerceria o papel de fomento e validação de novas tecnologias, como a citada em 12. De fato, a coordenação poderia funcionar como um laboratório de novos conhecimentos executando ensaios através de projetos piloto.

4. Acho que é um papel que deva ser desempenhado pela coordenação, de forma que se procurasse absorver novas tecnologias, testá-las, validá-las e difundí-las, funcionando como um laboratório, pois é onde se reúne melhores condições de obtenção de financiamento para aprendizado aquisição de novas técnicas e de adequação de utilização à realidade que se quer aplicá-las, em função da gama de possibilidades de testes tendo em vista a diversidade da experiência do órgão.

5. A coordenação teria um papel importante no sentido de difundir novas tecnologias para os produtores. Em relação a maioria dos OEE o IBGE tem maior capacidade de inovar nos instrumentos e métodos de pesquisa, podendo funcionar como instrumento de modernização de procedimentos para os estados.

6. As novas tecnologias são, por todas as razões, essenciais a este sistema, que afinal é um sistema de diálogo e parceria que só pode ser operado e agilizado em função da constante aprimoramento tecnológico. Neste sentido, o órgão federal, seria também um indutor da difusão e uso das novas tecnologias.

7. Em parte a resposta está dada no item anterior. A forma em que isso se daria, poderia ser através de seminários, palestras, cursos, workshops etc. Algo que julgo importante seria a própria disseminação de centros de produção e pesquisa estatística, de níveis diversos de abrangência e a promoção de intercâmbio entre eles, universidades, ONGs e, é claro, demandantes e usuários.

8. O investimento no desenvolvimento de novas tecnologias se justifica não só para melhoria da qualidade da produção de informações do Órgão Central, mas com vistas à transferência e disseminação por todo o sistema.

9. Com certeza é um dos papéis da coordenação incentivar que todo o sistema esteja sempre atuante no sentido de absorver, aplicar e difundir novas tecnologias. A coordenação deve manter atualizado um sistema de registro de todos os órgãos de pesquisa nacional e internacional, bem como das suas pesquisas e publicações, através de convênios. Não deve ficar apenas no registro, mas na divulgação dessas informações.

10. Vejo a coordenação buscando informações sobre o que está disponível e penso que deve estimular laboratórios no âmbito dos produtores. A partir daí faria recomendações, defenderia alocação de recursos, etc..

TERCEIRO BLOCO: FINALIZANDO

14. Conta-se que Disraeli gostava de repetir a seguinte frase de Mark Twain: *“Há três tipos de mentiras: as pequenas e sem maiores conseqüências, as grandes e sempre muito conseqüentes, por fim, as estatísticas, que são as piores dentre as piores mentiras”*. Ademais, mais ou menos na mesma linha irônica, costuma-se ouvir cotidianamente a seguinte frase: *“Os números não mentem, mas quem os fazem mentem ou podem estar mentindo”*. Como entender essas frases?

1. Acho que podem ser entendidas no que tangem à credibilidade atribuída a quem as produz, como as produz e como são analisadas. Pois as estatísticas são altamente vulneráveis à manipulação em todas as etapas de produção e de difícil compreensão em toda sua extensão. Por isso é tarefa árdua abraçar essa causa, que tanto nos absorve, mas tanto nos penaliza.

2. É fato que existe certo descrédito quanto às estatísticas, que a meu ver se situam muito no terreno, do artigo - “A Tentação do Modo de Usar”, de Jean-Louis Besson contido no livro *A Ilusão das Estatísticas* - coletânea de artigos organizada por ele mesmo. Aliás o livro todo é bastante ilustrativo do conflito existente frente a limitação evidente no uso de estatísticas e delas mesmas enquanto instrumento de entendimento da realidade.

3. Entendo que essas são frases de quem não tem o que fazer ou não entende de pesquisa e que não contribuem em nada para a evolução da pesquisa e do seu aproveitamento em todas as áreas do conhecimento humano. A sociedade não estaria no estágio que está se não houvesse pesquisa séria

4. Acho que o problema mais interessante está no conceito de verdade...

5. Quem trabalha em órgãos de estatística *tem que acreditar* em sua importância como básica na construção de uma verdadeira democracia, garantindo a liberdade de informação aos cidadãos, base da cidadania. Tirando as estatísticas ficaríamos com o que? Com o discurso e desideratum dos políticos de plantão... Ainda prefiro as estatísticas... O problema pode estar na capacidade de

pressão de quem as faz, ou melhor, de quem as manda fazer, e neste sentido, não são muito distantes os episódios de manipulação dos índices por parte do ministro Delfim... Esta é a questão central, cabendo a todos nós cidadãos e trabalhadores dos órgãos de estatística uma postura firme no sentido de impedir qualquer tentativa de manipulação e descredenciamento de nosso próprio trabalho. A democracia, a cidadania e a garantia do direito à informação não prescindem de órgãos de estatística sérios e confiáveis, controlados socialmente.

6. 1ª frase: A estatística está associada, em geral, a estado, governo, ou seja, tem impacto de grande dimensão sobre a sociedade como um todo. De fato, uma estatística, mesmo mal produzida, se torna oficial, se torna verdade. Mesmo neste contexto, cabe lembrar que Estatística não é uma ciência exata e, portanto, retrata em números uma aproximação da realidade, aproximação esta que ganhará legitimidade e credibilidade na medida em que se fizer mais próxima do real (se é que o conhecemos). 2ª frase: Os números não mentem, pois são símbolos, representações de fatos e fenômenos. Quem constrói estas representações pode, sim, embutir distorções deliberadamente ou, mesmo, involuntariamente. Vai depender das lentes com as quais enxerga o mundo e dos métodos e ferramental que utiliza para quantificar (ou simbolizar com números) os fatos.

7. A frase de Disraeli retrata, sem nenhuma ambigüidade, a tradição maquiavélica dos grandes líderes da formação dos estados nacionais europeus, e sobretudo, daqueles que comandavam estados com grande vocação imperial. Naturalmente, “a velha e pérfida Albion” soube sempre bem esgrimir estatísticas que revelassem sua missão civilizadora junto a povos menos favorecidos, enquanto é claro, para consumo interno, tentava fazer crer a seus próprios trabalhadores que a situação socioeconômica melhorava. Essa vocação parece não ter perdido muita atualidade, embora, certamente, esteja mais refinada. Eu acho que as duas frases exprimem um sentimento muito freqüente no chamado senso comum, qual seja que as estatísticas se prestam a manipulação e que o poder as pode usar de forma perversa. A tradição centralizada e governamental do nosso sistema estatístico contribuiu para que esta visão aqui também prosperasse. Embora saibamos que os casos de apropriação indevida e falaciosa dos dados estatísticos dentro do IBGE, não tenham sido tão numerosos (mas nem por isso menos traumáticos), acredito que a forma de abertura desse sistema, de sua descentralização, parceria e obrigações com organismos governamentais e não-governamentais resultará em uma apropriação pública de natureza mais social tanto dos dados estatísticos e informações como também do planejamento e das prioridades que informam as decisões.

8. *“Os números não mentem, mas quem os fazem mentem ou podem estar mentindo”* Esta frase nos faz refletir sobre a importância da transparência dos métodos e técnicas utilizados para a produção de informações. Simplesmente produzir números não quer dizer muita coisa se não soubermos a procedência dos números.

9. Trata-se da clássica expectativa frustrada daqueles que esperam ver retratada nas estatísticas uma realidade particular. Reunido a isso, há a preocupação com a interpretação uso e poder que esses números encerram.

10. O problema das estatísticas são as medidas centrais e as medidas sínteses que são as divulgadas, as agregações. Para aqueles que estão afastados destas medidas, as estatísticas lhes parecem mentirosas. É a história dos dois frangos e dois indivíduos. Um come os dois e o outro morre de fome. Na média, cada um comeu um. A estatística mentiu.

FINALMENTE, REITERO MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS A TODOS QUE ACHARAM TEMPO PARA RESPONDER AO QUESTIONÁRIO, COLOCANDO-ME GENTILMENTE EM SUAS AGENDAS SABIDAMENTE SEMPRE CHEIAS.

APÊNDICE I:

ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO ESTATÍSTICA NO MUNDO

Os verbetes a seguir apresentados foram extraídos do *Summary of the Administrative frameworks within which National Statistical Offices operate in other countries*, segundo apêndice ao relatório do *The Royal Statistical Society's Working Party on Official Statistics in the UK*, presidido pelo Prof. P. G. Moore, intitulado *Official Statistics: Counting with Confidence (Journal of the Royal Statistical Society, series A: Statistics in Society, volume 154, part 1, 1991)*.

A heterogeneidade observada entre os verbetes revela a natural vinculação das estatísticas oficiais ao Estado, fazendo com que as instituições produtoras guardem especificidades nacionais. A propósito, como bem observado por Alain Desrosières, “*é em razão da produção estatística estar ligada à organização do Estado e ao funcionamento de uma sociedade que o sonho de estandardização não pode ser totalmente realizável*”. Ademais, revela a freqüente ausência de documentos que falem sobre os próprios institutos.

Austrália:

A Agência (Bureau) Australiana de Estatística foi instituída pelo Ato Estatístico de 1975. A chefia da Agência é designada pelo Governador-Geral. A Agência se constitui na autoridade estatística central do governo australiano para quem realiza os serviços de estatística. Existe um conselho consultivo de estatística, que coordena e assessora todos os serviços públicos de estatística.

Áustria:

O Escritório (Office) Central de Estatística (CSO) é autônomo e altamente centralizado. Foi instituído pelo Ato Estatístico Federal de 1965 e está vinculado à Chancelaria Federal (Federal Chancellery) encarregada da contratação dos pesquisadores e da realização do orçamento. A chefia do CSO é indicada pelo Chanceler Federal. As instituições científicas, comerciais, públicas e privadas, podem, como consumidoras, influenciar o rumo das atividades do CSO através da Comissão Central de Estatística, que atua como mediadora entre consumidores e produtores de estatística.

Bélgica:

Um serviço central de estatística, foi criado por Decreto Real, em 1939. Desde então, várias atividades estatísticas distintas foram desenvolvidas, de modo que em 1985, foi atribuído a um Instituto Nacional de Estatística (INS) o papel de coordenação para o sistema estatístico nacional. Existem cinco escritórios (bureaux) com serviços próprios de documentação e de informação (disseminação?), em diferentes partes do país. O INS é administrado por um Diretor-Geral e é uma unidade do Ministério para Assuntos Econômicos, que estabelece o orçamento. Existe também um Alto Conselho de Estatística, com a função de aconselhamento.

Canadá:

Um sistema centralizado, servido por um escritório (office) estatístico nacional, *Statistics Canada*, foi estabelecido pelo Ato Estatístico (1970-81). Seu chefe lidera a estatística do Canadá (Chief Statistician of Canada), o qual atua como representante do Ministro do Abastecimento e Serviços (Minister of Supply and Services). O orçamento é autorizado pelo Parlamento por indicação do Ministro da Fazenda (Tresuary). Existe também um Conselho Nacional de Estatística para assessorar os programas do *Statistics Canada*.

Dinamarca:

As estatísticas oficiais são produzidas centralmente através de uma instituição independente chamada *Danmarks Statistics* (DS), cujas atividades são reguladas pelos Atos Estatísticos de 1971. O DS está sob a responsabilidade do Ministério da Economia e do Orçamento; 20% do orçamento vem dos usuários (revenue from users), o restante vem do orçamento nacional. O chefe (head) do DS lidera a estatística nacional (National Statistician). O DS é autônomo e independente do governo. É controlado por uma Junta de Governadores (Board of Governors). O Ministério da Economia e do Orçamento é responsável pelo orçamento, conforme recomendado pelos governadores.

Espanha:

O sistema é descentralizado tanto em termos de setor quanto em termos de regiões geográficas. O Instituto Nacional de Estatística (INE) foi constituído sob o Ato Estatístico de 1945 e seu chefe é o Diretor Geral de Estatística (Director General of Statistics), nomeado pelo Conselho de Ministros, sob indicação do Ministro dos Assuntos Econômicos (Minister of Economic Affairs). O INE está submetido ao Ministério dos Assuntos Econômicos (Ministry of Economic Affairs) e à Secretaria de Estado da Economia (State Secretariat for the Economy). Existe um Alto Conselho para Estatística (High Council for Statistics) responsável pela coordenação dos projetos estatísticos.

Estados Unidos:

O sistema de estatísticas oficiais é descentralizado. O Escritório (Office) da Administração e do Orçamento (Office of Management and Budget) é responsável, sob o Ato dos Procedimentos de Orçamento e Contabilidade (Budget and Accounting Procedures Act) e sob o Ato de Redução da Burocracia (Paperwork Reduction Act, de 1980), pela coordenação das atividades estatísticas federais.

Finlândia:

O Escritório (Office) Central de Estatística (CSO) é uma agência governamental independente, tendo sido instituído por ato oficial em 1970 e sendo vinculada ao Ministério da Fazenda (Ministry of Finance). O Diretor Geral é indicado pelo Presidente. Sendo independente, o CSO decide quanto à publicação de seus resultados e sobre o conteúdo dessas publicações; 65% das estatísticas oficiais são compiladas pelo CSO, o restante por cerca de trinta agências governamentais. O orçamento é submetido ao Ministério da Fazenda (Ministry of Finance) e aprovado pelo Parlamento. Há também um Conselho Estatístico que avalia se o CSO está satisfazendo às necessidades da sociedade no que se refere às informações estatísticas e, caso necessário, sugere mudanças.

França:

Existe um sistema de serviços estatísticos em vários ministérios e existe ainda organizações públicas e privadas autorizadas a realizarem levantamentos estatísticos. Tudo é coordenado pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE), instituído por Ato do Parlamento, em 1946. Seu chefe (head) é o Diretor Geral e seu orçamento provém do Ministério dos Assuntos Econômicos e Financeiros (Ministry of Economic Affairs and Finance). Existe também um Conselho Nacional de Informação Estatística (CNIS) que tem o papel de coordenar regulado por ato de 1951.

Holanda:

O sistema é completamente centralizado em nível nacional, sob a Agência (Bureau) Central de Estatística (CBS). Não obstante, ao nível regional, muitas das informações estatísticas são geradas por autoridades das provinciais e por autoridades locais. Foi constituído através de Decreto Real

de 1899 [sic]. O Diretor Geral é nomeado pela Coroa por indicação da Comissão Central de Estatística (Central Commission of Statistics), a qual exerce controle geral sobre as atividades da CBS. A CBS faz parte do Ministério dos Assuntos Econômicos (Ministry of Economic Affairs), de onde obtém seu orçamento, apesar de ser independente nas atividades estatísticas.

Irlanda:

Existe um Escritório (Office) Central de Estatística (CSO) a respeito do qual não há legislação específica. Seu chefe (head) é indicado pelo Primeiro Ministro. A estratégia do CSO é determinada pelo Conselho Nacional de Estatísticas (National Statistics Board), o qual não possui base estatutária. Embora o CSO esteja vinculado ao gabinete do Primeiro Ministro, na prática, é independente em suas atividades profissionais e a objetividade de suas operações é amplamente reconhecida.

Islândia:

O sistema é altamente descentralizado, com grande esteio nas organizações privadas. A Agência (Bureau) Estatística da Islândia (SBI) é responsável, sob ato de 1913, pela coleta (produção?), disseminação e publicação de estatísticas. Seu chefe é o Diretor de Estatísticas (Director of Statistics) indicado pelo Presidente da República. O SBI é, na prática, fora a questão de financiamento, um órgão virtualmente autônomo, que opina imparcialmente.

Itália:

O Instituto Central de Estatística foi instituído por Ato do Parlamento (1926), tendo sido reorganizado sob o Art 24 da Lei N. 400 (Agosto de 1988) como Instituto Nacional de Estatística (ISTAT). Existe também uma Comissão para a Proteção da Informação Estatística (Commission for the Protection of Statistical Information). A qual supervisiona o funcionamento do ISTAT e das outras agências do sistema estatístico nacional. O chefe (head) do ISTAT é nomeado pelo Presidente da República por indicação do Conselho de Ministros. O orçamento do ISTAT é aprovado pelo Conselho de Ministros, mas é legal e administrativamente autônomo, controlando a atividade estatística efetuada pelos departamentos centrais do governo e pelas agências autônomas.

Luxemburgo:

Os estudos estatísticos e econômicos são realizados pelo Serviço Central de Estatísticas e Estudos Econômicos (Central Service for Statistics and Economic Studies - STATEC), instituído por ato de 1962 como parte integrante do Ministério dos Assuntos Econômicos (Ministry of Economic Affairs). O Diretor é nomeado pelo Ministro dos Assuntos Econômicos. O orçamento é examinado pelo Ministério das Finanças (Ministry of Finance) e votado pelo Parlamento. O STATEC possui um quase-monopólio das estatísticas e coordena as estatísticas fornecidas por outras organizações (agricultura, saúde, previdência social, educação). Existe um Alto Conselho de Estatística (High Council of Statistics), instituído por ato de 1971, e que avalia o programa anual da STATEC.

Noruega:

A Noruega possui um sistema estatístico centralizado gerido pela Agência (Bureau) Central de Estatísticas (CBS), instituído pelo Ato Estatístico de 1907 [sic]. A Agência é chefiada por um Diretor Geral (nomeado pelo Rei em reunião de conselho) e por um conselho consultivo. Não existe nenhuma comissão estatística superior para aconselhamento do Diretor. A CBS é uma agência governamental independente, subordinada ao Ministério da Fazenda (Ministry of Finance) em questões orçamentárias. O orçamento é aprovado pelo Parlamento.

Nova Zelândia:

O Departamento de Estatística (Department of Statistics), instituído pelo Ato Estatístico de 1975, está sob a direção de um Estatístico Governamental (Government Statistician), nomeado pelo Ministro da Estatística (Minister of Statistics, sic). O Departamento é responsável pela coleta e preparação das estatísticas oficiais e pela coordenação dos projetos realizados por outros departamentos estatais.

Portugal:

O sistema estatístico é centralizado, sendo independente tecnicamente, o que lhe garante credibilidade, sendo coordenado com legitimidade. Controlado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), instituído por decreto em 1973, é administrado por um conselho de cinco membros, tendo um presidente e fazendo parte da Secretaria de Estado do Planeamento (State Secretariat for Planning). Seu orçamento é aprovado pelo Ministério da Fazenda (Ministry of Finance). A Comissão Nacional de Estatística (Nacional Statistics Board), presidida pelo Primeiro-Ministro, é responsável pela orientação e coordenação do sistema estatístico nacional.

República Federal da Alemanha:

As metodologias são controladas centralmente pelo Escritório (Office) Federal de Estatística (FSO) enquanto que a implementação dos levantamentos federais está sob a responsabilidade dos Escritórios Estatísticos Regionais (Land Statistical Offices) que são descentralizados. A base legal se encontra no ato de 1987 e o Diretor do FSO é nomeado pelo Presidente Federal (Federal President). Existe também um comitê consultivo.

Suécia:

Existe um sistema centralizado administrado por uma agência central de estatística, *Statistics Sweden* (SCB). Não há nenhum Ato Estatístico. O chefe (head) da SCB é um Diretor Geral, nomeado pelo governo. A SCB está submetida ao Ministério da Administração Pública (Ministry of Public Administration). Existe um Conselho Científico (Scientific Council), cuja função é consultiva, e dois comitês para o índice de preços ao consumidor e para o índice da construção, os quais determinam os princípios envolvidos.

Suíça:

Um sistema de estatísticas oficiais descentralizado é coordenado pelo Escritório (Office) Federal de Estatística (Federal Statistical Office, FSO). Não foi ainda promulgada nenhuma lei federal quanto às estatísticas oficiais. O FSO é um dos catorze escritórios (offices) do Departamento Federal do Interior (Federal Department of the Interior) e a pessoa encarregada é um Diretor. Seu orçamento é determinado pelo Departamento Federal do Interior (Federal Department of the Interior).

APÊNDICE 2: A EXPERIÊNCIA DE COORDENAÇÃO DO EUROSTAT

A seguir procura-se dar uma idéia, ainda que muito sintética, da experiência de coordenação estatística exercida pelo Eurostat no seio da União Européia; seu aprofundamento poderia ajudar em muito no estabelecimento de uma coordenação no âmbito nacional, como apontado neste texto. Inelizmente, a documentação existente é pouca e esparsa, de modo que, a se decidir pela efetiva implantação de uma coordenação no país, como esperamos que aconteça, muito se ganharia com um intercâmbio de idéias com os pesquisadores do Eurostat.

1. A missão do Eurostat

O Eurostat é o *Serviço Estatístico das Comunidades Europeias*, foi criado em 1953, e está sediado em Luxemburgo; sua missão é fornecer à União Européia informações estatísticas oficiais, confiáveis e comparáveis, sobre cada um dos seus Estados-Membros, bem assim, sobre outros países tidos como importantes ao espaço econômico europeu.

2. As tarefas do Eurostat

O Eurostat deve garantir uma *linguagem estatística* comum no interior da União Européia, no limite, encaminhando a criação de um *Sistema Estatístico Europeu* homogêneo. Para tanto, o Eurostat desempenha um papel de liderança, fazendo a coordenação dos *Sistemas Estatísticos Nacionais*.

3. O programa estatístico

Desde 1974, o Eurostat vem elaborando programas estatísticos a intervalos regulares, em colaboração com as direções gerais dos Institutos Nacionais de Estatística, de cada um dos Estados-Membros. A cada período, o programa estatístico procura ajustar-se aos objetivos da União Européia, emanados de seus organismos.

Diante da necessidade de uma nova estatística comunitária, o Eurostat procura formas de atendê-la, ouvindo especialistas temáticos e buscando recomendações internacionais, culminando na redação de uma proposta de trabalho, a ser debatida com os Estados-Membros. Estando disponíveis, as estatísticas são enviadas ao Eurostat pelos Institutos Nacionais de Estatística, de cada um dos Estados-Membros, na desagregação necessária à definição da comparação desejada, segundo o objetivo inicial. Sendo necessário produzi-las, caso não existam, ou, sendo necessário harmonizá-las, caso não sejam compatíveis entre si, o Eurostat toma uma decisão através de um *regulamento* (que são diretamente aplicáveis aos Estados-Membros), de uma *diretiva* (cujos objetivos são obrigatórios, mas que são implementadas em conformidade com o direito nacional), de uma *recomendação* (que não tem poder juridicamente vinculativo).

4. Divulgação das estatísticas

O Eurostat apresenta ao público os seus trabalhos sob a forma de publicações impressas e por meios eletrônicos e mantém uma política de divulgação ativa, para que esses produtos sejam amplamente conhecidos. Podem ser consultados ou adquiridos nos Institutos Nacionais de Estatística, bem assim, em outros pontos selecionados.

5. Estrutura orgânica

O Eurostat está organizado em seis direções, sob uma direção-geral, a saber: *Divulgação e Relações Públicas* (informática estatística), *Estatísticas Econômicas* (convergência econômica e monetária), *Assuntos Gerais* (relações internacionais, estatísticas do comércio externo e intracomunitário), *Estatísticas das Empresas e da Energia* (investigação e desenvolvimento; métodos estatísticos), *Estatísticas Sociais e Regionais* (planos estruturais), *Estatísticas da Agricultura, da Pesca e do Ambiente*.

6. Pessoal e orçamento

O Eurostat emprega cerca de 650 pessoas, incluindo funcionários permanentes e peritos, sendo-lhe atribuído um orçamento para a execução do programa estatístico (em 1993, montou a cerca de 43 milhões de ecus (*sic*)).

Estas notas foram elaboradas a partir da publicação *Eurostat, o seu parceiro na estatística europeia* (Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995. 33 p.). Outras publicações sobre o Eurostat podem ser proveitosamente consultadas, entretanto não são bastantes para um aprofundamento satisfatório do assunto.